

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**  
**CENTRO DE ESTUDOS GERAIS**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA**  
**DOCTORADO EM HISTÓRIA**

**PÂMELLA SANTOS DOS PASSOS**

**LAN HOUSE NA FAVELA:  
CULTURA E PRÁTICAS SOCIAIS EM ACARI ENO SANTA MARTA**

**NITERÓI**  
**2013**

**PÂMELLA SANTOS DOS PASSOS**

**LAN HOUSE NA FAVELA:  
CULTURA E PRÁTICAS SOCIAIS EM ACARI E NO SANTA MARTA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora.

Área de concentração: História Contemporânea III

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Adriana Facina**

**NITERÓI  
2013**

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá**

P289    Passos, Pâmella S.  
      *Lan house* na favela: cultura e práticas sociais em Acari e no Santa Marta /  
      Pâmella S. Passos. – 2013.  
      267 f. ; il.  
      Orientador: Adriana Facina Gurgel do Amaral.  
      Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto  
      de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013.  
      Bibliografia: f. 234-239.

1. Internet. 2. Favela. 3. Cultura. 4. Experiência. 5. Políticas públicas.  
6. Acari (Rio de Janeiro, RJ); aspecto social. 7. Santa Marta (Rio de Janeiro,  
RJ); aspecto social. I. Amaral, Adriana Facina Gurgel do. II. Universidade  
Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 307.3364

**PÂMELLA SANTOS DOS PASSOS**

**LAN HOUSE NA FAVELA:  
CULTURA E PRÁTICAS SOCIAIS EM ACARI E NO SANTA MARTA**

Tese submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense - UFF, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora.

Aprovada por:

---

Professora Doutora Adriana Facina Gurgel do Amaral  
Orientadora- Universidade Federal Fluminense/UFF

---

Professora Doutora Kátia Faria de Aguiar  
Universidade Federal Fluminense/UFF

---

Professora Doutora Ana Lucia Silva Enne  
Universidade Federal Fluminense/UFF

---

Professora Doutora Adriana Carvalho Lopes  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/UFRRJ

---

Professor Doutor Juarez Tarcísio Dayrell  
Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG

*Apologia*  
*Mano Teko e Nelson Maca*

Vieram falar que na visão deles funk não é cultura  
Que o gosto da elite determina o que é e o que não é legal  
Cansado dessa merda, acordei, e mudei minha postura  
Esse espírito de luta tem que contagiar geral  
Cada vez pior, associação da violência à favela  
Que filhos da TV apóiam a barbárie  
Sem querer saber o quanto é mau  
Agravante maior é a camisa errada que pintaram dela  
E ver cria vestindo, achando isso normal  
Compreendi e escuto dizer que o caô está na linguagem  
Que MC's fazem apologia e Bondes falam só sacanagem  
O caô não está só aí, é aí que eu fico bolado  
Pra eles está na origem: negro, pobre e favelado

O meu som é de lá da FAVELA  
Eu também sou de lá da FAVELA  
Perguntaram: quanto nós somos?  
Nós somos um só, somos parte dela.

Fogo na vela

Andam mesmo dizendo que canto de preto é apologia  
Que o braço de ferro da elite corta a febre da periferia  
Do alto dos morros do Rio às baixas que se vê na Bahia  
Meu poema adverte: é quente o chumbo do cano da covardia

O Mc do Irajá nos mostra que a favela revela sua bela cultura  
Que lá como cá o axé do tambor é quem nos estrutura  
Na sofisticada levada que embala sua negra escultura  
É de aço o osso que sustenta o fogo da arte escura

Pois é, Mano Teko, eu também sou de lá... cresci na favela!  
Ando mais perto do que imagina quem me vê fora dela  
Nas encruzilhadas ensimesmadas volto sempre pra ela  
Então, tá tudo certo. Teko: minha voz no teu funk é fogo na vela

## **Dedicatória**

A minha família  
que sempre me incentivou e apoiou,  
mesmo quando não compreendia meus Passos.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares, sobretudo, os mais próximos, como: meu irmão Wesley, minha mãe Gleide, meu pai Wellington, minha avó Iolanda, meu avô Deusdete, meus afilhados Thamyres e Caio, meus primos e tios que, no cotidiano do “terreno em São Gonçalo” e nos almoços de domingo, me ensinaram muito sobre a cultura popular e, principalmente, que eu jamais deveria esquecer de onde vim.

Àqueles que possibilitaram minha entrada no campo e que, infelizmente, terei que agradecer através de pseudônimos. Em Acari: Jorge e Valdir e, no Santa Marta, Repper Resistência, por abrir suas vidas, pelos encontros e desencontros.

Aos donos das lan houses pesquisadas: Freitas e Wagner, pelo acolhimento, paciência e receptividade com que não apenas autorizaram, mas apoiaram essa pesquisa.

Aos “meninos da lan house”, pela animação com que participaram das oficinas e realizaram as entrevistas, pela possibilidade de aprendizado através da experiência.

Ao presidente da Associação Brasileira de Centros de Inclusão Digital (ABCID), pela entrevista e pela receptividade com a pesquisa.

Ao Luiz Fernando Moncau e Adriano Belisário, pelas entrevistas concedidas e pelo apoio em vários momentos deste trabalho.

Aos bolsistas Tatiana Gama, Bruno Labanca, Yakini Tavares, Edno Silva, Karla Correia, Larissa Gomes e Wesley Passos, pelo árduo trabalho feito conjuntamente, pelas leituras compartilhadas, pela possibilidade de construir conhecimento com jovens pesquisadores.

Aos amigos e militantes Camila Marins e Danilo George, pela realização das primeiras oficinas em Acari; vocês foram imprescindíveis.

À Prof<sup>a</sup> e orientadora Adriana Facina, antes de tudo, amiga e parceira, pela confiança indubitável nesse momento de retomada e, quem sabe, encontro dos meus Passos. Pelo ensinamento de que saber acadêmico se dá na experiência e que ser uma boa historiadora é jamais esquecer que somos sujeitos da história.

À Prof<sup>a</sup> e co-orientação Kátia Aguiar, pelos almoços/cafés - dispositivos que sempre causavam desestabilizações extremamente produtivas, pela possibilidade do acompanhamento nas minhas linhas de fuga.

À Prof<sup>a</sup> Ana Enne, pelas milhares de leituras da disciplina cultura do consumo, pelo jeito divertido e extremamente didático que debatia teorias tão profundas, por compartilhar a maneira apaixonante com que é professora.

À Prof<sup>a</sup> Adriana Carvalho Lopes, pela referência de um trabalho consistente e engajado sobre funk e pela reafirmação de que “a linguagem é o terreno da luta de classes”.

Ao Prof. Juarez Daurell, que com seus textos me possibilitou não apenas reflexões, mas também outras práticas como educadora e pelo convite aceito para compartilhar o fechamento deste ciclo, participando da banca de defesa da tese.

À Prof<sup>a</sup> Carla Barros, pela interlocução na pesquisa e pelas contribuições no exame de qualificação.

À Prof. Lia Rocha, pela sua postura acadêmica comprometida que me conquistou, pela receptividade e possibilidade de trabalhos futuros.

Às amigas Marisa, Aline, Evelyn, Marielle, Luana, Alessandra Magalhães, Danny, Monike, Renata Bochi, Carol Barbalho e Angela, pelos telefonemas para contenção de surtos, pelo incentivo ao estudo, mas também pelo resgate para vida social em momentos fundamentais, pela carência suprida através de: visitas, telefonemas, torpedos, e-mails, mensagens no facebook etc, por concretizar a palavra AMIZADE.

Àquelas e àqueles que ao longo desses quatro anos me possibilitaram outros mapas: Tânia Kolker, Tânia da Costa, Camila, Williana, Renata Azevedo, Eduardo Mendoza, Dario, Juliana, Sônia, Márcio Costa, Nádia Figueiredo, Mary Congolino, Mariana Emiliano, Diogo Vianna e Tita, pelas afecções.

Aos intelectuais orgânicos, militantes que, com textos próprios, indicações de livros, letras de música, experiência de vida e conversas fiadas, contribuíram de forma indescritível para as reflexões que pude formular sobre cultura popular e favela. Mc Leonardo, Mano Teko, Tojão, Nelson Maca, Guilherme, Jackson, Denise Brasil, Lidiane, Maria Pupim, Abel Luiz, Marielle, Eduardo Alves, Taiguara, Bel, Denaldo, Renata Souza e Nathalia Urbina, pelo compartilhamento de saberes e sonhos.

Aos amigos “tarja preta” do IFRJ, Adriana Salgueiro, Ana Paula Salerno e Marcus Vinícius, pela possibilidade de concretizar projetos coletivos e pelo compromisso com a instituição pública.

Aos alunos do curso Periferias em Cena, por tudo que me ensinaram e proporcionaram em cada encontro.



Aos atuais e antigos gestores do IFRJ, Jefferson Amorim, Vera Costa, Luis Edmundo Aguiar, Rafael Almada, Alessandra Ciambarela, Aline Dantas, Rachel Nasser, Armando Maia, Ana Paula Salerno, Cristiano Ponte, pelo apoio e incentivo ao projeto Periferias em Cena, possibilitando não apenas uma análise investigativa sobre Políticas Públicas, mas uma intervenção na sociedade.

À Catarina Tinoco, pela revisão cuidadosa e carinhosa.

À CAPES, pela concessão da bolsa de pesquisa.

Ao IFRJ, pela concessão da bolsa de pesquisa de iniciação científica júnior aos alunos do Ensino Médio Técnico, que atuaram na pesquisa.

## RESUMO

PASSOS, Pâmella Santos dos. Lan house na favela: cultura e práticas sociais em Acari e no Santa Marta. Niterói, UFF, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2013. Tese de doutorado em História.

Tendo sido apontada como responsável por 49% dos acessos à internet no país, em 2007, as lan houses assumiram importante papel no debate sobre inclusão digital no Brasil. Equipadas com computadores conectados à internet e cobrando por suas horas de uso, esses estabelecimentos espalharam-se rapidamente, sobretudo, nos espaços populares. Partindo do acompanhamento de duas lan houses situadas em favelas cariocas: Acari e Santa Marta, analisamos seus impactos sociais nos territórios em que estão inseridas. Elegendo três pontos analisadores: o Estado, os donos de lan house e seus frequentadores, refletimos acerca dos usos e mediações que observamos em nosso trabalho de campo. Nesse contexto, escolhemos a lan house como dispositivo para reflexão das Políticas Públicas no campo da segurança e da educação. Compartilhando dos referenciais da pesquisa-intervenção, recorreremos à realização de oficinas que serviram como grupos focais, entrevistas semiestruturadas e observação participante. Com isso, buscamos tecer encontros entre uma pesquisa etnográfica e as concepções da cartografia na produção de uma análise histórica do tempo presente. Priorizando a dimensão qualitativa, o trabalho orienta-se pela valorização da experiência e do cotidiano, para compreender a cultura popular a partir de suas significações no seio dos embates da indústria cultural.

**Palavras-chave:** Lan house; Favela; Cultura, Experiência; Políticas Públicas; Acari; Santa Marta;

## ABSTRACT

PASSOS, Pâmella Santos dos. Lan houses in favelas: culture and social practices in Acari and Santa Marta. UFF, Niterói, Institute of Humanities and Philosophy, 2013. Doctoral thesis in History.

Having been singled out as responsible for 49% of the internet access in the country in 2007, lan houses have taken on an important role in the debate about digital inclusion in Brazil. Equipped with computers connected to the internet and charging for their hours of use, these establishments have spread rapidly, especially in popular spaces. Based on the monitoring of two lan houses located in favelas in Rio: Acari and Santa Marta, we analyzed their social impacts in the territories in which they operate. Three analyzing points were chosen: the State, the owners of lan houses and its regulars, we reflected about the uses and mediations which we had observed in our field work. In this context, we elected the lan house as a device for reflection of public policies in the field of security and education. Sharing of research-intervention reference, we used workshops which served as focus groups, semi-structured interviews and participant observation. This way, we tried to make meetings between an ethnographic research and concepts of cartography in the production of a historical analysis of the present time. Prioritizing the qualitative dimension, the work is guided by the appreciation of everyday experience to understand popular culture from their meanings within the cultural industry ties.

**Keywords:** Lan house; Favela; Culture, Experience, Public Policy; Acari; Santa Marta;

## SUMÁRIO

		Pág.
<b>Considerações Iniciais .....</b>		14
<b>Capítulo 1 – Balanço Geral: dos lugares, das escolhas e das trajetórias .....</b>		35
<b>1.1</b>	De Acari ao Santa Marta: dos lugares e das escolhas .....	35
<b>1.1.1</b>	É sim, lá em Acari! .....	38
<b>1.1.2</b>	Santa Marta: favela modelo? .....	49
<b>1.2</b>	Entre becos e vielas: uma historiadora do e no Tempo Presente .....	58
<b>1.3</b>	Junto e misturado?! Pesquisar com e não sobre a favela .....	69
<b>1.4</b>	Lan house na favela: contribuições da etnografia e da cartografia no ofício da historiadora .....	78
<b>Capítulo 2 – Lan house pode? O Estado, suas legislações e Políticas Públicas.....</b>		88
<b>2.1</b>	Para além de um ponto de acesso à internet: a lan house no contexto brasileiro	88
<b>2.2</b>	A Torre de Babel: lan house entre práticas e leis .....	96
<b>2.3</b>	Desconstruindo o bicho de sete cabeças: pesquisas e diálogos com lan houses.	105
<b>2.4</b>	Incursoão ou ocupação policial? Reflexões sobre Segurança Pública e modelo econômico tendo a lan house como dispositivo de análise .....	115
<b>Capítulo 3 – Sou dono de lan house e não desisto nunca! Um estabelecimento econômico e seus impactos sociais .....</b>		132
<b>3.1</b>	A experiência de ser dono de lan house: percursos que se encontram .....	132
<b>3.2</b>	Lan house é coisa de família? Dos funcionários e das atribuições .....	145
<b>3.3</b>	Regras e promoções: organizando o convívio e fixando clientes .....	150
<b>3.4</b>	Pensando a lan house numa cultura do consumo: reflexões sobre inclusão .....	154

<b>3.5</b>	Bem mais que um ponto de acesso à internet... ..	162
<b>3.6</b>	(Forma)lização como fábula, perversidade e possibilidade: reflexões sobre discursos e práticas hegemônicas .....	172
<b>Capítulo 4 – Frequentadores da lan house: experiências e reflexões de um trabalho de campo .....</b>		183
<b>4.1</b>	Quem frequenta a lan house? Dos números as pessoas: a opção pelas oficinas	183
<b>4.2</b>	“Os meninos e a lan house”: um local e seus afetos .....	187
<b>4.3</b>	Papos, blogs e entrevistas... mediações no cotidiano sob a égide da indústria cultural .....	194
<b>4.4</b>	O que não é escola nem nunca será! Encontros possíveis entre prazer e aprendizado .....	209
<b>4.5</b>	“Nem foi tempo perdido, somos tão jovens” .....	216
<b>Considerações finais .....</b>		223
<b>Bibliografia .....</b>		234
<b>Anexos .....</b>		240

## Considerações Iniciais

*Não sou eu quem me navega  
quem me navega é o mar  
é ele quem me carrega  
como nem fosse levar*  
Timoneiro<sup>1</sup>

### O que eu encontrei na lan house<sup>2</sup>: (des)encontros de uma pesquisa

Como indica a epígrafe acima, nem sempre o roteiro da viagem está em nossas mãos. De posse desse conhecimento, decidi não mais brigar com as águas e sim aproveitar a força de seu fluxo. Como palavras iniciais de um trabalho de doutorado, decidi apresentar ao leitor: seja ele um membro da banca, aluno, amigo, estudioso ou familiar, interlocutores da pesquisa... um pouco dos ventos que trouxeram meu barco até aqui.

Provavelmente, uns compreenderão mais que outros, e certamente não será pela carga de leitura teórica, mas pela experiência de ser uma pessoa próxima da autora ou que se identifique com as questões apresentadas. Alguns poderiam dizer que não estou praticando o princípio da isonomia, mas de antemão retruco: estou desde as linhas iniciais deste trabalho apresentando seu conceito chave: *Experiência*.

Apresentar meus (des)caminhos demandou a produção de um distanciamento capaz de mapear que tessitura foi sendo formada a partir das linhas que fui criando e seguindo em meu trabalho de campo. As múltiplas redes criadas me enredaram, e a dificuldade de escolher um

---

<sup>1</sup> CARVALHO, Hermínio Bello de & VIOLA, Paulinho. Timoneiro. Álbum Timoneiro. Gravadora Sony, Selo RCA, 2002.

<sup>2</sup> A palavra lan house, bem como todas as demais expressões em inglês empregadas no contexto da internet, e informática em geral, serão apresentadas sem grifo neste trabalho. Partindo de uma perspectiva bakhtiniana, entendemos que tais termos já compõem o vocabulário português em sua dimensão de produção de sentido, sobretudo, junto aos sujeitos e interlocutores da pesquisa.

caminho, em detrimento de outros, tornou quase impossível a tarefa de delimitar problemas, questões, hipóteses... Com o mundo que se abriu para mim nesses quase quatro anos de trabalho de campo, de que eu quero dar conta? Ou ainda, o que melhor eu posso e de que consigo dar conta?

Mas... antes de falar das dificuldades, quero falar de como cheguei até aqui. Para tal, faço referência a um livro lido na disciplina de historiografia, que cursei durante o mestrado. Chamava-se *Fora do Lugar*<sup>3</sup>, de Edward Said. Conhecido crítico literário, que, às vésperas da morte, decide escrever um livro de memórias, Said materializou o incômodo que eu sentia. Ao falar do processo doloroso e enigmático da construção de suas raízes e identidades, ele me levou para minha história. Perdi-me e encontrei-me nos caminhos abandonados, nos distanciamentos vividos, nos lugares tão familiares, mas não mais reconhecidos.

Para esclarecer o leitor, cabe situar que falo do lugar de uma jovem de 29 anos, divorciada, doutoranda, professora efetiva da rede federal de ensino, oriunda de uma família de classe média baixa, na qual, fui a primeira a entrar para a Universidade. Entre os mundos: acadêmico, familiar/ popular, fui me perdendo..., e hoje, quem sabe, me achando, exatamente por compreender que, como diz a música, perder-se em alguns momentos é o melhor destino.

Ainda usando das memórias de Said (2004) para falar de meu percurso, lembro-me bem de que na ocasião em que li o livro, fiquei bastante impressionada com o fato (que o próprio autor destaca) de que a contradição Oriente X Ocidente por ele vivida se materializava inclusive em seu nome: Edward Said. Acasos da vida, em 2009, ano em que ingressei no doutorado, oficializei minha separação, voltando ao meu nome de solteira. Eu retomava meu(s) PASSOS.

Com algum distanciamento, talvez não ainda o suficiente, percebo que, ao abandonar o nome de casada e acadêmico usado até então e também o projeto de pesquisa de doutorado que era continuidade do mestrado e que, portanto, parecia muito concretizável, estava eu “loucamente” atirando ao mar bagagens que me deixavam tão seguras. Meu desejo não estava em ser uma marinheira de rotas conhecidas, mas sim uma pirata descobridora dos sete mares. E assim, mais leve, sem âncoras, deixei o mar me navegar.

---

<sup>3</sup> SAID, Edward. *Fora do Lugar*. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

Do discurso anticomunista produzido na construção do golpe de 1964<sup>4</sup> para as lan houses de duas favelas cariocas, pensei estar perdendo o sentido, a conexão com a realidade, mas, como indica o filósofo de uma teoria nômade:

E na medida em que nos perdemos do mundo e das velhas referências projetadas que nos formatavam por introjeção, ganhamos a ocasião de tocar e habitar as zonas (ou vácuos) e os tempos (ou hiatos) de produção de nós mesmos (autoprodução) que estavam encobertos por todos os supostos do Real e suas teorias. (Fuganti, 2008, p.16)

A receptividade com que minha orientadora escutou e defendeu a nova temática apresentou-se como a bússola necessária para seguir viagem nesta autoprodução. Mais desejanste, embarquei sem alimentos prévios, levei apenas uma rede. Para explicar tal rede, uso as palavras de Rubem Alves:

“Você já pensou na semelhança que há entre os cientistas e os pescadores? O pescador está diante das águas do rio. Ele sabe que nas funduras daquelas águas nadam peixes que não são vistos. Mas ele quer pegar esses peixes. Se as malhas forem largas, peixes grandes. Se forem apertadas, vêm também os peixes pequenos... O cientista está diante do mar chamado “realidade”. Ele também quer pescar peixes. Prepara então suas redes chamadas “teorias”, lança-as no mar e pesca seus peixes. Note: com suas redes o pescador pesca peixes. Não pesca o rio... Imagine que ele olha para as nuvens e deseja pescá-las. Para isso suas redes não chegam. O laboratório de um cientista são as redes que ele lança no mar da realidade para pescar conhecimento. (Alves, 2007, p.9)

Um dos poucos artefatos que resistiu à minha “faxina” ao barco foi a rede tecida por mim ao longo de uma trajetória de pesquisa que começa na graduação. Consolidando-se como instrumento fundamental de subsistência ao longo dessa viagem rumo ao desconhecido, a rede trazia os fios de uma formação acadêmica originária da área de história, seguida de uma importante interface com a Análise do Discurso. Os pontos mais recentes davam conta de diálogos com a comunicação social, psicologia social e antropologia. Variando os pontos de costura, criamos malhas diversas que visavam minimizar os escapes inerentes à relação rede-rio.

Pesquisando lan house, ou ainda, ponto de acesso pago à internet e lançando mão da imagem acima, torna-se inevitável o trocadilho com a palavra REDE. Seus múltiplos significados: concretos ou abstratos, nos levam a pensar nos usos que fazemos das redes pelas

---

<sup>4</sup> DEUSDARÁ, Pâmella Passos. *Vozes a favor do golpe! O discurso anticomunista do Ipês como materialidade de um projeto de classe*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.



quais passamos e/ou construímos ao longo de uma vida. Quando a rede não nos enreda, potencializa. A mesma rede que prende os peixes os acolhe do turbulento mar. A rede que impede a queda do trapezista o impulsiona a voltar ao picadeiro. Assim, também vislumbramos a internet num contínuo movimento de ambiguidade: retenção e expansão, cabendo a nós, humanos, escolhermos que forças desejamos potencializar.

Em alto mar, os semestres foram passando, novas leituras, novas metodologias, a aproximação com a comunicação social, com a psicologia social, as dúvidas no campo que ao invés de me paralisar me chamavam cada vez mais. Um leque se abriu, e nos becos e vielas de Acari e do Santa Marta descobri a conexão existente entre minha pesquisa de mestrado e de doutorado: a produção dos discursos sobre o outro, o indesejável, seja ele comunista, pobre ou traficante. Duas pesquisas a princípio tão distintas me indicavam claramente que a produção de comunistas nos anos que antecedem o golpe, de forma cuidadosa, pode se assemelhar à produção de bandidos e desumanos nas favelas cariocas atualmente.<sup>5</sup> No entanto, hoje temos outros meios e mediações bem mais potentes, e a internet é uma delas. Seus usos podem produzir diferença ou fortalecer o *status quo*, consolidando e fortalecendo discursos sobre o outro.

Percebendo essa ligação, analisei com outros olhos o capítulo de Marcos Alvito, em seu livro *As cores de Acari*<sup>6</sup>, resultante de sua tese de doutorado. Alvito intitula seu capítulo 0 de “Atenas-Acari via Estácio”, mapeando os caminhos que o levaram a desistir de uma tese quase pronta sobre Antiguidade e ir parar numa favela da Zona Norte carioca. O historiador enamorado pela antropologia acalentou o coração desta historiadora, disparado pelo impulso da mudança, considerada por mim irresponsável, de trocar meu projeto de pesquisa na primeira semana do doutorado.

Situados os meandros desse percurso, posso, então, falar diretamente da pesquisa, ou ainda: O que encontrei na lan house? Para facilitar, usarei a letra de um dos funk’s de que mais gosto: “*Tudo que a favela me ensinou, tudo que lá dentro eu aprendi, vou levar comigo a onde eu for, vou na humildade procurando ser feliz.*”<sup>7</sup>

É impossível falar somente sobre o que encontrei na lan house. Tenho que falar sobre o que observei nas favelas pesquisadas, o que produzi com as pessoas, as relações que criei, para

---

<sup>5</sup>A esse respeito, ler SOUZA, Taiguara Líbano Soares. *Constituição, Segurança Pública e Estado de Exceção Permanente: A Biopolítica dos Autos de Resistência*. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2010.

<sup>6</sup>ALVITO, Marcos. *As cores de Acari: uma favela carioca*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

<sup>7</sup>MC JÚNIOR e LEONARDO. *Pra sempre favela*. Rio de Janeiro: NKP Produções, 2007.

assim, quem sabe, vislumbrar os caminhos que produziram o retorno mais potente para esses interlocutores que me fizeram perder as fronteiras entre: pesquisa, trabalho e militância.

Nestas considerações iniciais, proponho uma cartografia da pesquisadora, apresentando os nós, potentes ou não, que foram surgindo no tecer dessas redes. Cabe aqui destacar que um vínculo de identificação e compromisso foi criado em ambas as comunidades estudadas. Assim, Acari e Santa Marta, bem como seus respectivos moradores e principalmente lideranças, tornaram-se parceiros de caminhada; era de fato uma pesquisa-intervenção<sup>8</sup>.

Por mais que me julgasse sabedora das nuances de um trabalho com e não sobre, fui percebendo claramente a diferença entre lidar com fontes e pessoas. É uma história dos sujeitos e não dos objetos. Tais sujeitos sentem saudade, raiva, ciúme... e, assim, fui identificando que uma ausência, ainda que breve em tais espaços, significaria uma cobrança por parte daqueles que já não se consideravam objetos de minha pesquisa, mas sim amigos, parceiros, sujeitos desse processo de investigação.

O final de 2010 e o ano de 2011 foram períodos bastante turbulentos em minha vida profissional e particular. Dedicando-me intensamente ao meu novo cargo de gestão, como coordenadora de extensão no IFRJ, ao projeto Periferias em Cena<sup>9</sup>, às análises das legislações e políticas públicas para as lan houses e à compra de apartamento próprio, o resultado foi que as visitas a Acari e ao Santa Marta ficaram bem mais espaçadas e a cobrança foi inevitável. Nos primeiros meses desse período, foi possível assegurar uma visita mensal a cada favela, no entanto, a partir de maio de 2011, nossas idas foram interrompidas, só retornando ao campo em dezembro desse mesmo ano. Apesar das ligações e contatos pelas redes sociais ou e-mail, o “retorno” foi marcado por um certo incômodo/culpa de minha parte, que dialogava com fala dos moradores que pontuavam claramente meu “desaparecimento”.

Mesmo inicialmente desconfortável, rapidamente me recoloquei no ambiente, ciente de que não moro nesses locais e que, como todas as pessoas comuns, tenho demandas; dei-me o direito de ir e voltar. Conjuntamente com esse retorno, surgiu a possibilidade de dar visibilidade ao que venho encontrando nas lan houses pesquisadas. A Secretaria de Cultura do Estado do Rio, objetivando o lançamento de um edital para as lan houses, me convidou juntamente com outros pesquisadores para discutir tal proposta. Era a oportunidade de dar um retorno e uma expressão

---

<sup>8</sup> A esse respeito, detalharemos os referenciais teóricos mais adiante.

<sup>9</sup> Curso de Agentes Culturais Populares, realizado com recursos do Ministério da Educação a partir do edital PROEXT/2010.

pública ao que estava sendo desenvolvido, era a chance de transpor os muros da academia, e eu aproveitei.

Não sem receio de que a comunidade poderia me confundir com o governo, organizei reuniões e conversas em que os representantes da secretaria apresentaram e discutiram a proposta de uma política cultural para as lan houses, diretamente para os donos desses espaços. A nosso ver, esse pode vir a ser um embrião de um processo de políticas públicas realmente participativo.

Nas páginas desta tese, falarei não só do que encontrei nas lan houses, mas nas favelas pesquisadas. Deparei-me com uma cultura popular que me encanta e que possui seus próprios agenciamentos. Ri e chora, sente amor e raiva e literalmente briga pelos seus interesses da forma mais direta possível.

(In)felizmente percebi e senti que intervir é conhecer, que optar pela pesquisa-intervenção é de fato desestabilizar o campo, é mexer com as forças que ali estavam recrudescidas, é criar linhas de fuga e por consequência produzir resistência e re-existência.

Acredito que tenha encontrado meu foco de investigação: a cultura popular a partir das lan houses em favelas, ou ainda o papel social das lan houses nesses espaços. A observação do cotidiano nas lan houses do Santa Marta e Acari nos permitiu conhecer seus agenciamentos, potências, relação com a indústria cultural e com as novas tecnologias, sobretudo, no contexto de globalização.

Dito tudo isso, acalmamos a tempestade, o mar ficou convidativo para as navegações e o que faremos agora é apenas cartografar, de forma sucinta, as diferentes correntes que compuseram o balanço de nossas ondas. Assim, apresentaremos brevemente nossos pressupostos teóricos e os cais em que aportamos nosso barco ao longo desse percurso.

Apresentando a lan house como nosso espaço prioritário de reflexão e trabalho de campo, vislumbramos analisar os modos de funcionamento das juventudes populares sobre a égide do capitalismo contemporâneo e a lógica da globalização. Ao mapear suas apropriações da tecnologia difundida, cremos ser possível não somente identificar elementos culturais e educativos existentes na realidade das lan houses, como também atuar no sentido de produzir tais elementos.

Para tal, elaboramos como objetivos específicos: analisar historicamente a relação entre avanços tecnológicos e ideário de progresso, possibilitando com isso um outro olhar sobre o discurso de inclusão digital; refletir acerca da difusão tecnológica sob a ótica da cultura do consumo e das apropriações das camadas populares, problematizando, assim, os seus usos; e

compreender e dar visibilidade à realidade cotidiana das lan houses situadas em Acari e no Santa Marta. Além desses, também são objetivos discutir o papel do poder público ao legislar sobre e fomentar tais espaços, tendo como parâmetro uma organização econômica sustentável que não se submeta à lógica hegemônica; problematizar a oposição educação/entretenimento a partir das experiências juvenis de construção de sentido no espaço da lan house; e contribuir na ampliação das potencialidades culturais e socioeducativas das lan houses em favelas.

Visando à elaboração de hipóteses consistentes acerca dos aspectos acima destacados, elegemos um conjunto de fontes que nos possibilitará, juntamente com um arcabouço teórico, formular caminhos possíveis para as questões apresentadas. Assim, para compor nossas fontes, recorreremos à pesquisa de campo com a realização de entrevistas semiestruturadas, observação participante, oficinas/grupos focais realizados nas lan houses acompanhadas pela pesquisa, bem como questionários aplicados nas demais lan houses de Acari e do Santa Marta, tendo também como suporte o diário de campo da pesquisa. No que tange à relação entre o poder público e as lan houses, selecionamos textos legislativos sobre e para as lan houses, além da proposta de chamada pública de projetos para as lan houses, discutida pela Secretaria Estadual de Cultura do Rio de Janeiro. Contribuindo também para uma visão mais ampla do que vem sendo compreendido como lan house, selecionamos o documentário *Periferia.com*<sup>10</sup>, que aborda o impacto das lan houses nas periferias de São Paulo, e alguns materiais elaborados e difundidos pelo projeto CDI Lan<sup>11</sup>.

Diversificando fontes de um cotidiano micro e visões mais distanciadas sobre esses espaços conhecidos como lan house, pretendemos contribuir para uma visão ampliada desses locais, percebendo os limites e as potencialidades dos mesmos. Para tal, traçamos horizontes teóricos que pretendem abarcar a pluralidade de temáticas que nossa investigação apresenta como desdobramento do acompanhamento das lan houses estudadas.

Pesquisar o cotidiano das lan houses, tendo como objetivo refletir sobre os usos da tecnologia e seu atrelamento a um mito do progresso aponta para um debate acerca da Indústria Cultural, visto que compreendemos esse espaço recorrentemente habitado pela juventude, como ponto de culturas e sociabilidades. Buscando aprofundar este debate, recorreremos a Walter Benjamin (1994) em suas reflexões acerca do cinema e da produção cultural como um todo,

---

<sup>10</sup>RAMPAZZO, Alexandre Rampazzo & DONADELI, João Daniel. *Periferia.com*. São Paulo:DOCTV IV,2009

<sup>11</sup>Projeto da Organização Não Governamental Comitê para Democratização da Informação (CDI), do qual falaremos mais detalhadamente no terceiro capítulo. Maiores informações em [www.cdi.org.br](http://www.cdi.org.br).

momento no qual o pensador alemão alimenta um rico debate com Adorno e Horkheimer, diferenciando-se destes no que tange às suas concepções acerca da cultura popular e da cultura de massas.

Ao identificar uma dimensão de resistência através do cinema, Benjamin é categórico em afirmar que tal dimensão somente será possível, quando houver a libertação da exploração cinematográfica pelo capitalismo, eliminando assim seu caráter contrarrevolucionário. Podemos com isto pensar de que maneira as lan houses atuam como espaço de exploração e reprodução da lógica capitalista, minimizando ou mesmo silenciando sua dimensão libertadora.

Avançando nas leituras de Adorno e Horkheimer, Benjamin (1994) coloca um novo desafio para as esquerdas, qual seja: pensar as possibilidades de apropriação dos meios de comunicação de massas. A noção de indústria Cultural, originalmente trazida por Horkheimer e Adorno, demanda novas leituras que partam de abordagens que vislumbrem as massas não como meros seres receptivos de um discurso dominante que os aliena, mas como sujeitos integrantes desse processo de comunicação e cultura.

Trabalhamos com a ideia de que refletir acerca da lan house como um espaço de cultura e educação atua no sentido de pensar/intervir nas apropriações possíveis da tecnologia de informática e da rede. Para tal, é necessário compreender a atual apropriação desses meios pela cultura de massas, e sua possível alteração para um espaço de cultura popular.

Reservando especial atenção aos debates acerca da cultura de massas e aos meios utilizados por ela, as reflexões benjaminianas nos remetem às ideias de Mikhail Bakhtin (2008) em suas formulações acerca da vitalidade da cultura popular. Analisando o contexto da Idade Média, Bakhtin percebe elementos de contestação/ oposição à cultura erudita, através de manifestações da cultura popular. Compreender tal manifestação em nossa hipótese implica também compreender a constante apropriação da cultura popular pelo discurso conservador e contrarrevolucionário.

Ainda que constatando a impossibilidade de debater com a devida consistência as categorias de cultura popular e cultura de massas no breve espaço destas considerações iniciais, julgamos pertinente tecer alguns comentários sobre tal temática e, para isso, recorreremos às reflexões de Martín-Barbero que, ao falar da retomada do estudo sobre o popular, afirma:

[...] Além das modas — que a sua maneira falam também do que mascaram, no que, em última análise, se apóiam secretamente — a vigência recuperada pelo popular nos

estudos históricos, nas investigações sobre a cultura e sobre a comunicação alternativa, ou no campo da cultura política e das políticas culturais, marca uma forte inflexão, uma baliza nova no debate e alguns deslocamentos importantes.

[...] No conjunto, o que começa a se produzir é um descentramento do conceito mesmo de cultura, tanto em seu eixo e universo semântico como no pragmático, e um redesenho vai desempenhar um papel importante o reencontro com o pensamento de Gramsci, que, acima das modas teóricas e dos ciclos políticos, alcança atualmente uma vigência que tinha sido isolada ou ignorada durante longos anos. (Martín-Barbero, 2006, p. 98-99)

Partimos assim de uma perspectiva que compreende a cultura não como algo abstrato, mas em sua relação com as visões de mundo de uma determinada sociedade e dos grupos sociais que as produzem e difundem. Logo, pensando a lan house como a princípio um local de convívio da juventude, cabe levantar problematizações acerca das culturas jovens, entendendo-as em sua pluralidade.

O aspecto plural a ser destacado indica a heterogeneidade da categoria juventude, sendo inclusive mais interessante seu uso no plural, juventudes, ressaltando assim a imensa diversidade econômica, social e cultural presente nesse segmento, em geral definido pela faixa etária. Assim, uma investigação acerca das culturas jovens, implica como aponta Gilberto Velho:

Mapear e analisar os multipertencimentos de indivíduos e grupos característicos, embora não exclusivos, da vida na sociedade moderno-contemporânea. Ou seja, a construção da identidade é um processo que decorre no tempo, transforma-se e dá em múltiplos contextos sócio-culturais e níveis de realidade. (Velho, 2006, p.193)

A(s) identidade(s) jovem(ns) também são afetadas pelas continuidades e rupturas inerentes aos processos históricos. Assim, a aceleração cada vez maior do tempo, da tecnologia e da informação influenciam diretamente a subjetividade das juventudes. Uma geração que tem sua experiência de vida permeada pelo computador e pela rede apresenta diferenças em suas formas de relacionamento, afeto, aprendizado, organização, trabalho etc.

De acordo com o filósofo Pierre Lévy (1999), uma geração nascida no momento histórico em que o computador e a rede são realidades intensamente difundidas está em contato com um novo universal, rico em diferentes formas culturais que vieram antes dela. Em seus estudos, o autor apresenta duas noções chave: o ciberespaço e a cibercultura.

Como ciberespaço, também chamado de rede, Lévy compreende um novo meio de comunicação que emerge da interconexão mundial dos computadores. Tal termo abarca não

somente a infraestrutura material da comunicação digital, como também as informações nele abrigadas e os indivíduos que nele circulam e se alimentam. Em relação ao conceito de cibercultura, o autor o define como *conjunto de técnicas, práticas, atitudes, pensamentos e valores desenvolvidos juntamente com o crescimento do ciberespaço*. (Lévy, 1999, p.17)

Percebemos um diálogo entre a tese levantada por Lévy (1999) e a de Milton Santos (2006) no que tange a formulação sobre a possibilidade emancipadora da técnica, aprofundando assim o debate em relação aos seus usos, abandonando uma dimensão essencialista. Fica patente uma perspectiva otimista, como defende Lévy,

(...) o crescimento do ciberespaço resulta de um movimento internacional de jovens ávidos para experimentar, coletivamente, formas de comunicação diferentes daquelas que as mídias clássicas nos propõem. (...) estamos vivendo a abertura de um novo espaço de comunicação, e cabe apenas a nós explorar as potencialidades mais positivas deste espaço nos planos econômico, político, cultural e humano. (Lévy, 1999, p. 11)

Corroboramos o otimismo presente na citação, em especial por destacar o aspecto coletivo presente nesse movimento, o que tende a fortalecer seu desenvolvimento concreto e também sua inquietude, no sentido de estar sempre em busca de algo novo, contribuindo assim para o movimento e não para estagnação.

Partindo dessas premissas, em que o centro do debate passa a ser as mediações e não exclusivamente o meio, retomamos o valioso trabalho de Martín-Barbero (2006) sobre comunicação, cultura e hegemonia. Em obra intitulada *Dos meios às mediações*, Martín-Barbero faz um minucioso e consistente trabalho de debate conceitual entre autores e vertentes que se debruçaram acerca de questões como: povo, cultura, folclore e indústria cultural, dentre outros.

Para Martín-Barbero, a cultura é vista como um espaço não somente de manipulação, mas também de conflito capaz de transformar em meio de libertação as diferentes expressões ou práticas culturais. Assim, os meios são analisados através de suas mediações, ou ainda, através de seus usos políticos.

Propondo uma leitura que não mais anule a dimensão contra-hegemônica dos meios de comunicação de massa, Martín-Barbero retoma Benjamin para se contrapor ao pessimismo cultural, que somente vislumbra tais meios, dentre eles o cinema, como máquina/técnica a serviço do capitalismo, percebendo o espectador como mero receptor passivo, e não como um interlocutor ou um coenunciador.

Em nossa pesquisa, pretendemos investigar como os funcionamentos atuais das lan houses servem ou não de mediação para um determinado projeto de classe, mas sem perder a perspectiva de que esta é apenas uma apropriação e não uma essência desse espaço.

Por se tratar de uma pesquisa na lan house e não apenas sobre a lan house, recorreremos a referenciais teóricos que pudessem nos acompanhar nesse percurso que se constitui como parcial, cabendo então uma análise constante de nosso papel. Nesse aspecto, como dito anteriormente, encontramos na psicologia social referenciais muito importantes para nos ajudar em tal desafio, com notório destaque para as noções de pesquisa-intervenção e de método cartográfico.

Começamos por esclarecer ao nosso leitor o que entendemos como uma pesquisa-intervenção, para então posteriormente delinear o que constitui o método cartográfico, que inspirou nossa pesquisa. Dizemos inspirou, pois ao longo desta tese não buscamos afiliações às matrizes teóricas e sim diálogos, encontros. Aqui, ousou citar na oralidade as palavras do poeta, militante e acadêmico Nelson Maca no “Sarau Black”, no Pelourinho em Salvador-Bahia: “Eu sou o Exú das encruzilhadas acadêmicas”.

Nas travessias dos mares do conhecimento que essa pesquisa me proporcionou, foram muitas as correntes (marinhas ou acadêmicas) que cruzei. Nas páginas deste trabalho, apresentarei ao leitor aquelas que contribuíram para que eu melhor aportasse nos cais previstos. Assim, usar a imagem de Exú trazida por Maca, que para cultura Ioruba é o mestre dos caminhos, o mensageiro entre o mundo dos vivos e dos mortos, significa pensar nos desafios de estar entre o mundo acadêmico e o popular, da teoria e da prática. E a partir desse entendimento, optamos por ir além de pesquisar, intervir.

Para tal, nos referenciamos à obra de Virgínia Kastrup (2008), em que a autora discorre sobre sua proposta de método cartográfico de pesquisa-intervenção. Cabe destacar que, nesta proposta metodológica, a produção do conhecimento não se dissocia da transformação do objeto. Assim, pensando em nosso caso específico, poderíamos indicar que a análise das lan houses em periferias não está dissociada de projetos e propostas que visem interferir/potencializar essas realidades.

A proposta defendida por Kastrup busca romper com o modelo de pesquisa positivista que defende a eliminação da participação do pesquisador na produção do conhecimento objetivo e a suposta neutralidade da pesquisa. Segundo a autora, "*A pesquisa-ação crítica revela-se potencializadora da organização de grupos e de espaços de participação coletiva incluindo, no seio do próprio método, a articulação entre pesquisa e política.*" (Kastrup, 2008, p. 5).



Compreendendo as comunidades e as lan houses como espaços coletivos, cremos que tal proposta metodológica tem muito a contribuir para o desenvolvimento de nossa investigação. Sob a ótica da pesquisa-intervenção compreende-se como necessário o envolvimento do pesquisador com o seu trabalho, sendo então adotado o conceito de implicação. Implicar-se com a pesquisa significa, sobretudo, pôr fim ao lugar de suposta neutralidade, reservado ao pesquisador nas concepções mais científicas e positivistas.

No campo da Historiografia, a discussão sobre a neutralidade e imparcialidade assume um papel importante, sobretudo, quando se trata da chamada “História do Tempo Presente” ou ainda “História Recente”, discussão que será apresentada em nosso primeiro capítulo. Assim, traremos alguns elementos da discussão sobre implicação e sobreimplicação para dialogar com os processos de subjetividades que ganharam força ao longo da pesquisa.

Aprofundado por René Lourau (1990/1993), o conceito de implicação traz como uma de suas principais contribuições a constatação de que, num processo de pesquisa, sujeito e objeto não ocupam polos estáveis, sendo a pesquisa situada exatamente no meio, entre esses espaços, buscando recorrentemente desestabilizar tais polos, respondendo por sua transformação. Assim, ao adotar essa perspectiva, estamos falando de uma pesquisa com os frequentadores das lan houses, em comunidades populares e não sobre eles. A simples alteração de uma pequena palavra implica registrar nossa concepção de que o conhecimento produzido nesta pesquisa é um fruto coletivo, cujos objetos também serão compreendidos como sujeitos, e a equipe de pesquisa também será analisada.

Assim, optar pela pesquisa-intervenção, num estudo em que trabalharemos com comunidades populares, a nosso ver significa escolher um caminho no qual estaremos recorrentemente analisando nosso papel, buscando, como dito anteriormente, deslocar o lugar de pesquisador que possui e da comunidade que, por ser “carente”, recebe. Com essa movimentação, pretendemos fugir da utilização de um saber científico que recorrentemente anula o saber das mulheres, das crianças e dos loucos, posto que na disputa frente ao saber científico o saber social tem sido recorrentemente reprimido, inferiorizado e culpabilizado (Rocha & Aguiar, 2007, p. 656).

A comunidade de Acari se constituiu no primeiro espaço geográfico em que nossa opção pela pesquisa-intervenção ganhou corpo. Nela, a lan house priorizada para um acompanhamento

mais sistemático é conhecida como “lan house do Freitas”<sup>12</sup>, e possuía dez computadores e um servidor. Na ocasião do encerramento do trabalho de campo, no ano de 2012, o estabelecimento encontrava-se com nove computadores, pois o dono havia vendido um aparelho para investir numa máquina mais nova.

Apesar de vivenciar o cotidiano de apenas uma lan house, em Acari, acompanhamos todo um processo de organização/realização de atividades socio-culturais na comunidade, através do contato constante com moradores/ativistas da região. Em 2009, a comunidade com apoio da orientadora da presente pesquisa ganhou um edital do Ministério da Cultura para criação de um ponto de cultura em Acari. Infelizmente, os envolvidos no projeto não conseguiram superar a fase de recolhimento e envio da documentação necessária, o que acabou por inviabilizar o recebimento da verba.

Tal dificuldade não impediu a continuidade dos esforços para se estabelecer um espaço cultural popular em Acari. Assim, acompanhamos de perto as atividades desse Centro Cultural, bem como a execução do Projeto “Mapeamento Cultural de Acari”, apoiado pela Fundação Itaú Cultural e coordenado pela professora Adriana Facina (2012). Essa atuação direta e intensa na comunidade implicou em uma alteração no jogo de forças nesse território, principalmente no que tange às lideranças comunitárias estabelecidas, fator que será mais amplamente analisado no capítulo um.

Relatar nosso acompanhamento em Acari tem por objetivo esclarecer ao nosso leitor que não somente vivenciamos o cotidiano da lan house do Freitas, mas também da comunidade em que ela está situada. Tecendo redes e descortinando possibilidades, nos embrenhamos em Acari, um novo mundo para nós desconhecido, e que desde o início não objetivávamos explorar ou catequizar, como antigos colonizadores.

Articulada à perspectiva da pesquisa-intervenção, nos aproximamos da cartografia, uma proposta de trabalho que se apresentou como bastante interessante para o desenvolvimento da investigação que realizamos. Segundo definição do dicionário Houaiss da Língua Brasileira, cartografia é “*1. conjunto de estudos e operações científicas, técnicas e artísticas que orienta os trabalhos de elaboração de cartas geográficas 2. descrição ou tratado sobre mapas*” (Houaiss, 2001, p. 638). Tal conceito tem tido diferentes usos e apropriações nas mais diversas áreas do

---

<sup>12</sup>Para preservar os interlocutores de nossa pesquisa, optamos pela utilização de pseudônimos em todo o texto. Freitas foi o pseudônimo adotado para o dono da lan house que pesquisamos em Acari.

conhecimento: geografia, antropologia, psicologia social, comunicação, dentre outras, fator que exploraremos ao longo do trabalho.

Inicialmente, destacamos a definição de cartografia apresentada por Virgínia Kastrup, no campo da psicologia social:

A cartografia é um método proposto por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995) para o estudo da dimensão processual da subjetividade e de seu processo de produção. O método cartográfico não equivale a um conjunto de regras prontas para serem aplicadas, mas exige uma construção *ad hoc*, que requer a habitação do território investigado e a implicação do pesquisador no trabalho de campo. (Kastrup, 2008, p. 6)

Em artigo intitulado *O método da cartografia e os quatro níveis da pesquisa-intervenção* (2008), a autora afirma que a cartografia, entendida por ela enquanto uma metodologia, não se limita a analisar apenas os produtos de uma pesquisa, pondo a lupa em topo o processo.

A partir dessa escolha, objetivamos recusar a recorrente dicotomia denunciada por Alessandro Portelli (1996), na qual temos “de um lado, a ilusão do testemunho como uma tomada de consciência imediata, de primeira mão, autêntica e fiel à experiência histórica; e, de outro, a divisão do trabalho entre o materialismo das fontes e a intelectualidade do historiador e do sociólogo.” Sob esse prisma, o pesquisador não é aquele que irá simplesmente coletar dados, ao contrário, ele está ciente de que, ao habitar um território de investigação, está, também, produzindo suas fontes, dialogando com as subjetividades presentes no ambiente pesquisado.

Adotando essa metodologia, habitamos os espaços das lan houses, não só com entrevistas formais, mas buscando através de oficinas e atividades, gravadas e/ou filmadas, produzir materiais que constituíram nossas fontes de análise. Nosso objetivo foi ultrapassar o modelo tradicional de entrevistas com perguntas e respostas, mergulhar nesse cotidiano, e através de dispositivos como charges, músicas, reportagens, filmes e cursos, fazer dialogar a demanda desses jovens e nossos objetivos de pesquisa, constantemente redefinidos ao longo de nossa investigação, visto que, como pontuamos, desejávamos uma pesquisa com esses sujeitos e não apenas sobre eles.

Com esse intuito, retomamos o debate acerca da pesquisa-intervenção, destacando que temos como meta imbricar nossa formação advinda do campo da História, com a proposta cartográfica, sobretudo, da psicologia social. Nesse sentido, esperamos que essa “mistura”

concretize-se como potente. Porém, estamos cientes de que erros e acertos também fazem parte do processo e como tal serão analisados.

Cabe aqui destacar os quatro níveis da pesquisa-intervenção pontuados por Kastrup (2008), para quem esse processo implica afetar: os participantes, o pesquisador, o problema de pesquisa e o campo de investigação. Nossa aproximação da pesquisa-intervenção e da cartografia parte da convicção de que, ao adentrarmos no espaço da lan house com objetivos acadêmicos, estávamos, em certa medida, desvirtuando do padrão de seus frequentadores, os quais passam também a ser nosso objeto/sujeito de pesquisa, através de entrevistas e relatos. Porém, que experiências de entrevistas esses jovens possuem? Qual a proximidade que eles têm com a narrativa formal acerca do seu próprio cotidiano? Percebem questões no seu dia a dia que sejam relevantes para uma pesquisa acadêmica?

Tal debate ganha especial valor se pensarmos que a lan house é um espaço prioritariamente habitado por jovens marcados pela pouca aproximação com a narrativa tradicional, filhos de uma época em que o contar não é mais interessante, ou ainda, como ressalta Walter Benjamin, a experiência, assim como a narrativa, vive o seu declínio:

(...) está claro que as ações de experiência estão em baixa, e isso numa geração que entre 1914 e 1918 viveu uma das mais terríveis experiências da história. Talvez isso não seja tão estranho como parece. Na época, já se podia notar que os combatentes tinham voltado silenciosos do campo de batalha. Mais pobres em experiências comunicáveis, e não mais ricos. (...) Uma nova forma de miséria surgiu com esse monstruoso desenvolvimento da técnica, sobrepondo-se ao homem. (Benjamin, 1994, p. 114)

No trecho acima, Benjamin faz referência ao silêncio daqueles combatentes que retornaram da Primeira Guerra trazendo em suas bagagens experiências e narrativas que por seu horror eram incomunicáveis. Experiências de morte, de destruição, de desumanização do inimigo e dos próprios aliados. E, em certa medida, o avanço tecnológico teria contribuído nesse processo, pois a ciência, utilizada na produção de metralhadoras e bombas mais potentes, serviu, nesse contexto histórico, para o exercício da violência em larga escala.

Partimos do entendimento de que os jovens de Acari e Santa Marta, locais de desenvolvimento de nossa pesquisa, também vivenciam uma situação de pobreza ou declínio de experiência, no sentido benjaminiano. Cabe ressaltar que nos distanciamos da recorrente abordagem dos grandes meios de comunicação e da opinião pública em geral, que acredita que

moradores de favela apenas possuem relatos de violência para compartilhar, acerca do seu cotidiano.

Sim, tais experiências de violência estão presentes e por vezes também assumem um caráter incomunicável, no entanto, a resistência, a alegria, a cultura, as sociabilidades também permeiam esse cotidiano favelado que vem cada vez dando mais visibilidade às suas expressões. O que ocorre em nossa hipótese é que as linguagens pelas quais esses dão visibilidade às suas experiências, com frequência, são desvalorizadas socialmente, tais como as letras de funk conhecidas como “proibições”.

Diferentemente dos combatentes que voltam mudos da Guerra, os jovens dessas favelas enfrentam diversas batalhas cotidianas e a nosso ver encontram em ferramentas da internet: jogos, Orkut, MSN, blogs, mais recentemente o facebook, entre outras formas e linguagens, para não silenciar acerca de tais experiências. A questão que se coloca então é a incapacidade do saber científico dialogar/reconhecer essas manifestações de resistência que enfrentam e subvertem a lógica de invisibilidade destinada a esses setores.

Dentre as heranças da modernidade, podemos elencar a desvalorização da experiência, a perda de *status* da narrativa, o esvaziamento da oralidade e a ascensão da cientificidade escrita e objetiva, que, por assim ser, acredita proteger-se da parcialidade e das marcas individuais ou coletivas de determinados sentimentos e impressões. A própria história oral, enquanto vertente historiográfica, encontra-se permeada por tal debate, pois, como aponta Philippe Joutard (1996), em seu artigo intitulado *História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos*, alguns militantes da história oral enxergam na historicização da memória uma espécie de traição, que iria macular os testemunhos.

Abandonando o anseio por descobrir verdades, ou manter uma suposta imparcialidade, pretendemos mergulhar no cotidiano dessas lan houses, emaranhando-nos em suas múltiplas realidades, possibilitando-nos conhecer e sermos conhecidos. Pretendemos com isso escutar as diversas vozes presentes nesses espaços, abrindo os ouvidos para narradores que por vezes foram marginalizados, silenciados ou simplesmente ininteligíveis aos ouvidos acadêmicos, fazendo com que se perceba o papel social desse empreendimento chamado “lan house” no contexto das favelas estudadas.

Outro aspecto salientado a partir de nosso campo foi a discussão sobre alienação e falsa consciência. Percebemos que as políticas públicas destinadas às favelas vinham quase sempre carregadas da máxima “sabemos de que esses moradores precisam”. O pouco, ou quase sempre

nulo, diálogo com os favelados na formulação de tais propostas indica a visão que se possui desses sujeitos: aqueles que não sabem o que é melhor para eles. Essa relação por vezes é reforçada pelo mundo acadêmico que, ao não compreender a dinâmica plural da favela, seus agenciamentos e negociações, as afirmações que se contradizem “*Com a UPP não tem mais tiro, mas...*”<sup>13</sup>, acaba produzindo um conhecimento que reforça o *status quo*.

No espaço desta tese, não faremos uma discussão aprofundada de tais conceitos do campo marxista, visto que diversas obras já o fazem com a devida consistência, tornando tal trabalho uma redundância e desvirtuação dos objetivos de nossa pesquisa. Porém, partiremos de uma visão crítica de tais noções para assim formular nossas análises.

Primeiramente, podemos destacar as análises, a nosso ver superficiais, que não questionam os materiais oriundos de suas entrevistas. Partilhando das ponderações de Portelli (1996), indicamos que é de suma importância problematizar o testemunho ou ainda a entrevista como um momento de tomada de consciência. O autor italiano em suas reflexões sobre a história oral aponta para a demanda de se compreender que a pergunta produz respostas, bem como o contexto da entrevista tem implicações nos produtos da mesma.

No caso específico do trabalho com favelas, território sob o qual pesa uma política de segurança baseada na violência e controle, e em especial com relação à *lan houses*, empreendimentos que vêm encontrando dificuldades frente ao poder público, no que tange às legislações, como analisaremos no capítulo dois, é imprescindível ter atenção à dimensão, apontada por Portelli (1996), de que o entrevistado tem ciência desse contexto e produzirá suas respostas a partir dele. Tal afirmação pode parecer óbvia, no entanto, quando recorrentemente escutamos e lemos recentes trabalhos acadêmicos que ao analisar a implementação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP’s) na cidade do Rio de Janeiro afirmam: “*os moradores dizem que melhorou*”, “*os moradores apoiam*”, “*os moradores preferem a UPP, pois acabou o tiroteio*”, percebemos o quanto ainda se faz necessário problematizar as condições de produção das entrevistas.

No entanto, problematizar tais condições de produção implica em questionar sua entrada no campo, suas verdades e teorias, é nesse aspecto que trazemos a leitura thompsoniana. Nosso interesse justifica-se, principalmente, devido à postura, em geral elitista, de acadêmicos de esquerda ou progressistas, que ao se debruçarem sobre as juventudes populares, não identificam

---

<sup>13</sup>Fala recorrente dos moradores de áreas pacificadas, quando entrevistados.

nenhuma forma de resistência de tais grupos, incorporando, explicitamente ou não, a premissa de que estão alienados e não adquiriram a consciência de sua classe.

É exatamente nesse aspecto que a obra do autor contribui com nossa pesquisa. Criticando a visão em geral de partidos, seitas ou mesmo de teóricos, cuja consciência de classe é percebida não como ela é, mas como deveria ser, Thompson afirma:

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas. (Thompson, 1987, p. 9)

Partindo de nossa realidade de pesquisa, não nos interessa pensar como os jovens frequentadores das lan houses deveriam agir, e sim analisar como eles estão agindo, quais são suas apropriações, buscando perceber nesse cotidiano o que existe de resistência e reprodução. Corroboramos, assim, a afirmação thompsoniana de que se a classe não existe como algo fixo, também é inexistente a consciência de classe como algo estático. Logo, tanto a classe materialmente falando, quanto a sua percepção enquanto grupo, o que se denomina de consciência de classe são processos históricos delimitados temporalmente.

Sob essa perspectiva, o marxista britânico aponta que se apenas analisarmos a história num determinado recorte, não enxergaremos as classes, mas sim uma multidão de indivíduos e um amontoado de experiências. No entanto, se a lupa for posta nesses homens durante um período adequado de mudanças sociais, poderemos observar padrões em suas relações, ideias e instituições. Constatamos com isso que a classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história. (Thompson, 1987, p. 12)

Acusando a teoria de prevalecer sobre os fenômenos históricos que se propõe a teorizar, Thompson destaca que infelizmente a noção de classe como categoria estática tem conquistado muito peso em setores bastante relevantes do pensamento marxista. Na visão do autor, durante muitos anos, foi dada excessiva atenção, de maneira anti-histórica, ao conceito de classe social, relegando ao segundo plano a noção de luta de classes, que para ele é o conceito prioritário.

Diferenciando-se dessa lógica, nossa pesquisa prioriza as relações de enfrentamento ou reprodução com o sistema capitalista, tendo a lan house nas favelas de Acari e Santa Marta como dispositivo de análise, fugindo da categorização *a priori* da classe social dos donos e

frequentadores desses espaços, e afirmando se esses estão conscientes ou alienados. Nosso foco é pensar como os jovens frequentadores de lan houses em comunidades populares usam esse espaço para baixar músicas, vídeos, jogar, se encontrar e dar visibilidade ao seu cotidiano através das redes sociais. Ou ainda, de que maneira os donos de lan house dialogam e ao mesmo tempo subvertem a lógica do capital, garantindo, a partir de esforços próprios como no caso de Acari, uma conexão de internet de alta qualidade num local onde as empresas do ramo não o fazem.

Olhar para a lan house sob esse ângulo é percebê-la como uma possibilidade de analisar os conflitos contemporâneos no contexto das favelas cariocas, pois, como ressalta o historiador britânico,

(...) as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós de interesses e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. (Thompson 2001, p. 274)

Em nossa hipótese, a existência da lan house enquanto empreendimento e a internet em si constituem importantes espaços para percepção desses nós na contemporaneidade. Como exemplo, poderíamos citar as disputas no campo legislativo acerca da legalidade das lan houses, e a denominada “favelização do Orkut” analisada pela pesquisadora Carla Barros (2011), fatores que serão explorados em nosso capítulo dois.

Assumindo a perspectiva thompsoniana, é exatamente a partir desses nós, desses embates na realidade concreta que emerge a identidade de classe, pois como ele afirma não podemos golpear a história para salvar as categorias. E é através desse cotidiano, em nossa concepção, potente e em ebulição, que os moradores das favelas, sobretudo as juventudes populares, estão encontrando caminhos de resistência e emancipação.

Como um acadêmico comprometido com os movimentos populares, Edward Thompson não se furta de criticar os seus próprios pares intelectuais, muitos da tradição marxista, a quem dirige a ácida observação:

(...) os intelectuais sonham amiúde com uma classe que seja como uma motocicleta cujo assento esteja vazio. Saltando sobre ele, assumem a direção, pois têm a verdadeira teoria. Essa é uma ilusão característica, é a “falsa consciência” da burguesia intelectual. Mas



quando semelhantes conceitos dominam a inteira *intelligentsia*, podemos falar de “falsa consciência”? Ao contrário, tais conceitos terminam por ser muito cômodos para ela. (Thompson, 2001, p. 281)

Pretendemos nós, também, através de uma pesquisa que não só observa e estuda os movimentos populares, mas também se insere neles, contribuir para a alteração do *status quo* da sociedade capitalista contemporânea, travando embates fora e talvez, sobretudo, dentro do universo acadêmico.

Assim, buscando estabelecer, acima de tudo, diálogos, mas quiçá embates, apresentamos nossa tese dividida em quatro capítulos, nos quais levaremos nosso leitor a acompanhar-nos na travessia dos mares que navegamos. Analisando o papel social da lan house em favela a partir da experiência de Acari e do Santa Marta, usamos o ponto de acesso pago à internet como um dispositivo para compreender: a relação do Estado com esses empreendimentos e com a favela; os donos de lan house na perspectiva da economia e cultura local; e seus usuários num contexto de juventude pobre criminalizada. Assim, os capítulos estarão divididos a partir dos atores sociais que nos possibilitaram a compreensão do fenômeno lan house nas periferias.

No capítulo inicial, compartilharemos com o leitor o diário de campo, ou ainda, diário de bordo, que acompanhou uma historiadora não muito navegante nessa fascinante viagem. A partir de relatos e experiências, descortinaremos aos poucos as diferentes tramas que compuseram nossas redes. Apresentando o campo de pesquisa e esclarecendo a opção pelas comunidades de Acari e Santa Marta, problematizaremos nossa atuação no campo de estudo, tendo como analisadores episódios descritos em nosso diário e trechos das oficinas e entrevistas.

Em nosso segundo capítulo, a nau adentra no debate do Estado, em seus diálogos e entraves com as lan houses. Nessas páginas, apresentaremos um panorama geral das lan houses no Brasil, a partir de pesquisas recentes, discutindo a eficácia das políticas públicas de inclusão digital. Os confrontos e alianças serão analisados a partir de legislações, sobretudo na esfera estadual, sobre e para as lans, bem como a partir do edital da Gerência de Cultura Digital do estado que reconhece a lan house como um espaço cultural e pesquisas acadêmicas sobre tais estabelecimentos. Outro aspecto que será trabalhado é a lan house como um dispositivo de análise para um modelo de cidade voltado para o capital e que vem sendo consolidado pela Política de Segurança Pública do governo do estado com apoio da prefeitura do município do Rio de Janeiro.

O terceiro cais onde aportamos nosso navio é a análise dos donos de lan house. Conheceremos um pouco mais sobre os donos das duas lan's acompanhadas pela pesquisa, ao longo dos quase quatro anos de trabalho de campo e, a partir de suas entrevistas, e das oficinas realizadas, entraremos no funcionamento desse espaço. Também neste momento discutiremos o processo de formalização da lan house do Santa Marta, bem como os impactos dos investimentos governamentais em uma favela que se quer modelo, compreendendo tais movimentações inseridas no contexto da globalização e da cultura do consumo.

Última parada: os frequentadores da lan house. Optando pela realização de grupos focais e entrevistas com os frequentadores das lan houses pesquisadas, acessamos/produzimos um rico material de análise que será explorado em nosso último capítulo. Nesse momento, destrincharemos o processo de elaboração e realização de tais oficinas. Assim, os debates e questões levantadas nas oficinas e nas entrevistas com os clientes das lan's pesquisadas servirão como analisadores para a discussão acerca do diálogo entre políticas públicas e as práticas e desejos dos moradores das favelas, sobretudo os jovens, bem como o cotidiano das favelas estudadas. Sob esse prisma, discutiremos também a relação entre educação e entretenimento, escola e lan house, levantando reflexões sobre as novas relações com o saber numa sociedade em rede e globalizada.

Trajetória apresentada, convidamos o leitor, com suas redes, a embarcar em nossa navegação...

## Capítulo 1

### Balanço Geral: dos lugares, das escolhas e das trajetórias

*Mais do que das intenções,  
eu gostaria de apresentar a paisagem de uma pesquisa e,  
por esta composição de lugar, indicar os pontos de referência  
entre os quais se desenrola uma ação.  
O caminhar de uma análise inscreve seus passos,  
regulares ou ziguezagueantes,  
em cima de um terreno habitado  
há muito tempo.  
Michel de Certeau<sup>14</sup>*

#### 1.1 De Acari ao Santa Marta: dos lugares e das escolhas

*Surfista zona sul  
vai da Barra pro Havaí  
surfista zona norte  
da Central a Japeri  
Rap do Surfista- Furação 2000<sup>15</sup>*

A epígrafe escolhida foi um funk de grande sucesso no Rio de Janeiro, na década de 1990. Usando a imagem do surf, a canção estabelece uma comparação entre as zonas sul e norte da cidade “maravilhosa”, trazendo à tona as desigualdades sociais que podem ser percebidas de maneira mais explícita nessa divisão da geografia carioca. Em nossa pesquisa, tal recorte também

<sup>14</sup> CERTEAU, Michael de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. P.35.

<sup>15</sup> Música do Grupo Geração, mas divulgada em vários sites sob os créditos do DJ Malboro e equipe Furação 2000, sem data precisa. Cabe destacar que de maneira mais recorrente, no universo do Funk, infelizmente, a autoria da criação artística nem sempre é reconhecida ou divulgada, após a letra ter sido vendida para gravação.

poderá ser analisado, visto que o trabalho de campo foi realizado em Acari, favela da zona norte da cidade, e no morro Santa Marta, situado em Botafogo, bairro nobre da zona sul.

Neste capítulo, intitulado “Balanço Geral”, fazemos uma alusão irônica ao programa televisivo de mesmo nome, veiculado pela TV Record, de segunda a sexta, entre 12h e 14h30. Apresentado pelo então Deputado Estadual, Wagner Montes, “Balanço Geral” possui extremo caráter conservador, por vezes incitando seus telespectadores a apoiar violações aos Direitos Humanos.

Mas, por que trazer o nome de tal programa, visto que não concordo com sua abordagem?

Ainda que corroborando uma visão preconceituosa das favelas e das classes populares, priorizando colocar no ar apenas notícias de crimes e episódios violentos nos espaços onde vivem as classes populares, silenciando com isso outras dimensões, tal programa consolida uma grande audiência, marcadamente nessas mesmas classes populares. A linguagem utilizada no programa prioriza os aspectos coloquiais e do cotidiano, a nosso ver, com intuito de construir uma aproximação com o telespectador, sobretudo, das camadas mais desfavorecidas economicamente.

Assim, o nosso “Balanço Geral” tem por objetivo trazer o cotidiano, apresentar de maneira clara as escolhas que nortearam a nossa pesquisa, os caminhos que percorremos durante a realização de nosso trabalho de campo. Pretendemos produzir identificação não pelas mazelas dos espaços populares, mas através das suas riquezas, da pluralidade, do cotidiano de alegria e reinvenção que conhecemos a cada dia, acompanhado por nossa pesquisa nas favelas de Acari e Santa Marta. E aqui, cabe explicar: por que essas e não outras favelas?

Por trabalhar como professora de história numa escola técnica, atuando no curso de Manutenção e Suporte de Computadores, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), nutri primeiramente meu interesse pelo tema da lan house. Logo em seguida, percebi, sobretudo, através de meus alunos, que, nos espaços populares, tal estabelecimento assume características singulares e, assim, delimitava-se o interesse da investigação: lan house na favela.

Quantas e quais favelas iríamos acompanhar? Nosso interesse era produzir um trabalho com dados quantitativos e levantamentos estatísticos ou mergulhar no acompanhamento de cotidianos, produzindo uma pesquisa qualitativa com ênfase na experiência? Ficamos com a segunda opção, decidimos que analisaríamos uma lan house em cada favela.

A primeira comunidade que escolhemos trabalhar foi Acari, na zona norte do Rio de Janeiro. Cabe destacar que, naquele momento, início de 2009, a orientadora da pesquisa estava desenvolvendo um trabalho na região, colaborando com a construção de um projeto para que

Acari tivesse um ponto de cultura do governo federal. Somado a esse fato, que é de suma importância, visto que facilitava a entrada no campo a partir dos contatos na comunidade, destacamos a existência da consagrada pesquisa sobre Acari, do historiador e professor do Departamento de História da UFF, Professor Marcos Alvito.

A tese de doutorado de Alvito, publicada como livro, sob o título *As cores de Acari*<sup>16</sup>, servia como uma base etnográfica sólida da qual poderíamos partir para pôr a lupa sobre a lan house nesse território. Acrescente-se a esses fatos que a favela de Acari é extremamente estigmatizada, sendo reforçada sua imagem de pobreza e violência com a presença do tráfico. Surgia então o desafio de conhecer outra Acari.

Com o intuito de diversificar nossa reflexão, definimos o Santa Marta como segundo campo de investigação da pesquisa. Situada num bairro nobre da zona sul carioca, a favela mais íngreme do Rio de Janeiro foi a primeira a receber a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), servindo de modelo para a implementação da Política de Segurança Pública do governo estadual.

Nossa entrada no Santa Marta foi facilitada por militantes e funcionários da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) que, naquele momento (2009), acompanhavam as denúncias de violações aos Direitos Humanos na comunidade. Tal entrada militante no STM (como é abreviado pelos seus moradores) fez com que nos questionássemos em vários momentos acerca de nossas implicações, fator que aprofundaremos a seguir.

Escolhas feitas, sigamos viagem!

---

<sup>16</sup>ALVITO, Marcos. *As cores de Acari: uma favela carioca*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

### 1.1.1 É, sim, lá em Acari!

*Tudo isso tu encontra numa rua logo ali  
É molinho de achar  
É lá na feira de Acari  
É, sim, lá em Acari!  
É, sim, lá em Acari!  
Mc Batata<sup>17</sup>*

Nossa primeira entrada em Acari foi num sábado à tarde, no meio de um feriadão. Era 02 de Maio de 2009 e o primeiro espaço que conheci não foi uma lan house, apesar de esse ser o nosso objeto principal de estudo, mas sim a quadra da Escola de Samba Favo de Acari. O objetivo era acompanhar uma oficina de gênero com um grupo de meninas que dançavam funk e com isso me aproximar de Acari e seus moradores, para então escolher que lan house eu acompanharia.

Confesso que meu imaginário sobre Acari, construído em bases midiáticas, não incluía uma Escola de Samba. Os signos que eu esperava encontrar eram de pobreza e violência, pois como afirma o pesquisador Marcos Alvito em seu livro sobre a localidade:

A favela de Acari começou a ficar “famosa” na mídia a partir de três “fatos”: a existência de um intenso tráfico de cocaína, sob chefia de um “dono” famoso por sua política “assistencialista”, o “Cy de Acari”; a realização, bem em frente à favela de uma “feira” conhecida por vender produtos de origem duvidosa, a “Robauto”; e a formação de um grupo de mulheres, internacionalmente conhecidas como “As Mães de Acari”, visando esclarecer o desaparecimento de 11 jovens, alguns deles da favela de Acari, supostamente mortos por policiais. Assim, podemos dizer que Acari, desde meados da década de 1980 até hoje, tem ocupado um lugar de destaque (negativo) no imaginário urbano do Rio de Janeiro. (Alvito, 2001, p.56)

Porém, a primeira visita em Acari já me revelou uma realidade muito mais complexa e rica. A tarde extremamente agradável com as meninas, que inclusive me fizeram dançar, somada ao papo com duas lideranças comunitárias nas áreas de Direitos Humanos e Cultura quase

---

<sup>17</sup>MC Batata. Feira de Acari. S/d.

modificaram novamente o tema da pesquisa. Mas ele estava bem definido, o papel social da lan house em Acari a partir do acompanhamento sistemático de um estabelecimento. E assim, começamos a tecer a rede que jogaríamos no “Rio Acari”.

Segundo os dados do portal Geo Rio, em 2010, Acari possuía 27.347 residentes em 8.502 domicílios<sup>18</sup>. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ainda é um dos mais baixos do município, ocupando a posição 124, apenas à frente de Costa Barros e do Complexo do Alemão, outras duas favelas da zona norte da cidade, como apresentam os dados do WikiRio<sup>19</sup>. No entanto, para além dos dados e imagens negativos, conheci outra favela de Acari.

A escolha da lan house que seria acompanhada pela pesquisa foi rápida, segundo as duas lideranças que entrevistamos em nossa primeira visita, haveria entre 30 a 40 lan houses na favela, número que não se confirmou no mapeamento que realizamos posteriormente, fator que detalharemos mais adiante. No entanto, frente a essa grande quantidade de lan house por eles citados, ambos destacavam que eu deveria pesquisar a “Lan do Freitas”<sup>20</sup>. O grande motivo era se tratar de uma lan house cujo dono tinha preocupações com a comunidade; segundo eles, uma pessoa consciente, militante, que inclusive tentou implementar preços diferenciados para quem iria pesquisar ou estudar.

O exemplo trazido por meus primeiros interlocutores em Acari era exatamente o que precisávamos como dispositivo para analisar nossa hipótese de que a lan house em favela possui um papel bem mais amplo que acesso à internet. Essas lideranças eram Jorge e Valdir<sup>21</sup>, pessoas de quem me aproximei bastante, em ações, projetos e lutas dentro e fora de Acari.

Para falar dessa aproximação, é necessário abordar o Projeto “Mapeamento Cultural de Acari”. Apoiado pelo Itaú Cultural e coordenado pela professora Adriana Facina, orientadora de nossa pesquisa, o mapeamento teve início em 2011 e definia-se da seguinte maneira:

“Este projeto pretende mapear o conjunto da produção cultural na favela de Acari, Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. Acari está na região de menor IDH da cidade e sofre com diversos problemas infra-estruturais, entre eles o baixo investimento público e privado em cultura. A despeito disso, o cotidiano da favela é marcado por uma série de iniciativas culturais, tais como escolas de samba, grupos de hip hop, bailes funk, quadrilhas de festa junina, eventos de forró, festas de reggae, grupos de dança, grafite,

<sup>18</sup>Dados disponíveis em [http://portalgeo.rio.rj.gov.br/armazenzinho/web/BairrosCariocas/index2dados\\_Bairro.htm](http://portalgeo.rio.rj.gov.br/armazenzinho/web/BairrosCariocas/index2dados_Bairro.htm). Acesso em 17.07.2012.

<sup>19</sup>Dados disponíveis em [http://www.wikirio.com.br/IDH\\_dos\\_bairros\\_da\\_cidade\\_do\\_Rio\\_de\\_Janeiro](http://www.wikirio.com.br/IDH_dos_bairros_da_cidade_do_Rio_de_Janeiro). Acesso em 17.07.2012.

<sup>20</sup>Pseudônimo.

<sup>21</sup>Pseudônimos.

poesia entre outros. A idéia do projeto é mapear essas iniciativas desenvolvidas pelos próprios moradores com o objetivo de sugerir caminhos para fomentá-las através de políticas públicas e do patrocínio privado, estimulando uma economia da cultura já existente na favela que pode ser opção de emprego e renda para seus produtores culturais e artistas. Além disso, a cultura pode ser ainda um meio de reinvenção do cotidiano, criando novas formas de sociabilidade muito importantes em territórios estigmatizados pela violência armada. Por fim, entendemos que este projeto pode ser um laboratório para a ampliação do mapeamento para outras favelas cariocas e, assim, se tornar um subsídio para a formulação de políticas voltadas para a democratização da cultura.”

(<http://acaricultural.wordpress.com/about/>. Acesso em 17.07.2012.)

Nesse contexto de identificação das práticas culturais acarienses, fomos convidados por Adriana Facina, a integrar o projeto a partir da compreensão de que a lan house na favela assume também o papel de um espaço cultural. Incorporados ao Mapeamento Cultural de Acari, eu e os bolsistas do IFRJ<sup>22</sup> ligados à pesquisa sobre lan house, passamos a frequentar as reuniões e eventos do projeto.



Imagem do Blog do Mapeamento Cultural de Acari

A partir desse momento, nossas visitas à Acari tinham como referência não apenas a lan house do Freitas, mas também o Comitê Popular Revolucionário Poeta Deley de Acari (CCPR). Construção ampla de dois andares, com um quintal murado e cimentado, tal espaço, que na

<sup>22</sup> Instituto Federal ao qual sou vinculada.



década de 1990 foi um DPO (Destacamento de Policiamento Ostensivo) e posteriormente usado pela Associação de Moradores, passou a ser gerido pelos organizadores do CCPR, transformando-se em local de realização de oficinas, reuniões e eventos culturais.

Foi nesse espaço que passamos a frequentar outras atividades da favela como: o Cachassarau Torresmo à Milanese (Sarau de poesias, conforme divulgação a seguir), aniversários, confraternizações e reuniões da pesquisa. Um dos bolsistas de nossa pesquisa por vezes encontrava-se com o MC Luís<sup>23</sup>, morador da favela e também integrante do projeto mapeamento cultural de Acari, para juntos rodarem de moto ou a pé pelos becos e vielas, mapeando lan houses e preenchendo o questionário que elaboramos para os donos/trabalhadores de lan house e que se encontra no anexo da pesquisa.

**29**  
outubro  
**18:00h**

**CCPR** *convida*  
**CACHASSARAU**  
*Torresmo à Milanese*

**COMO CHEGAR**  
\*Passarela 27  
da Av. Brasil  
\*Metrô - Estação  
Acari/Fazenda Botafogo

**Dose Dupla  
Helio de Assis  
&  
Deley de Acari**

**Rua Pereira Silva, 44 - Acari**

Divulgação do Cachassarau

Nessas idas e vindas: almoços na Rua da Lama, conversas nas esquinas, discussões e risos no CCPR, a fronteira entre pesquisadores e pesquisados se tornou cada vez mais fluida. Somando-se a esse fator, em 2011 selecionamos para trabalhar como bolsista na pesquisa de campo uma aluna do IFRJ, moradora de Acari. Karina<sup>24</sup>, na época com 26 anos, é mãe, trabalha

<sup>23</sup>Pseudônimo.

<sup>24</sup>Pseudônimo.

como merendeira escolar na rede municipal do Rio de Janeiro e cursa Manutenção e Suporte em Informática, no IFRJ.

Ao entrar na pesquisa, Karina fez emergir outros laços entre nossa investigação e a lan house estudada. Sendo convidada para fazer parte de um projeto cultural que Freitas submeteu ao Edital de Cultura Digital da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro, fator que detalharemos no capítulo três, Karina, a nosso ver, passa a entrar na lan house não somente como pesquisadora, mas como moradora de Acari.

Todos esses fios tecem a rede que construímos em Acari. Para além da lan house, que algumas vezes entramos e saímos da favela sem ir visitar, conhecemos outros espaços o que ampliou nossa análise sobre o papel da lan house nesses locais. É importante compreender o papel desse empreendimento, olhando a partir dele, mas também é fundamental olhar de fora para a lan house estudada. Assim, faz-se necessário conhecer um pouco mais de Acari.

Em *As Cores de Acari*, Marcos Alvito (2011) presenteia seu leitor com a construção de um mapa da favela. Nos capítulos “O Cenário” e “Um bicho de sete cabeças”, o pesquisador apresenta o mosaico que compõe esse território que, visto de fora, é interpretado como homogêneo. A primeira informação fundamental do autor é

(...) aquilo que estamos chamando de favela de Acari não existe para eles. Existem três favelas diferentes, cada qual com seu nome, território e associação de moradores: Parque Acari, Coroado e Vila Esperança. Some-se a isto os moradores dos 600 apartamentos do conjunto residencial Amarelinho. (Alvito, 2001, p. 22)

O fato de não termos realizado uma etnografia com tal propósito não nos revelou se essa caracterização identitária mantém-se até os dias atuais. De fato, as diferentes associações de moradores permanecem até hoje, e os moradores do Amarelinho que conhecemos falam que moram no Amarelinho em Irajá. No entanto, quando perguntados se são de Acari, nunca ouvimos uma resposta negativa. Assim, baseando-se na compreensão de que a identidade é construída a partir de uma relação de alteridade, arriscamos a interpretação de que internamente o “Acari” pode não existir, pois apaga as diferenças presentes nesse território. Entretanto, para fora, “Acari” se concretiza por dar ênfase ao que aproxima os moradores dessa região, seja: imagem negativa e ausência do poder público na promoção de direitos, dentre outros fatores.

Seguindo na identificação das quatro regiões que compõem o que denominou-se Acari, Alvito percebe a existência de diferentes estruturas para analisar o território. Assim, propondo

uma análise dos planos macro e micro, constata “estruturas supralocais” e pedacinhos da favela. Assumindo essa divisão geográfica de Acari, destacamos que nosso ponto de investigação, a lan house do Freitas, localiza-se na borda da favela, porém, os laços entre borda e favela são perceptíveis. A saber:

Essa distinção entre a borda da favela e o seu interior é amplamente utilizada pelos moradores. Há quem tenha como modesto projeto de ascensão social a transferência para uma microárea da favela mais próxima do asfalto, o que, no caso do Parque Acari, significa a parte mais próxima à avenida Automóvel Club. (Alvito, 2001, p. 24-29)

Na borda, esta é a localização da lan house acompanhada por nossa pesquisa. Antiga sala da casa do Freitas, a lan house faz parte de um conjunto de sobrados situado bem na entrada da favela. Da rampa do metrô até a porta da lan house, 10 minutos de caminhada são suficientes para chegar ao ponto de nossa pesquisa. É exatamente aí, da borda de Acari, que desenvolvemos um olhar panorâmico do papel social da lan house em favela, a partir de um estudo de caso.

No quesito favela, a borda é a tensão entre o asfalto e a “comunidade”. É nessa linha imaginária, mas muito concreta, que direitos e serviços por vezes são bloqueados, transformando a borda em muro. Assim, se a lan house do Freitas não está no coração de Acari, ela localiza-se nos rins, filtrando aquilo que é de fora e de dentro, garantindo a capilaridade que necessitávamos para a pesquisa. Como registrei em meu diário de campo:

Na descida da rampa do metrô, chegando a Acari, já pude avistar a presença do Estado no local, três guardas revistavam três moradores, um senhor e dois rapazes. A cena me incomodou bastante, principalmente pela forma como um policial falava com um dos rapazes, de uma maneira bem ríspida. O outro tratava o senhor, revistando-o por dentro de suas calças.

(Diário de Campo. Acari. 27/06/2009)

No limiar da favela de Acari, era explícita a humilhação sofrida pelos moradores, sempre julgados como suspeitos. Em termos territoriais, nossa avaliação de que a borda da favela é um importante espaço de estudo se confirma com o episódio presenciado por nós e posteriormente reafirmado pelos moradores de Acari, participantes da oficina. Cientes de que da borda pode-se ter um ponto de vista privilegiado do que está dentro, sigamos adiante, conhecendo a lan house do Freitas.

Com seus 10 computadores e mais 01 servidor, Freitas oferece seus serviços à população de Acari, que segundo ele incentivava a criação da lan house.

Pâmella – Você mora aqui mesmo?

Freitas – Moro aqui mesmo. Na parte de cima, aqui seria a minha sala, era minha sala, aí a minha esposa deu a ideia: por quê você não monta uma lan house aqui? Aí, eu tava querendo alugar uma loja, mas pô, o pessoal tá cobrando uma nota. Aí, por que tu não monta aqui, pra montar no asfalto também tem problema de assalto, as pessoas vêm né? O bandido vem e rouba e leva mesmo, que aí eu tando aqui não, porque aqui nós praticamente temos segurança 24 horas, posso dormir com a porta aberta que não acontece nada, na comunidade né? Porque aqui o pessoal se respeita. Aí eu comprei aqueles três computadores, aí todo mundo me cobrando e aí não vai montar a lan house não? Porque eu comecei a fazer propaganda já antes de montar, eu já comecei a falar com o pessoal “ô, tô fazendo ali, aqui vai ser uma lan house e tal e fazendo a propaganda, virava a massa aqui o pessoal passava e eu sempre fazendo a propaganda.

Pâmella – O pessoal já querendo a inauguração, né?

F – Isso, querendo a inauguração, aí montei, foi no dia, que eu comecei, foi no dia 31 de janeiro de 2008, quando começou a funcionar. 31 de janeiro de 2008 começou com aqueles três computadores, toda a estrutura fui eu que fiz, toda a obra, parte de *call Center*, eu que fiz também, eu trabalho com marcenaria né? Trabalhava também, então, tenho conhecimento. Aí montei aí no começo foi difícil pra arrumar negócio de internet, porque o cara não queria ligar pra mim, o negócio da internet, essa internet de gato aí, aí o que que aconteceu, depois ele foi ah! Tá bom vou ligar, aí ligou, mas só que a internet lenta demais eu sentia que pô o pessoal tava indo, partindo pra outra lan house, o pessoal vinha aqui mais em consideração a minha pessoa e tal por me conhecer, porque eu fui candidato, aquela coisa toda, aí vinha. Aí a coisa começou a piorar, piorar a internet, e foi vindo mais gente, aí eu fiquei chateado, aí cheguei até a discutir com o rapaz, fui cortei o cabo e botei a minha. Aí de lá pra cá eu fui deslanchando, aí eu fui comprando mais computadores e tal, aí quando foi agora em janeiro, em fevereiro desse ano comprei esses 5 e tô aí com uns 800, aproximadamente uns 850 clientes.

(Entrevista com Freitas. Acari. 08/06/2009)

O trecho acima foi retirado de nosso primeiro contato com o dono da lan house, que passamos mais de três anos acompanhando. Em poucos minutos, vários fios de análise apareceram: estávamos num estabelecimento com uma lógica familiar. Descobrimos que a filha e sobrinha de Freitas trabalhavam com ele na lan e sua esposa, apesar de ter dado a ideia, não mexia em computador e não se envolvia com a lan house. As dificuldades de acesso ao serviço de internet, o incentivo dos moradores para abertura do estabelecimento, o empenho em todas as etapas da construção da lan house, feita literalmente com suas próprias mãos, enfim, muitas questões falavam não apenas do Freitas e de sua família, mas de Acari.



Entrada da lan house do Freitas

Os dez computadores disponíveis para os clientes e mais o servidor ocupavam os 3,0 x 6,0 metros da antiga sala do Freitas. Além dos computadores, uma pequena cantina que vendia doces, biscoitos, guaravita, refrigerante, menos bebida alcoólica, como destaca Freitas, compunham o ambiente.



Interior da lan house do Freitas

Lembro-me de ter observado a ideia criativa de Freitas que, em cada cabine de computador, pregou um saheiro de plástico escrito “lixeira” e assim, segundo ele, buscava organizar o espaço deixando-o sempre limpo, como mostra a foto acima. Nas paredes, avisos com letras maiúsculas indicavam as regras do estabelecimento:

“PROIBIDO ACESSAR:  
 - SITES COM CONTEÚDOS PORNOGRÁFICOS;  
 - SITES DE ARMAS;  
 - SITES DE PEDOFILIA  
 OBS - O CLIENTE QUE FOR PEGO ACESSANDO TAIS SITES TERÁ SEU CADASTRO CANCELADO E SE O MESMO TIVER TEMPO AGENDADO SERÁ DEVOLVIDO O SEU DINHEIRO REFERENTE AO TEMPO RESTANTE.  
 OBRIGADA!”

(Diário de Campo. Acari. 08/06/2009)

Para além de avisos e posturas que diziam respeito à organização geral da lan house, as regras também atuavam no sentido de garantir a preservação dos equipamentos e dinâmica do serviço oferecido, conforme os exemplos abaixo:

“- SÓ SENTE NA CADEIRA SE FOR ACESSAR O COMPUTADOR;  
 - FAVOR NÃO TOCAR NA TELA DO COMPUTADOR;”

(Diário de Campo. Acari. 08/06/2009)

Recordo-me de um episódio que, infelizmente, não descrevi em meu diário de campo, mas que foi muito ilustrativo do bom humor e da lógica desses espaços. Era o auge da epidemia de gripe suína em 2010, vários espaços no Rio de Janeiro, inclusive meu local de trabalho, começaram a implementar o álcool em gel a todo momento com o intuito de manter as mãos higienizadas. Nesse contexto, entrei na lan house e vi uma fila que se dirigia ao balcão. Freitas colocava um pouco de álcool em gel nas mãos de cada usuário. Assim, eu entrei na fila, estendi minhas mãos em concha, peguei minha porção de álcool e enquanto as limpava comentei: “Complicado essa gripe suína, né? Agora temos que passar álcool toda hora.” De pronto Freitas me respondeu: isso não é pela gripe e sim para não sujarem os computadores”.

Bem diferente da imagem pejorativa de espaço sujo e sem regras, atribuído à lan house no imaginário do senso comum, o estabelecimento por nós acompanhado destacava-se por apresentar seus códigos de maneira bem explícita, além da limpeza como ponto auge. Tudo isso não fazia dessa lan house um espaço sem vida, as conversas, as brincadeiras, os palavrões

estavam ali presentes no cotidiano dos frequentadores assíduos de Freitas, tornando aquele espaço não apenas um local de acesso pago à internet, mas talvez, sobretudo, um ponto de encontro, de sociabilidade.

Nossa estratégia foi iniciar o trabalho de campo, consolidando-nos na lan house do Freitas para com isso conhecer mais a dinâmica de Acari, seus moradores e frequentadores de lan house. As três oficinas que funcionaram como grupos focais, e que detalharemos no capítulo quatro, nos deram muitos elementos para compreender o cotidiano acariense. Somam-se a esse material as diversas entrevistas individuais realizadas com Freitas, sua esposa, sua filha e todos os participantes das oficinas.

Após 1 ano de consolidação do território e integrados ao Mapeamento Cultural de Acari, resolvemos, enfim, conhecer um pouco das outras lan houses da favela de Acari. Como destacamos, Jorge e Valdir, nossos primeiros interlocutores em Acari, apresentaram um número de cerca de quarenta lan houses existentes na favela. Em busca desses empreendimentos, na companhia dos MC's que faziam parte do mapeamento, adentramos Acari de moto ou a pé, para aplicar nosso questionário de pesquisa.

Dessas quarenta lan houses previstas por Jorge e Valdir, em maio de 2009, encontramos apenas onze, sem contar a do Freitas, quando realizamos o mapeamento em 2011. Era comum moradores afirmarem “tinha sim uma lan house aqui, mas fechou”. Tal realidade coincide com os dados da pesquisa TIC Lan house 2010<sup>25</sup>, que apresentam as dificuldades de sobrevivência de tais estabelecimentos, devido à sustentabilidade econômica dos mesmos.

Do universo das doze lan houses encontradas pela pesquisa em Acari, apenas sete responderam ao questionário da pesquisa; algumas nunca eram encontradas abertas e outras se recusaram a participar da pesquisa. Cabe destacar que a maior dificuldade encontrada foi ganhar a confiança de nossos interlocutores, para aplicação do questionário. Acostumados com um governo que mapeia para repreender e trazer mais impostos, os donos e funcionários das lan houses sentiam-se inseguros para responder a nossas perguntas.

Tal barreira só pôde ser vencida, pois desde o início a perspectiva adotada por nossas pesquisas partiam do pressuposto de que pesquisariamos com os moradores de Acari e não sobre eles. Assim, caminhando juntos, lado a lado, pudemos conhecer um pouco mais da riqueza cultural da favela de Acari. Nesse sentido, é necessário agradecer a todos os moradores

---

<sup>25</sup>Pesquisa disponível em [www.cetic.br](http://www.cetic.br). Acesso em 24.01.2012.

envolvidos direta ou indiretamente na pesquisa. Sem as dicas dadas, as maravilhosas histórias contadas, os copos d'água e cafezinhos... essa pesquisa não seria possível. Com toda essa ajuda, na garupa de motos ou caminhando, implementamos sete questionários nas lan houses em Acari. E aqui, compartilhamos alguns dados, que em nossa visão, ajudam a compreender melhor este universo.

É recorrente a ideia de que as pessoas frequentam lan house, porque não possuem computador em casa, em especial, quando falamos em regiões de menor poder aquisitivo. No entanto, em nosso levantamento ao responderem “*No geral, os frequentadores da lan house possuem computador em casa?*” A resposta sim foi unânime nas sete lan houses.

Tal dado, a nosso ver, indica que a lan house constitui-se muito além de um ponto de acesso a computadores conectados à internet. Os motivos que levam os usuários à lan house dialogam bem mais com os seus desejos do que com suas demandas.

Um segundo dado que corrobora nossa visão é o resultado da pergunta “*Grupos de amigos frequentam a lan house juntos?*” Também nesse caso tivemos uma unanimidade, as sete lan houses mapeadas responderam que sim. Na pergunta seguinte, quando questionadas sobre “*Que tipo de atividades eles (os grupos de amigos) desenvolvem?*”? Jogos aparecem em primeiro lugar, indicados por todas as lan's e acesso a sites de relacionamentos como: MSN, Orkut e Facebook, em segundo, sendo marcado por três estabelecimentos. As demais opções: trabalhos em grupo e outros, não foram marcadas por nenhum entrevistado.

Dada a apresentação das “paisagens” de nossa pesquisa em Acari, passamos para o segundo local de nosso campo de investigação. De metrô, na linha 2, vamos da “Estação Acari/Fazenda Botafogo” até a “Estação Botafogo”, estação final.



### 1.1.2 Santa Marta: favela modelo?

*788 pra chegar lá no pico  
788 tem que ter fé em Cristo  
788 pra mim chegar em casa  
788 é a real do Santa Marta.*  
Repper Fiell

O segundo campo de investigação de nossa pesquisa é a favela do Santa Marta. Situado aos pés do Cristo Redentor, na zona sul carioca, esse morro possui uma das mais belas vistas da cidade e, desde a implementação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), em 2008, vem sendo palco de muitas notícias, estudos e projetos.

De acordo com os dados do censo 2010 do IBGE, divulgado no site da UPP Social, o morro Santa Marta possui 3.913 moradores e 1.287<sup>26</sup> domicílios. Tal estatística é conflitante com a oferecida pelo Grupo ECO<sup>27</sup>, entidade sem fins lucrativos de caráter educacional e cultural que funciona dentro do Santa Marta. Pela estimativa dessa ONG, o morro tem cerca de 6.000 (seis mil moradores).

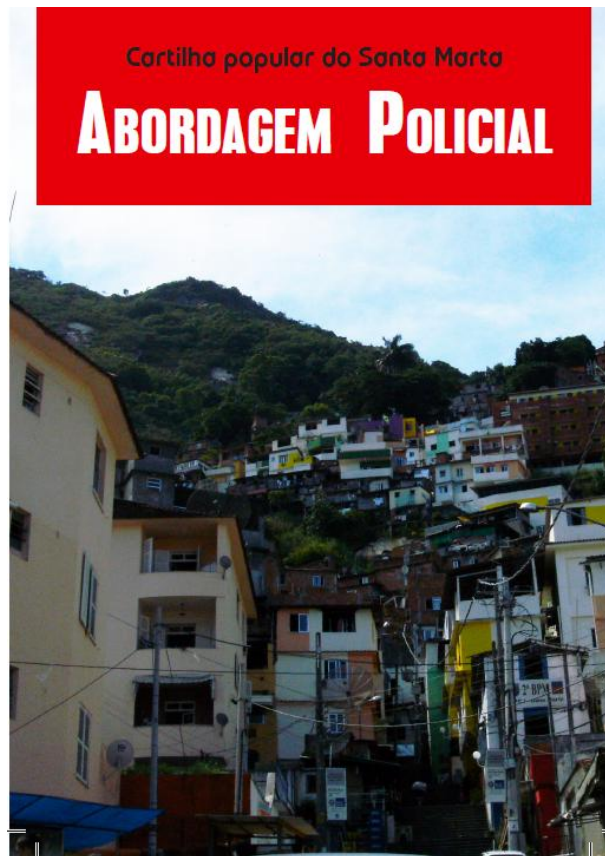
Nossa primeira visita à favela mais íngreme do Rio de Janeiro foi em junho de 2009. Já tínhamos definido que, além de Acari, gostaríamos de estudar o papel social da lan house numa favela da zona sul. Somando-se ao contraponto geográfico norte/sul, agregamos o fator ocupação policial, questão que acabou assumindo um destaque inesperado em nosso trabalho de campo no Santa Marta, visto que a implementação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) afeta diretamente os empreendimentos locais, bem como o cotidiano dos moradores da favela.

O contato com moradores do Santa Marta foi feito através de um amigo que trabalha na Comissão de Direitos Humanos da ALERJ<sup>28</sup>, visto que ele, conjuntamente com outros militantes, estavam desenvolvendo um projeto que visava à discussão dos direitos dos moradores frente às ações da UPP. Foram várias reuniões dentro da favela, para debater e elaborar o que posteriormente foi publicado como “Cartilha Popular do Santa Marta - Abordagem Policial”.

<sup>26</sup>Disponível em <http://www.uppsocial.org/territorios/santa-marta/>. Acesso em 24.07.2012.

<sup>27</sup><http://www.grupoeco.org.br>. Acesso em 21.12.2012.

<sup>28</sup>Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro



Capa da cartilha sobre Abordagem policial

Nessa primeira reunião, conheci o Repper Resistência<sup>29</sup>, profissional do Hip Hop, ativista e educador popular. Resistência desde o início aceitou colaborar com minha pesquisa, sendo ele quem apresentou-me a lan house do Wagner<sup>30</sup>, que foi acompanhada sistematicamente por nossa investigação.

Cabe destacar que no caso do Santa Marta o acompanhamento da lan house não foi o que primeiro aconteceu. Como relatamos, nossa entrada nesse campo foi fortemente marcada pela discussão sobre a ocupação policial na comunidade e seus respectivos impactos no cotidiano dos moradores. Assim, não era possível ignorar o contexto e seguir no objetivo de focalizar a lan house, Optamos então por habitar o território, compreender um pouco mais as relações que estavam em jogo no local e, paulatinamente, consolidar nosso campo nessa favela e na lan house do Wagner, em especial.

---

<sup>29</sup>Pseudônimo.

<sup>30</sup>Pseudônimo.

Como relatamos, a primeira vez que subimos o morro Santa Marta foi para participar de uma reunião que discutia violação de direitos e abuso de poder. Assim, mesmo sendo apresentada como alguém que tinha interesse em pesquisar lan houses, desde o princípio, os impactos coercitivos da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) marcaram nossa trajetória no local, seja pela demanda dos moradores que discutiam tal temática, ou por nossa própria percepção, como relata o diário de campo:

Enquanto esperava o meu contato descer para me buscar, fiquei esperando na pracinha que fica na São Clemente, uma das principais e mais caras de Botafogo, zona sul do Rio. A contradição era latente.

Na praça uma enorme placa do governo do estado anunciava “Urbanização na Comunidade Santa Marta”. Segundo a placa, o investimento total é de R\$ 22.095.429, 85 e foram gerados 120 empregos.

(Diário de Campo. Santa Marta. 18.06.2009)

Era impossível discutir a lan house no Santa Marta, sem discutir a ocupação policial nesse território. Como veremos mais detalhadamente nos capítulos dois e três, a entrada da Unidade de Polícia Pacificadora teve desdobramentos sociais, culturais e econômicos, tornando-se um elemento importante a ser analisado.

Problematizando tal política que atualmente é o principal foco do poder público, em detrimento das demais áreas, tecemos algumas reflexões para compreender se as UPP’s se restringem ao campo da Segurança Pública. Para tal, partimos da concepção de que o próprio Estado tem de sua política. Segundo site institucional, o “Conceito de UPP: a Polícia da Paz” define-se da seguinte maneira:

A Unidade de Polícia Pacificadora é um novo modelo de Segurança Pública e de policiamento que promove a aproximação entre a população e a polícia, aliada ao fortalecimento de políticas sociais nas comunidades. Ao recuperar territórios ocupados há décadas por traficantes e, recentemente, por milicianos, as UPPs levam a paz às comunidades...

([http://upprj.com/wp/?page\\_id=20](http://upprj.com/wp/?page_id=20). Acesso em 28.06.2012.)

Do trecho acima, destacamos *“aproximação entre a população e a polícia, aliada ao fortalecimento de políticas sociais nas comunidades”*, como uma contradição importante que deve ser analisada. Os impactos oriundos do afastamento entre polícia e população foram uma questão principal para que decidíssemos discutir a “Pacificação” como um elemento de pesquisa.

Cabe ressaltar que a segunda vez que fomos ao Santa Marta ainda não acompanhávamos a lan house do Wagner. Fomos de uma reunião com moradores, associação de moradores, líderes comunitários e ativistas da comunidade e de fora dela, para discutir a proibição da realização da Roda de Funk<sup>31</sup> no Largo do Cantão, espaço de convivência bem próximo da lan acompanhada por nossa pesquisa.

Depois de longas semanas de discussão, finalmente a tal Roda de Funk pôde ser realizada, mas não sem o acompanhamento de policiais fortemente armados. Nesse momento, a realidade da ocupação contrastava com o discurso de diminuição das armas na favela. Sabemos, como indica a pesquisa realizada pelo ISER sobre a implementação das UPP's, que a diminuição do medo da morte, sobretudo, na troca de tiros, e a alteração na postura policial nesses espaços, que passa a adquirir um caráter mais racional e previsível, é um importante ganho para os moradores (ISER nº 67-Ano 31-2012, p.16).

No entanto, acreditamos ser fundamental não naturalizar a manutenção das armas, mesmo que em menor quantidade e nas mãos de agentes do Estado. Nesse sentido, a referida pesquisa do ISER, ao analisar as UPP's de maneira comparativa com a ação do tráfico, destaca que: *“O poder da arma possui, digamos, muita liquidez em sua conversão para outros bens. A forma mais grave desse intercâmbio é quando a arma se torna poder político, ou seja, poder de decisão sobre os assuntos da vida pública.* (ISER nº 67-Ano 31-2012, p.49)

A esse respeito, cabe destacar um segundo episódio presenciado em nosso campo de pesquisa no Santa Marta. No dia 22 de fevereiro de 2011, fomos convidados, através do Centro de Tecnologias e Sociedade (CTS) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a assessorar o projeto “Imagem” do governo federal. Tal iniciativa é um programa de viagem e de familiarização para jornalistas e formadores de opinião internacionais realizado pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República (SECOM). O tema dessa visita foi Ciência e Tecnologia, e por isso fomos convidados para apresentar nossa pesquisa na reunião realizada na sede da FGV e posteriormente levá-los para conhecer nosso campo de pesquisa no Santa Marta.

O primeiro ponto de nossa visita foi a Rádio Comunitária Santa Marta, que por coincidência estava ao vivo no ar, entrevistando a então Capitã Priscilla de Oliveira Azevedo, naquele momento responsável pelo comando da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) do Morro

---

<sup>31</sup>Atividade Político Cultural que mistura músicas e intervenções, realizada pela Associação de Profissionais e Amigos do Funk (APAFUNK).

Santa Marta. Nos becos e vielas apertados, íamos nos dirigindo para a sede da rádio, quando fomos surpreendidos por um homem armado com uma metralhadora.



Grupo do “Projeto Imagem” nos becos do Santa Marta

Confesso que a percepção inicial não foi minha, provavelmente acostumada com tal cena, mas sim dos jornalistas e da diplomata da SECOM, ambos pálidos e assustados. Tentei acalmá-los, afirmando que se tratava de um policial. Em seguida, me dirigi a ele, apresentei-me, assim como a referida diplomata que logo lhe indagou o motivo pelo qual ele não estava fardado. A resposta foi simples: “eu sou da guarda pessoal da capitã e estava atrasado, logo, não tive tempo de colocar a farda”. A diplomata então solicita: “Posso ver sua identificação?” ao que ele responde “Esqueci no carro, como eu disse, eu estava atrasado”.

O semblante de insatisfação da diplomata e o constrangimento frente aos jornalistas que mesmo sem dominar o português perceberam do que se tratava foram inevitáveis. Logo em seguida, quando caminhávamos na direção da lan house, uma criança que brincava de carrinho e

assistiu a todo o episódio indagou ao professor da FGV que acompanhava a visita: “É filme, tio?”. Ele então respondeu: “não, infelizmente não é filme”. O menino então pergunta novamente: “ele é policial?”, ao que o professor de direito responde “Ele diz que é!”.

Ao final da visita, que contava com cinco jornalistas internacionais, uma diplomata, dois professores da FGV e mais a equipe da nossa pesquisa, tivemos um rápido momento na praça da subida do Santa Marta no qual a diplomata que dirigia a visita do projeto pediu desculpas aos jornalistas em nome do governo brasileiro. Na hora pensei: quem pede desculpas aos moradores do Santa Marta por essa realidade que é cotidiana?

Como aponta o líder comunitário Itamar Silva, no prólogo do famoso livro *Cidade Cerzida*, de Adair Rocha:

É perversa essa relação com a polícia porque não dá para viver sem ela, pois, em tese, a sua presença poderia impedir as disputas territoriais pelo controle do tráfico. No entanto, a sua atuação nas favelas é a dura constatação de uma cidadania de segunda classe, pela vivência do tratamento diferenciado e saber de perto da corrupção e desmando sem nada poder fazer. É viver cotidianamente a impossibilidade de ser cidadão pleno de direitos.

(Silva, Itamar In: Rocha, 2012, p.11)

Essa cidadania de segunda classe pode ser exemplificada a partir do viés de atuação da Política Pública para a favela, quase que exclusivo na segurança. No caso do Santa Marta, o fortalecimento das políticas sociais também não se concretizou como uma prioridade das Unidades de Polícia Pacificadora. Como exemplo, podemos destacar que a primeira UPP carioca instalada no Santa Marta, em dezembro de 2008, somente recebeu a chamada UPP Social, em 2011. Tal ação do poder público expõe a prioridade da ação militar em detrimento da ação social.

Diferentemente das ações sociais do Programa UPP Social que esperaram três anos para serem instauradas, a “legalização” das taxas de luz, água e comércio, bem como a formalização dos comércios na favela foram implementadas conjuntamente com a ocupação policial. Esse fato gerou importantes impactos econômicos na vida dos moradores, conforme discutiremos de maneira mais detalhada nos capítulos dois e três.

A preocupação das ações ditas cidadãs implementadas não era com a qualidade de vida dos moradores do local, e sim com sua inserção de maneira mais incisiva como consumidores do sistema capitalista. Os problemas com saneamento básico, coleta de lixo, suporte às construções precárias, dentre outros não foram resolvidos, como aponta a imagem captada em 2012 pela fotógrafa e também historiadora Maria Buzanovsky:



Casa no pico do morro Santa Marta

A foto acima é da região mais alta do morro, chamada de pico, na qual moradores que lá vivem há décadas atualmente lutam pela sua permanência no local, visto que o poder público a partir do discurso de preocupação com deslizamentos exige a remoção do local. Porém, segundo laudo produzido por profissionais que, acreditando na causa, ofereceram seu trabalho de forma gratuita, a remoção não é necessária. É plenamente viável a realização de obras de adequação pelo poder público, faltando apenas o interesse do mesmo em realizá-las. Percebe-se assim outro aspecto da remoção econômica trazida pelas UPP's.

No calor desses embates, conhecemos a lan house do Wagner. Cerca de cinco meses após nossa primeira entrada no Santa Marta, finalmente conhecíamos o estabelecimento que iríamos pesquisar. O repper Resistência foi o responsável pela apresentação:

O Resistência só me apresentou ao Wagner, dono da lan, pois estava terminando de gravar um vídeo. O encontro foi ótimo, aos poucos ele foi se soltando e, ao final, depois de desligar o gravador, ainda continuamos mais um pouco a conversa. Tive a impressão de que com o gravador desligado ele se soltou mais, fez algumas críticas ao policiamento, à questão da legalização da luz, coisas que tinham ficado implícitas ou não ditas durante a gravação.

(Diário de Campo. Santa Marta. 26.11.2009)

Como destacamos em nosso diário de campo, foi necessário ir ganhando a confiança de nossos interlocutores. O gravador, instrumento de pesquisa, por vezes é também um instrumento de inibição.



Entrada da lan house do Wagner

É interessante observar que, após a apresentação do Resistência, detalhei a pesquisa e perguntei se poderia ligar o gravador para iniciar uma entrevista. Wagner responde positivamente e assim que aviso que o aparelho está ligado, ele inicia falando:

W – Aqui, tudo aqui é meu, nada é alugado. Os computadores aqui eu que comprei tudo à vista. Como você falou, tudo eu tenho a nota fiscal. Nada aqui é ilegal! Nada meu aqui, nada é ilegal! A minha internet é minha, não é da comunidade...

Pâmella – Por que tem aquela internet livre, né?

W – Não. Também a minha é Velox...

P – Por quê? É ruim?

W – Muito ruim. Primeiro, porque praticamente é um...

P – Tipo um subsolo?

W – É, é isolado, entendeu? Então se eu colocasse... Se eu colocasse essa antena, primeiro que os jogos que têm aqui exigem muita velocidade. Maior boa. Constante, entendeu? E ela sempre cai, essa no caso. Essa antena da comunidade.

(Entrevista com Wagner. Santa Marta. 26.11.2009)



A afirmação da propriedade e o destaque dado à existência da nota fiscal dos aparelhos nos fizeram refletir acerca de a que ou a quem ele estaria respondendo, visto que ainda não tínhamos feito nenhuma pergunta. Lembramos que esse destaque também foi dado por Freitas ao falar dos equipamentos de sua lan house, em Acari. Assim arriscamos dizer que esses donos de lan house em favela, preparados para serem questionados sobre suas posses, mesmo que sem mandato, respondem quase que instintivamente que compraram tudo da maneira “correta” e com nota fiscal. O não dito fica explícito: o lugar de fora da lei e marginalidade atribuído a esses espaços, como veremos em relatos específicos, no capítulo três.

O espaço era menor que o de Acari, outra diferença é que a lan house do Wagner não era parte de sua casa, tratava-se de um imóvel próprio que se situa cerca de uns 300 metros de sua casa e bem próximo ao largo do Cantão, importante espaço de sociabilidade do Santa Marta. O Empreendimento conta com um banheiro interno e uma pequena variedade de produtos comestíveis atrás do balcão, onde se pode comprar alguns doces, guaravita e refrigerante, mas assim como em Acari a bebida alcoólica era proibida. No momento de nossa primeira visita, havia 7 computadores em funcionamento e servidor.



Foto do interior da lan house do Wagner

A lan house do Wagner não era a única do Santa Marta, tampouco a mais conhecida. A principal, situada no pé da escada, apesar de ter sido apresentada por Resistência, não foi priorizada por situar-se na entrada principal do Santa Marta que a partir de então estava

“pacificado” e, na nossa hipótese, atenderia a um público mais externo ao Santa Marta. E tal hipótese se confirmou posteriormente, quando conseguimos entrevistar Gerson, dono dessa lan house. Cabe destacar que a dificuldade de encontrar Gerson para que ele nos autorizasse a pesquisa também influenciou para nosso direcionamento à lan house do Wagner.

Porém, assim como em Acari, realizamos também no Santa Marta um mapeamento das lan houses no morro. Nesse caso, contamos com a ajuda dos participantes das oficinas que fizemos, para indicar onde estavam as lan houses. No total, encontramos três empreendimentos, e todos aceitaram participar da pesquisa, preenchendo o questionário, o mesmo aplicado nas lan houses de Acari.

Bem como em Acari, as respostas foram unânimes ao indicar que, no geral, seus usuários possuem computador em casa. Também atingiu 100% a opção sim, quando perguntado se grupos de amigos frequentavam juntos a lan house. Ao se detalhar a indagação, perguntando que atividades esses grupos desenvolviam na lan, a resposta: “jogos” foi apresentada como prioritária nos três questionários.

Ao falar dos lugares da pesquisa, trouxemos também algumas de nossas escolhas que por sua vez orientaram as trajetórias seguidas; continuemos a descortiná-las.

## **1.2 Entre becos e vielas: uma historiadora do e no Tempo Presente**

O que é ser historiadora? O que é ser professora de história? Somada a essas indagações, poderíamos incorporar uma terceira pergunta: é possível historicizar o presente? Como anunciamos nas considerações iniciais, o primeiro capítulo revelará ao leitor nosso diário de bordo nessa navegação. Assim, para além das rotas que foram sendo seguidas, indicaremos as angústias e reflexões que nos acompanharam nesse processo e com certeza uma delas foi: o que estou fazendo é uma pesquisa histórica?

A princípio, identificados com fontes, documentos, narrativas... os historiadores passam pelo imaginário social, como aqueles que analisam os processos históricos. Mas esses também não deveriam intervir em tais processos?

Para iniciar essa discussão, retomo duas máximas da historiografia, ambas apresentadas por March Bloch (2001), historiador francês, membro fundador da Escola dos *Annales* – “A História é a Ciência dos Homens no tempo” e “Somos sujeitos e objetos da História”. Tais definições foram apresentadas numa obra bastante peculiar chamada *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Publicada pela primeira vez em 1949, nela, o historiador, fuzilado pelos nazistas, em 1944, deixa contribuições não apenas metodológicas; sua escrita, ainda que implicitamente, comprova a possibilidade de uma história do presente.

Produzido no seio de uma França vencida e ocupada pelos nazistas, *Apologia da História* também pode ser lido como um manifesto por uma história que dá sentido aos processos sociais. A pergunta inicial da obra: *Para que serve a história?* É o fio condutor que Bloch utiliza para reafirmar suas críticas ao modelo histórico positivista que se prende à origem dos fatos e não a seus processos.

E assim, relendo um dos primeiros livros que conheci como estudante de história, fui afirmando esta investigação como uma produção historiográfica. Corroborando a ideia de Bloch, para quem “o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça” (Bloch, 2001, p.54), eu farejei nas favelas cariocas, em especial nas lan houses, um importante foco de carne humana. Essa “caça” ainda não reconhecida pelo saber histórico já se apresenta como apetitoso cardápio para a Antropologia, Sociologia, Comunicação, dentre outras ciências, cabendo à história num movimento antropofágico misturar saberes e regurgitar conhecimento produzido a partir de encontros.

Buscando internalizar o desconhecido, o outro, a partir dos meus saberes e experiências, pus-me a acompanhar o cotidiano de duas lan houses. O olhar de historiadora inspirada em March Bloch me lembrava a todo instante que as pessoas envolvidas na pesquisa eram bem mais que objetos, mas também sujeitos desse processo histórico. Nessa seara, eu também me incluía, assim como Bloch, que em meio a Segunda Guerra Mundial escreveu sobre a importância e os desafios do ofício do historiador. Sendo sujeito desse momento histórico, eu, em meio aos recorrentes discursos de “Guerra contra o tráfico”, cujo palco dos conflitos são as favelas, afirmo-me como sujeito dessa história. Nesse sentido, defino-me como uma historiadora do e no presente.

Partindo dessa confissão, ainda compreendida por alguns como uma heresia do ofício do historiador, apresentarei alguns aspectos que julgo importantes acerca desse caminho historiográfico. Cabe destacar que não irei justificar a História do Presente, temática sobre a qual

diversos historiadores já se debruçaram. Parto da premissa apresentada por Chauveau e Tértard (1999, p.14) “*a história não é somente o estudo do passado, ela também pode ser, com um menor recuo e métodos particulares, o estudo do presente*”.

Na obra *Questões para a História do Presente*, Chauveau e Tértard reuniram contribuições acerca desses “métodos particulares” da História do Presente. Apesar de não concordarmos com alguns elementos apresentados, dentre eles a orientação para afastar-se da ideologia e da subjetividade, identificamos contribuições importantes. Com ênfase no retorno da História Política, a obra, em um dos seus capítulos, apresenta três nomes para o que chama de “muito contemporâneo”: História do Presente, História Próxima e História Imediata.

Cientes de que essa nomenclatura é polêmica entre os historiadores, não propomos sua utilização; preferimos adotar História do Tempo Presente, no entanto, quando tratam de História Imediata, o que incluiria a temporalidade com a qual trabalhamos, Chauveau e Tértard destacam questões importantes, como aponta a citação a seguir:

Vista como objeto, a história do imediato é testemunho. Este é seu valor intrínseco. Esse testemunho pode tomar a forma de uma análise que, hierarquizando uma primeira vez as questões, os fatos, fornece conjuntamente arquivos, depoimentos, pistas de pesquisa e esboços de interpretação. (Chauveau & Tértard, 1999, p.24)

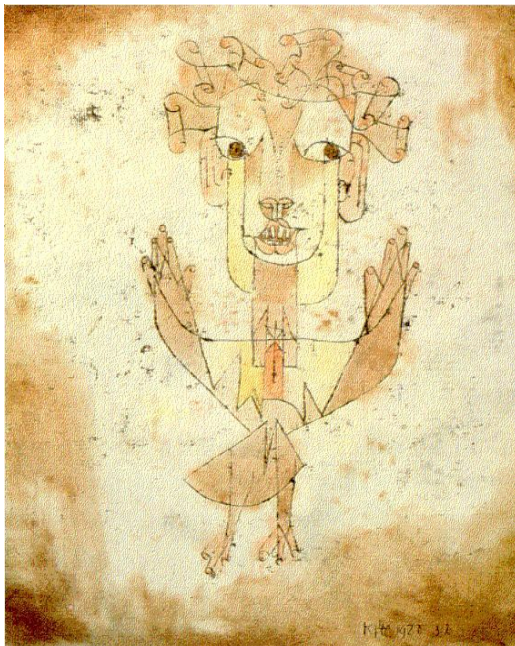
Tomar a forma de uma análise para nós é a chave dessa citação. Compreendemos que um objeto não é um objeto de estudo a priori, esse depende do olhar lançado sobre ele e das metodologias que serão apresentadas; retomamos aqui a imagem da rede apresentada em nossa introdução. O saber científico nada mais é do que um conjunto de redes e a cada instante precisamos redefinir nossas tramas visando captar o máximo do mar da realidade.

O testemunho, elemento por muito tempo desprezado pelos estudos históricos, assume lugar central, quando a temporalidade é o presente. Abrir e produzir espaços para a oralidade é possibilitar a escuta de outras narrativas históricas, é não apenas colher opiniões diferentes sobre os mesmos fatos, mas sim descobrir novos fatos, novos campos de estudos, é um novo modo de historicizar.

Um novo modo de historicizar implica um novo historiador. Imerso no presente, esse pesquisador deve estar ciente de seus múltiplos pertencimentos como: historiador, testemunha, ator e, assim, a partir dessa constatação, repensar e executar seu ofício. Esse servo de Clio, a deusa da história, precisa saber que sua gênese provém do encontro entre a inteligência (Zeus) e a

memória (Mnemosine) e, assim, como sujeito de seu próprio tempo, produzir uma história que represente a continuidade de Cronos (Tempo) e não o seu fim.

Aproveitando os exemplos mitológicos que utilizamos, revelamos ao leitor uma das imagens de nosso diário de bordo. Poderíamos dizer que esta imagem, configurou-se como nosso mapa mestre, aquele que pairava, dando o sul e o norte de toda a viagem: era o anjo da História.



*Há um quadro de Klee que se chama Angelus Novus. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos de progresso. (Benjamin, 1994, p.226)*

*Angelus Novus. Paul Klee*

A bordo de nosso barco, nos propusemos a navegar em busca das rotas que a difusão tecnológica tem seguido, sobretudo, em relação às camadas populares. Assim, assumimos como portos de reflexão as lan houses, para através delas problematizar os usos e apropriações dos avanços tecnológicos. Nessa viagem, o Anjo da História nos ajuda a prever e a lidar com tempestades, principalmente aquelas que nos impelem para o futuro, impossibilitando-nos de elaborar sobre o passado, deixando rotas apresentáveis. Nosso mapa mestre Angelus Novos nos previne contra a mais certa tempestade que acomete as pesquisas acadêmico-científicas: o progresso.

Originária do século XVIII, a ideia de progresso tem seus primórdios no contexto otimista do Iluminismo, bebendo também nas fontes do darwinismo (evolucionismo). Caminhando paralelamente com o incentivo às inovações tecnológicas, o discurso pelo progresso mitificou-se,

impedindo análises mais críticas a seu respeito. Em busca de um progresso idealizado ou, como afirma Walter Benjamin, na esteira de uma visão obtusa de progresso, a sociedade contemporânea não avaliou criticamente seu passado.

Assim, a imagem do anjo da história que se aprisiona na tempestade do progresso ajuda-nos a pensar sobre a necessidade de libertar-se do discurso hegemônico que anuncia/defende o progresso, fazendo desse um mito. Tal postura permite um distanciamento que possibilita analisar as ambiguidades e limitações de tal ideário. Pode-se, com isso, compreender que a ideia dominante de progresso limita-se a pensar o progresso em sua dimensão econômica, não levando em consideração a distribuição igualitária desses avanços financeiros, tecnológicos ou mesmo culturais.

Retomando esse debate de forma mais contemporânea, Gilberto Dupas em seu livro *O Mito do Progresso* (2006) afirma que a ideia de progresso é um mito constantemente renovado por um aparato ideológico que visa convencer todos de que a História tem um destino certo e glorioso. Da longa trajetória que o autor persegue para discutir o ideário de progresso, interessamos, sobretudo, a retomada desse discurso, ou ainda do ideário, na virada para o século XXI.

É inegável, como aponta Dupas, afirmar que o século XX abalou a crença no progresso tanto dos mais conservadores como nas vertentes de esquerda. Se por um lado as duas grandes guerras fizeram o discurso hegemônico, que calcava a defesa do progresso na tecnologia, cair por terra, tendo este que se reorganizar, também as esquerdas saíram com algumas utopias despedaçadas após a experiência stalinista. O final do século XX, longo para alguns e breve para outros, foi um momento, segundo Dupas, em que o capitalismo global, aproveitando-se da queda do socialismo real, apropriou-se integralmente do conceito de progresso.

Com isso, o autor chama atenção para o momento atual, no qual o discurso hegemônico tenta construir a globalização como um novo mito do progresso. Cabe destacar, no entanto, que se no início do século XX o progresso significava a criação de novas tecnologias, atualmente a ideia de progresso propagandeada é do avanço tecnológico supostamente acessível a todos.

Dupas, em *O Mito do Progresso*, traz como exemplo uma família africana que vive com uma renda per capita de dois dólares por dia e que foi convencida da importância de um celular que, para ter 5 minutos de crédito por mês, custa 1,9 dólares, valor este incorporado a sua lista de compras. Nessa região, a miséria continua, a energia elétrica não existe, fazendo inclusive do simples procedimento de recarregar a bateria do celular um processo difícil e custoso.

O exemplo do autor também nos faz refletir sobre que subjetividades estão sendo produzidas no contemporâneo, e como o sistema capitalista está se apropriando desse movimento. Não só esse episódio relatado por Dupas, mas diversos outros vêm colocando em xeque formulações teóricas no campo progressista que em geral não conseguem dialogar com os desejos das classes populares, identificando tais desejos como manipulação ou mesmo alienação.

Para muitos, o fato de a tecnologia ter avançado de tal forma que garantiu a um miserável africano possuir um celular é o suficiente para indicar o rumo do progresso. Porém, para manter nossa criticidade, é necessário sempre perguntar: a quem majoritariamente esse progresso vem servindo/beneficiando?

Compartilhamos da visão de que sob o capitalismo tardio a relação entre necessidades biológicas, desejos e subjetividades é bem mais complexa, trazendo para esse caso um olhar que não anule os anseios desse miserável africano. Pontuamos com tal exemplificação que, a nosso ver, não é apenas a posse de um celular que garante a inclusão, democratização e efetiva globalização, bem como não é a formalização da conta de luz ou a criação de um CNPJ para a lan house do Santa Marta que levará a cidadania aos moradores do morro. O que se coloca é a possibilidade de acesso aos desejos e subjetividades mais que as necessidades e consumos impostos por outrem.

Nos rumos do progresso, existe sempre a escolha de uma direção e a definição de seus objetivos, acreditamos que ter isso claro é fundamental para não ser capturado pelo novo mito do progresso: a globalização. Segundo Dupas,

O dicionário de Filosofia designa por mito uma forma atenuada de intelectualidade, usada como instrumento de controle social; ou seja, mito seria uma forma aproximativa imperfeita que a verdade assume, usualmente unida a uma validade moral ou religiosa. (Dupas, 2006. p. 23)

Analisado sob o prisma mitológico, o progresso tecnológico, que em sua fase atual pode também ser pensado como globalização, assume, a nosso ver, uma função de controle social. Ou seja, o ideário de uma linearidade que deverá ser seguida, sobretudo, devido à tempestade que teima em jogar o anjo da história para o futuro, impedindo-o de olhar seu passado, dificulta uma análise mais apurada dos reais e futuros possíveis impactos e usos dessas inovações, conforme afirma o geógrafo Milton Santos (2002).

Também o historiador Nicolau Sevcenko indica a necessidade de resistência a um movimento exterior, em seus estudos sobre os avanços tecnológicos na sociedade, a partir da Revolução Industrial. Pontuando o estágio conturbado da virada do século XX para o XXI, o autor utiliza-se da metáfora do loop da montanha-russa, para ressaltar a extrema aceleração, insegurança e letargia que permeiam esse momento. Nas palavras do autor,

A aceleração das inovações tecnológicas se dá agora numa escala multiplicativa, uma autêntica reação em cadeia, de modo que em curtos intervalos de tempo o conjunto do aparato tecnológico vigente passa por saltos qualitativos em que a ampliação, a condensação e a miniaturização de seus potenciais reconfiguram completamente o universo de possibilidades e expectativas, tornando-o cada vez mais imprevisível, irresistível e incompreensível. Sendo assim, sentindo-nos incapazes de prever, resistir ou entender o rumo que as coisas tomam, tendemos a adotar a tradicional estratégia de relaxar e gozar. Deixamos para pensar nos prejuízos depois, quando pudermos. (Sevcenko, 2001, p. 17)

Tomando a imagem de Sevcenko como um farol que alerta os navegantes sobre os perigos do mar, pretendemos pôr a lupa nos rochedos de onde ouvimos o canto das sereias do progresso tecnológico. Assim, ainda que com o mar revoltado em tantos acontecimentos, frutos dessa velocidade de informações, poderemos com mais clareza discernir o canto das sereias mitológicas dos sons dos pássaros reais e, então, garantir um olhar potente e não mítico sob o processo de globalização.

Aqui, cabe explicar que compreendemos a potência como abertura, aquilo que pode vir a ser, que ainda não está dado, e exatamente essa condição de incompletude que a torna mais emancipadora, participativa e eficaz. Na obra deleuziana, a potência também está relacionada ao conceito de linha de fuga e, como cita François Zourabichvili, buscando esclarecer o vocabulário de Deleuze,

A linha de fuga é uma *desterritorialização*. Os franceses não sabem bem do que se trata. Evidentemente, eles fogem como todo mundo, mas acham que fugir é sair do mundo, mística ou arte, ou então que é algo covarde, porque se escapa aos compromissos e às responsabilidades. Fugir não é absolutamente renunciar às ações, nada mais ativo que uma fuga. É o contrário do imaginário. É igualmente fazer fugir, não obrigatoriamente os outros, mas fazer fugir algo, fazer fugir um sistema como se arrebenta um tubo... Fugir é traçar uma linha, linhas, toda uma cartografia. (Deleuze, In: Zourabichvili, 2004, p. 29)



Potência, em nosso trabalho, dialoga diretamente com as perspectivas de usos e apropriações, divergindo de concepções essencialistas e fechadas, como o mito do progresso. Para exemplificar a relação que identificamos mítica com o progresso tecnológico, em especial a partir da lan house, trazemos dois dispositivos oriundos de nossa pesquisa de campo. O primeiro trata-se de fragmentos de divulgação do projeto CDI Lan, disponíveis no site oficial do projeto, e o segundo é um trecho da entrevista feita com o presidente da Associação Brasileira de Centros de Inclusão Digital<sup>32</sup> (ABCID).

(...) CDI Lan é uma empresa social que impacta positivamente comunidades por meio de parceria com lan houses afiliadas.

(...) Missão – Dar acesso a soluções inovadoras, de alto impacto e que transformam vidas com foco em educação e inclusão financeira através da rede de centros comunitários afiliados.

(Disponível em [www.cdilan.com.br](http://www.cdilan.com.br). Em 06/01/2012.)

E quando eu tive, putz, quinze anos atrás, o vislumbre do que que era internet, eu pensei, gente isso pode revolucionar o mundo. Isso pode mudar a maneira como as coisas estão arranjadas. Isso pode derrubar líderes, isso pode eleger outros. Isso pode fazer com que a coisa se subverta. E é o que a gente tá vendo hoje. A gente tá vendo o Obama ou subindo ou caindo, ou um iraniano descendo basicamente por conta disso. Lógico, a coisa ainda tá longe de ser perfeita, mas, gente, hoje já é possível de se ver coisas que a gente não podia imaginar há cinco, dez anos atrás. Que que acontece, a realidade do arranjo que a gente fez, faz com que, hoje, 80% das pessoas que têm até um salário mínimo só conseguem acessar a internet através de lan house. Isso é um fato. Pra quem tem condição, cara essas pessoas já têm oportunidade. Essas pessoas já vão ter faculdade, já vão ter seu pé de meia, já vão ter tudo, então não precisam disso. Agora, pra quem não tem, uma lan house é uma janela pra oportunidade, uma janela pro mundo, uma chance se o cara souber usar (...), conseguir fazer, putz, da alfabetização a tua graduação.

(Entrevista com o presidente da ABCID. 29.06.2009)

Na divulgação oficial do projeto CDI Lan, uma das ações desenvolvidas pela ONG CDI – Comitê para Democratização da Informática – percebemos o destaque dado aos supostos impactos positivos da lan house para a sociedade em geral e, em especial, para as comunidades. Enfatizando sua missão como de alto impacto, atuando na transformação de vidas a partir da educação e da inclusão financeira, compreendemos esse discurso como se aproximando do que Dupas (2006) identifica como uma validade moral e religiosa do mito.

Produz-se com isso a imagem de um engajamento social desse futuro ou mesmo atual dono de lan house. Ao filiar-se ao projeto, assume quase que automaticamente um papel de

---

<sup>32</sup>Na visão da ABCID, a lan house é um Centro de Inclusão Digital (CID), daí o nome da associação. Assim sendo, cabe ressaltar que a ABCID é formada quase que exclusivamente por lan houses.

cidadão consciente, ou seja, as mudanças dos usos e apropriações do espaço da lan house são resumidas a um pacote de orientações, tais como: programas, código de conduta, pacotes de serviços e arrumação do espaço físico.

Por outra perspectiva, o presidente da ABCID, que, cabe destacar, na ocasião da entrevista também integrava a equipe do CDI Lan, corrobora uma visão que destaca o papel social das lan houses. Partindo de uma análise da internet para pensar na lan house, nosso interlocutor indica as potencialidades desse meio, chegando a afirmar que movimentações políticas importantes se deram por esse suporte.

O otimismo frente à rede e aos usos da lan house a nosso ver é o que aproxima esses discursos, que nesse momento histórico falavam de um mesmo lugar: o projeto CDI Lan<sup>33</sup>. No entanto, ao trazer elementos, ainda que implícitos, de uma conjuntura de concentração de renda, o presidente da ABCID nos possibilita refletir acerca do papel que a lan house assume frente a uma sociedade desigual, destacando inclusive o impacto desse espaço para as diferentes classes

“Pra quem tem condição, cara, essas pessoas já têm oportunidade. Essas pessoas já vão ter faculdade, já vão ter seu pé de meia, já vão ter tudo, então não precisam disso. Agora, pra quem não tem, uma lan house é uma janela pra oportunidade, uma janela pro mundo”

(Entrevista com o presidente da ABCID. 29.06.2009)

Afirmando esse papel transformador da lan house, nosso interlocutor destaca que esse papel se concretizará mediante a forma de uso desse espaço, pois, como ele ressalta, *uma lan house é uma janela pra oportunidade, uma janela pro mundo, uma chance se o cara souber usar*. Percebemos aqui uma diferença ainda que tênue em relação ao inquestionável papel social das lans presentes na divulgação oficial do CDI Lan. O presidente da ABCID, ao identificar o cliente da lan como sujeito nesse processo, divide com ele a responsabilidade sob os propósitos e atuação desse espaço.

Retomando nossa discussão acerca do progresso tecnológico visto sob a lupa mítica, ou seja, como fio condutor para um progresso da sociedade, partimos da ideia de que afirmações como as que destacamos não problematizam os vários aspectos desse processo chamado Globalização, pois como analisa Dupas

---

<sup>33</sup>Posteriormente o presidente da ABCID desvinculou-se do projeto CDI Lan.

O atual processo de globalização acelerada é um bom exemplo de contrafluxo do verdadeiro progresso. A ideologia liberal permite que o capital seja cosmopolita; sua pátria é onde ele pode render bem. Também são cosmopolitas os grandes jogadores de futebol e os astros da música. No entanto, os trabalhadores continuam impedidos de circular livremente pelo mundo global. (Dupas, 2006, p.106)

A difusão de computadores e da internet em várias regiões do mundo não eliminou a desigualdade em relação ao seu próprio uso. Em nosso caso específico de análise da realidade de duas favelas cariocas, podemos afirmar que, se o capital subiu o morro e adentrou a favela, infelizmente o movimento contrário não tem a mesma força e insiste em ser barrado por instrumentos do Estado. Para exemplificar essas fronteiras que ainda demarcam “asfalto e favela”, trazemos um fragmento da fala de Samuel, frequentador da lan house do Freitas, em umas das oficinas realizadas:

Saiu da favela, toma dura. Se for pretinho, sair da favela toma dura. Se tiver cara de drogado, vai tomar dura.

(...) Pra passar ali à noite, só com roupa de estudante. Fora isso, você vai tomar dura deles, pescoção. Pegam teu dinheiro. Todo dia.

(Oficina em Acari. 12.09.2009)

O desabafo desse jovem frequentador da lan house, que acompanhamos em Acari, nos relembrou a afirmação do filósofo Walter Benjamin em suas teses sobre o conceito de História, quando analisa o fascismo e conclama um novo conceito de história que seja capaz de perceber que o estado de exceção em que vivemos é na verdade a regra geral. (Benjamin, 1994, p.226).

Filiada a este novo conceito de história proposto pelo filósofo alemão, esta pesquisa pretendeu analisar essa regra geral, pensando suas possibilidades de alteração. Assim, compreendendo as alterações oriundas do processo de globalização e seus impactos diretos e indiretos na vida dos moradores das comunidades estudadas; queremos também pontuar o que não mudou, ao contrário, recrudescu. Em suma, assumindo a lan house como nosso espaço privilegiado de investigação, pretendemos também refletir como o sistema capitalista travestido da lógica da globalização vem sendo implementado nessas favelas cariocas.

Para tal, pensamos a globalização da forma apresentada pelo geógrafo Milton Santos (2006), o qual indica que neste processo atual da humanidade convivemos com pelo menos três mundos num só.

O primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro, o mundo como ele pode ser: uma outra globalização. (Santos, 2006, p. 17)

Ao longo de nosso trabalho, apresentaremos ao leitor, ainda que indiretamente, um passeio por esses três mundos, tendo a lan house como ponto de vista. Desde a fábula da lan house como salvação para os problemas de inclusão digital, passando pela perversidade de um sistema que exclui e segrega esse mesmo espaço da lan, traremos exemplos de atividades que foram sendo criadas nesses locais, indicando a possibilidade de novos usos e apropriações, experiências de uma outra globalização.

Essa outra globalização apontada por Milton Santos emerge das próprias contradições geradas pelo sistema capitalista, que a partir da ampliação via consumo do acesso à tecnologia torna-se um caminho produtivo de alteração de sua própria condição, desde que as classes subalternas assumam o lugar de sujeitos históricos desse processo.

Mas há também – e felizmente – a possibilidade, cada vez mais freqüente, de uma revanche da cultura popular sobre a cultura de massa, quando, por exemplo, ela se difunde mediante o uso dos instrumentos que, na origem, são próprios da cultura de massas. Nesse caso, a cultura popular exerce sua qualidade de discurso dos “de baixo”, pondo em relevo o cotidiano dos pobres, das minorias, dos excluídos, por meio da exaltação da vida de todos os dias. (Santos, 2006, p. 144)

Através dessa disseminação tecnológica, necessária à lógica do capital, descortina-se a dimensão contra-hegemônica e emancipadora presente na esfera cultural, compreendida em sua amplitude. Com isso, abre-se espaço para reflexões que problematizem a produção cultural, seus meios e mediações. Nesse contexto, recuperamos a tese VI, de Benjamin, sobre o conceito de história:

O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer. (Benjamin, 1994. p.224)

Entre os becos e vielas das favelas pesquisadas, buscamos essas centelhas.

### 1.3 Junto e misturado?! Pesquisar com e não sobre a favela

*“É aliando-nos, em alguns momentos,  
a essas derivas,  
fortalecendo essas linhas de fuga que poderemos, quem sabe,  
mesmo na camisa de forças da academia,  
produzir algumas rupturas.”*  
Cecília Coímbra e Maria Lívia do Nascimento<sup>34</sup>

À deriva... foi assim que nos sentimos ao iniciar um trabalho de campo na favela. Historiadora, militante, professora, mulher, oriunda de camadas populares, jovem. Enfim, múltiplos pertencimentos que me acompanhavam diariamente nas minhas idas a Acari e ao Santa Marta. O que fazer? Seria possível uma acepção?

Como uma tripulante que não dominava as regras de navegação ou, ainda, os trabalhos fora do arquivo e sim com pessoas, me permiti desligar o motor, aquietar os remos e sentir a correnteza. Ao me entregar ao balanço das ondas, lembrei-me de que estar à deriva não é paralisação, afinal o próprio mar é movimento.

Hoje fui ao hip hop, no Santa Marta, uma atividade cultural e na minha opinião bem mais ligada à militância que a pesquisa. No entanto, eu havia resolvido que aproveitaria a oportunidade de estar no Santa Marta para visitar a lan house do Wagner e também tentar falar pela primeira vez com Gerson, dono da outra lan.

Já cheguei tarde, por volta das 19h. Estava chovendo muito e eu acabei desistindo de ir à lan house do Gerson, fui direto para o hip hop no Largo do Cantão e em seguida fui à lan do Wagner, que não estava, pois tinha ido ao jogo do Flamengo. Voltei mais tarde e troquei poucas palavras com ele, na verdade, eu não estava me sentindo pesquisando, mas apenas me aproximando. Por isso, ao chegar, eu disse: “Passei apenas para dizer um oi”.

(...) problematizei meu questionamento inicial se a ida ao hip hop seria ou não pesquisa. Estou mais tendenciosa a achar que sim, seria pesquisa. Estou aos poucos conhecendo os moradores, os comerciantes, os becos e as vielas.

Durante o evento, eu vi uma confusão separada pela polícia militar, tratava-se de um caso de violência doméstica em que o agressor foi levado para delegacia. Me impressionou a forma como os policiais abordaram as pessoas, a meu ver com um

---

<sup>34</sup>COIMBRA, Cecília & NASCIMENTO, Maria Lívia. (2007). *Sobreimplicação: práticas de esvaziamento político?* In: ARANTES, Esther Maria M; NASCIMENTO, Maria Lívia do & FONSECA, Tania Mara Galli (Orgs.) *Práticas PSI tentando a vida*. Niterói. EdUFF, 2007.

excesso de exibicionismo. Lá, ao ir ao banheiro de um dos bares, fiquei sabendo que eles estavam sem água há 3 ou 5 dias, segundo o dono do bar, que desculpou-se pela situação.

Ou seja, habitei mais o mundo da minha pesquisa.

(Diário de Campo. Santa Marta. 29.11.2009)

Trazer esse relato é apresentar ao leitor os percalços que constituíram nosso caminhar, possibilitando realizar as escolhas feitas e as trajetórias seguidas. Entregar-se não é necessariamente um movimento passivo, em nosso caso, significou uma opção de reconhecimento. Atentos ao nosso próprio desconforto, registramos tais incômodos e aqui os resgatamos, pois uma pesquisa com as pessoas, e não apenas sobre elas, envolve desafios e requer constante análise.

O embate entre a pesquisadora e a militante que pode ser percebido nas linhas de nosso diário de campo exemplificam a constante negociação feita durante a pesquisa. As contradições nos fizeram refletir e, como no caso destacado, partir da dúvida do que seria ou não pesquisa para uma afirmação.

Acerca de tais acontecimentos, inerentes à ação de pesquisar, e sua visibilidade nos resultados da pesquisa, o sociólogo francês René Lourau direciona sua crítica:

...é preciso salvar a imagem não contraditória do pesquisador e, conseqüentemente, da pesquisa. É preciso negar a contradição existente nele, em nós e em todos. É preciso, ainda, recorrer à lógica identitária, numa óbvia recusa a quaisquer análises desnaturalizadoras (Institucionais). (Lourau, 1993, p.73)

Suas palavras, proferidas num curso sobre Análise Institucional, ocorrido em 1993, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), indicam o paradigma de pesquisa com o qual se está rompendo. Assim, para além de identificar a inexistência da imparcialidade, questão já muito debatida no meio acadêmico, cabe, então, discutir, problematizar, analisar as implicações dessa parcialidade.

Desde o início de nossa investigação, estávamos cientes de que nossa entrada em Acari e no Santa Marta não seria neutra, mas bastava ter ciência? Saber das implicações não é o suficiente, é preciso analisá-las. Para tal, pescamos outro relato de nosso diário:

Durante esse tempo de espera, passa um menino do movimento<sup>35</sup> e cumprimenta o Freitas. Daí começa um longo papo em que conheci Diego<sup>36</sup>, um jovem negro, de 21 anos, pai de um filho de 4 e que já está no movimento há 4 anos. Ele estava todo molhado, havia acabado de jogar um balde d'água gelado na cabeça para acordar, estava virado — disse ele.

Seu semblante misturava tristeza e cansaço. Freitas o incentivava a voltar a estudar, pois ele só tem o 1º ano do Ensino Médio, mas sua fala, a meu ver, só traduziu desesperança. Freitas me apresentou como professora, falou sobre o Proeja<sup>37</sup>, e ele me escutou atento, apesar de transparecer que acreditava que aquilo não era para ele. Apesar de outros alunos irem chegando, como Freitas ainda estava ligando os equipamentos, fiquei conversando com Diego, ouvindo sua história de tristeza e solidão, seu cansaço, a relação de amor com o seu filho que mora com ele e que fez aniversário há pouco tempo, mas ele não pode ir à festa, pois ela foi na Fazenda Botafogo e lá é outra facção do tráfico. Enfim, muitos relatos que me desorientaram, me fizeram pensar se havia algum sentido no que eu estava fazendo ali. Diego chegou a trabalhar de guia social no PAN do RIO, em 2007, e hoje vaga feito um zumbi, pelos becos e vielas de Acari. Já perdeu conhecidos, parceiros e seu melhor amigo. Vi nos olhos desse menino, que tem quase a minha idade, o que é desigualdade e a desesperança.

(Diário de Campo. Acari. 26/09/2009)

Nesse dia ocorria a terceira e última oficina na lan house em Acari. A realização de oficinas foi uma opção de grupo focal, norteada por nossa concepção de pesquisa-intervenção, que pretendia não apenas “recolher informações” do campo, mas também interferir no mesmo. Assim, demos um conjunto de três aulas em cada lan house pesquisada. Temáticas, metodologias e desdobramentos de tais oficinas serão detalhados em nosso quarto capítulo. Após essa conversa na porta da lan, foi difícil conduzir a oficina. A todo momento eu me perguntava: O que estou fazendo aqui? Serei mais uma pesquisadora que sairá da favela com uma tese e tantos outros Diegos continuarão aqui? O desenrolar da oficina aliviou minha sensação de perda de rumo, deriva, pois a animação, criatividade e disposição dos participantes me mostraram que na favela existem Diegos, mas também Leonardos, Vanessas, Pietros e tantos outros.

Ao pegar o metrô, de volta para casa, escrevi esse relato em meu diário de campo, dei forma ao que senti. Porém, a presença de Diego me acompanhou e ainda acompanha em vários momentos. Quando penso na pesquisa que fiz, e somente agora, neste momento de escrita, novas forças ganham forma e posso claramente perceber que na história de Diego não existe apenas tristeza e decepção. Existe resistência a uma pseudo política de inclusão, norteada por grandes eventos.

<sup>35</sup>“Movimento” é como recorrentemente a linguagem popular se refere ao tráfico de drogas.

<sup>36</sup>Pseudônimo.

<sup>37</sup>Programa de Ensino Médio Técnico na modalidade Jovens e Adultos existente no IFRJ, local no qual trabalho, desde 2007.

Lembro-me claramente de quando ele me disse que trabalhou como guia no Pan de 2007, por um valor irrisório, e que depois o projeto acabou. É isso o que ocorre numa cidade nordestada pelos mega eventos. Recordo-me também quando ele relatou que ali ele ganhava o suficiente para poder cuidar da mãe dele e do filho.

Essas reflexões me indicam que Diego não estava parado, entregue à situação, ele apenas trilhou outras rotas, impostas por uma sociedade que tornava os outros caminhos talvez bem mais incertos e dolorosos ainda que longos.

Outro episódio interessante de relatar foi uma visita ao Santa Marta para realizar uma entrevista. Em meu diário de campo, registrei:

Nesse dia, ao ligar para a lan house para falar com Wagner, o Ramon<sup>38</sup> atendeu, então, resolvi ir na hora para o Santa Marta e assim fazer a entrevista com ele. Um dos diretores do local onde trabalho, IFRJ, resolveu ir comigo. Então, após a entrevista, eu o levei a Rádio Santa Marta e em seguida fomos ao bar do Zé Baixinho<sup>39</sup> para tomar uma cerveja. O papo fluiu bem, Miguel<sup>40</sup> se enturmou rápido e até dividimos o prato de comida do dono do bar. Após esperar o temporal que caiu passar, fomos embora, Miguel levando uma jaca e eu tendo marcado um Baião de dois para o sábado seguinte.

(Diário de Campo. Santa Marta. 11/01/2011)

Tanto o triste encontro com Diego como esse alegre encontro no Santa Marta constataram que minha pesquisa era com a favela e não sobre ela. No linguajar no funk, estávamos “juntos e misturados”. Os desafios decorrentes dessa percepção foram e são muitos. A militância e a pesquisa se misturaram de maneira indissociável, recusamo-nos a tentar produzir uma situação laboratorial para fictícia separação dessa mistura. Optamos por analisar essa imbricação, e nessa perspectiva o diário de campo é um instrumento indispensável, visto que

O diário da pesquisa - que, por sinal, não é, necessariamente, redigido todos os dias - reconstitui a história subjetiva do pesquisador. Mostra dentre outras coisas, a contradição entre temporalidade da produção pessoal e a institucional, ou burocrática. (Lourau, 1993, p. 78)

Destacando o cotidiano da investigação, iluminando os passos ziguezagueantes da pesquisa, como nomina De Certeau, apresentamos a discussão sobre nossa implicação na pesquisa. Para tal, recorreremos às leituras da Análise Institucional:

<sup>38</sup>Pseudônimo de um dos participantes das oficinas realizadas na lan house do Santa Marta.

<sup>39</sup>Importante ponto de encontro da militância que frequenta o Santa Marta.

<sup>40</sup>Pseudônimo.



A implicação é um nó de relações; não é “boa” (uso voluntarista) nem “má” (uso jurídico-policialesco). A sobreimplicação, por sua vez, é a ideologia normativa do sobretrabalho, gestora da necessidade do “implicar-se.

O útil ou necessário para a ética, a pesquisa e a ética da pesquisa não é a implicação – sempre presente em nossas adesões ou rechaços, referências e não referências, participações e não participações, sobremotivações e desmotivações, investimentos e desinvestimentos libidinais... –, mas a análise dessa implicação. (Lorau, 1990, p.4)

Ou seja, a questão não está no implicar-se visto que este é inerente a todo e qualquer processo, ainda que por meio da indiferença, a chave da potência está na análise dessa implicação. Assim, ao analisar o inevitável, a implicação, libertamo-nos de seus possíveis véus, retomamos as chaves que nos libertam do cativo de tudo aquilo do qual não se pode fugir.

Buscando colocar em análise um dos aspectos de meu processo de implicação e sobreimplicação, trago primeiramente a dificuldade de separar o que constituía a pesquisa de doutorado e o que compunha a militante em mim. Sabendo da indissociabilidade desses pertencimentos, identificamos que ter clareza dos processos é embarcar neles e não ser levado por eles. Porém, não foi fácil...

Podemos começar a trajetória por nossa relação com a APAFUNK- Associação de Profissionais e Amigos do Funk. Oriunda de um bom encontro entre a orientadora deste trabalho e alguns MC’s, o que era para ser apenas um trabalho de Pós-Doutorado virou um engajamento de boa parte do grupo de pesquisas, Observatório da Indústria Cultural (OiCult).

No balanço do funk, o “batidão” convocou as memórias de pertencimento de minha adolescência e juventude, essa última ainda em exercício, mesmo que quase findo. E, assim, fui conhecendo favelas e mais favelas com as chamadas “Rodas de Funk”<sup>41</sup>, (re)encontrando modos de lazer e cultura que falavam do cotidiano atual carioca, mas também da minha história.

A marginalização do funk como expressão cultural cativou-me para uma luta que a princípio não estava prevista no processo de pesquisa. Percebi-me no Santa Marta, em reuniões que discutiam a proibição da Roda de Funk pela Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). Seria esse um sobretrabalho? Uma sobreimplicação? Ou uma identificação de que compreender uma lan house dentro do Santa Marta somente seria possível se eu compreendesse a dinâmica do morro?

Uma coisa e outra. Identificar essa sobreimplicação é também compreender que as relações com Acari e com o Santa Marta vão para além dos quatro anos de doutorado, e que os

---

<sup>41</sup>Atividade cultural e política na qual os MC’s cantam músicas e fazem pequenas intervenções sobre a realidade das favelas e da sociedade em geral.

multipertencimentos não são apenas dos sujeitos que eu investigo, mas também meus: a pesquisadora, a militante, a funkeira...como se diz no funk “Tudo Junto e misturado!”

Fiquei ainda mais junta e misturada ao ganhar um edital que me possibilitou coordenar um curso de extensão para agentes culturais populares. O “Periferias em Cena”, com seus 30 alunos e suas imensas riquezas, abriu-se como um buraco negro, canalizando todo meu desejo e atenção; era a oportunidade de fazer algo diferente com as favelas e não apenas escrever sobre elas.

E, pensando assim, sem me recordar da perspectiva bakhtiniana para quem mudamos o mundo através da linguagem, afinal, contribuir na formação de uma turma de agentes culturais populares e publicar um livro com eles é agir na correlação de forças do mundo em que vivemos, fui acreditando que estava separada de minha pesquisa original: as lan houses em duas favelas cariocas. Mas...como a implicação é inerente ao processo, o Periferias possibilitou apenas a retirada dos antolhos que me sobreimplicavam, permitindo a retomada de uma certa transversalidade nesse processo de pesquisa com as favelas.

Convivendo com alunos de diferentes idades, distintos locais, múltiplas habilidades culturais ligadas principalmente pelo pertencimento à favela, pude fazer um intenso trabalho de campo, sem estar no Santa Marta ou em Acari. Não dizemos com isso que todas as favelas são iguais, não corroboramos o simplismo da padronização, mas acreditamos que um canto entoa nessas periferias, um canto de alegria e liberdade.

E assim, sem estar totalmente fora do campo, mas também não estando fisicamente tão submerso nele, fui encaminhando a pesquisa. Os dois encontros com donos de lan houses, realizados no IFRJ e do qual participei diretamente da organização, infelizmente não contaram com a participação dos donos das lan houses pesquisadas no Santa Marta e em Acari, mas me permitiram conhecer um pouco mais sobre a diversidade desses espaços.

Decorrente desse processo, identifiquei uma outra militância: a luta pelo reconhecimento da lan house como um espaço de cultura e educação. A luta para derrubar uma legislação fluminense que impedia a abertura de lan house a 1km de centros de ensino me levou a várias reuniões, todas elas estranhamente não relatadas em meu diário de campo.

A memória permitiu-me lembrar de uma dessas reuniões realizadas na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ). Juntamente com o presidente da Associação Brasileira de Centros de Inclusão Digital (ABCID), com um professor da Faculdade de Direito da FGV e com os assessores de um deputado estadual, estava eu a discutir a pauta de elaboração de estratégias

para derrubar a chamada “Lei de 1 km” e a proposição de uma nova lei que reconhecesse a lan house como um espaço multipropósito.

O silenciamento acerca de atividades como essa em meu diário de campo denotam a dificuldade de percepção ao longo da pesquisa do quanto eu estava sobreimplificada nesse processo. Cabe destacar que compreendo como sobreimplificação um “afogamento” no território da pesquisa<sup>42</sup>. Se, como vimos anteriormente, todo processo prescinde implicação, esta seria um mergulho no mar da investigação, ato sem o qual não se pode conhecer o objeto de pesquisa. No entanto, quando mergulhamos num rio (implicação) apesar de imersos, separamos a água externa ao nosso corpo (rio) da água interna, e é exatamente essa separação mínima que nos permite sobreviver sem nos afogarmos. Compreendemos a sobreimplificação como situação na qual não garantimos mais esse mínimo afastamento.

E assim, misturados e imbricados com o externo, vemos nosso fôlego se acabar; a lente para o mundo torna-se turva, e apenas a análise desse processo, funcionando como um salva-vidas, pode nos retirar desse afogamento.

Ao abordar o que chama de “dispositivos da sobreimplificação, na experiência de atuação dos psicólogos, nos espaços do Juizado de Infância e Adolescência, Coimbra & Nascimento pontuam que

A partir de nossas experiências como supervisoras de estágio apontaremos aqui dois dispositivos que consideramos ter, em certos momentos, alimentado algumas práticas de sobreimplificação: questões relativas ao acúmulo de tarefas e à rapidez em dar respostas competentes tecnicamente. (Coimbra & Nascimento, 2007, p. 30)

Ainda que possuindo um local de pesquisa diferenciado, as contribuições das autoras nos tocam no que tange às movimentações das marés, que acabam por inviabilizar o movimento de nado. Cansados de resistir, por vezes sucumbimos antes de boiar. É nesse momento que a água das muitas tarefas do trabalho, da pesquisa e da militância, acompanhada da velocidade demandada pelos sujeitos que acolhem a pesquisa (moradores das comunidades estudadas), mas querem um retorno prático sobre elas, nos afogam como num tsunami de acontecimentos.

Para exemplificar, podemos trazer dois tsunamis ocorridos durante o ano de 2011. O primeiro dele trata-se do desentendimento ocorrido com um dos principais líderes comunitários

---

<sup>42</sup>Agradeço as imagens oferecidas pelas amigas e psicólogas Alessandra Lacaz e Williana Louzada, para contribuir na apropriação do conceito de sobreimplificação.

de Acari e que foi figura fundamental para a realização da pesquisa nessa comunidade. É bem verdade que desde o início sabíamos que Jorge por vezes confundia as relações estabelecidas, recorrentemente “apaixonando-se” pelas pesquisadoras e/ou militantes. Havia também o seu tradicional posicionamento de cobrar que tudo deveria ser feito pela favela, já que a favela estava sendo o objeto de pesquisa.

No entanto, afogada em meu trabalho de campo, também misturei a amizade com a pesquisa. Quando cobrada por Jorge, por não estar mais indo com tanta frequência a Acari, bem como por não estar decidindo com ele o que deveria ou não ser feito em um dos espaços culturais da favela onde ele era um dos responsáveis, me senti extremamente desrespeitada. Chamada de pesquisadora que mora no asfalto e que não entende nada de favela e acusada de só querer tirar de lá informações para minha pesquisa, afetei-me, e muito, com toda essa confusão. Apesar de ter clareza de que meu vínculo com Acari estava muito além de Jorge ou das visitas físicas à comunidade, senti-me cobrada e não compreendida. O que eu na época não pude perceber é o quanto Jorge me possibilitava ver minha sobreimplicação.

Lembro-me claramente de que cheguei a afirmar para ele e um grupo de pesquisadores/amigos mais próximos que a favela não deveria ter dono e que mesmo não morando lá eu poderia sim organizar várias atividades naquele espaço, afinal não preciso ser favelada para desejar e lutar por melhorias nas favelas. Hoje, conseguindo tirar a água do pulmão, olho para além do certo e errado, a fim de identificar em que medida o que Jorge me trazia não era uma importante constatação: você está no rio, mas não é o rio.

Reforçando essa constatação, vem o segundo tsunami, este bem mais fluido em termos de relato. Não se trata de um diálogo específico ou de um acontecimento em especial, mas sim de uma recorrente expressão presente nos encontros com os interlocutores da pesquisa do Santa Marta. A expressão era: — Tá sumida! Por vezes alternada ou complementada por: — Esqueceu da gente?

Essas frases são recorrentes no encontro de pessoas que não se veem por algum tempo, o que era uma realidade. Assim sendo, por que isso me gerou tanto incômodo? O que havia se passado era de fato um abandono do campo de pesquisa ou um fechamento provisório necessário para qualquer análise?

A resposta que encontro é: isso desestabilizava minhas certezas em relação ao meu pertencimento a esses locais ou, ainda, inspirando-me nos conceitos de Guattari e Rolnik, esse processo me desterritorializava. Porque, como afirmam esses autores, “o processo implica a ideia

*de ruptura permanente com o equilíbrio estabelecido*” (Guattari & Rolnik, 2010, p. 387). Podendo descolar-me da culpabilização oriunda da sobreimplicação, pude então compreender a importância dessa ruptura, ainda que desconfortante.

Seguindo essa ruptura permanente, que a nosso ver garante a possibilidade de estar entre a implicação e a sobreimplicação, trazemos, por ora, um último relato de nosso diário de campo. Mais uma experiência de desterritorialização ou, retomando a imagem do afogamento, momento no qual a água saiu de nossos pulmões, dando lugar ao ar, e o estranhamento de voltar a respirar nos toma num misto de susto e felicidade.

Hoje fui à lan house para entrevistar Nivaldo<sup>43</sup>. Quando cheguei, ele ainda não estava lá. Como eu estava atrasada com muitas coisas de trabalho, resolvi criar meu login na lan e acessar. Foi um momento importante para sentir os palavrões e a dinâmica que se altera quando eu chego. Foram apenas 15 minutos, pois Nivaldo chegou e fomos fazer a entrevista. No entanto, esse tempo foi o suficiente para me fazer perceber que:

1-Ainda sou a estranha. Um menino pediu para o outro não xingar tanto, porque eu estava lá.

2- Talvez eu também esteja vendo a lan house como fábula.

(Diário de Campo. Santa Marta. 10/10/10)

As constatações acima me permitiram não apenas identificar algumas imbricações, como a inocência, ainda que inconsciente, de pensar que eu estava totalmente misturada com o campo. O objetivo não era apagar minha presença, para com isso relatar melhor o meio e, sim, poder, de uma forma diferente, compreender que minha presença como pesquisadora sempre será percebida, ainda que de maneiras distintas.

O que sinalizamos aqui é apenas a ponta de um iceberg que nos acompanhou durante toda a travessia desse mar. Na maior parte do percurso, conseguimos segurar o timão, conduzindo o barco e dominando a maré; em outros momentos, conscientemente nos deixamos levar por ela. Alguns arranhões marcaram nosso casco, algumas vezes caímos ao mar, desequilibrados pelos movimentos bruscos das ondas ou inebriados pelo canto das sereias, e quase nos afogamos. Nesses momentos, a análise de implicação como sinalizadores e/ou boias evitaram o afundamento de nós mesmos e da pesquisa.

As dificuldades da sobreimplicação aparecerão ao longo de nosso texto. Os medos e manobras serão apresentados ao longo do percurso desta navegação. Cabe dizer que, assim como um relato de bordo silencia sobre os medos e inseguranças do capitão ao longo do trajeto, dando

---

<sup>43</sup>Pseudônimo.

visibilidade apenas aos procedimentos adotados, na maioria das vezes, nosso diário de campo também apresenta essas lacunas. O que fizemos ao longo dessa escrita foi nos reconectarmos com o momento vivido e, assim, abrir a caixa preta do que não está escrito, mas registrado em outras linguagens.

#### **1.4 Lan house na favela: contribuições da etnografia e da cartografia no ofício da historiadora**

Uma historiadora entre a etnografia e a cartografia, essa foi a realidade com a qual nos deparamos quando optamos por enveredar nessa navegação de rota tão inusitada para o campo da história. Cientes de que nossa bagagem/formação era insuficiente para os trajetos propostos, decidimos travar um diálogo com os campos da antropologia e da psicologia.

De início, o método etnográfico pareceu-me mais acolhedor, ou por ter sido rapidamente conhecido na disciplina de antropologia de meu primeiro período da graduação ou por ser método utilizado e amplamente conhecido pela orientadora dessa pesquisa. E, assim, julgando-me um pouco antropóloga, “entrei no campo” com meu caderno, então chamado diário e registrei minha primeira ida a Acari:

(...)chegamos à comunidade e ligamos para o contato delas que já estava esperando-as na frente da casa de uma das participantes da oficina. Tal contato informou por telefone que haveria algum problema. Chegando ao local, descobrimos que o problema era entre a menina e a sua família. A menina de 17 anos entra em constante conflito com os pais, que são evangélicos e não aceitam sua “forma de vida”, como, por exemplo, gostar de funk e namorar um menino de 14 anos.

A informação enigmática dada por nosso contato de que haveria algum problema fez com que o caminho entre a entrada da comunidade e a casa da menina, onde ele nos aguardava, fosse marcado por uma certa tensão e nervosismo. Perdendo-nos entre os becos, estávamos ansiosas pelo que seria o problema, achávamos, implicitamente, que seria algo relativo ao tráfico. Num dos vários cruzamentos entre os becos, encontramos com um rapaz meio tonto que levara algumas escoriações, isso foi o suficiente para nos deixar mais apreensivas.

(Diário de Campo. Acari. 02/05/2009)

Em nossa primeira visita a Acari, fomos acompanhar uma oficina de gênero, que estava sendo realizada por algumas militantes feministas, com um grupo de meninas que dançavam nos bailes. Ao escrever nosso primeiro relato de campo, transcrito acima, identificamos a dificuldade de dar linguagem a todas as impressões que nos permearam nessa primeira navegação. Uma certeza me acompanhava: o relatado era apenas uma amostra, um recorte do vivido. Em meu diário, eu apenas conseguira dar linguagem ao que tinha sido visto. O sentido ainda estava nas entrelinhas, as forças ainda não tinham ganho forma.

Nesse período, eu cursava a disciplina de Instituições de Formação e Inclusão Social, no Programa de Pós-Graduação, em Psicologia Social da UERJ. Nesse espaço, pude elaborar outro olhar sobre os meus relatos, inclusive identificando claramente que eu já construía imagens, interpretações e respostas sobre essa comunidade que eu sequer conhecia.

Supondo, por exemplo, que um problema em Acari seria algo necessariamente ligado ao tráfico, eu apaguei uma série de outros pertencimentos, conflitos e relações existentes nesse território que, apesar de desconhecido, eu julgava conhecer. A partir de tais problematizações, consolidei a ideia de que, ainda que orientada pela etnografia, meu desejo estava em dialogar com o (in)visível, não apenas conhecendo-o, mas provocando alterações, pois

Conhecer não é tão somente representar o objeto ou processar informações acerca de um mundo supostamente já constituído, mas pressupõe implicar-se com o mundo, comprometer-se com a sua produção. (Alvarez & Passos, 2009, p.131)

E assim, somando-se às leituras antropológicas, dialogamos com a cartografia, pois, de acordo com Vasconcelos (2008), em sua articulação metodológica entre etnografia e cartografia “*Em linhas gerais, a tarefa central do cartógrafo é a de dar língua às forças que pedem passagem.*” (Vasconcelos, 2008, p. 29). As forças que pediram passagem nesses quatro anos de “*observação participante, com constante e intensa aproximação e diálogo com os universos investigados,*” como afirma White, em seu livro *Sociedade de Esquina*, puderam não apenas ser analisadas, mas constituir o relato da pesquisa, sobreviver a esse registro de síntese, o que de alguma maneira indica que tais forças ganharam forma.

Em livro intitulado *Ofício de cartógrafo*, Jesus Martín-Barbero descortina o percurso de sua produção intelectual-acadêmica e chama atenção para uma cartografia que não é estática. Ao contrário, dá visibilidade às rotas e aos movimentos, afinal “*...quem disse que a cartografia só*

*pode representar fronteiras e não construir imagens das relações e dos entrelaçamentos, dos caminhos em fuga e dos labirintos?"* (Martín-Barbero, 2004, p. 12). São essas relações e caminhos de fuga de nosso trabalho que o diálogo que propomos entre etnografia e cartografia pretende analisar.

Ainda nessa obra na qual Martín-Barbero compreende-se como “cartógrafo mestiço”, o autor reserva um espaço especial em sua introdução, para analisar o que denominou de “*Des-territorialização: os lugares desde os quais pensamos?*”. Nesse subitem, apresenta em suas primeiras linhas os locais onde o estudioso viveu: Espanha, Bogotá, Bruxelas, Paris, Cáli, Madrid, Porto Rico, Barcelona, retorno a Cáli e a Bogotá, e por último Guadalajara, no México, destacando que “...o que esse périplo marca não são meras etapas de uma viagem mas verdadeiras des-territorializações e re-colocações, tanto da experiência como do lugar desde onde se pensa, se fala, se escreve.” (Martín-Barbero, 2004, p. 28).

Aqui, relembramos ao nosso leitor, as conversações de nossas considerações iniciais, momento no qual utilizando-nos da imagem de “fora do lugar” trazida por Edward Said (2004), com ela indicávamos nosso estranhamento frente ao que podemos também denominar de desterritorialização. Cabe então destacar que

O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto dos projetos e das representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos.

(Guattari & Rolnik, 2010, p.388)

Dito isso, assumimos nosso nomadismo. Em constante processo de territorialização/desterritorialização, fomos construindo esta pesquisa. Compreendemos esse movimento também como o balanço das ondas entre implicação e sobreimplicação, cabendo à análise de implicações o “*start*” para se levantar a âncora.

Ancorando nas ilhas existentes e/ou produzidas, seguimos com nosso barco, apropriando-nos da máxima de que “*é sempre pelo compartilhamento de um território existencial que sujeito e objeto da pesquisa se relacionam e se codeterminam.*” (Alvarez & passos, 2009, p. 131). Fica patente que não pesquisamos sobre algo, mas com esses sujeitos, interlocutores que transcendem, em muito, o lugar de objeto de pesquisa.



Cabe aqui trazer um interessante relato de William Foote Whyte, em seu trabalho etnográfico sobre Corneville, que denominou de *“Treino em observação participante”*. Relatando uma noite na qual andava pela rua com os locais do bairro, o pesquisador, tentando entrar num espírito do papo furado, soltou uma série de obscenidades e vulgaridades, sendo em seguida surpreendido pela reação de seu informante *“Doc balançou a cabeça e disse: Bill, a gente não espera que você fale desse jeito. Não combina com você.”* (Whyte, 2005, p.304). Ao analisar a situação, Whyte conclui:

A lição foi muito além do emprego de obscenidades e vulgaridades. Aprendi que as pessoas não esperavam que eu fosse exatamente igual a elas; na verdade estavam interessadas em mim e satisfeitas comigo porque viam que eu era diferente, bastava que eu tivesse um interesse amigável por elas. Abandonei, portanto, meus esforços de imersão total. (ibid.)

Dialogando com o que apresentamos anteriormente, compreendemos que abandonar os esforços de imersão total é, quem sabe, buscar afastar-se da sobreimplicação. Porém, gostaríamos de chamar atenção para outro aspecto do relato de Whyte: o que a comunidade pesquisada vê do pesquisador? Será que nossa entrada em campo dá visibilidade aos multipertencimentos dos quais falamos? Ou, ainda, o que está no campo das forças e o que já se recrudescer tomando forma?

O que denominamos em nosso trabalho de reapropriação do mito do progresso não está apenas nas Políticas Públicas, nas Legislações ou nos discursos oficiais, está também e talvez, sobretudo, entranhado nas subjetividades dos moradores das favelas que acompanhamos. Assim, investigar/produzir um novo uso das tecnologias no sistema capitalista implica reconhecer a fluidez desse sistema, que encontra em instituições como: Estado, Escola, Mídia, polos de estabilização. O desafio está em perceber o fascínio oriundo das inovações tecnológicas. Tal fascínio, como presa capturada pelo mito do progresso, transforma-se em âncora com o real, legitimando o discurso mítico de progresso tecnológico.

Em nossa relação com essas estabilizações do sistema (instituições), atuamos apenas no plano macropolítico, atacamos apenas as formas e não as forças do sistema. Dessa maneira, destacamos que

A problemática da micropolítica não se situa no nível da representação, mas no nível da produção de subjetividades. Ela se refere aos modos de expressão que passam não só

pela linguagem, mas também por vários níveis semióticos heterogêneos. (Guattari & Rolnik, 2010, p. 36).

A heterogeneidade da qual falamos os autores indica que a diversidade do sistema de dominação ao qual estamos submetidos e no qual também produzindo demanda uma multiplicidade de estratégias para aqueles que visam a sua derrota.

*A questão micropolítica — ou seja, a questão de uma analítica das formações do desejo no campo social — diz respeito ao modo como o nível das diferenças sociais mais amplas (que chamei de molar) se cruza com aquele que chamei de “molecular”. Entre esses dois níveis, não há uma oposição distintiva, que dependa de um princípio lógico de contradição. (...) Da mesma forma, as lutas sociais são, ao mesmo tempo, molares e moleculares. (Guattari & Rolnik, 2010, p. 149)*

A macro e a micropolítica também compreendida pelos autores como planos molar e molecular são dimensões não hierarquizadas do mundo no qual vivemos. Compreender esses níveis é identificar as zonas de atuação e interferência para manutenção ou não do *status quo*.

Reafirmando nosso compromisso por uma história dos sujeitos e nossa convicção de impossibilidade da neutralidade, apresentamos nossa aproximação ao que se conhece como pesquisa-intervenção. Nessa perspectiva, identifica-se uma inseparabilidade entre conhecer e fazer, entre pesquisar e intervir. (Passos & Barros, 2009, p. 17).

Como apresentaremos ao longo de nossos capítulos, nos quais serão trazidas as oficinas, as entrevistas e os relatos de diário de campo, cartografando que não apenas pesquisamos, também intervimos.

Segundo proposta trazida por Lourau (1975:15) fazer uma intervenção significa, dentre outras coisas “articular lacunas, ver relações onde só se percebem elementos coerentes e homogêneos, comprovar um problema onde se julgavam existirem soluções...”. Ou seja, estranhar e mesmo questionar a homogeneidade, a coerência, a naturalidade dos objetos e dos sujeitos que estão no mundo. Ao mesmo tempo afirmar as multiplicidades, as diferenças, a potencialidade dos encontros que são sempre coletivos e a produção histórica desses mesmos objetos e sujeitos.

(Coimbra & Nascimento, 2007, p. 27)

Embrenhando-nos nessas lacunas, problematizamos ou geramos problema onde parecia haver soluções. Relatamos aqui o episódio ocorrido em maio de 2011, em Acari. Dois anos após o início do trabalho de campo, momento no qual nos sentíamos totalmente territorializados, e

talvez por isso sobreimplicados, tivemos um importante problema de relacionamento com um dos líderes comunitários. Jorge, uma das pessoas que nos abriu as portas de Acari, agora tentava fechá-las.

Retomando as afecções...

Lembramo-nos da alegria que sentimos ao tomar conhecimento de que um edital para projetos culturais em lan houses estava sendo gestado pela Secretaria de Estado e Cultura do Rio de Janeiro. Havia o interesse em conhecer donos de lan houses populares para assim dialogar com esses interlocutores nessa chamada pública. Recordamo-nos também da decepção vivida, quando Jorge, destoando da maioria dos membros do coletivo gestor do espaço cultural onde seria realizada a reunião, discordou da realização da mesma.

O relato a seguir não faz parte de meu diário de campo oficial<sup>44</sup>. Confesso que o não registro foi fruto de um entendimento meu de que isso não importava para pesquisa, afinal era um imprevisto, algo que não deveria ter acontecido. Porém, relendo as teorias que me guiaram, percebi que de alguma maneira isso foi produzido, essa era de fato uma pesquisa-intervenção.

E assim, recuperando os e-mails trocados após a confusão estabelecida pela iniciativa de se marcar a reunião da SEC-RJ com os donos de lan houses nesse espaço cultural de Acari, destacamos alguns trechos de Jorge<sup>45</sup>

Culpa minha, como bem observa a professora Pamella, de estar atrapalhando o trabalho de mapeamento cultural de acari<sup>46</sup>, e não ter feito o necessário pra seu sucesso: fiz muito pouco mesmo até agora, pra cada tarefas dessas, ao em vez de fazer mais, pelo mapeamento cultural onde estava profissionalizado, remunerado por ter me dedicado mais já ganhava pra isso. Tomei a iniciativa de cancelar a festa das mães e o encontro da adriana com Raimunda<sup>47</sup>, pra não prejudicar a reunião com o integrante da scm<sup>48</sup>. Como integrante do coletivo do centro cultural<sup>49</sup>, responsável pela festa da mães, tinha total legitimidade de suspender a mesma, com também ter negociado, com negociei, que o a ação social do estado terminasse mais cedo, se tivesse pouco público, para não afetar a reunião das 15h00.

Como a professora Pamella havia manifestado a opinião dela que a participação da equipe de mapeamento seria importante, tomei a iniciativa de desmarcar o encontro de

<sup>44</sup>Cabe aqui destacar que para a perspectiva da Análise Institucional o conceito de diário de campo é mais amplo, no entanto, adotamos a concepção recorrente na antropologia.

<sup>45</sup>Esclarecemos que mantemos a grafia exatamente como estava nos e-mails, substituindo apenas alguns nomes por pseudônimos, o que iremos indicar ao leitor.

<sup>46</sup>O Mapeamento Cultural de Acari foi um projeto realizado pelo grupo de pesquisas Observatório da Indústria Cultural (UFF/CNPq), com apoio do Itaú Cultural. A iniciativa consiste em mapear, fortalecer e divulgar as múltiplas atividades culturais que acontecem na favela de Acari.

<sup>47</sup>Pseudônimo.

<sup>48</sup>Tratava-se de reunião com a SEC (Secretaria de Estado de Cultura-RJ).

<sup>49</sup>Retiramos a sigla para não expor o coletivo.

adriana com Raimunda, avaliando, não daria tempo pra Adriana participar da mesma, e do encontro com Raimunda. Como estava com a bateria do telefone vivo descarregada, e o chip tim, no modem do computador, ficou prejudicada a minha comunicação por telefone, e como fiquei afastado do computador em casa desde a tarde de 6ª feira, só vi a mensagem da adriana, que priorizaria o encontro com Raimunda, quando cheguei em casa às 13h00 depois do evento esportivo na vila Olímpica, sendo assim, a revelia da adriana, como coordenadora, acabei como diz Pamella atrapalhando o projeto de mapeamento, embora, não tenha sido levado em consideração o fato de ter concertado em parte meu erro, conversando com Raimunda e persuadindo-a a conversar com adriana, numa outra data.

Sa fiquei chateado, por minha atitude a revelia da chefia da adriana, ter sido interpretada como uma replesália e uma forma de sacanear a pamella, e ter por tabela, atingido adriana, e de ter de propósito atrapalhado o projeto de mapeamento e não ter feito o necessário também de propósito pra seu êxito.

Minha chateação e minha mágoa pessoal de ter se sido julgado capaz desta ,mesquinha e mau caráter, contribui é claro, um pouco com a decisão de sair da equipe de mapeamento, e de livrar os demais integrantes da equipe de mapeamento, de ter como péssimo companheiro de equipe, uma pessoa julgada mesquinha e mal caráter.

(E-mail enviado por Jorge para toda a equipe do Mapeamento Cultural de Acari, em 26.05.2011)

É interessante observar que o simples agendamento de uma reunião em um espaço de dois andares, sendo três salas e um quintal (o que permite atividades simultâneas) gerou uma desestabilização do grupo. Como Jorge destaca em seu e-mail, nem sempre era possível falar com ele. Assim, quando comecei a movimentação de agendar a reunião, passei dias tentando falar com ele tanto por telefone como por e-mail. Após inúmeras tentativas e a garantia dada por outros dois gestores do grupo de que eu poderia marcar a reunião, pois as outras atividades seriam pela manhã, e a reunião às 15h, além do espaço amplo permitir que ambas acontecessem ao mesmo tempo, agendei a reunião.

Pensando na perspectiva da pesquisa-intervenção, compreendo que minha iniciativa de agendar algo com outros gestores sem antes ter falado com Jorge implicou uma alteração no modo de funcionamento daquele espaço. Com essa atitude, os outros gestores se colocavam como sujeitos na análise e resolução das atividades que deveriam ou não acontecer no coletivo, bem como na afirmação dessa postura.

Após a realização da reunião, o desconforto não desapareceu. Esses sujeitos que assumiam novas posturas continuaram a se colocar por telefonemas, reuniões, conversas e e-mails. Aqui, destacaremos um trecho do e-mail de Thiago<sup>50</sup>, que é Mc, pesquisador do mapeamento e também membro do coletivo do espaço cultural de Acari<sup>51</sup>.

---

<sup>50</sup>Pseudônimo.

<sup>51</sup>Mantida a grafia do e-mail.

Mais velho, relutei pra não responder por este meio. Já que temos oportunidade de falar frente a frente. (A melhor maneira)  
 A merda da tecnologia aproxima pessoas distantes e afasta pessoas que estão próximas. E é exatamente o que estou vendo acontecer. MAIS UMA VEZ.  
 Pessoas, com a intenção de somar, se afastando de Acari.  
 Podemos divergir ou mesmo concordar em diversos assuntos. Mas o respeito jamais pode faltar.  
 Reunião existe para tal. E já me coloquei na que houve em relação ao CC<sup>52</sup> x MAPEAMENTO.  
 Estou aguardando ansiosamente a próxima terça, dia de reunião pra dar um ponto final em algumas questões do cc.  
 Mas vamos lá.  
 (E-mail enviado por Thiago para toda a equipe do Mapeamento Cultural de Acari, em 26.05.2011.)

O mais velho em questão é Jorge, extremamente respeitado por todos, devido a sua história de vida, engajamento político e compromisso com a comunidade. Assim, como uma pesquisa que “vem de fora”, poderia questionar ações desse sujeito? Como o asfalto viria dizer como a favela deveria se organizar e se autogerir? Essa era a argumentação de Jorge, que a todo instante encontrava em minha pesquisa sobre lan house e no mapeamento cultural de Acari uma resistência às relações de hierarquia pré-estabelecidas no contexto da comunidade.

Nossa postura, e também as de Jorge, produziram novos encontros, rupturas que se desdobraram em linhas de fuga de uma ordenação já estabelecida. Ao diferir na simples marcação de uma atividade, diversos processos outros foram disparados, como percebemos no e-mail<sup>53</sup> do Fernando<sup>54</sup>, outro gestor do coletivo.

momento chato , preciso refletir! pensamentos de revolta circula em minha mente. é difícil entender o ser humano. ã posso pré julgar quem eu ã conheço, e ainda ã tive uma convivência , mais posso sim falar sobre suas intenções que até agora p/ mim ã ofereceu perigo algum, só fico triste e bastante chateado pelo fato de entre uma acusação , uma fofoca ou um disse e me disse e outro venha ser exposto o nome do cc<sup>55</sup>, que entre uma coisa e outra está no meio disso tudo, e que com o tal acontecimento venha à prejudicar o meu povo , que ã tem nada a ver com o tal acontecimento, é por esses que eu brigo (meu povo), que precisa ser lembrado e poder dizer que estamos aqui ! vivo e lutando contra um mundo capitalista que só quer nos foder.

e quando o nome coletivo é usado expõe pessoas com pensamentos diferentes que buscam visar uma unica coisa, O POVO, então eu acho que o cc e o coletivo deveriam ser poupados, pois no meu ver são incompatibilidade de idéias.

o cc surgiu na intenção de acolher pessoas e ser base p/ se desenvolver idéias, eo coletivo surgiu p/ dar suporte técnico e conduzir as pessoas ao seu objetivo e visando o nosso povo, o coletivo é formado por 11 guerreiros, então uma opinião ã poder

<sup>52</sup>Remetendo-nos à ideia de Centro Cultural, criamos essa sigla fictícia para não expor a sigla oficial do espaço.

<sup>53</sup>Mantida a grafia do e-mail.

<sup>54</sup>Pseudônimo.

<sup>55</sup>Sigla fictícia para não expor a sigla oficial do espaço.

influenciar numa decisão, por isso que ã temos presidente e nem dono, pois a nossa diversidade de idéias é que sempre gera o melhor p/ a comunidade, então se o povo governasse o seu país tudo seria melhor p/ todos, pois eu sou o cc contra tudo e todos, e como vivemos em diversidade de idéias vamos ver o melhor p/ o cc, e essa é a minha filosofia aqui visar sempre o ccpr MUDAR A SIGLA AQUI por que é a base de melhorias p/ o meu povo, só pesso encarecida mente que mantenham os seus pensamentos nisso, e não deixem idéias diversificadas atrapalhar um objetivo de melhorias p/ o meu povo, pois como membro de um coletivo que visa essas melhorias ã posso pré julgar ninguém.

existe uma frase que diz:

quer conhecer o homem? dá o poder a ele, e até nós do coletivo estamos nessa filosofia, pois agora dentro do cc encontramos o direito de decidir e ã decidirem pela gente, e esse direito vai mostrar quem nós somos também , as vezes o ser humano ã consegue ser um por todos , mas o coletivo é todos por um (c.c).

então companheiros vamos ser todos por um ( cc e o povo )e ã a um acontecimento que em fim pode prejudicar um objetivo, independente dos fatos o coletivo gostaria de poder contar com a presença de todos nas dependências do cc participando dos eventos,das atividades e das elaborações de idéias pois esse é o nosso objetivo, unir pessoas em pró de melhorias aos menos favorecidos.

dêem as costas p/ o problema e ã p/ o meu povo.

(E-mail enviado por Fernando para Pâmella, em 27.05.2011.)

O e-mail de Fernando veio num momento importante no qual eu me sentia muito mal por ter causado um grande problema ao projeto mapeamento cultural de Acari, sendo o pivô de um desentendimento que resultou na saída de Jorge desse projeto. Porém a frase de Fernando *“ainda ã tive uma convivência, mais posso sim falar sobre suas intenções que até agora p/ mim ã ofereceu perigo algum”* indicava que para outras pessoas o perigo estava posto. O não dito explicitou o campo de forças que começava a ser alterado.

A reunião com a SEC funcionou como um dispositivo que possibilitou a visibilidade das diferenças e divergências daquele coletivo. União e unanimidade puderam ser pensadas e discutidas, mesmo que não diretamente, afirmando os desejos e objetivos do coletivo gestor do espaço cultural. Afirmar a realização da reunião da SEC com os donos de lan house de Acari foi também, a nosso ver, afirmar a democratização da gestão daquele espaço.

Esse breve relato serve para mapear as intervenções visíveis que ocorreram durante nosso acompanhamento de Acari. Enquanto minha pesquisa sobre lan house continuou sem nenhuma alteração mais direta, o mapeamento cultural de Acari reorganizou sua equipe e planos, a partir da saída de Jorge. Ou seja, um momento de desestabilização e reorganização aconteceu.

Retomando a ideia de território, podemos falar de uma desterritorialização que possibilitou alterações macro e micropolíticas. Em termos das pesquisas, podemos, na esfera macro, citar a entrada de outro Mc de Acari para substituir Jorge, além da alteração dos planejamentos e atividades dos projetos. No âmbito da micropolítica, percebemos o diferir no

campo das forças que envolviam nosso território em Acari. Outros sujeitos se afirmavam como gestores e executores das atividades do espaço cultural em Acari.

Nesse processo de sobreimplicação, identificamos claramente que intervir demanda um mergulho na implicação, uma abertura para vivenciar o rompimento de barreiras fictícias (entre sujeito e objeto) em que seguimos acreditando, para assegurar nossa estabilidade. Assim, a pesquisa-intervenção é uma escolha por outro caminho rumo ao conhecimento, e, nessa trajetória, *“Conhecer é, portanto, fazer, criar uma realidade de si e do mundo, o que tem consequências políticas”* (Passos & Barros, 2009, p.25-30). Assumimos essas consequências políticas e seguimos nossa viagem.

O “Balanço Geral” aqui apresentado não falou de mortes, violência, pobreza, passividade, afinal, não foram esses os elementos que encontramos em nossa investigação. Ao contrário, do encontro entre nossas orientações metodológicas e o cotidiano da pesquisa nas favelas de Acari e Santa Marta, pudemos produzir reflexões bem menos sensacionalistas, indicando outro olhar, menos preconceituoso e conservador, sobre a realidade das favelas.

## Capítulo 2

### Lan house pode? O Estado, suas legislações e Políticas Públicas

*A gente não quer só comida  
A gente quer comida  
Diversão e arte  
A gente não quer só comida  
A gente quer saída  
Para qualquer parte...  
Titãs<sup>56</sup>*

#### 2.1 Para além de um ponto de acesso à internet: a lan house no contexto brasileiro

O que é uma lan house? Essa é a pergunta que você leitor deve estar se fazendo. No senso comum, quando se fala em lan house, automaticamente se pensa em jogos, mas de onde viria essa definição? Segundo informações disponíveis na própria rede, o termo LAN foi extraído das letras iniciais de "Local Area Network", que quer dizer "rede local". Trara-se assim de uma loja ou local de entretenimento, caracterizado por ter diversos computadores de última geração, conectados em rede, de modo a permitir a interação de dezenas de jogadores. O conceito de lan house foi inicialmente introduzido e difundido na Coreia, em 1996, chegando ao Brasil em 1998, e sua tradução para o português poderia ser "casa de jogos para computador" <sup>57</sup>.

Tendo como principal característica a prática de jogos, as lan houses converteram-se quase que em sinônimo de ambiente juvenil, visto muitas vezes com um olhar negativo. Como afirma Ronaldo Lemos,

<sup>56</sup>Titãs. Album Titãs Acústico MTV,1996.

<sup>57</sup>Informação disponível em <http://kplus.cosmo.com.br/materia.asp?co=201&rv=Gramatica>. Acesso em 24/01/2012.



É como muitas vezes acontece com fenômenos que emergem de baixo para cima no Brasil, sem um caráter “oficial” ou “planejado” e com presença majoritária da população de baixa renda, as lan houses logo tornaram-se motivo de desconfiança e vítimas de preconceito. Em vez de serem vistas como oportunidade, ou como fenômeno empreendedor que são, foram vistas tão logo surgiram como um reduto de atividades suspeitas, prejudiciais ao bem estar e ao intelecto dos jovens, um desvio das atividades de estudo “sérias”, que merecem ser protegidas. (Lemos, 2011, p, 14)

A recorrência de ambientes escuros, repletos de jovens, a grande maioria do sexo masculino, permeados por explosões de impulsos ao comemorar cada jogada, contribuíram para a consolidação da imagem, a nosso ver simplista, das lan houses como um espaço exclusivo de entretenimento contrapondo-se a práticas educativas e/ou culturais.

Em nossos estudos, que têm como alvo duas favelas cariocas, Santa Marta e Acari, trabalhamos com a hipótese de que questões sociais, econômicas e culturais acabaram por alterar esse caráter inicial das lan houses, tornando-o mais amplo. O que antes era um espaço exclusivo de acesso à internet e jogos on e offline, atualmente apresenta-se também como local de práticas de sociabilidade, cultura e, por que não dizer, educativas, na medida em que há registros de serviços de pesquisa, impressão de trabalhos, aprendizado de como acessar a rede pela primeira vez, dentre outros.

Tal hipótese referencia-se não apenas em nossa observação no campo da pesquisa, mas também nos recentes dados do Centro de Estudos sobre as Tecnologias de Informação e Comunicação (CETIC<sup>58</sup>), através de investigações organizadas conjuntamente com o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI<sup>59</sup>). O CETIC, em seu relatório TIC domicílios de 2010<sup>60</sup>, apontou que apenas 31% dos domicílios no Brasil possuíam acesso à internet, número que aumentou para 38%, no TIC domicílios de 2011<sup>61</sup>.

Quando indagados sobre o motivo da falta de internet em seus domicílios, em 2010, 49% identificaram o custo elevado como principal barreira, seguido de 29% que alegaram a falta de disponibilidade do serviço na área. Os indicadores levantados em 2011 não sofrem significativas

---

<sup>58</sup>O Centro de Estudos sobre as Tecnologias de Informação e Comunicação foi criado em 2005 como departamento do NIC.br (Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR- Entidade Civil sem fins lucrativos que implementa as decisões e projetos do Comitê Gestor da Internet no Brasil), responsável por coordenar e publicar pesquisas sobre a disponibilidade e uso da internet no Brasil. Maiores informações em [www.cetic.br](http://www.cetic.br).

<sup>59</sup>O Comitê Gestor da Internet no Brasil foi criado pela [Portaria Interministerial nº 147](#), de 31 de maio de 1995 e alterada pelo [Decreto Presidencial nº 4.829](#), de 3 de setembro de 2003, para coordenar e integrar todas as iniciativas de serviços de Internet no país, promovendo a qualidade técnica, a inovação e a disseminação dos serviços ofertados. Informação disponível em [www.cgi.br](http://www.cgi.br). Acesso em 25.01.2012.

<sup>60</sup>Pesquisa disponível em [www.cetic.br](http://www.cetic.br). Acesso em 24.01.2012.

<sup>61</sup>Pesquisa disponível em [www.cetic.br](http://www.cetic.br). Acesso em 03.01.2013.

mudanças, alterando-se respectivamente para 48% e 25%<sup>62</sup>, indicando que a questão econômica, seja a possibilidade de custear o serviço ou mesmo o interesse do governo ou empresa privada em investir na infraestrutura de sua disponibilização, continua sendo um fator decisivo na universalização do acesso à internet no país.

Tais estatísticas, a nosso ver, assumem especial papel em regiões populares como as favelas cariocas. Como exemplo, trazemos um trecho da entrevista com o dono da lan house que pesquisamos na favela de Acari:

...no começo, foi difícil pra arrumar o negócio de internet, porque o cara não queria ligar pra mim, o negócio da internet, essa internet de gato aí. Aí o que que aconteceu, depois ele foi “ah! tá bom vou ligar.” Aí ligou, mas só que a internet lenta demais eu sentia que pô, o pessoal tava indo, partindo pra outra lan house, o pessoal vinha aqui mais em consideração a minha pessoa e por me conhecer, porque eu fui candidato, aquela coisa toda, aí vinha. Aí a coisa começou a piorar, a internet, e foi vindo mais gente. Aí eu fiquei chateado né?! Aí cheguei até a discutir com o rapaz, fui, cortei o cabo e botei a minha.<sup>63</sup>

(Entrevista com Freitas. Acari. 08.06.2009)

A entrevista com o dono da lan house de Acari nos dá um exemplo cotidiano dessa “falta de disponibilidade na área” presente nos relatórios TIC Domicílios 2010 e 2011. A indignação de nosso entrevistado aponta não apenas para a dificuldade do acesso ao serviço, mas também em relação à sua qualidade. No dia da entrevista, fiquei aguardando-o retornar da casa do seu amigo (fora de Acari), a quem paga a internet. Cabe destacar que, em momentos da conversa, Freitas mostrava-se indignado com o fato de ter que instalar uma antena e pagar para captar o sinal da internet a rádio, de fora da comunidade.

Até mesmo no site da Oi, quando você chega, coloca seu numero lá, ele diz se você tem direito ou não à internet, e é um absurdo o fato de você não conseguir a disponibilidade de banda larga aqui em Acari, sendo que quando você consegue fazer uma parada que está na ilegalidade, você consegue o acesso à internet banda larga. E aí tentam te empurrar a internet discada, é uma porcaria e a empresa só tá crescendo, e toda comunidade que você entra, você tem sempre um técnico que é responsável pela distribuição da internet dentro da comunidade. E ali na Pedreira tem, ali tem três megas por sinal, quando o meu colega não quiser mais que os computadores fiquem ali, eu direciono a minha antena pra lá.

(Entrevista com Freitas. Acari. 08.06.2009)

<sup>62</sup>Percentual sobre o total de domicílios no Brasil (rural e urbano) que têm computador, porém, não têm acesso à Internet.

<sup>63</sup>Como solução, Freitas instalou uma antena que capta a internet a rádio de um colega que mora do outro lado da estação do metrô, Fazenda Botafogo. Assim, ele paga a internet da casa desse seu amigo e usa através da captação da antena que ele próprio fez e instalou.

As colocações do dono dessa lan house de Acari, nos chamam a atenção para a dificuldade desses serviços entrarem nos locais ditos periféricos (favelas, comunidades, áreas rurais), regiões que demandariam um importante investimento e nem sempre o retorno é imediato e garantido<sup>64</sup>. Vemos, assim, novamente se repetir na História Política e Econômica de nosso país uma encruzilhada na qual o Estado acaba por assumir os custos da criação de uma infraestrutura que posteriormente será explorada financeiramente por empresas da iniciativa privada.<sup>65</sup>

Não assumindo a responsabilidade financeira da criação dessa infraestrutura, que possibilite o oferecimento da internet Banda Larga, as empresas privadas do setor de serviços de internet ficam livres para oferecer diversificadas formas de conquista dos consumidores das classes C, D e E<sup>66</sup>. Porém, ainda assim, tais empresas continuam implementando valores que não podem ser incorporados ao orçamento desses segmentos, como destacam as pesquisas TIC domicílios 2010 e 2011, ao apontar o custo elevado como principal fator para não possuírem internet em suas residências.

Como possíveis caminhos de solução para essas problemáticas, podemos citar alguns programas governamentais. Na esfera federal, encontra-se o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) vinculado ao Ministério das Comunicações<sup>67</sup> e iniciado em 2010, que segundo o site oficial tem o intuito de

...expandir a infraestrutura e os serviços de telecomunicações, promovendo o acesso pela população e buscando as melhores condições de preço, cobertura e qualidade. A meta é proporcionar o acesso à banda larga a 40 milhões de domicílios brasileiros até 2014 à velocidade de no mínimo 1 Mbps. (Disponível em <http://www.mc.gov.br/acoes-e-programas/programa-nacional-de-banda-larga-pnbl>. Acesso em 03.01.2013.)

O alto custo e a falta de disponibilidade de acesso aparecem como objetivos a serem solucionados pelo programa, dialogando assim com as demandas levantadas pelo relatório do CETIC. Já no âmbito estadual, temos o governo do estado implementando um projeto de internet

---

<sup>64</sup> A esse respeito, há novos dados que indicam o retorno financeiro do investimento em favelas, como aponta a reportagem do jornal Brasil de Fato, disponível em <http://www.brasildefato.com.br/node/11477>. Acesso em 11.01.2013.)

<sup>65</sup> Como exemplo, destacamos as construções de importantes rodovias que atualmente, privatizadas, rendem enormes lucros para suas concessionárias, através de pedágios exorbitantes.

<sup>66</sup> Essa divisão leva em consideração a educação do chefe de família e a posse de utensílios domésticos, relacionados a um sistema de pontuação. Seguimos a classificação adotada pelo CETIC.br .

<sup>67</sup> Maiores informações em <http://www.mc.gov.br/acoes-e-programas/programa-nacional-de-banda-larga-pnbl>. Acesso em 03.01.2013.

gratuita em algumas comunidades e cidades do estado do Rio de Janeiro, através do projeto Rio Estado Digital<sup>68</sup>, que, além de implementar a internet gratuita em pontos do estado, também oferece cursos gratuitos à distância através do portal do projeto.

O morro Santa Marta, um dos locais de nossa pesquisa, foi um dos beneficiados pelo projeto do governo estadual, que instalou o serviço de internet gratuita na comunidade, em março de 2009. Quando perguntado sobre o funcionamento desse projeto, Wagner, dono da lan house que acompanhamos, afirma:

P – Mas em outros lugares funciona o wi-fi?

W – Sim, pra alguns lugares, nem todos os pontos da comunidade pegam. Por exemplo, tem que ser um lugar que a pessoa...seja alto, que seja próximo da antena. Aí pega razoavelmente, também não é aquelas coisas que prometeram no governo, não.

(Entrevista com Wagner. Santa Marta. 17.08.2010)

A realidade de um sinal de baixa qualidade foi reafirmada pelos participantes das oficinas realizadas no Santa Marta, ratificando um distanciamento entre a política anunciada e a efetivada, ação, infelizmente, recorrente na sociedade brasileira. Outro aspecto interessante que podemos destacar, com nossa pesquisa, que possui um ponto na zona sul e outro na zona norte da cidade, diz respeito à falta de equanimidade nas implementações das Políticas Públicas, que concentram os serviços de internet gratuita na zona sul.

Como exemplo, podemos trazer a colocação de Freitas, dono da lan house de Acari, quando perguntado sobre os projetos governamentais de internet banda larga gratuita:

Freitas – Olha, dos projetos, se você for reparar, os projetos governamentais eles tão acontecendo nos lugares onde a mídia apareceu. Devido à violência, a troca de tiros com a policia e tal, e aquilo repercutiu, né? Mundialmente e tal...Aquele, aquele problema como aconteceu lá no Dona Marta, em outras, em outras favelas aí. Então, aquilo dali é mais pra dizer que o governo tá ali, né? Que a mídia, né? Tipo dar uma satisfação pra mídia internacional, dizer que tava fazendo alguma coisa, mas na realidade num tá. Porque aqui na comunidade o pessoal não tem acesso à Internet, algumas pessoas só. Não sei, por quê, né? Porque você instala o telefone em casa, vai pedir a banda larga. Assim que você solicita o telefone, já pede o banda larga, eles falam que não dá, que tem que esperar a instalação, pra depois a gente ligar pra ... pra solicitar.

(Entrevista com Freitas. Acari. 27.06.2009)

---

<sup>68</sup> Maiores informações no site <http://www.rioadigital.rj.gov.br/>. Acesso em 03.01.2013.

Driblando todas essas dificuldades, donos de lan houses, como o Freitas de Acari, inventam e reinventam formas de abrir o seu negócio, oferecendo acesso à internet de qualidade, chegando a locais e pessoas que nem o poder público tampouco a iniciativa privada chegaram. Tal fenômeno salta aos olhos na pesquisa TIC domicílios de 2007<sup>69</sup>, quando as lan houses foram apontadas como responsáveis por 49% dos acessos à rede nas áreas urbanas.

Cabe destacar que, no relatório TIC Domicílios 2010, foi identificada uma queda no uso das lan houses como local de acesso à internet, fator que esse órgão associa ao expressivo crescimento do uso da rede nos domicílios. A lan house também é apresentada como o segundo local mais utilizado para acesso à rede pelos brasileiros, o que a nosso ver mantém toda a importância dos diversos estudos sobre esse espaço.

Dialogando com essa “queda” no uso das lan house, apresentaremos ao nosso leitor algumas reflexões que nortearam nossa investigação. Primeiramente, cabe destacar que, a partir de nosso acompanhamento de campo, não acreditamos que ao deixar de acessar a internet em uma lan house o usuário deixe de frequentar esse espaço. Abre-se assim uma discussão sobre a lan house como um espaço de cultura, educação e sociabilidades, muito além de um ponto de acesso à rede.

Porém, mesmo com essa queda da lan house como ponto de acesso à rede, sua importância no que tange aos usos das novas Tecnologias e Informação e Comunicação (TIC's) no Brasil é tão significativa, que o Centro de Estudos sobre Tecnologias de Informação e Comunicação publicou a pesquisa TIC Lan House 2010<sup>70</sup>. Visitando 412 lan houses, formais e informais, das 5 regiões do país, o CETIC entrevistou proprietários e gestores desses estabelecimentos, fornecendo-nos um panorama desses empreendimentos a partir das seguintes questões: infraestrutura do estabelecimento, modelo de negócio, sustentabilidade, softwares, investimentos futuros, ferramentas de gestão, perfil do público.

Como destaques das análises dos questionários implementados pela TIC Lan House 2010, os pesquisadores do CETIC apontam elementos importantes tais como: a lan house como um negócio familiar, a importância das atividades comerciais complementares ao acesso à internet, a oferta qualificada de serviços, a quantidade de computadores, a velocidade da conexão, o tipo de sistema operacional utilizado, o tempo de funcionamento do empreendimento e o perfil do dono da lan house. (TIC Lan House, 2010, p.17) Tais fatores nos possibilitaram traçar uma relação

---

<sup>69</sup>Relatório disponível em [www.cetic.br](http://www.cetic.br).

<sup>70</sup>Disponível em [www.cetic.br](http://www.cetic.br). Acesso em 26.01.2012.

entre o micro universo que acompanhamos, quais sejam as duas lan houses em Acari e no Santa Marta, e uma realidade mais ampla desse modelo de negócio no país.

Nossa opção por pesquisar lan houses em duas favelas cariocas é referendada também pela importância desse estabelecimento em espaços populares, pois, como aponta a TIC Lan House 2010,

Outro dado muito importante é que esses estabelecimentos desenvolveram-se principalmente nos locais onde a população do país é mais carente de acesso à infraestrutura da Internet e, por consequência, está privada de todos os benefícios oriundos do seu uso. Prova disso é a experiência de uso nas lan houses ser muito mais incidente nas faixas menos escolarizadas da população e nas camadas desfavorecidas economicamente: classes sociais mais baixas e faixas de renda inferiores.

Outro destaque sobre esse tema é a indicação de, na área rural, as lan houses serem bastante importantes, em face do que representam para as áreas urbanas.

(TIC Lan House, 2010, p.18)

Como ressalta o trecho destacado, a lan house é importante não apenas para as camadas populares dos centros urbanos (favelas), mas, sobretudo, para locais de difícil acesso à internet, como as áreas rurais. Trazemos aqui como exemplificação uma experiência pessoal ocorrida numa viagem de férias a Penedo<sup>71</sup>, quando ficamos por volta de cinco dias sem internet e, ao ir à farmácia comprar remédios, nos deparamos com três computadores dentro de uma locadora. Transcrevo aqui o registro que fiz em meu diário de campo ao retornar da viagem:

Depois dos minutos iniciais em que alimentei meu vício de internet, pude estar de forma diferente naquele local. Passei a reparar ao redor, vi que não tinha feito cadastro e que nada tinha sido desbloqueado. Logo, pensei: como ela irá marcar meu tempo? Segui navegando e então um homem adentrou o recinto, pedindo que ela (a atendente) imprimisse uma 2ª via de conta. Ele, bastante alterado, não conseguia explicar o que queria, e ela sem paciência tentava explicar que e-mail é algo pessoal e de graça e que ele poderia fazer o dele e receber o que quisesse.

(Diário de Campo. Penedo. 03/01/2011)

Essa cena, que por acaso presenciei, serviu para reforçar nossa hipótese de que para além de incluir na rede, a partir do fornecimento de acesso à internet, as lan houses tem um papel educativo fundamental. Através de seus atendentes, que no cotidiano atuam como educadores

---

<sup>71</sup>Distrito da cidade de Itatiaia, estado do Rio de Janeiro, localizado cerca de 155 km da cidade do Rio de Janeiro. Maiores informações em <http://www.itatiaia.rj.gov.br/>.

populares, as lan houses educam sobre Tecnologias de Informação e Comunicação, dentre outras temáticas.

Assim, o contexto vivenciado em nossa viagem pode ser aproximado do relatado por Tatiana, filha do dono da lan house de Acari e que trabalha no empreendimento.

Pâmella – Entendi... e bom, você gosta de trabalhar na lan house?

Tatiana – Mais ou menos...

P – É?

T – É... porque é bom, porque ao mesmo tempo que a gente tá trabalhando, dá pra se distrair... mas só que às vezes dá uma dor de cabeça... porque tem gente perguntando, porque não sabe mexer direito, aí é um perguntando dum lado, outro perguntando do outro... Aí fica mó confusão...

P – Além de organizar mesmo, quem pagou e quem não pagou, você ainda tem que ficar meio que dando uma de professora ensinando as coisas?

T – É...

P – O que eles costumam mais perguntar pra você, assim?

T – Ah, tem... tem gente que se embola em coisa que é coisa simples, tipo: duplo clique... tem gente que se embola nisso, fica clicando... aí que aparece lá pra renomear, só que não... eles não querem renomear, eles querem clicar, só que eles clicam tão devagar, que vai... Ou às vezes, até pra entrar na internet tem gente que tem dúvida, não sabe onde que vai... ou num site, não sabe que tem que clicar no ícone da internet... tem gente que pensa que já vai tá lá o site pra eles clicarem...

P – Aí você tem que parar o que você tá fazendo... e tal, pra ir lá ajudar...

T – É... aí eu tenho que ir lá e ver. Tem... tem um moço até que veio aqui fazer o simulado do DETRAN, aí toda vez que ele vem aqui, eu tenho que ir lá colocar, por que ele num consegue colocar direito...

(Entrevista com Tatiana. Acari. 16.08.2010)

A insatisfação apresentada por Tatiana parece ter origem similar à irritação da atendente da lan house de Penedo. Ambas estavam indo além do seu papel de balconistas ou mesmo atendentes do empreendimento, para exercer uma função didática, em especial, de alfabetização digital, auxiliando pessoas muito humildes e sem conhecimentos para acessar a internet pela primeira vez.

Seguindo em nosso “trabalho de campo imprevisto”, registramos:

Impossível resistir ao lugar de pesquisadora. Então, finalizei meu passeio pela rede e ao levantar e informar a atendente<sup>72</sup> que havia terminado, ela me solicitou “O papelzinho, por favor!” Foi só então que eu percebi que ela tinha colocado ao meu lado um papelzinho com o horário de início de meu acesso. Me apresentei falando que pesquisava lan house e tivemos uma boa conversa, apesar de ela afirmar que o que ela tinha não era uma lan house. Ela relatou que fez faculdade de história, mas não entregou a monografia, odiava computador, mas agora mexia e estava inclusive fazendo curso.

<sup>72</sup>Posteriormente descobri que esta era dona do estabelecimento.

Fez questão de dizer que as máquinas não tinham jogos, porque ali não era para isso. No entanto, enfatizou que não tem jogos porque ela não quer, pois as máquinas têm capacidade para tal. Durante nossa conversa, uma mulher se aproxima e pergunta se ela poderia fazer a matrícula dela e quanto ela cobrava. A atendente respondeu que naquele momento os computadores estavam ocupados, que iria demorar e que ela voltasse no dia seguinte, pela manhã. A mulher insistiu perguntando se a atendente poderia fazer a matrícula, no que esta responde um pouco irritada, dizendo: “Eu nunca fiz, mas vou tentar, acho que dá para fazer sim.” Ao final do diálogo assistido, o quebra-cabeça se encaixa com a ajuda da atendente, a mulher necessitava fazer a matrícula pela internet, para seguir com seus estudos.

(Diário de Campo. Penedo. 03/01/2011)

O episódio vivenciado em uma visita de menos de 30 minutos a essa locadora com três computadores conectados à internet, que cobrava para acessar, mas que não se reconhecia como lan house, reforçou nossa convicção do papel educativo e também cultural, sobretudo, no que tange à cultura digital<sup>73</sup>, desses espaços. Fica patente a importância social das lan houses. No entanto, o destaque dado pela atendente ao fato de que seu estabelecimento não possui jogos, o que para nós influencia em seu não reconhecimento como lan house, é um importante indicativo para pensarmos os olhares sobre esses espaços que, como indicamos inicialmente, emergem como casas de jogos.

A identificação como espaço de jogos, entretenimento e diversão produziu, como ressaltamos anteriormente, uma visão bastante pejorativa sobre as lan houses, desdobrando-se em legislações bastante duras para tais empreendimentos, temática que abordaremos a seguir.

## **2.2 A Torre de Babel: lan house entre práticas e leis**

Como aponta a citação do pesquisador Ronaldo Lemos que destacamos no início desse capítulo, as lan houses, ao emergir debaixo para cima e com caráter popular, ao invés de capitanear o diálogo dos governos, conseguiu em primeira instância sua desconfiança e perseguição, sobretudo, através de instrumentos legais regulatórios. De acordo com os dados da

---

<sup>73</sup>Compreende-se como cultura digital um conjunto de relações e práticas desta época contemporânea, quando as relações humanas são fortemente mediadas por tecnologias e comunicações digitais. Maiores informações em [www.culturadigital.br](http://www.culturadigital.br).



pesquisa TIC Lan House 2010<sup>74</sup>, cerca de 50% do setor sobrevive na informalidade, número que a Associação Brasileira de Centros de Inclusão Digital (ABCID) estima ser muito maior.

Mas qual seria o motivo dessa informalidade? Questões apenas econômicas? Ou também questões referentes à legislação vigente? De acordo com a ABCID, uma das principais demandas é por “*um marco legal que entre outros itens contemple condições de favorecimento a formalização*”<sup>75</sup>. Cabe destacar que a associação também apresenta reivindicações em termos econômicos que almejam incentivos fiscais e facilitação para concessão de crédito. Porém, nossa investigação, associada aos levantamentos do CETIC, nos leva à hipótese de que as questões econômicas atuam mais diretamente no que tange à durabilidade do empreendimento, questão que abordaremos mais detalhadamente no capítulo 3, enquanto a formalização das lan houses esbarra, sobretudo, nas leis e decretos em vigor, que atuam como entraves jurídicos para esses empreendimentos.

Ao detalhar o marco legal almejado, a ABCID, em sua página oficial, no item intitulado “Reivindicações”, destaca:

***Remoção dos entraves legais ao exercício da atividade, entre elas:***

- a determinação de distância de escolas. (Rio de Janeiro e outros estados);
- o impedimento de acesso em qualquer turno por menores de idade (municípios de São Paulo, Goiás, Mato Grosso, entre outros);
- a necessidade de autorizações registradas em cartório para o acesso (Rio Grande do Norte e outros estados do Nordeste);
- a obrigatoriedade de Cadastro com foto e arquivamento de Xerox de RG (Paraná e outros estados);
- cobrança de taxas de polícia (FUNRESPOL), cobrado por cada estação (Paraná, Mato Grosso, Goiás, entre outros);
- a obrigatoriedade de filmagem de todos os acessos e seu arquivamento por dois anos (Santa Catarina);
- a necessidade de alvarás judiciais para entrada e permanência de menores em processos que levam mais tempo que a validade do mesmo;
- a exclusão de Lan Houses de benefícios fiscais como: Isenção de alvará para espaços presentes em favelas (Rio de Janeiro);
- isenção de taxa de licenciamento para micro empresas (Rio de Janeiro)

(Disponível em [www.abcid.org.br/reivindicacoes](http://www.abcid.org.br/reivindicacoes). Acesso em 05.01.2012.)

Nesse breve resumo apresentado pela associação que reúne os donos de lan house fica patente a gama de legislações que impactam diretamente nesses empreendimentos. Assim, ainda que cientes de que este não é um trabalho do campo do Direito, levantamos algumas

<sup>74</sup>Pesquisa disponível em [www.cetic.br](http://www.cetic.br). Acesso em 26.01.2012.

<sup>75</sup>Disponível em <http://www.abcid.org.br/reivindicacoes>. Acesso em 05.01.2012.

considerações acerca dessa temática, por entender que analisar esses entraves possibilita mapear os distanciamentos entre as práticas na lan house e as leis sobre elas.

Longe de fazer um exaustivo mapeamento de tais legislações, priorizamos elencar alguns instrumentos no âmbito do estado do Rio de Janeiro, que a nosso ver explicitam a Torre de Babel existente entre o cotidiano das lan houses e as leis e decretos para tais espaços.

**Tabela 1- Instrumentos legais que atuam sobre as lan houses selecionados para análise<sup>76</sup>**

<b>Instrumento</b>	<b>Esfera</b>	<b>Sinopse</b>
Lei nº 4.782/06 (Anexo 2)	Estadual	Proíbe a abertura de casas de jogos de computadores, também conhecidas como “lan houses”, a uma distância menor que 1 (hum) mil metros das unidades de ensino de 1º e 2º graus, no âmbito do estado do Rio de Janeiro.
Lei nº 5.132/07 (Anexo 3)	Estadual	Ficam obrigados todos os estabelecimentos comerciais que locam terminais de computadores para acesso à Internet, a terceiros (público em geral), no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, a exigir identidade dos usuários de quando das locações e a manter livro, com data, hora e identificação do usuário, bem como do terminal utilizado.
Lei nº 5.885/11 (Anexo 4)	Estadual	Revoga a Lei nº 4.782/06, que proíbe a abertura de “lan houses” a uma distância menor que 1 (hum) mil metros das unidades de ensino de 1º e 2º graus, no âmbito do estado do Rio de Janeiro.
Lei nº 6.235/12 (Anexo 5)	Estadual	Define os centros de inclusão digital – CID (lan houses), reconhecendo-os como de especial interesse social para universalização do acesso à rede mundial de computadores-internet, os define como entidades prestadoras de serviços multipropósitos. Prevê a possibilidade de parcerias com o Estado e municípios, para desenvolvimento de atividades educacionais, culturais, de utilidade pública, de interesse do cidadão e da administração.
Decreto nº 36.207/2012 (Anexo 6)	Municipal	Regulamenta, no município do Rio de Janeiro, o licenciamento e o funcionamento das lan houses. Define como Centro de Inclusão Digital apenas os que oferecem acesso gratuito e cria a obrigatoriedade de manutenção de um terminal de acesso gratuito para idosos em cada lan house.

Das quatro leis estaduais destacadas, duas, 4.782/06 e 5.132/07, trazem como pressuposto uma visão negativa da lan house. A primeira, identificando a lan house como um local prejudicial

<sup>76</sup>O texto completo das leis pode ser acessado nos sites [www.alerj.rj.gov.br](http://www.alerj.rj.gov.br) e <http://doweb.rio.rj.gov.br>. Acesso em 04.01.2013.

à educação, proíbe a instalação desses empreendimentos a menos 1km de estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus, fator que, segundo a ABCID, inviabiliza a formalização de tais espaços. O presidente da associação, em diversas palestras, conversas e pronunciamentos públicos, ressaltava que: “se tal lei fosse aplicada de fato, no município do Rio de Janeiro, apenas seria possível ter lan house em dois locais: Ponte Rio-Niterói e Floresta da Tijuca”.

A segunda legislação analisada compreende a lan house como possível local de crimes, como destaca o pronunciamento da deputada Graça Pereira, autora da lei, na ocasião de sua aprovação:

De acordo com a parlamentar, esta medida aumentará o poder de alcance da polícia em casos de crimes graves, como a pedofilia, o tráfico de drogas e o racismo na rede mundial de computadores. “As investigações de crimes na internet conseguem chegar ao computador utilizado, mas não a quem o utilizou para a prática de crime. O que tem acontecido é que a polícia só consegue chegar aos suspeitos quando se trata de um computador caseiro. As lan houses e similares ainda ofereciam esse sigilo, já que os policiais não tinham como saber quem havia utilizado as máquinas. Agora, de forma simples, isso vai acabar”, comemora a parlamentar. (Disponível em [http://www.alerj.rj.gov.br/escolha\\_legenda.asp?codigo=23182](http://www.alerj.rj.gov.br/escolha_legenda.asp?codigo=23182). Acesso em 05.01.2013.)

Partindo desse pressuposto, tal lei não dialoga com o cotidiano dinâmico das lan houses, como aponta o presidente da ABCID:

Que que acontece, quando se cria esse monte de leis que não conseguem ser aplicadas, que ninguém vai conseguir fazer o registro todo. Imagina! Você entrou no meu espaço, você quer ver se um email chegou, aí eu pego sua identidade e registro, todos os seus dados, pego seu telefone, endereço ok, cadastro você. Você entrou no meu espaço, abriu o teu computador, ficou três minutos pra vê que o email não chegou. Levou dez minutos pra fazer um cadastro, você sai, vai voltar porque seu email não chegou, daqui a vinte minutos você vai voltar de novo, perde mais dez pra poder acessar mais três. Então, assim, é estranho. Você parte do princípio de que todo mundo é errado. O que é ruim, você cria controle que não funciona.

(Entrevista com o presidente da ABCID. 29.06.2009)

A constatação do presidente da associação, que também é dono de uma lan house no município do Rio de Janeiro, vai ao encontro aos dados levantados pela pesquisa do Centro de Tecnologia e Sociedade da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas-RJ, que identifica uma falta de compreensão entre o poder público e as lan houses, como destaca o pesquisador mestre em Direito Constitucional, entrevistado pela nossa pesquisa:

As lan houses entram, no ponto de vista dessa questão, como um ambiente de inovação, é um ambiente de proliferação de tecnologia, é um ambiente que tem múltiplos benefícios pra sociedade, mas é um ambiente altamente informal por uma série de fatores, talvez por falta de compreensão do poder público, em relação à forma como se desenvolve, quais seus benefícios, seus problemas, etc.

(Entrevista com pesquisador da FGV-RJ, em 10.02.2011.)

Vislumbrando o caráter inovador da lan house, o projeto “Tecnologia, Democracia e Desigualdade Social: Melhores Práticas e Políticas Públicas”, financiado pela FINEP<sup>77</sup> e desenvolvido pelo CTS/FGV, acompanhou de perto os donos de lan houses, sua associação, bem como as legislações em vigor para esse empreendimento. Os resultados foram apresentados no livro *Pontos de Cultura e Lan houses: estrutura para inovação na base da pirâmide social*, publicado no final de 2011.

Nessa publicação que compila artigos que apresentam desde práticas e experiências de investigação em lan houses, inclusive com a participação de nossa pesquisa, até uma análise sistemática da legislação vigente para o setor, podemos identificar um embate entre as práticas e as legislações, ou ainda entre os costumes em tais espaços e os instrumentos legais que buscam regulamentá-los.

A esse respeito, resgatamos a contribuição do historiador E.P. Thompson, em seu célebre livro *Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*, quando constata que

No século XVIII, o costume constituía a retórica de legitimação de quase todo o uso, prática ou direito reclamado. Por isso, o costume não codificado – e até mesmo o codificado – estava em fluxo contínuo. Longe de exibir a permanência sugerida pela palavra “tradição”, o costume era um campo para a mudança e a disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes. (Thompson, 1998, p. 16)

A arena legislativa, a nosso ver, apresenta interesses conflitantes sobre as lan houses, fator que pode ser percebido através da lei 5.885/11 que revoga a lei 4.782/06, proibitiva de tais estabelecimentos a menos de 1 km das escolas de 1ª e 2ª graus. O mesmo ocorre com a aprovação da legislação 6.235/12, que reconhece a lan house como Centro de Inclusão Digital (CID) de especial interesse para a universalização do acesso à internet, atuando como um espaço multipropósito.

---

<sup>77</sup>Agência Financiadora de Estudos e Projetos.

O campo da mudança e da disputa indicado pelo historiador inglês em seu estudo sobre a cultura popular na Inglaterra do século XVIII pode também ser percebido nas práticas inovadoras dentro desses locais de acesso pago à internet, afinal como indica o próprio título do livro publicado pela Fundação Getúlio Vargas, trata-se de “estruturas para inovação na base da pirâmide social”.

Agregando duas características polêmicas: ser inovador e oriundo da base da pirâmide social, tais práticas contrapõem-se a estruturas recrudescidas, seja de interesses econômicos (impostos, propriedade intelectual, lucro) ou ideológico (concepção sobre: jogos, educação, proteção aos menores de idade).

A esse respeito, podemos indicar o episódio vivenciado pelo presidente da ABCID, em sua lan house. Como identificou uma escola pública próxima sem laboratório de informática, e a lan house tinha um período ocioso que era justamente o da demanda da escola, propôs uma parceria, pois, como ele ressalta:

...se há uma mística de que lan não é boa pra educação, se ela é alvo de evasão escolar, eu só vou conseguir desconstruir essa mística se eu tomar algum tipo de atitude que possa comunicar aos pais, professores, etc e tal, que meu espaço é contributivo. É um espaço que não tem conteúdo negativo, é um espaço que as pessoas podem ir lá fazer pesquisa, podem fazer trabalho, etc e tal, ter uma orientação um pouco mais específica... Mas, assim que a gente começou a iniciativa, que foi bacana, teve apoio da direção da escola, teve apoio dos professores...

(...) Só que alguns pais acharam a história meio ruim, por conta do preconceito, e o Ministério Público veio, através de uma fiscalização da prefeitura, e me vetou a iniciativa.

(Entrevista com o presidente da ABCID. 29.06.2009)

Não entrando no mérito de que é responsabilidade da Secretaria de Educação oferecer laboratório de informática para que os alunos da rede pública possam ter acesso a esse aprendizado, queremos destacar o que está por trás de tal relato: a concepção de que a lan house não é um espaço voltado para ações educativas. Observamos que não somos adeptos da ideia de transformar a lan house num espaço de educação formal, questão que aprofundaremos em nosso último capítulo. No entanto, partimos do pressuposto de que competências e habilidades são compartilhadas a todo instante nesse espaço dito “prejudicial” para menores de idade.

A lei estadual de 2012, em seu artigo 5º. que reconhece a lan house como um CID- Centro de Inclusão Digital, em nossa concepção, avança nesse sentido, ao prever a possibilidade dessa parceria:

Art. 5º O Estado do Rio de Janeiro e os seus municípios poderão implantar parcerias com os estabelecimentos disciplinados por esta Lei para desenvolvimento de atividades educacionais, culturais, de utilidade pública, de interesse do cidadão e da Administração, com vistas à universalização do acesso à internet, podendo, inclusive, buscar a União para propiciar apoio institucional.

(Lei nº 6.235/2012, do Estado do Rio de Janeiro)

Em termos econômicos e também ideológicos, sabemos que tal artigo dispõe sobre a possibilidade de parceria público/privado. Entretanto, chamamos a atenção para a dificuldade de a esfera pública, em especial escolas e telecentros, abrir mão de concepções a nosso ver conservadoras e dialogar com outras formas de aprendizado, o que inclui jogos não educativos e redes sociais. Esse fato constitui um fator limitador de tais políticas.

A esse respeito, o pesquisador da FGV, entrevistado por nossa pesquisa, afirma:

Mas tem uma visão das lan houses com relação à questão do jogo, principalmente, e eu acho que tudo passa um pouco por aí. E são dois problemas num só: o problema que as lan houses não acessam o crédito e não conseguem expandir seus negócios, não conseguem prestar um serviço mais adequado, ou não conseguem ter bens melhores, porque os jogos são vistos com preconceito e as lan houses estão associadas aos jogos, e o problema em si dos jogos serem vistos com preconceito, que é um problema já em si, né? Então, é toda essa questão. “Os jogos não têm potencial educativo, os jogos não veiculam nenhum tipo de expressão”, isso é uma visão que os parlamentares têm, que afeta primeiro o jogo e depois afeta por rebote as lan houses. Então, a gente vê muito na conversa com os donos de lan que as vezes eles querem se distanciar dos jogos. Falar: Ah, eu não tenho jogo na minha lan house.

(Entrevista com pesquisador da FGV-RJ, em 10.02.2011.)

O relato trazido pelo pesquisador nos remeteu à observação da dona do ponto de acesso pago à internet, em Penedo, que relatamos em nosso capítulo 1. Na ocasião, a senhora enfatizou não ser uma lan house, não possuir jogos, apesar de ter computadores com essa capacidade.

A visão pejorativa dos jogos, e também das redes sociais, pôde ser percebida de maneira mais intensa em nossa pesquisa, quando fui convidada para compor a banca de seleção pública de projetos de cultura digital nº 014/2011, da Secretaria de Estado de Cultura (anexo 7). O edital em si e o processo serão analisados mais detalhadamente no subitem a seguir. No entanto, um fator que nos chamou bastante atenção foi que, em todos os casos de projetos apresentados por donos de lan house – cabe destacar que não se tratava de um edital apenas para lan houses – estes destacavam suas preocupações em oferecer outros serviços que não apenas acesso a jogos e redes sociais.

A crítica ao uso da internet “apenas para diversão em jogos e redes sociais” foi recorrente não apenas na versão escrita dos projetos, mas apresentada como ponto inicial e quase sempre principal em praticamente todas as entrevistas presenciais. Como ressaltamos, essa chamada não se restringia às lan houses, tampouco os proponentes eram apenas donos de lan, porém, o interesse de nossa pesquisa produziu esse recorte em nosso olhar sobre o processo.

Ao entrar na sala na qual foram realizadas as entrevistas na sede do Ministério da Cultura no Rio de Janeiro, no Palácio Gustavo Capanema, aqueles que eram donos de lan house quase sempre iniciavam sua apresentação enfatizando: “Não quero que os meninos fiquem só jogando” “Eles não podem ficar só em facebook e Orkut, tem que ter algo educativo” no que, em geral, seguiam dizendo “por isso pretendo realizar cursos, atividades educativas”.

Essa experiência nos possibilitou a seguinte reflexão: os donos de lan house não vislumbram nenhum aprendizado ou uso interessante da tecnologia através de jogos e redes sociais. Ou os donos de lan house identificam a visão, em geral, conservadora das Políticas Públicas acerca dos jogos e redes sociais e por isso falavam o que julgavam que a Secretaria gostaria de ouvir? Talvez não se trate de uma coisa ou outra, mas da complementação entre ambas.

Supomos que o enraizamento da opinião do senso comum de que jogos e redes sociais são exclusivamente atividades de entretenimento e perda de tempo, não possuindo usos educativos e/ou de acréscimo à vida do cidadão, colabora na produção da postura que identificamos nessa seleção pública de projetos de cultura digital. O desdobramento de tal concepção no campo jurídico traduz-se, como vimos nos exemplos apresentados, em legislações restritivas, que, como na Torre de Babel, falam uma língua, enquanto as lan houses falam outra.

Porém, a diferença de idiomas não está apenas entre o poder público e as lan houses. No interior do próprio poder público, identificamos idiomas distintos que impossibilitam o diálogo. Como exemplo, trazemos o decreto municipal nº 36.207, de 12 de setembro de 2012, que faz menção à lei 4.782/06, que já havia sido revogada desde 14 de janeiro de 2011. Assim, em seu artigo 4º o decreto define:

Não será concedido alvará a estabelecimentos, destinados à exploração de qualquer tipo de jogo eletrônico, situados a um raio de distância de 1.000 m (mil metros) das unidades de ensino de 1º e 2º graus, conforme determina a Lei Estadual 4.782, de 23 de junho de 2006. (Decreto nº 26.207/2012, do município do Rio de Janeiro)

Não obstante a falta de atualização em relação a uma lei que não estava mais em vigor, tal decreto ignora a definição de Centro de Inclusão Digital prevista na lei 6.235/12, promulgada em 07 de maio de 2012, e distingue os CID's das lan houses:

IV – Centro de Inclusão Digital, espaço comunitário que proporciona acesso público e gratuito às tecnologias da informação e comunicação, com computadores conectados à Internet e disponíveis para atividades de desenvolvimento local, inclusive acesso aos serviços públicos digitais, produção e compartilhamento de conhecimento coletivo e oficinas de alfabetização digital;

(...)

VII – “Lan House”, estabelecimento destinado a diversões eletrônicas, onde as pessoas pagam para usar computadores em jogos na rede local ou internet. A “lan house” é um ambiente confortável, caracterizada, fisicamente, pela existência de vários computadores de última geração conectados em rede, onde os jogadores se divertem com as últimas novidades do ramo de jogos, todos conectados em um único ambiente virtual. (Decreto nº 26.207/2012, do município do Rio de Janeiro)

Percebe-se novamente a visão da lan house restrita ao uso de jogos, perspectiva que havia sido ampliada com a lei estadual 6.235/2012. É fundamental dar destaque a essa falta de diálogo entre o legislativo estadual e o municipal, visto que tal decreto rege a concessão de alvarás, processo extremamente lento e desgastante, como detalha o presidente da Associação Brasileira de Centros de Inclusão Digital.

Aí, quando eu consegui o meu primeiro, eu recebi uma autuação porque eu não tinha, aí pedi uma renovação quando ele foi acabar, um pouco antes, e o processo de renovação levou quatorze meses. Eu falei: gente é um negócio feito pra não funcionar! Que deixa as pessoas à margem da legalidade e cria um processo que, na maioria das vezes, você fica refém de umas práticas de fiscais. Eu falei: cara, eu quero andar direito, e eu tenho que brigar com o Estado pra andar direito?! O Estado teria que formalizar esses espaços e ter uma ação pró ativa de trazê-los pra uma ação positiva. Só que o que que acaba acontecendo: você cria uma porção de leis que não funcionam. Na prática, podem estar cheias de boa intenção lá no alto, mas que lá na ponta não são praticáveis, não são aplicáveis...

(Entrevista com o presidente da ABCID. 29.06.2009)

A identificação feita pelo presidente da ABCID de que as leis não se aplicam na prática, reforçam nossa imagem de Torre de Babel, na qual por mais que se almeje construir algo, ao adotar idiomas e linguagens totalmente distintas, torna-se impossível qualquer construção efetiva, em especial no campo legislativo. Assim, nosso trabalho, que tem como principal característica o acompanhamento das práticas e experiências na lan house, ao trazer o debate legislativo, não o



faz com uma perspectiva de que a alteração na lei é a solução de todas as problemáticas, mas por identificar, assim como fez E.P. Thompson, que compreender o domínio da lei é fundamental.

Insisto apenas no ponto óbvio negligenciado por alguns marxistas modernos, de que existe uma diferença entre poder arbitrário e o domínio da lei. Devemos expor as imposturas e injustiças que podem se ocultar sob essa lei. Mas o domínio da lei em si, a imposição de restrições efetivas ao poder e a defesa do cidadão frente às pretensões de total intromissão do poder parecem-me um bem humano incondicional. Negar ou minimizar esse bem, neste século perigoso em que continuam a se ampliar os recursos e as pretensões do poder, é um erro temerário de abstração intelectual. Mais que isso, é um erro que se reproduz e aumenta por si mesmo, estimulando-nos a desistir da luta contra as más leis e procedimentos classistas e a nos desarmar perante o poder. Significa lançar fora toda uma herança de luta pela lei, e dentro das formas da lei, cuja continuidade jamais poderia se interromper sem lançar homens e mulheres num perigo imediato. (Thompson, 1987, p. 357)

O historiador inglês destaca o aspecto classista presente no processo de luta pela lei, aspecto esse que também percebemos, ainda que de maneira pouco explícita, nos embates acerca dos instrumentos legais para as lan houses. Em geral, caracterizadas por ser um negócio familiar e possuindo um público das classes C, D e E, as lan houses situam-se na base da pirâmide social, como também aponta a pesquisa da FGV, fazendo da tensão entre as práticas de seu cotidiano e as legislações uma importante amostra dos conflitos na arena da luta de classes, no contexto brasileiro atual.

### **2.3 Desconstruindo o bicho de sete cabeças: pesquisas e diálogos com lan houses**

Na história da humanidade, o novo, o desconhecido, caracteriza-se em geral pela produção de mistérios a seu respeito. Recorrendo à imagem de navegação que trouxemos para este trabalho e resgatando nosso conhecimento histórico, podemos lembrar período conhecido como “Grandes Navegações”, no qual portugueses e espanhóis se lançaram ao mar, em busca de rotas desconhecidas que os levassem às Índias.

Ao navegar rumo ao desconhecido com intuito colonizador, tais desbravadores eram acompanhados de mitos e lendas que falavam de dragões do mar, monstros assustadores que

estariam a sua espera, ao cruzar os limites conhecidos. Hoje, em pleno século XXI, quando já se possui um vasto conhecimento geográfico sobre o planeta, os mitos e monstros criados são outros.

Enxergamos a lan house como um espaço novo e de certa forma ainda desconhecido em seu cotidiano. A iniciativa privada já vislumbra nesse empreendimento um importante espaço de incorporação ao mercado, assim como setores governamentais atentam para as lan houses, como parceiras fundamentais na democratização do acesso à internet no país. E, assim, navegando rumo às “desconhecidas” lan houses, deparamo-nos com os mitos que apresentam esse espaço como um bicho de sete cabeças.

Como exemplo, citamos o comentário acerca das lan houses, feito pelo jornalista Amaury Ribeiro Jr, em seu livro *A Privatária Tucana*. Ainda no início da obra, ao falar do tiro que levou em Cidade Ocidental, região popular de Goiás, acidente que mudou seus planos, levando-o a realizar a pesquisa sobre o PSDB, o autor, caracterizando a região e seus moradores, afirma que: "*Na ausência de parques, praças ou qualquer tipo de lazer, a juventude do entorno passava o dia inteiro em lan houses. Ali se tornavam presas fáceis de traficantes e outros bandidos.*" (Ribeiro Júnior, 2011, p.16)

A observação do jornalista nos interessa em duas perspectivas, a primeira por identificar a lan house como local de sociabilidade nos espaços populares. Ou seja, na ausência, ou ainda, na impossibilidade de uso dos espaços tradicionalmente destinados para encontros sociais e lazer, tais como: praças, clubes, quadras esportivas entre outros, esses jovens se encontram na lan house.

O segundo aspecto, que para nós assume maior destaque para a discussão que objetivamos travar neste instante, diz respeito à visão pejorativa de que na lan house os frequentadores se tornavam presas fáceis de traficantes e outros bandidos. A esse respeito, cabe ressaltar que nosso trabalho de campo realizou-se em duas favelas, uma delas, Acari, com a presença do tráfico de drogas.

Ao contrário do indicado pelo jornalista, o cotidiano por nós acompanhado retrata a lan house como um espaço seguro, de proteção e frente à realidade do tráfico. Como destaca Freitas, dono da lan house de Acari:

Mas pelo menos também é uma tranquilidade, antes ele ficava na rua, ele e o irmão dele. Aí sempre ficavam, onde tá o Lucas? Onde tá o Lucas? Agora sabe onde ele tá. Ela dá

até dinheiro pra ele ficar jogando e tal, dá dez reais, cinco reais, só pra eles ficarem mais tempo aqui, só porque sabe que aqui, inclusive já recebi elogio de pais, de mães, que chegaram e falaram: “gosto que o meu filho venha aqui, porque você cuida, se preocupa”. Aliás, até o pessoal bandido elogiou.

(Entrevista com Freitas. Acari. 08.06.2009)

E assim, acompanhando o cotidiano das lan houses e não apenas emitindo opiniões superficiais sobre tais locais, apresentamos três trabalhos acadêmicos sobre esses novos empreendimentos, além da experiência de uma Política Pública que, ao invés de repreender, dialogou com esses espaços. O intuito é desconstruir o mito de bicho de sete cabeças, criado em torno da lan house.

De início, destacamos a tese de doutorado na Antropologia Social, defendida por Vanessa Pereira (2008) que reflete sobre as redes sociais juvenis on e offline. Tendo como elemento principal os jogos em lan houses, a pesquisa acompanhou o cotidiano de um empreendimento do bairro Jardim Botânico na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. O objetivo foi compreender as relações de sociabilidade construídas entre os jovens frequentadores desse espaço, através, sobretudo, dos jogos.

Segundo Pereira, eram jovens oriundos das camadas populares, para quem a lan house colocava-se com um custo bastante significativo, sendo todo o dinheiro conseguido por esses meninos empenhado em tempo de jogo. Outro aspecto interessante dessa pesquisa é a reflexão, ainda que rápida, sobre a pouca presença feminina na lan house estudada. Cabe destacar que, apesar de não termos realizado nenhum registro específico, também observamos em nossas visitas frequentes às lan houses, em Acari e no Santa Marta, que os clientes são majoritariamente do sexo masculino. Inclusive em nenhuma das oficinas realizadas nas lan houses, tivemos a presença feminina.

A trajetória percorrida pela autora durante sua pesquisa é bastante interessante, pois explicita o preconceito e a ignorância, no sentido de desconhecimento, que apresentamos ao adentrar no espaço de uma lan house pela primeira vez. Tendo sido levada ao seu futuro campo de estudos por uma pane em seu computador pessoal, Pereira estranha o ambiente escuro em que jovens inquietos gritam, brincam, discutem e passam horas a fio jogando. E é desse estranhamento que emerge a ideia da pesquisa.

Dentre os elementos trazidos por seu importante trabalho, destacamos a forma como a autora trabalha a questão do virtual, não assumindo a oposição real x irreal (virtual), mas sim a

díade on e offline. Nesse sentido, offline é o espaço do bairro em que se situam esses jovens, e online é o ciberespaço, em especial, os jogos.

O cotidiano desses jovens, acompanhados, como diz a pesquisadora, “por uma ‘véia’ embrenhada entre meninos, aprendendo a jogar, falar gírias e a ter amigos homens e jovens”, revela novos códigos comunicacionais, específicos de uma atenção multifacetada, caracterizada por intensa agilidade. Nesse sentido, o trabalho desenvolvido por Pereira, além de configurar uma referência teórica importante, também se apresentou como uma significativa experiência etnográfica, que contribuiu com a nossa entrada em campo, atuando no sentido de desconstruir preconceitos e preparar-nos para os desafios.

Nas conclusões de sua tese, a autora já em seu parágrafo inicial, afirma que

A lan house configurou, a princípio, uma solução para minhas atividades rotineiras na internet quando meu computador quebrou. Após esse encontro fortuito, apurando o olhar e deixando aflorar a curiosidade comum à prática antropológica, utilizei-a, no entanto, para refletir. A empolgação dos jovens que frequentavam o local – principalmente, mas não somente – para jogar chamou minha atenção. Meninos e meninas, transitando freneticamente, faziam da lan house um *point* de sociabilidade. (Pereira, 2008, p. 312)

Muito além do acesso à internet, a lan house, em seu cotidiano, apresenta experiências múltiplas de sociabilidade, cultura e educação. Ao se encontrar, perguntar como os outros colegas estão no jogo, trocar informações sobre táticas e estratégias, compartilhar músicas e vídeos que viram nas redes sociais, os frequentadores atribuem, constantemente, novos usos a esse espaço, visto de fora para dentro, quase que exclusivamente, como ponto de acesso à internet e casa de jogos.

Analisando as representações antipedagógica e antiescola acerca da lan house, a partir do acompanhamento de duas favelas cariocas: Vila Canoas e Santa Marta, as observações de Carla Barros (2011) contribuem para a desconstrução da imagem pejorativa acerca desses espaços. A autora, assim como Pereira (2008) e como nós, compreende a lan house como um espaço de sociabilidade e afirma:

Não necessariamente entra-se na lan para acessar a internet; muitos vão apenas para encontrar os outros, em um repetido ritual de sociabilidade, entre os jovens é “de lei” dar uma passada por lá. Vários freqüentadores, por outro lado, têm computador em casa, mas preferem ir ao espaço para fazer um programa em grupo, seja para jogar em rede ou acessar o Orkut ao mesmo tempo em que os amigos também navegam no site.  
(...)

Os freqüentadores, assim, vivenciam o espaço da lan como um clube local (Barros, 2009), onde se exercita intensamente a sociabilidade entre os pares. (Barros, 2011, p.109)

Nesse espaço de sociabilidade, Barros nos chama atenção para o papel desempenhado pelos atendentes de lan house que, segundo a autora, são fundamentais no desenvolvimento de práticas educativas que ocorrem nesse espaço. Lembramos aqui novamente o episódio relatado por nós no primeiro capítulo, quando a atendente do estabelecimento em Penedo orienta seus clientes sobre a retirada de 2º via de contas e matrículas on line.

Orientando aqueles que nunca entraram na internet para realizar serviços, considerados por muitos como básicos, e mediando o desenvolvimento de habilidades através de jogos e sites de relacionamento, dentre outros, os atendentes a nosso ver constituem-se como educadores populares. Desenvolvem um importante papel social, sobretudo, nos espaços de menor poder aquisitivo e escolaridade, questão que retomaremos no capítulo 3. Também concordamos com a autora, quando percebe a função de cuidar de criança que tais atendentes desempenham, principalmente na realidade das favelas onde os adultos por vezes passam todo o dia no trabalho. A esse respeito, Barros formula *“um aspecto que chama atenção nos espaços das lans pesquisadas é seu caráter, até certo ponto inesperado, de “escola/creche” informal.”* (Barros, 2011, p.114).

Traçando também uma comparação entre os telecentros e as lan houses, Carla Barros corrobora as análises de Olívia Carvalho (2011), em sua pesquisa desenvolvida no morro do Estado, em Niterói, Rio de Janeiro. Investigando interfaces possíveis entre o entretenimento e as políticas públicas de inclusão digital, a pesquisa de Carvalho, apresenta-se como um trabalho bastante interessante para compreender a visão preconceituosa que se tem da lan house, ao focar no debate acerca da desqualificação ou desconsideração do entretenimento como um processo de inclusão digital.

Com esse norte, a autora pensa a relação entre as lan houses e os Centros de Inclusão Digital, num contexto atual, em que os governos têm levantado como bandeiras de políticas o tema da inclusão. Essa perspectiva dialoga diretamente com o nosso trabalho por compreendermos que as lan houses, em especial aquelas localizadas nas favelas, assumem funções educativas, culturais e sociais, mostrando, assim, a limitação da oposição entretenimento x cultura. A esse respeito, a autora afirma que

O debate se situa em dois pólos opostos: de um lado, seguindo a linha das teorias críticas da comunicação, há os que negam as lan houses como espaço de inclusão digital, acreditando que só os telecentros públicos de acesso gratuito são efetivos, pois representam um uso “cidadão” das novas tecnologias de informação e comunicação. De outro lado, estão os entusiastas, que decretam que, diante da ineficácia dos governos, são as lan houses que promovem a verdadeira inclusão digital no Brasil, uma vez que os telecentros existem em pouca quantidade e estão atrelados às políticas de governo e não às políticas de Estado. (Carvalho, 2008, p. 4)

Posicionando-se de maneira bastante crítica frente às Políticas Públicas de Inclusão Digital, Carvalho (2011) nos ajuda a compreender os nós de tais formulações, problematizando a postura dos próprios donos de lan house.

(...) os próprios donos de lan house, apropriando-se do discurso da inclusão digital e procurando fugir do estigma de “casa de jogos” como elas são oficialmente classificadas, dificultando sua legalização, fundaram, em abril de 2008, a ABCID —Associação Brasileira de Centros de Inclusão Digital, de modo a melhorar a qualidade de vida e a inclusão social que essa ação produz e de incluir centros de acesso pago nas políticas públicas para o setor. (Carvalho, 2011, p. 146)

Os três trabalhos acadêmicos apresentados, todos desenvolvidos em instituições públicas de ensino, possibilitam um olhar diferenciado em relação a lan houses, desmistificando o bicho de sete cabeças que em geral é apresentado pelas legislações, ou mesmo reportagens sobre esses locais. Em entrevista, o presidente da ABCID relata casos de aprovação em concurso de pessoas que estudaram em lan houses e reclama que experiências como essas, em geral, não são divulgadas.

Mas, tipo, não foi só ele que foi aprovado, né? Outras pessoas que foram também estudaram por lá. Agora, não é divulgado que ele estudou por uma lan house. Pra mim é estranho, que se você colocar lan house em um site de pesquisa vai aparecer ‘lan house foi assaltada’, ‘lan house, não sei o quê’. Cara, quantas farmácias por dia são assaltadas? Aparece a notícia? Quantos bancos por dia são assaltados? Ninguém noticia isso? Uma, porque não é novidade. Duas, porque as pessoas não têm uma percepção, ou não querem criar uma percepção de que o espaço é inseguro. A mensagem que eu vejo quando o cara diz ‘a lan house foi assaltada’ é não vá pra lan house, a lan house é perigosa.

(Entrevista com o presidente da ABCID. 29.06.2009)

A construção da imagem pejorativa, na grande mídia, de que fala o presidente da Associação Brasileira de Centros de Inclusão Digital, também pode ser percebida no cotidiano do senso comum. Como experiência pessoal, podemos citar o estranhamento, ainda que discreto,

quando em espaços acadêmicos apresentávamos nosso objeto de pesquisa num doutorado em História na Universidade Federal Fluminense. A pergunta: “mas o que exatamente você pesquisa na lan house?” acompanhada de um tom de voz e uma expressão facial de total incompreensão, possibilitava-nos interpretar o não entendimento que os pares, ou quem sabe ímpares, acadêmicos tinham de meu campo de investigação.

Mas de onde vem essa imagem negativa? Discordando do debate simplista sobre o que seria realidade ou não, proponho a retomada da imagem da Torre de Babel trazida anteriormente, para demonstrar os códigos e linguagens diferentes de quem está dentro da lan, frequentando e compartilhando do seu cotidiano e quem entra nesse espaço raramente, quase que como um acaso. A pergunta então é: de que maneira se olha e se entra na lan house?

A esse respeito, apresento como exemplo o trecho de um blog feminino, caracterizado por postar fotos, comentários e atuar nas redes sociais. A autora, por problemas em seu computador pessoal, recorre a uma lan house, episódio que gera uma postagem que desqualifica esses estabelecimentos.

O pior momento da minha vida é quando o meu lindo, perfeito, amado, adorado e dedicado computador simplesmente pára. Sei que minha vida se tornará um inferno, pois terei que visitar uma infeliz de uma lan house. Desisto de tentar fazer esse maldito computador funcionar e me deporto para o inferno na Terra: A Lan house mais próxima.

(...)

A tortura já começa na porta, geralmente lotada de crianças uniformizadas que provavelmente mataram aula e ficam ali prostadas na porta, fazendo o quê, eu ainda não sei, mas enfim...

(...)

Sempre disse que odeio Lan House, não só odeio como morro de nojo, prefiro um barzinho pé sujo do que frequentar uma Lan house e continuar de bom humor.

”(Disponível em <http://meninasvolupiosas.blogspot.com.br/2009/11/lan-house.html>. Acesso em 06.01.2013.)

Assim como a pesquisadora Vanessa Pereira (2008), que também recorreu a uma lan house por problemas em seu computador, a autora dessa postagem vislumbra nesse ponto de acesso pago à internet uma possibilidade de socorro em situações inesperadas, fator que em nenhum momento da postagem é destacado como positivo. Ao contrário, todos os aspectos apresentados são negativos, partindo de ideias pré-concebidas, como a de que os jovens uniformizados estariam matando aula, anulando a possibilidade de ali estar antes ou depois do horário escolar.

Outro aspecto que gostaríamos de ressaltar diz respeito à limpeza do estabelecimento. É fato que não conhecemos a lan house que a referida blogueira acessou, no entanto, o recorrente senso comum de que as lan houses são sujas destoa em muito da realidade que acompanhamos em nossa pesquisa e também nas pesquisas de campo feitas por Pereira (2008), Barros (2011) e Carvalho (2011). Supomos, então, que se trata também da dificuldade de num mundo individualista lidar com os espaços coletivos, pois nessa mesma postagem a blogueira destaca

Faço o maldito cadastro que nunca me lembro depois e me sento de frente àquele ser desconhecido: O Pc coletivo. Nisso começam as inconveniências, não é o meu teclado, não é o meu mouse, não são os meus fones de ouvido e cadê o mouse pad dessa imundice???

(Disponível em <http://meninasvolupiosas.blogspot.com.br/2009/11/lan-house.html>. Acesso em 06.01.2013.)

A afirmação de desconhecimento frente ao computador coletivo é uma interessante pista para pensar a lan house como espaço de acesso coletivo num mundo globalizado e incentivador do consumo, em especial, do consumo individual, questão que discutiremos de maneira mais intensa no próximo capítulo. O olhar da falta e da comparação, apresentado pela escritora do blog, não é o mesmo que caracteriza as investigações sobre as lan houses e, em nossa visão, tampouco deveria ser o olhar presente nas legislações e políticas públicas para esse setor.

Nesse sentido, trazemos a experiência da Gerência de Cultura Digital, da Secretaria de Estado de Cultura, que, em 2011, lançou uma chamada pública de apoio a projetos que tinha como um dos principais alvos as lan houses. Através do edital 014/2011 (anexo 7), a Secretaria de Estado de Cultura destoava da política restritiva do Estado com as lan's e implementava uma Política Pública de fomento, que buscava dialogar com esses espaços, compreendendo-os para além do acesso à internet, identificando sua dimensão cultural.

Em entrevista realizada com o então responsável pela Gerência de Cultura Digital, é destacado que: *“No contexto brasileiro, definiria lan house como um espaço de inclusão digital privado, local de socialização e acesso de boa parte da população às tecnologias digitais de comunicação.”* (Entrevista com o Gerente de Cultura Digital da SEC/RJ. 10.11.2011).

Partindo desta visão o edital lançado em agosto de 2011 regulamenta que

O presente instrumento foi instituído com o objetivo de fornecer apoio financeiro a projetos que promovam ações em cultura digital e sejam desenvolvidos envolvendo uma



ou mais *lan house(s)* ou telecentro(s) não governamental(is) do estado do Rio de Janeiro. (Edital 014/2011, da SEC/RJ)

Os projetos deveriam ser cadastrados em uma das seguintes categorias: Comunicação, Expressões artísticas/culturais, Formação e Metarreciclagem. No que tange aos recursos, previa-se a contratação de 15 projetos com o valor máximo de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Segundo dados da SEC/RJ, a inscrição, que era feita pela internet, foi iniciada por 120 propositores, porém, apenas cerca de 80 finalizaram o processo. A dificuldade com a linguagem dos editais, os mecanismos de inscrição, as técnicas de elaboração de projetos, dentre outros, tentaram ser contornadas a partir do que a Gerência de Cultura Digital denominou de “Caravana” para a divulgação desses editais. Em encontros, um deles realizado em Acari e descrito em nosso capítulo um, funcionários da SEC/RJ explicavam o edital, tiravam dúvidas e divulgavam os contatos do Escritório de Apoio à elaboração de projetos dessa Secretaria. Segundo o responsável pela Gerência de Cultura Digital,

Nas caravanas, além de tentar iniciar um diálogo direto com esse segmento, apostamos também na parceria de grupos e agentes culturais com as *lan houses* que atuam em seus territórios – estratégia que se mostrou positiva, dados os resultados da chamada pública. Quanto à realidade das *lan houses*, por essa breve experiência em campo, é possível dizer que são estabelecimentos comerciais pequenos e informais, que criam um ambiente ímpar para diálogos e práticas sobre tecnologias digitais e comunicação em rede junto à juventude.

(Entrevista com o Gerente de Cultura Digital da SEC/RJ. 10.11.2011)

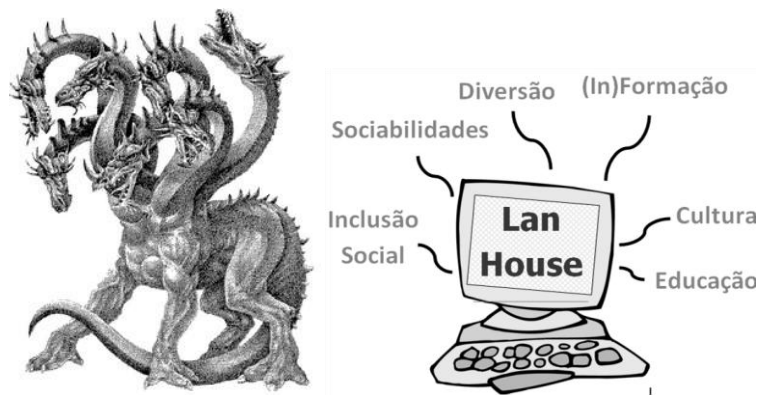
Assim como as pesquisas citadas conheceram as *lan houses* a partir do acompanhamento de seu cotidiano, entendemos que a SEC/RJ também buscou essa aproximação através das caravanas. Ainda que mantendo os trâmites de inscrição, a partir de determinados procedimentos exigidos pela burocracia pública, fator que em nossa avaliação limita a participação de proponentes, a nosso ver, a existência em si do edital é um importante avanço ao compreender a *lan house* como um espaço de realização de projetos ligados à cultura.

Ao ser perguntado se acreditava que o lançamento desse edital poderia influenciar a opinião pública sobre as *lan houses*, o responsável pelo edital responde:

Sim, através das experiências e mostras práticas de como estes espaços podem ser usados não só para jogos, comunicação em rede sociais e entretenimento (sem diminuir a importância destes usos). A realização de atividades de caráter social, cultural,

educacional ou artístico nas lan houses pode ajudar a sensibilizar a opinião pública para o papel fundamental que estes espaços possuem no século XXI como locais de socialização e produção com as tecnologias digitais.(Entrevista com o Gerente de Cultura Digital da SEC/RJ. 10.11.2011)

As experiências aqui apresentadas, seja de pesquisa ou de implementação de Política Pública, revelam que a lan house é um espaço extremamente diversificado no que tange aos seus usos e serviços. Indo a fundo nesse espaço desconhecido, o bicho de sete cabeças desfaz-se, revelando um espaço multipropósito como mostra as imagens a seguir.



Sim, um espaço que pode ser escuro, com barulho de pessoas conversando, jogos, falta de privacidade, usos coletivos, ao mesmo tempo que diverte e ensina. Forma e informa através dos encontros que se caracterizam como práticas de sociabilidade, onde os frequentadores sabem o que aconteceu na rua, no bairro, ou na cidade através das notícias on line, que também são discutidas nas lans. As diversas cabeças do “monstro lan houses” podem e devem ser compreendidas como diferentes tentáculos que possibilitam usos múltiplos de um mesmo espaço.

## **2.4 Incursão ou ocupação policial? Reflexões sobre Segurança Pública e modelo econômico tendo a lan house como dispositivo de análise**

Ao investigar uma lan house em uma favela da zona sul e em outra da zona norte, uma pacificada e outra não, questões sobre o modelo de Segurança Pública do Rio de Janeiro apareceram de forma contundente em nosso campo, não podendo ser ignoradas pela pesquisa. Como registramos em nosso diário de campo, em nossa terceira visita a Acari:

Na descida da rampa do metrô, chegando a Acari, já pude avistar a presença do Estado no local. Três guardas revistavam três moradores: um senhor e dois rapazes. A cena me incomodou bastante, principalmente pela forma como o policial falava com um dos rapazes, uma maneira bem ríspida e o outro tratava o senhor, revistando-o por dentro de suas calças.

(Diário de Campo. Acari. 27.06.2009)

Lembro-me de imaginar que eu sempre poderia ser revistada, inclusive de maneira truculenta, fato que me fez levar durante meses minha carteira funcional e de doutoranda, nas minhas idas a Campo. Mas, embora nenhuma revista tenha ocorrido com a minha pessoa durante esses anos de trabalho em Acari e no Santa Marta, o episódio que marcou o primeiro mês de meu trabalho de campo consolidou a ideia de que a questão da Segurança Pública mereceria uma atenção especial nesta investigação.

São muitos os trabalhos que hoje se debruçam sobre a temática da Segurança Pública, analisando o tráfico e/ou as UPP's. Nosso intuito, então, não é produzir uma reflexão de fôlego a esse respeito, o que seria insustentável, visto que esse não foi o foco de nossa investigação, mas apenas realizar algumas análises preliminares, a partir do material levantado e das experiências vividas.

Cabe destacar que neste capítulo colocamos a lupa sobre o Estado, analisando suas relações com o nosso objeto de estudo: a lan house. A retomada desse elemento faz-se necessária, visto que o leitor irá se deparar com uma abordagem desigual em termos territoriais. Ou seja, analisaremos o Santa Marta e as discussões sobre a Unidade de Polícia Pacificadora de maneira mais intensa que as incursões em Acari.

Tal desigualdade pode ser explicada pelo fato de a análise da Segurança Pública não constar em nossos objetivos de pesquisa, incorporando-se posteriormente, a partir de sua imposição no trabalho de Campo. Nesse sentido, a experiência da UPP como ocupação não apenas policial, mas de adequação ao sistema econômico vigente na contemporaneidade, significou um impacto mais direto na lan house investigada, desdobrando-se na necessidade de uma análise mais apurada. Assim, cabe um aprofundamento maior sobre a denominada “Pacificação”.

Iniciados em 2008, no morro Santa Marta, os “caminhos da pacificação”, política do Governo do estado do Rio de Janeiro, não extrapolaram os limites da cidade maravilhosa, tampouco garantiu a ocupação efetiva de territórios milicianos, tendo apenas a UPP Batan essa característica. A distribuição geográfica da “Polícia da Paz”, como é denominada pelo poder público, faz emergir alguns questionamentos, tais como: se as milícias também são um problema de Segurança Pública, e por que as regiões milicianas não foram tidas como prioridade no mapa da pacificação?

Atualmente, com 28 unidades<sup>78</sup> em funcionamento, a política que afirma ter como inspiração o modelo colombiano de Polícia Comunitária possibilitou, segundo pesquisa do Instituto de Estudos da Religião (ISER), a percepção mais imediata de dois impactos das UPP’s: o cessar fogo e a presença policial permanente<sup>79</sup>. Possuindo a lan house como objeto principal e, porque não dizer, dispositivo de análise, acrescentamos a questão econômica como um impacto imediato, ampliando assim o foco da segurança para outros aspectos.

Ainda segundo a pesquisa do ISER, a “pacificação” carioca possui o modelo de polícia comunitária ainda como horizonte, realizando na prática uma polícia de proximidade que, segundo o discurso dos gestores entrevistados pela pesquisa, caracteriza-se pela “*presença diurna em determinada área e uma interação mais estreita com a população*”. (ISER, nº 67-Ano 31-2012, p.41)

Não entrando no mérito da distinção conceitual entre polícia de proximidade e polícia comunitária, o que percebemos em nosso campo de investigação no Santa Marta foi uma presença policial avassaladora que: não se limitava à presença diurna e tampouco às questões de segurança, gerando impactos nas atividades culturais, como a proibição da Roda de Funk, episódio relatado em nosso capítulo um, e na área econômica, a partir da legalização de serviços,

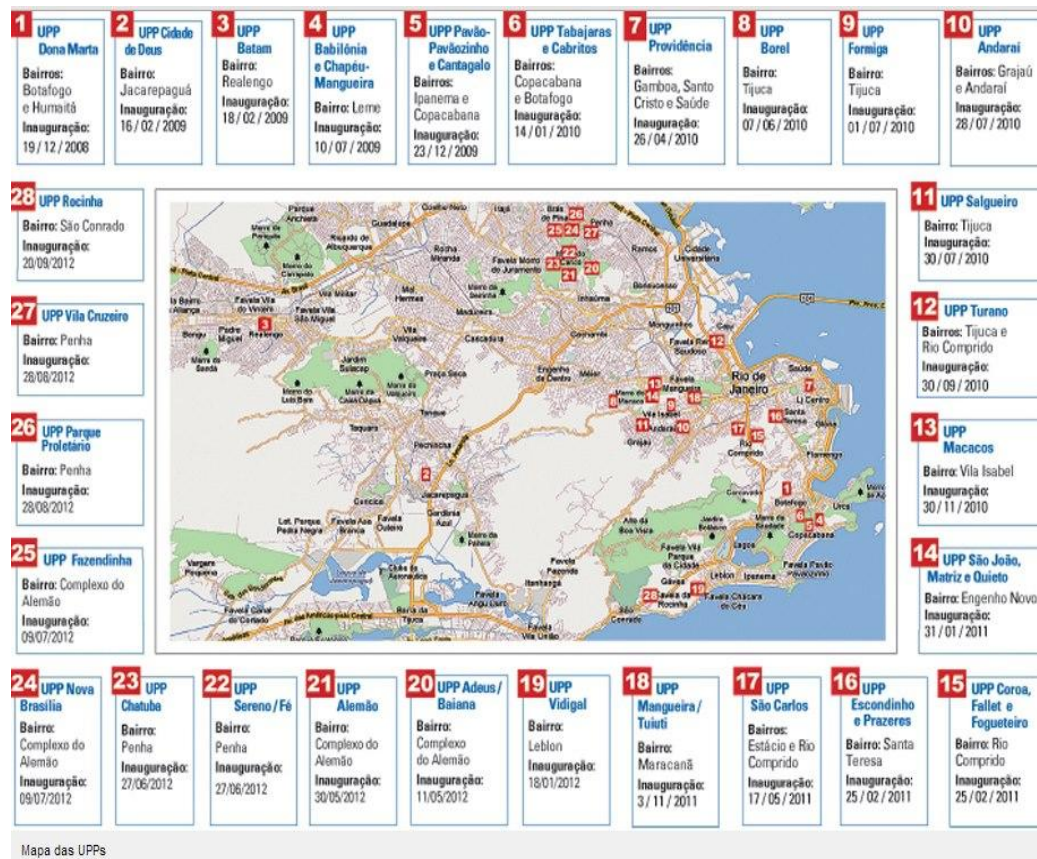
<sup>78</sup>Número oficial disponível em <http://www.upprj.com/index.php/historico>. Acesso em 06.01.2012.

<sup>79</sup>A esse respeito, ver Comunicações do ISER, nº 67-Ano 31-2012.

como fornecimento de energia e o “incentivo” à formalização dos comércios locais, questões que exemplificaremos a seguir.

Entre aplausos da opinião pública, bastante influenciada pela grande mídia, e a crítica de moradores, estudiosos e setores políticos críticos aos governos estadual e municipal, a pacificação consolidou-se nos últimos quatro anos (2008 a 2012), conforme mapa a seguir.

### Mapa das UPP's<sup>80</sup>



O confronto desse mapa com os dados do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro<sup>81</sup>, que revelam que os maiores índices de homicídio concentram-se na Baixada Fluminense e na Zona Oeste, regiões atualmente controladas predominantemente por milícias, indica que a “retomada de territórios” anunciada pelo site oficial das UPP's não levou em consideração esses indicadores. O que percebemos no mapa apresentado é a conjunção do

<sup>80</sup>Disponível em <http://www.upprj.com/index.php/historico>. Acesso em 06.01.2012.

<sup>81</sup>Dados disponíveis em <http://www.isp.rj.gov.br>.

caminho trilhado pela UPP com os interesses do grande capital nacional e internacional nas áreas de investimento dos mega eventos: Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016, bem como do setor turístico.

Estamos atentos aos argumentos apresentados por alguns pesquisadores de que as UPP's instaladas na zona norte poderiam indicar que esse mapa de pacificação está sendo ampliado, e que julga como limitada a crítica que se orienta por apresentar os mega eventos como única preocupação dos governos. No entanto, chamamos atenção para dois fatos: 1- Cientes de que não seria possível implementar a UPP em todo o estado, o que levou o Governo do estado a ignorar um dos principais analisadores da violência urbana: a taxa de homicídios, implementando a primeira UPP na Zona Sul e mantendo-se, majoritariamente, nessa região nas ocupações iniciais? 2- Não estaria o atual mapa das UPP's buscando dialogar exatamente com as críticas, ditas limitadas, de que essa política priorizava apenas os mega eventos?

Longe de esgotar tal debate, o que acumulados a partir de nossa pesquisa é que os impactos da implementação da Unidade de Polícia Pacificadora extrapolam a questão de Segurança Pública, demandando reflexões acerca do sistema econômico no qual estamos inseridos.

Discutindo primeiramente o aspecto da Segurança Pública nas UPP's, retomamos os estudos do ISER, em sua análise sobre o que denominou de “cessar-fogo”, no qual percebe uma importante alteração por parte do Estado, afinal, como destacam

As práticas policiais regidas pela lógica da guerra ao tráfico, do confronto, obedecem ao seguinte roteiro: a polícia faz uma incursão na favela, contando com o fator surpresa, pautada ou não por denúncias ou investigações preliminares, encontra a resistência dos traficantes, troca tiros, efetua flagrantes e se retira; nesse ínterim, é recorrente que ignore a segurança das pessoas que moram no local e que nada têm a ver com as atividades criminosas do tráfico. (ISER, nº 67-Ano 31-2012, p. 16)

Por pesquisar numa favela pacificada e em outra, não, pudemos experimentar essas duas realidades de uma mesma Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), fator que impactou diretamente em nosso campo. Por exemplo, permeadas pelo medo de estar na favela no momento de uma incursão que, como ressalta a citação, ignora a segurança das pessoas, nossas visitas noturnas a Acari foram bem mais escassas do que ao Santa Marta. A esse respeito, resgatamos de nosso diário de campo:

Chegamos por volta das 11h da manhã, foi a primeira vez que fomos ao local nesse horário(...)travamos uma conversa interessante com Freitas, na qual ele denunciou práticas de violência e abuso policial na comunidade, alertando inclusive que nós deveríamos ligar para ele antes de ir lá, pois nesse mesmo dia houve uma operação policial pouco antes da nossa chegada.

(Diário de Campo. Acari. 04.09.2009)

Mesmo não sendo à noite, as idas a Acari sempre levavam em conta “o fator surpresa” das incursões dos blindados da polícia, característico da Política de Segurança Pública destinada aos territórios não pacificados. Por sorte, não vivenciamos nenhuma situação como esta, porém, tal elemento, a nosso ver, é fundamental para compreender o “alívio” daqueles que vislumbram grande melhoria na implementação das UPP’s, por esta representar o “cessar-fogo”, tanto entre policiais e traficantes, como entre facções rivais.

Como exemplificamos em nossa própria realidade, pesquisar numa favela pacificada era bem mais “seguro” que correr o risco de presenciar uma incursão do Batalhão de Operações Policiais (BOPE) numa região não pacificada. Seguindo esse raciocínio, não apenas pesquisas acadêmicas, mas projetos sociais (governamentais ou não), voltaram-se para as áreas de UPP’s, criando o que a pesquisa do ISER denominou de “*Uma enxurrada de parceiros*”. (ISER, nº 67-Ano 31-2012, p.20)

Objetivamos aqui chamar especial atenção aos projetos governamentais, em nosso caso especial, aos projetos de internet gratuita, visto que nosso foco de estudos é a lan house. Assim, quando Freitas, dono da lan house que investigamos em Acari foi perguntado sobre a existência de telecentros ou políticas do governo na área de informática em Acari, ele responde: “*Não, governo nada. Governo o que tem aqui é só polícia.*” (Entrevista com Freitas. Acari. 27.06.2009)

A afirmação de Freitas encontra ressonância não apenas na pesquisa feita pelo ISER, mas também na realidade por nós presenciada no Santa Marta. Indignado com essa situação, o proprietário da lan house segue com seu desabafo:

F – Eu ali no ponto do ônibus, inclusive semana retrasada, que eu até discuti com um. (Referindo-se a um policial) Que o pessoal no ponto tava ficando apavorado, porque o cara quis me dar geral, chegou do meu lado, me dando boa tarde, essa coisa toda, né? E eu fui, eu num tava nem ouvindo ele, né? Ele ficou me perguntando onde eu morava, aí eu falei ‘ moro aqui em Acari’. ‘Mas aonde?’ Eu falei, eu simplesmente falei com ele, ‘aonde eu moro, não diz respeito ao senhor, eu quero saber o seguinte, toda vez que eu parar no ponto do ônibus, vocês vão querer ficar me entrevistando? Porque, pô, isso aqui já tá se tornando uma coisa constrangedora, já liguei pro COPM, que é o Centro de Operações da Polícia Militar, reclamando de vocês, aí o revisor da PM chamou num

canto, aí eu sou funcionário da prefeitura, sou da guarda municipal.’ Aí ele já ficou meio que, né? Naquela. Aí tava já dando geral, já parou (...)

Aí acabou que o seguinte, eles pegaram o ônibus e pararam mais lá na frente, entendeu? Parou de revistar todo mundo e pararam lá na frente. Aí de lá pra cá, melhorou, num me deram mais geral. Então, mas é isso, eles fazem isso, essas coisas constrangedoras. Teve um amigo meu, que ele mandou abaixar a calça ali, perto do ponto de Coelho Neto, um rapaz trabalhador...

(Entrevista com Freitas. Acari. 27.06.2009)

Não obstante a vivência apenas com a faceta armada do Estado, os moradores de Acari enfrentavam os abusos do poder policial, relatado no trecho acima. O episódio descrito nos chama atenção devido a vários aspectos, um deles é o conhecimento de que Freitas possuía um caminho possível para efetuar uma denúncia de irregularidade na conduta policial. Outra questão é a diferença de postura policial, quando esses descobrem se tratar de um guarda municipal.

O abuso de poder policial e a mudança de postura ao identificar se tratar não de um “colega” de trabalho no campo da Segurança Pública podem ser percebidos novamente na “visita policial” feita à lan house do Freitas e descrita abaixo.

F – Eu vi até na hora que eles tavam chegando, que eu fui pro CEASA, aí vi aqueles caras vindo pelo canto e tal... entraram aqui, foram lá na padaria, ali na fábrica de pão... aí, vieram aqui... Cátia não queria abrir o portão... “Não, meu marido falou pra não abrir... só se tiver mandado...”... “Aqui não é estabelecimento comercial? Então tem que abrir!” Entraram. Nisso que entraram, começaram a ver o computador... “Isso aqui é roubado... Isso aqui...”... “Meu marido não roubou nada não... e não sei o quê... Ele é Guarda Municipal...” Quando falou “guarda”, aí sentaram, aí o outro cara: “Pô, cara... vamo embora, o cara é guarda e tal... Pô, vai sujar pro cara aê, os cara vão pensar o que aí e coisa... vamo embora...” Aí, compraram uma água, né... água mineral que eu vendia... aí sentaram... ficaram brincando com o Iuri (filho de Freitas), compraram doce... aí viu que eu tava demorando, falaram: “Pô, depois pede pra ele ir lá, aí... lá na Roubo e Furtos e tal...” Aí, fui lá em cima... assim que eu cheguei, eu fui lá em cima... Aí procurei lá o chefe, né... um tal de Ícaro... Aí, falei com ele... falei até com ele do lado de fora mesmo, nem entrei na DP... passaram um rádio pra ele... aí eu: “Ó, eu vim aqui, por que eu sou o dono lá da lan house que eles foram lá e... eu sou da Guarda, cara... Lá, pô... tem nada roubado lá... Trouxe aqui as minha nota fiscal toda... de tudo que eu tenho na minha casa... de tudo!”... aí ele: “Ah, não pô, guarda aí, mermão... Pode ficar aí, tá legal?”

(Entrevista com Freitas. Acari. 12.10.2010)

A ausência de mandado para realização das revistas é algo que permanece também nas favelas pacificadas, fator que tem sido recorrente alvo de críticas, visto que os policiais utilizam-se do domínio do poder no território para impor sua presença. No caso do Santa Marta, após



desligar o gravador em uma de nossas entrevistas, o dono da lan house, acompanhado por nossa pesquisadora, contou sobre uma abordagem policial em seu estabelecimento.

Antes de discutir a abordagem policial em si, cabe destacar a dificuldade de se conseguir informações com o gravador ligado. A esse respeito, a socióloga Lia Rocha, em seu capítulo integrante da obra *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*, afirma que,

Quando a pergunta sobre o tráfico era feita de forma direta, mesmo com o gravador desligado, as pessoas não respondiam, ou então, repetiam o argumento do “lugar tranquilo”. Por causa disto, o gravador foi aposentado após a primeira semana de trabalho de campo, só sendo utilizado em algumas poucas entrevistas. (Rocha, 2008, p. 195)

Apesar de não aposentarmos nosso gravador, como fez a pesquisadora em questão, destacamos que as observações em nosso diário de campo constituem parte fundamental da análise de nosso estudo, pois era recorrente que assuntos ligados aos impactos do tráfico e/ou do poder policial na lan house fossem abordados somente na ausência desse aparelho, indicando o receio do registro formal dessas informações.

E assim, numa conversa informal e após desligar o gravador, o dono da lan house no Santa Marta nos informou que cerca de seis policiais o chamaram em sua casa, realizando várias perguntas sobre a distribuição da internet que ele realizaria. Cabe destacar que, como registrei em meu diário de campo, até o presente momento não sabíamos que o dono da lan house repassava a internet, cobrando uma taxa, para cerca de cinco moradores. Segundo Wagner nos relatou na conversa,

Eles queriam ganhar algum, mas ele não se intimidou e falou que sabia dos seus direitos e que, se estava errado, tudo bem, ele parava. Foi então quando um policial perguntou quanto era, afirmando que ele poderia ganhar mais. Wagner então informa que respondeu dizendo que não queria ganhar mais dinheiro e sim diminuir seus gastos. (Diário de Campo. Santa Marta. 1401.2011)

A tentativa de extorsão policial destacada por Wagner no Santa Marta, a nosso ver, também pode ser percebida em Acari. Segundo descrevem os relatos de Freitas sobre os desdobramentos da abordagem policial em sua lan house.

F – Aí o cara foi, passou um rádio... eles vieram... No carro, aí já fui na direção deles, pra conversar com eles. E ele: “Mas você é guarda e tal?” aí, eu peguei a carteira “Aqui, ó...”, aí viram, aí pegaram até a xerox do meu relógio, aí me deram, da minha luz. “É gato, né?” Aí falaram: “... isso aí tu tem lá, né?!” Aí eu falei: “Cara, quem não tem?!” Aí ficaram rindo... Aí falaram: “Mas tu tá com jogo pirata lá também!” Aí, eu falei: “Cara, eu vou fazer o quê? Eu vou botar original, meu amigo?!” Quanto que você ganha por mês?” Aí, eu falei: “Quanto que tu ganha? Sabe um salário de um guarda, também? Um guarda também não ganha lá essas coisas não... Arriscar a vida, cara... A gente tem que se virar, meu... vocês não tão se virando?”

(Entrevista com Freitas. Acari. 12.10.2010)

Apesar de Freitas não afirmar a tentativa de extorsão policial em seu relato, as perguntas feitas pelos policiais levam a crer que se tratava de indicar ao proprietário da lan que eles sabiam das irregularidades de seu empreendimento, buscando criar uma situação de cumplicidade com Freitas. Arriscamos dizer que existe uma certa recorrência de subentendidos nos diálogos entre policiais e moradores, em nosso caso específico, moradores e comerciantes em favelas. Trata-se de um código próprio, rapidamente identificado pelas partes.

Buscando saber sobre possíveis impedimentos que as UPP's estariam implementando nas lan houses em favelas pacificadas, relatamos a Wagner denúncias, de que tomamos conhecimento, de proibição do counter strike nas lan houses da UPP Tabajaras e da UPP Macacos. Ele então responde:

W – É, me abordaram sim, mas eu falei: “é eu tenho”, entendeu? E eu sei que é proibido, que é proibido mesmo e falei: “É, tudo bem, se vocês quiserem eu tiro”. “Ah, não, tem problema não, porque aqui é pequeno e as crianças aqui são mais tranquilas”.

P – Mas eles falaram isso contigo e ficaram pressionando?

W – Não, não. Não, não pressionaram nada não.

(Entrevista Wagner. Santa Marta. 14.01.2012)

Cabe ressaltar que se tratava de uma entrevista na qual estávamos com o gravador ligado, fator que, como ressaltamos anteriormente, limita as informações dadas pelo interlocutor de nossa conversa. No entanto, achamos minimamente inusitadas as perguntas feitas pelos policiais. Assim, mesmo que não se constate um caso de extorsão formal e explícita, assistimos a uma situação na qual os policiais levantam informações sobre irregularidades, mesmo que não atuem em relação a elas, buscando, a nosso ver, tentar criar um cenário de cumplicidade, como no caso relatado em Acari.

Ainda que envolvendo mais diretamente a questão policial e suas práticas, os episódios que acabamos de relatar também possuem uma importante interface econômica em suas análises.

Em geral, as irregularidades questionadas pelos agentes do estado e apresentadas pelos donos das lan houses são “contra” empresas privadas, por exemplo: concessionária de energia elétrica (Light), empresa de internet banda larga (OI) e empresas de softwares, como jogos. Resgata-se, assim, a importância de se discutir a perspectiva econômica que balisa as ações de Segurança Pública no Rio de Janeiro.

Retomando então esse aspecto, apresentamos algumas observações em relação aos desdobramentos econômicos da implementação da Unidade de Polícia Pacificadora. Esclarecemos, novamente, que não se trata de um estudo apurado sobre o assunto, mas sim de análises a partir do que registramos na experiência do acompanhamento de um empreendimento econômico (lan house) no morro Santa Marta.

Em reportagem denominada “O efeito UPP”, a revista *Construção, Mercado, Negócios de Incorporação e Construção* afirma:

Um levantamento feito pelo Secovi-Rio<sup>82</sup> mostra que, entre abril de 2006 e dezembro de 2008, a valorização dos apartamentos de dois quartos no Botafogo foi de apenas 24,95%, enquanto de 2008 a agosto de 2011 os preços subiram 105,32% e chegaram à média de R\$ 676 mil. Com o sucesso da primeira experiência, a pacificação seguiu por outras comunidades da zona sul, sempre com efeitos positivos sobre os preços dos imóveis ao redor, principalmente nas ruas mais próximas à favela. O Secovi acompanhou as primeiras ocupações e calculou uma valorização média de 30% a 40% nos bairros vizinhos.

(<http://revista.construcaomercado.com.br/negocios-incorporacao-construcao /127/ artigo 246113-1.asp>. Acesso em 23.07.2012.)

Nota-se o impacto econômico da instalação das UPP’s, que se, é bem verdade, é positivo para os especuladores imobiliários, para os moradores da favela significa uma alteração quase que insustentável em seu orçamento. Fica patente que tal Política de Segurança apresenta como desdobramento uma remoção econômica à população com menos poder aquisitivo, que vai sendo aos poucos afastada da cidade.

Percebemos que a implementação das UPP’s trouxe importantes impactos econômicos à cidade, como retrata a reportagem acima. Não apenas o entorno das favelas pacificadas vivenciou a alta de preços, mas também o interior dessas comunidades. Assim, pensando a lan house como dispositivo de análise dos processos vivenciados pelos moradores do Santa Marta, traremos elementos para refletir sobre alguns desdobramentos econômicos da implementação da UPP.

---

<sup>82</sup> Sindicato da Habitação. Maiores informações em <http://www.secovirio.com.br/>.

A realidade acompanhada por nossa pesquisa no Santa Marta nos permitiu vivenciar um estudo de caso, através da lan house do Wagner, que demonstra de que maneira a lógica da “formalização” impactou na economia local. Indicando a centralidade dessa ação na UPP’s, trazemos um trecho da série especial do portal G1 notícias, vinculado ao Globo, que tinha como objetivo “*contar história de empreendedores nas comunidades*”<sup>83</sup>.

A relação entre a formalização e a UPP é apresentada logo no início da primeira reportagem, como podemos ler a seguir:

“A UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) é uma novidade muito bacana, e traz a necessidade da formalização das atividades empresariais”, diz Carla Teixeira, coordenadora do Programa de Desenvolvimento do Empreendedorismo em Comunidades Pacificadas do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Rio de Janeiro (Sebrae-RJ). (Disponível em <http://g1.globo.com/economia/pme/noticia/2011/07/pacificacao-abre-caminho-para-formalizacao-nas-favelas-do-rio.html>. Acesso em 12.01.2013.

A “necessidade” da formalização apresentada pela coordenadora do Sebrae é uma pista para analisarmos de que maneira a ocupação policial que em si já apresenta aspectos delicados no campo social e cultural, na relação com as comunidades, também adentra no aspecto econômico, alterando a dinâmica local, sem um estudo apurado da viabilidade dos comerciantes que por anos, em alguns casos décadas, garantiram o funcionamento da economia na região. Nas reportagens da série, histórias de sucesso eram apresentadas indicando as melhorias a partir da criação do CNPJ e da “legalização do empreendimento nas favelas pacificadas.

Como se pode prever, os empreendimentos que não tiveram “sucesso” não entraram nessas páginas, talvez pela própria concepção do darwinismo social presente no discurso neoliberal. Nossa pesquisa de campo acompanhou dois desses processos, o primeiro, da lan house do Gerson, que como detalharemos a seguir teve como desfecho o seu fechamento e consecutivo aluguel do espaço para instalação de um escritório de uma grande empresa externa à favela.

---

<sup>83</sup>Disponível em <http://g1.globo.com/economia/pme/noticia/2011/07/pacificacao-abre-caminho-para-formalizacao-nas-favelas-do-rio.html>. Acesso em 12.01.2013.

O segundo, na lan house do Wagner, acompanhada pela pesquisa. Retomemos, então, alguns passos dessa história que não figura as páginas dos jornais. Em entrevista realizada em agosto de 2010, quando perguntado sobre as mudanças e impactos após a implementação da Unidade de Polícia Pacificadora, Wagner responde:

W – Não influenciou em nada. Nada, nada em relação, se vinha X, continua vindo X. Porque, lógico, continua melhor assim, do pessoal que eu acabei de falar, o pessoal que veio da rua, entendeu? Mas não me influenciou em nada, não me atrapalhou em nada e também antes também...censura, só no começo, lógico, um pessoalzinho que queria arrumar uma...uma coisa em cima de mim, mas viram que não arrumaram e graças a Deus...mas censura. Que tá sendo legalizado os comércios daqui da comunidade, não sei se você tá sabendo?

P – É, pois é, por isso que eu tô te perguntando, porque eu tava conversando com outras pessoas e parece até que teve uma reunião semana passada.

W – Isso, domingo ou sábado. Final de semana teve uma reunião sobre o negocio de CNPJ, de pagar essas taxas tributárias que é pra deixar tudo legalizado.

(Entrevista com Wagner. Santa Marta. 17.08.2010)

É interessante observar que, apesar de negar que tenha ocorrido alguma mudança após a instalação da UPP que o afetasse como dono de lan house, Wagner apresenta o discurso de formalização do empreendimento, com a criação do CNPJ, como uma realidade que está se aproximando. Outro elemento bastante interessante diz respeito às proibições, ou à censura. A afirmação de que não haveria censura é contradita com o relato *“só no começo, lógico, um pessoalzinho que queria arrumar uma...uma coisa em cima de mim, mas viram que não arrumaram e graças a Deus..”*. Esse trecho é revelador da prática de coerção e controle, já relatados anteriormente, dentro das favelas, quando o poder público aproveita-se do desconhecimento da população para ameaçá-la e com isso conseguir subornos.

Para além da exploração da falta de informação dos moradores visando garantir propinas, percebemos também a avalanche de um discurso neoliberal de “micro-empresendimentos” que são apresentados como caminhos de inclusão e melhorias, como percebemos nos trechos a seguir.

Pâmella: E você pretende legalizar sua lan house?

W – Sim, porque é...é uma garantia, né? Pra empréstimo, empréstimo mais acessível. Tá pegando empréstimo de tipo 3%, 4% e pode chegar a 1%...

P – E você acha que isso economicamente não pode te fazer assim lucrar menos ou aumentar o preço por causa da hora, como é que...você fez algum estudo pra isso de...econômico?

W – Sim, tá caro. Eu tô pra fazer, eu tô pra fazer. Porque é...é bom e não é, porque como eu falei, é um preço é acessível. Na rua, por exemplo, uma hora é 5 reais, 4 e pouco 4 e 50. Aqui, 1 hora é 2 reais, aí tô pagando luz, vou começar a pagar esse atributo que eu

falei. Então vou ter que aumentar um pouquinho o valor do horário. Então vou ter acho que um pouquinho..acho que sim, uns 30, 40% de perda de lucro, né? Porque as pessoas... é comunidade. Então se eu coloquei 2 reais agora 1 hora, deu um...deu aquele impacto, não, mas ficou um pouquinho abaixo da média.

(Entrevista com Wagner. Santa Marta. 17.08.2010)

O trecho destacado indica que no discurso do governo – ou ainda de seus “parceiros”, nesse caso destaca-se o SEBRAE<sup>84</sup> que conjuntamente com a polícia “ocupou” as favelas pacificadas – a possibilidade de empréstimos com baixas taxas de juros foram apresentadas como formas de crescimento, silenciando acerca dos impactos que tal formalização pode trazer ao orçamento da lan house. A perda de lucro identificada num rápido cálculo de Wagner não foi assessorada por um estudo de viabilidade econômica que pudesse assegurá-lo de que a perda dos 30% ou 40 % de seu lucro não afetaria suas finanças a ponto de perder clientes e inviabilizar seu funcionamento.

Percebemos, em tal movimentação das Políticas Públicas, uma padronização de modelos de negócios que obedece à lógica neoliberal, não dialogando com as demandas dos setores populares. Podemos citar, como exemplo, os empreendimentos da economia solidária e popular, que, através da lógica de cooperativa e associações, garantem uma formalização que pode abrir caminhos para subsídios fiscais e melhores condições de empréstimo. Porém, devem ser acompanhados por um estudo prévio e inseridos numa outra lógica, na qual o ponto principal é a melhoria do serviço para o coletivo e não apenas a adequação ao sistema que impõe a formalização, através da criação do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e regularização de taxas.

Assim, a implementação da UPP e seu intenso “incentivo” as formalizações são vistos por nós como estratégias contemporâneas de controle e dominação da lógica do capital. Diferentemente de outros momentos históricos, a lógica não é a da imposição e sim da produção, ainda que implícita, do convencimento. Ou ainda, se adotarmos a perspectiva do italiano Antonio Gramsci (1988), fica patente a implementação da díade: consenso e coerção na manutenção da hegemonia do poder do capital. Nesse contexto, o sujeito da imposição fica diluído, conforme percebemos no diálogo a seguir:

---

<sup>84</sup> Serviço brasileiro de apoio às micro e pequenas empresas.

Pâmella – E como é que tá essa discussão pra legalizar? Eles estão obrigando, é a UPP que tá dizendo isso?

W – Não, não. É o governo...

P – O governo do estado? A reunião foi então com o governo do estado?

W – Isso, um representante do governo do estado esteve aqui. Eu não fui, mas é que eu escutei por alto, porque que eu tenho uma noção, é...a princípio não tá sendo obrigatório, mas, no meu ponto de vista, eu acho que vai tornar, ser obrigatório, entendeu? E, aí tô até com a ficha ali pra preencher, pra poder mandar. Tô esperando, o Jeremias<sup>85</sup> falou que ia pegar ontem, passou. Mas nem...

P – Ficha já pra legalizar?

W – É...pra preencher tudo direitinho. Eu vou ver direitinho se vai valer a pena mesmo. Porque vai ficar caro, pras crianças, pros meus freguês vai ficar muito caro.

(Entrevista com Wagner. Santa Marta. 17.08.2010)

Wagner, num primeiro momento, não percebe que a UPP é parte do Governo do estado e que as ações tanto militares quanto econômicas são complementares de uma Política Pública pensada para as favelas cariocas. Nossa concepção é de que essa não identificação por Wagner da “unidade do sistema de dominação” é consequência de um modelo capitalista que atua através da produção de consenso e coerção, através das dimensões objetivas e subjetivas, macro e micro política.

Identificando os dois níveis de dominação (macro e micro político) e, por conseguinte, suas demandas de resistência, vislumbramos no exemplo da formalização da lan house do Santa Marta e na distinção feita por Wagner entre a UPP e o Governo, a percepção, ainda que inconsciente, do que é molar e molecular (Guattari & Rolnik, 2010). Wagner sabe que não há obrigatoriedade da formalização imediata, identifica que são apenas propostas, orientações, “forças”, no entanto, sua experiência de mundo o leva a afirmar “*é...a princípio não tá sendo obrigatório, mas no meu ponto de vista eu acho que vai tornar, ser obrigatório, entendeu?*” A afirmação revela que tais forças ganharão forma e o controle que se inicia a partir de orientações e palestras serão transformados em modelos e obrigações.

Percurso similar foi vivenciado pelos moradores no que tange à formalização da energia elétrica. Em entrevista com o Repper Resistência, morador conhecido por seus projetos e atividades sociais no morro, bem como por sua crítica pública ao modelo de pacificação, destacamos seu relato sobre a formalização da luz no Santa Marta.

Resistência – Claro. No meu ver, tão tentando, vão tentar expulsar o morador do Santa Marta. Como? Não pode expulsar, mandar embora. Mas pode, já de forma, dessa formas,

---

<sup>85</sup>Pseudônimo.

legalizando a luz, tal. De forma, encarecendo a vivência no morro. Hoje a luz, tem lugar aí, uma padaria aqui do morro, que a conta chegou a R\$ 1.500, 00.

Pâmella: Nossa!

R – Eu lembro em outrora, quando esse projeto chegou, eu fui no Palácio Guanabara e o governador falou que o preço da luz seria R\$ 6,00, preço social. E a gente hoje vê que não é. Na minha casa chegou uma 13, a outra 20, a outra 30. Quer dizer, não tem uma regra. É aleatoriamente. Tá ligado? E o que eu vejo é isso. Muita gente não tá entendendo, não tá tentando entender esse projeto. Muita gente, vai até quebrar a cara, quem tá acreditando nesse projeto.

(...). Enquanto, a Light tá ganhando milhões, o morador não tem emprego. Como é que vai pagar a luz? Luz é direito de todos. Só que eles, até na própria carta da Light, eles já intimidam. Se você não pagar a sua luz tal dia, pode ser cortado. Então hoje o morador tá à mercê, mercê desses atos, desses projetos do governo. O morador não tem emprego, o morador tem várias contas, daqui a pouco vai pagar IPTU, vai vir com certeza, a CEDAE pra cobrar água. Eles vão tentar elitizar o morro e expulsar os pobres de outra forma. Não é mandando a polícia vir, bater e manda todo mundo embora não. É encarecendo as coisas.

(Entrevista com Resistência. Santa Marta. 13.10.2009)

A temática de remoção econômica trazida por Resistência é confirmada por Wagner que, ao ser questionado sobre a saída de moradores antigos do morro após a instalação da UPP, responde:

W – Muita gente,...o governo eu acho o governo está entrando nessas comunidades , principalmente aqui na zona sul pra estilo assim, fica uma coisa, uma classe media alta, uma classe media, uma classe media assim, considerável. Quem ganha no mínimo dois salários, vai ficar apertado. 2 salários, que e 1000 e poucos reais vai ficar até seguro, mas quem ganha 1 salário não vai ter condições de segurar a onda, não.

P – Você já tá percebendo outras pessoas entrando com esse perfil diferente?

W – Isso, boa pergunta. Tá vindo um perfil que a gente, por exemplo, onde eu malho, onde eu faço academia, os professores lá, perguntando lá se tem residência aqui pra alugar

P – Onde é sua academia?

W – Ali na voluntários, em cima do banco do Brasil, do lado da igreja. Então muito...e vira e mexe, você vê, né, cria, modo de dizer, cria do morro, conhecido do morro. Tem muita gente da rua vindo pra residir ali. Porque tá vindo que aqui, os benefícios essas coisas assim, então, tá vindo outra classe pra cá.

(Entrevista com Wagner. Santa Marta. 17.08.2010)

A constatação de Wagner “*tá vindo outra classe pra cá*” a nosso ver sintetiza a Política Pública do Rio de Janeiro que visa à higienização da cidade, através da marginalização da pobreza e controle social, incorporando e domesticando os seguimentos populares. No entanto, cabe ressaltar que a dominação não é apenas através dos discursos e subjetividades. O Estado e o Sistema também possuem suas estratégias explícitas de coerção e dominação, conforme destacamos nas abordagens policiais violentas, psicológica ou fisicamente, relatadas em nosso



trabalho de campo, não apenas pelos donos das lan houses pesquisadas, mas também por seus usuários nas oficinas.

Uma dessas estratégias é a formalização do comércio local, com a criação de micro empresas e seus desdobramentos, tais como a regularização do pagamento das taxas de luz, água e IPTU<sup>86</sup>. Sem um estudo de impacto apurado, esses novos gastos incorporados ao orçamento dos donos das lan houses acabam por afetar não apenas os rendimentos do proprietário, mas também o preço repassado ao usuário. Segundo dois dos três donos de lan house do morro Santa Marta, o valor da hora passou de R\$1,00 (um real) para R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) após a implementação da UPP.

Para além do reajuste financeiro recorrente em todos os preços, o argumento é que esse aumento é impacto direto da conta de luz, como relata Gerson<sup>87</sup>, dono da principal lan house da favela, que se situava na subida do morro.

P – E o fato de ter feito CNPJ, diminuiu a renda que você tinha? Você teve que pagar outras taxas que você não pagava antes? Ou você teve que aumentar o preço da hora, pra poder não ter prejuízo?

G – Não, o preço por causa do negócio da micro não, mas por causa da luz, da energia. Pra quem não pagava nada aí de repente eles vêm e falaram que a gente ia pagar uma taxa social, de 15, no máximo 45, de 45 pulou pra 280, aí eu falei: caraca! (Risos)

(Entrevista com Gerson. Santa Marta. 11.05.2012)

Cabe destacar que essa lan house atualmente encontra-se fechada, pois, como explica o dono, em termos financeiros foi mais interessante alugar o espaço para a empresa Coral Tintas, que desenvolverá um projeto na comunidade.

G – Então, eu fui um dos primeiros aqui, já teve coisa pequena, mas em porte de lan house mesmo a minha foi a primeira, entendeu? Fiquei quase 7 anos aqui no início da escada, aí surgiu a oportunidade com o pessoal da Coral Tintas, estava procurando para alugar para fazer seu escritório, aí eu vi essa oportunidade que cobria meus gastos, meus custos, aí eu resolvi transferir, na verdade eu ia fechar, porque na verdade com esse dinheiro que eles estão me dando eu não preciso abrir outra lan house, mas eu vi uma oportunidade de abrir lá em cima, vi que lá em cima não tem, aí abri lá em cima com um servidor e cinco máquinas e já na primeira semana eu vi que tá dando retorno, eu achei legal isso.

(Entrevista com Gerson. Santa Marta. 11.05.2012)

<sup>86</sup>Imposto sobre a propriedade territorial e predial urbana.

<sup>87</sup>Pseudônimo.

O impacto econômico dos efeitos da presença do Estado com a UPP significou uma alteração geográfica movida também por questões financeiras. Tal realidade pode ser observada no aumento do custo de vida relatado pelos interlocutores de nossa pesquisa, impactando não apenas na vida pessoal dos moradores, fazendo com que vários tenham que se mudar dessa favela, mas também na economia local, alterando os empreendimentos e a vida de seus respectivos donos no Santa Marta. Realidade percebida com o fechamento da principal lan house, para criação de um escritório da empresa Coral Tintas.

Chamando atenção para esse aspecto, a recente reportagem do jornal “Brasil de Fato” destaca que a instalação das UPP’s vem garantindo um livre acesso do capital nessas comunidades. Intitulada de “*A favela agora virou a alma do negócio*”, a reportagem ressalta que

A mudança de posicionamento do mercado, apoiado pelo Estado, se dá a partir do momento em que as favelas passam a ser vistas como espaços muito lucrativos. “Daí vem a instalação das grandes cadeias de cinema, alimentação, de bancos e de financeiras”, diz Castelo. Segundo o professor, a entrada destas empresas pode gerar o aumento do emprego e renda nestas comunidades, entretanto pode, também, trazer o empobrecimento. “Vai gerar emprego e renda nas favelas. Não há como negar essa realidade, mas estes empregos e esta renda vão ser suficientes para cobrir o aumento das despesas que as pessoas que moram lá vão passar a ter?”, questiona.

(Disponível em <http://www.brasildefato.com.br/node/11477>. Acesso em 11.01.2013.)

A entrada das “grandes cadeias” de que fala a reportagem já pode ser percebida no Santa Marta, com a abertura de uma loja da rede “Casa & Vídeo” e do próprio escritório da Coral Tintas. Em nossa pesquisa, não realizamos um levantamento de que novos comércios foram abertos ou fechados após a implementação da UPP, atividade que fugiria de nossos objetivos. No entanto, as questões que aqui apresentamos ficaram latentes aos nossos olhos.

No caso da lan house que acompanhamos, ao perguntarmos a Wagner como ele pensava que seriam os impactos das reuniões de incentivo à formalização dos comércios do Santa Marta, ele opina:

W – É, vai incentivar mais, mas, pelo jeito que eles tão querendo implantar aqui, pagar esse tributo não vai valer a pena, não. E vai ficar muito grande. Como se fosse tão fácil, tão isso, todo mundo vai querer ter comércio, de vários tipos, então a concorrência vai ser maior, não vai valer a pena, não vai valer a pena mesmo. Primeiro porque aqui é pequeno, não é uma comunidade grande, entendeu?

P – Mas ela é muito bem situada, né?

W – Sim, mas aí é que tá. Só pelo fato de tá na zona sul, o governo ou as pessoas pensa que os moradores ganham bem. O salário é o mesmo, entendeu? A única coisa, na minha

opinião, eu acho que quem mora aqui no morro se tornou muito mais caro, tudo, moradia alimentação, os tributos que você tem que pagar: luz, agora água, agora esses tipo de tributo, todos eles também consumo próprio que a residência também vai ter que pagar alguma coisa, IPTU, essas coisas assim. Então, tem muitos, vou botar aí mais de 60% dos moradores da comunidade não vai ter condições de segurar essa onda. Pô, minha conta de telefone tá 70 reais. Tem moradia aí, moradia residencial, pagando 60 reais de luz. Imagina, pagar aluguel, pagar água, alimentação, roupa, pô, como é que vou viver?  
(Entrevista com Wagner. Santa Marta. 17.08.2010)

A análise de Wagner se aproxima das considerações do professor Castelo na reportagem do jornal "Brasil de fato". Ele, menos pelas leituras e mais pela experiência concreta, pode prever os desdobramentos dessa avalanche do capital nas favelas pacificadas do Rio de Janeiro. Nesse contexto, as lan houses em favelas, em especial nas favelas pacificadas, enfrentam: os entraves legislativos, o abuso policial e os impactos econômicos. Navegando contra a maré em meio a tantas adversidades, os donos de lan house continuam investindo e prestando serviços à comunidade, aquém da bandeira da paz trazida pela UPP. No entanto, existem limites para resistência e, assim como o Gerson, a lan house do Wagner fechou no final de 2012, processo que iremos analisar com mais cuidado em nosso terceiro capítulo.

Como diz a música da epígrafe deste capítulo, "A gente não quer só comida... a gente quer saída para qualquer parte", e isso não implica o controle a céu aberto, a censura e a repressão pseudolegitimadas por um discurso de guerra, de combate ao tráfico, ou mesmo de retomada de território e retirada de armas das mãos dos traficantes. O que fica patente é que o Estado, através de suas leis e políticas públicas, deve dialogar com as práticas, demandas e desejos da população da favela, agindo com elas e não para elas. Partimos da premissa de que a não adoção desse novo paradigma implica no risco, cada vez mais recorrente, de ações reducionistas e limitadas do poder público para as favelas.

## Capítulo 3

### **Sou dono de lan house e não desisto nunca! Um estabelecimento econômico e seus impactos sociais**

*Você deve notar que não tem mais tutu  
e dizer que não está preocupado  
Você deve lutar pela xepa da feira  
e dizer que está recompensado  
Você deve estampar sempre um ar de alegria  
e dizer: tudo tem melhorado  
Você deve rezar pelo bem do patrão  
e esquecer que está desempregado  
Gonzaguinha<sup>88</sup>*

#### **3.1 A experiência de ser dono de lan house: percursos que se encontram**

Neste capítulo, aprofundaremos nosso conhecimento sobre a lan house a partir do olhar de seu dono. Em nosso trabalho de campo e também nas leituras sobre o tema, percebemos que o proprietário do espaço é, em geral, quem mais atua nele. As dificuldades em termos de: disponibilidade da rede de internet, acesso a crédito, entraves de legislações, ausência de conhecimento em informática, preconceito com as lan houses, entre outras, fazem do cotidiano dos donos de lan house uma luta diária. Nesse sentido, as frases de Gonzaguinha tornam-se muito pertinentes, ironizando a situação de desagrado com a realidade e a demanda de anunciar que “está tudo bem”.

Como anunciamos em nossas considerações iniciais, assumimos o conceito de *experiência* como chave em nosso trabalho. Já nos primeiros capítulos, toda a teoria apresentada baseou-se no cotidiano acompanhado por nós. No entanto, o terceiro e o quarto capítulos terão

<sup>88</sup> Gonzaguinha. *Comportamento Geral*. Álbum Gonzaguinha Perfil. Som Livre, 2003.

um enfoque, de maneira mais intensa, sobre a experiência que tivemos nas lan houses, a partir de nosso trabalho de campo. Nesse sentido, cabe tecer algumas considerações sobre esse conceito.

Segundo o historiador inglês E.P. Thompson, a categoria da experiência, ainda que imperfeita, é indispensável ao ofício do historiador, visto que, na concepção do autor, trata-se de uma resposta mental e emocional, individual ou de um grupo social a acontecimentos inter-relacionados, ou mesmo a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento (Thompson, 1981, p. 15). Assumindo esse caráter indispensável, incorporamos tal categoria em nossas investigações, mas não a colocando num nível secundário, como se sobre ela pairassem desconfianças, mas sim trazendo-a para o centro da análise.

A esse respeito, Thompson, em seu livro *A miséria da Teoria*, tece duras críticas às formulações de Althusser, defendendo a valorização da experiência num diálogo com os saberes acadêmicos. Para tal, o autor exemplifica que “*o agricultor “conhece” suas estações, o marinheiro “conhece” seus mares, mas ambos permanecem mistificados em relação à monarquia e à cosmologia*” (Thompson, 1981, p. 16).

Compreendemos que o papel do saber acadêmico é atuar no sentido de desconstruir tais mistificações, e isso é muito distinto de desprezar o “conhecimento” que advém dessa experiência. Ao contrário, é a produção dessa experiência que possibilita significativas formulações intelectuais, afinal

(...) ocorrem mudanças no ser social que dão origem à *experiência* modificada; e essa experiência é *determinante*, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados. (Thompson, 1981, p. 16)

Esse material, fruto da experiência com a qual dialogamos ao longo dos quase quatro anos de trabalho de campo, será apresentado e “desmistificado” em nossos terceiro e quarto capítulos. Nesse sentido, reiteramos o papel central da experiência para, a partir dela, construir as reflexões teóricas que se fizeram pertinentes ao longo de nossa pesquisa.

Iniciamos, fazendo referência a um documentário a que assistimos já no percurso da pesquisa. Por sua significativa semelhança com o cotidiano que estávamos estudando, serviu não apenas para pensarmos a lan house na periferia em termos mais amplos, para além do Santa Marta e de Acari, mas também como dispositivo utilizado em entrevista realizada com Freitas e Wagner.

Lançado em 2009, o documentário *Periferia.com*, dirigido por Alexandre Rampazzo e João Daniel Donadeli, aborda a intensa proliferação das lan houses nas periferias. O documentário se passa em Heliópolis, considerada a maior favela da cidade de São Paulo e que possui cerca de 30 mil crianças na faixa etária entre 07 e 14 anos<sup>89</sup>.

Ao longo de seus 52 minutos, a película traz cenas do dia a dia que a nosso ver se aproximam do cotidiano que acompanhamos nas favelas por nós estudadas. No que tange aos donos de lan house, o documentário apresenta histórias que refletem iniciativa empreendedora desses sujeitos, que vêm acompanhada de ausência de crédito, falta de conhecimento técnico de informática, inexistência de um estudo de demanda de mercado e viabilidade econômica, dentre outros aspectos.

Entre os donos de lan house entrevistados pelo documentário, tínhamos, por exemplo: aquele que como Freitas, optou por “perder” a sala de casa para construir o empreendimento ou aquela que, aproveitando seu negócio já existente, abriu a lan house junto com o seu salão de cabeleireiro, mesmo nunca tendo encostado num computador. Além desses “personagens”, era possível observar cotidianos, regras e estratégias que pareciam bastante similares aos por nós investigado.

De Heliópolis para o Rio, mais especificamente favela de Acari e morro Santa Marta, apresentamos ao leitor Freitas e Wagner. O primeiro, dono da lan house de Acari, é guarda municipal na cidade do Rio de Janeiro e se encontra licenciado, tendo aproximadamente 50 anos na época de finalização do trabalho de campo. Wagner, proprietário do empreendimento acompanhado no Santa Marta, com 35 anos na ocasião de encerramento da pesquisa, trabalhava como caixa de restaurante antes de abrir sua lan house.

Histórias de vida distintas que apresentam pontos de aproximação. Coincidentemente, as duas lan houses iniciaram suas atividades no ano de 2008; mas...de onde surgiu a ideia de abrir a lan house? Como ela se concretizou?

Começemos por Acari... Freitas detalhadamente nos contou que montou um barco para que seu pai, pescador, pudesse ter “um ganha pão” e também fazer passeios com a família. No entanto, como consequência de um derrame, seu pai faleceu poucos anos depois e, com a venda do barco, ele, a partir da sugestão de um amigo, resolveu abrir uma lan house. Em outras entrevistas, Freitas afirmou que a ideia e incentivo de abrir a lan house na sala da própria casa, foi

---

<sup>89</sup>Informações disponíveis no site <http://www2.tvcultura.com.br/caminhos/07heliopolis/terra-heliopolis.htm>. Acesso em 20.01.2013.

de Cátia<sup>90</sup>, sua esposa. Nosso acompanhamento e a realização de entrevistas com Freitas, seus filhos e esposa nos fizeram perceber que, apesar da ideia inicial ter vindo de um amigo, foi a partir do estímulo e apoio de Cátia que a lan house concretizou-se.

No Santa Marta, o caminho foi outro... Wagner revela que sempre teve vontade de ter seu próprio negócio, “não ter patrão”.Então, observou o que ele denominou de “carência da comunidade” e após juntar um dinheiro resolveu abrir uma lan house, já que seu irmão era técnico em informática e entendia do assunto. Três meses após a abertura da loja, ele não aceitou o que chamou de “proposta indecente” do seu patrão e foi mandado embora, podendo se dedicar integralmente à lan house.

Diferentemente de Wagner, que sempre foi bem sucinto ao relatar a abertura da lan house, Freitas sempre nos deu vários elementos, sendo bastante detalhado, inclusive frisando que ele próprio fez toda a obra, desde a alvenaria até as bancadas para os computadores. Cabe uma especial atenção à maneira como foi solucionada a questão da internet banda larga na lan house do Freitas, episódio que nos levou a nomear esse capítulo de “Sou dono de lan house e não desisto nunca”, ironizando o slogan publicitário lançado durante o governo do presidente Lula.

Enquanto Wagner nunca apresentou relatos a respeito de problemas com a empresa que oferece serviço de internet banda larga, Freitas desde o início destacava esse ponto, como já apresentamos em nosso primeiro capítulo. Pouco mais de um ano após termos iniciado o trabalho de campo em Acari, Freitas nos informa que teve que tirar a antena da casa do seu amigo, em Fazenda Botafogo, comunidade do outro lado dos trilhos do metrô. Como ele próprio explica

F – Tirei... Pô, tirei.... porque tinha que tirar, ô Pâmella... Porque o cara... tu vê bem, olha só... vê quem tem razão... Vem 187 reais de conta. Ele paga 10 reais... 5 reais de bloqueio de celular, 5 reais de chamada a cobrar, e 47,90 do fixo, então total, 57,90, né... A conta veio 187. Se a conta total veio 187, ele tem que abater 57,90 e o restante é meu... Que é a internet. Ele falou que veio muito. Eu falei: “Pô, se veio muito, reclama com a Oi! Que você paga isso aí! Eu tô pagando o que é o meu pela internet.” Aí, o filho dele veio cheio de conversinha, que eu deveria pagar a conta de telefone também e não sei o que... “Cara, olha só: o trato foi você botar um computador na casa de vocês, vocês tão botando dois. Vocês botou na casa de vocês, botou um na casa da tua tia, né... Botou um computador na casa da tua tia... e o trato não foi esse. Vocês aí tão fazendo uma economia de duzentos e poucos reais de internet, porque vocês têm 4 mega de velocidade, então vocês tão economizando duzentos e pouco, e ainda querem que eu pague a conta, então vamo fazer o seguinte: Vou tirar meus equipamento todinho.” Aí, ele: “Ah, então tá.” Achou que eu não ia tirar... Paguei 150 reais ao cara: “Meu irmão, me arruma uma linha telefônica pra mim o mais rápido possível”. Dei 150 reais ao cara... Aí o técnico veio, não queria instalar, porque onde eu instalei não é residência, é

---

<sup>90</sup> Pseudônimo.

comercial... na loja de um amigo meu... Instalei na loja desse meu amigo, dei 20 reais ao técnico, 170 reais, né? Instalou.

(Entrevista com Freitas. Acari. 12.10.2010)

A impossibilidade de obter o serviço diretamente da empresa de banda larga, como relatamos no capítulo um, fez com que Freitas dependesse da negociação com amigos que moram fora de Acari, para que eles, custeados por Freitas, assinassem o serviço e ele captasse o sinal via antena que ele próprio instalou. Quando perguntamos a ele sobre como funcionaria o acesso à internet nas outras lan houses, fator difícil de mapear pelo questionário, visto que envolve confiança dos interlocutores para dar essa informação, ele relata com tom de indignação:

F – Aqui tem a internet. Só que o cara daqui<sup>91</sup>, ele não deixa instalar a internet, porque ele ganha dinheiro com a internet. Ele ganha 40 reais em cada computador instalado...

São vários computadores, entendeu? Aí, eu não quero nem papo com esse cara.

P – E como é que vocês das lan houses aqui fazem?

F – Tem, tem umas que usam a internet dele.

P – Aí paga 40 reais por computador?

F – Aí eu não sei quanto é que ele cobra em lan house.

P – Ele deve fazer um desconto.

F – Eu não sei. Mas o outro rapaz, o Zé<sup>92</sup>, que tem uma lan house aí. Tem duas lan houses e ele usa o mesmo sistema que eu. Ele paga a conta no nome dele, só que vem da Pavuna, o dele vem da Pavuna, ele tem mais antena do que eu..

P – Caraca!

F – Tu imagina trazer da Pavuna um sinal? Ele tem na faixa de umas quatro antenas. QUATRO ANTENAS (ênfase presente na fala do entrevistado) pra trazer um sinal de lá pra cá. O meu é aqui do outro lado, é rápido. Tu imagina? O cara gastou um dinheirão, cara. Dá até pena do cara, ele vive disso, né?!

(Entrevista com Freitas. Acari. 12.10.2010)

Freitas e Zé, enfrentando as dificuldades impostas pelo não oferecimento do sinal por fora de um “esquema de cobrança informal”, investem em antenas e articulam-se com pessoas de fora de Acari para garantir um serviço de qualidade em suas lan houses. Reforça-se assim, no micro universo por nós estudado que, como apontam as pesquisas do Comitê Gestor da Internet no Brasil<sup>93</sup>, as lan houses levam serviço de internet de qualidade a locais em que o poder público e as grandes iniciativas privadas não garantem tal serviço, por exemplo, áreas rurais e periféricas. No âmbito de tais pesquisas, reservaremos, neste capítulo, especial atenção ao relatório TIC Lan

<sup>91</sup> Faz referência ao técnico da OI que trabalha na região.

<sup>92</sup> Pseudônimo.

<sup>93</sup> TIC domicílios 2010 e TIC domicílios 2011. Pesquisa disponível em [www.cetic.br](http://www.cetic.br). Acesso em 24.01.2012.



House 2010<sup>94</sup>. A partir de um universo de 412 entrevistas (presenciais e com questionário estruturado) realizadas com donos e gestores de lan house das 5 regiões brasileiras, tal relatório apresenta-se como importante referencial para compreender esse empreendimento em âmbito nacional.

Já em suas primeiras linhas, o relatório TIC Lan House apresenta como se vislumbra esse espaço de acesso pago à internet:

Como espaço de inclusão digital, as lanhouses constituem uma oportunidade para participação cultural e para o trânsito no mundo cultural, educacional e de lazer, por meio das tecnologias de informação e comunicação (TIC's). A pouca penetração da posse do computador e do acesso à internet nos domicílios de baixa renda tem propiciado a proliferação de seus usos nesses locais, conforme ilustram os dados da TIC domicílios 2009, realizado pelo CGI.br. (TIC Lan House, 2010, p.11)

Apesar de identificar outros usos da lan house: culturais, educacionais e sociais, por exemplo, tal pesquisa não realizou um mapeamento desses e nem acompanhou e refletiu sobre essas experiências. Sabemos que tampouco esse era o objetivo do TIC Lan House 2010. Nesse sentido, inserimos nossa pesquisa no contexto de investigação mais apurada e qualitativa desses outros usos da lan house, apenas sinalizados no relatório elaborado pelo CGI.

Um primeiro aspecto de que gostaríamos de chamar atenção é para os dados levantados acerca do “perfil dos gestores das lan houses”. Nesse quesito, a pesquisa indica que, entre os donos de lan house, predomina a classe C, 56% contra 42% das classes A e B. Nesse universo, 59% possuem Ensino Médio completo e apenas 6%, nível superior completo. Assim, o relatório aponta que *“o baixo grau de escolaridade dos gestores e proprietários de lanhouse é um fator crítico na gestão do negócio e pode implicar em um baixo grau de sucesso desses estabelecimentos no médio e longo prazo.”* (TIC Lan House, 2010, p. 18).

Na realidade que estudamos, nos deparamos com donos de lan house que, mesmo não possuindo escolaridade, “se viravam”. Acreditamos ser esse um aspecto importante para ser destacado. Como professora de uma escola técnica, não posso anular o olhar que identifica nesses locais o saber não formal desenvolvido por esses gestores, bem como a demanda de uma qualificação profissional. A esse respeito, Freitas responde:

---

<sup>94</sup> Pesquisa disponível em [www.cetic.br](http://www.cetic.br). Acesso em 24.01.2012.

P – E os computadores, vocês mesmos que instalam?

F – Coisa que aprendi, né? Fazer o encaminhamento, eu que faço. Agora alguns programas é com a minha filha e tal, aí muita coisa que tem aqui é inglês, ela já sabe, ela largou o inglês três anos atrás, faltava um ano pra ela terminar o curso de inglês, então ela sabe. Aí essa coisa fica com ela, a instalação dos programas. Ela e minha sobrinha. Agora, essa parte de limpeza, de desmontar o computador... eu só não tiro a placa, né? Mas tiro fonte, desmonto a fonte. O HD passo um pincel. Agora mesmo, tem que limpar, tirar a poeira, porque aqui no conjunto tem muita poeira.

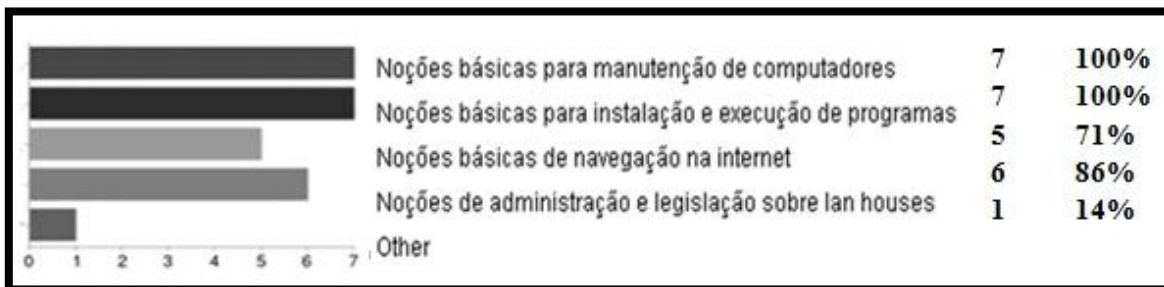
P – E os computadores?

F – Quando eu vou comprar um computador, esse negócio de configuração e tudo, eu vou com um amigo, né? Que ele tem curso e tudo, e me ajuda a escolher. Ele mora aqui do lado, e é ele que me ajuda, né?

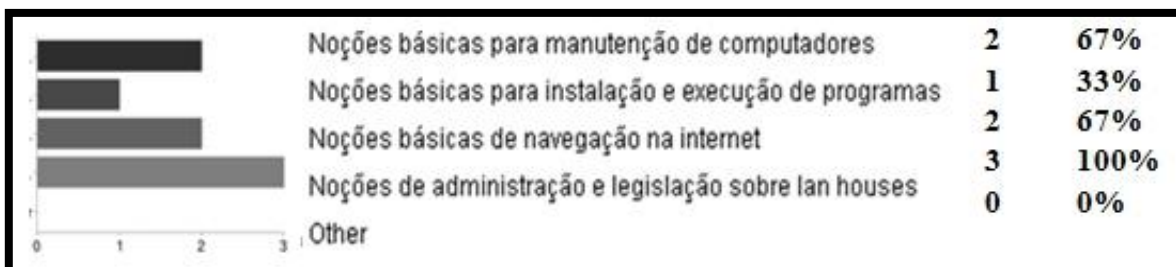
(Entrevista com Freitas. Acari. 08.06.2009)

Apesar de não possuir o saber formal na área de informática, Freitas, assim como Wagner, aprendeu procedimentos básicos e realiza um conjunto de articulações que envolvem amigos, familiares e prestadores de serviço, para garantir a assessoria técnica de que ele necessita. Nos questionários que foram aplicados com os donos e/ou atendentes das lan houses de Acari e do Santa Marta, perguntamos se eles gostariam de que houvesse algum tipo de curso voltado para as pessoas que trabalham em lan houses. A resposta positiva foi unânime, e no que tange aos temas que gostariam que fossem ensinados, os gráficos abaixo indicam as demandas.

**Gráfico 1- O que os donos de lan house em Acari querem como curso**



**Gráfico 2- O que os donos de lan house no Santa Marta querem como curso**



A questão, disponível no questionário que se encontra na íntegra nos anexos desta tese, permitia que o entrevistado escolhesse mais de uma opção de resposta. Em Acari, 100% desejavam aprender “noções básicas para manutenção de computadores, bem como instalação e execução de programas, seguido de 86% que se interessavam por “noções de administração e legislação sobre lan houses”, e 71% gostariam de aprender noções básicas de navegação na internet.

Os questionários do Santa Marta revelam dados um pouco distintos. 100% desejavam aprender “noções de administração e legislação sobre lan houses”, seguidos de 67% que se interessavam por “noções básicas para manutenção de computadores”, bem como por “navegação na internet”, e 33% gostariam de aprender “noções básicas para instalação e execução de programas”.

Com base nos dados levantados, interpretamos que o fato de ter aberto a lan house sem os conhecimentos técnicos prévios não significa que seus gestores não almejem os mesmos. Nesse sentido, é interessante observar a distinção entre Acari e Santa Marta, a primeira, com um destaque maior no campo de informática (hardware e software) e a segunda, com preponderância sobre a questão administrativa e legal, questão que, a nosso ver, pode ter sido influenciada pelo processo de formalização, após a implementação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP).

A demanda de qualificação que aparece nos questionários que aplicamos em Acari e no Santa Marta coincide com a afirmação feita pelo presidente da Associação Brasileira de Centros de Inclusão Digital (ABCID):

Pergunta hoje se eu quiser contratar alguém, pra ser gerente da minha lan house, se existe algum centro de formação pra isso. Se eu quiser contratar um monitor pra orientar as pessoas como se usa a tecnologia. Isso, não existe. Então hoje, você tem uma caçambada de gente que abre lan house a torto e a direito, com uma rotatividade enorme, e você não tem como oferecer mão de obra qualificada pra essas pessoas. E essa mão de obra, e essa educação, deveria estar sendo estruturada em órgãos, é, centros de educação tradicionais, UFRJ, FGV, seja lá o que for.

(Entrevista com o presidente da ABCID. 29.06.2009)

A reclamação trazida pela liderança do ramo indica um importante campo de atuação das Políticas Públicas, principalmente aquelas que se destinam à formação inicial e continuada de

Jovens e Adultos, tais como o PROEJA-FIC<sup>95</sup> e à certificação de saberes, como a Rede Certific<sup>96</sup>. A esse respeito, cabe destacar que o Instituto Federal no qual trabalhamos oferece esses programas<sup>97</sup>, no entanto, atualmente, nenhum curso se orienta para as demandas levantadas pelos donos de lan house.

A “não escuta” por parte dos governos (municipais, estaduais e federal) das demandas trazidas pelos donos de lan house é um elemento importante para analisarmos a organização coletiva desses gestores. Passemos agora para algumas breves considerações sobre a Associação Brasileira de Centros de Inclusão Digital (ABCID), conhecida na prática como “Associação dos donos de lan house”.

Fundada em 2008, tal associação, como aponta Olívia Carvalho (2010), busca fugir do estigma de “casa de jogos”, colocado sobre as lan houses, questão que percebemos não apenas no nome da associação, mas também em seus documentos<sup>98</sup>. Ao nos relatar o histórico de criação da ABCID, seu presidente fala do motivo pelo qual não se autodenominaram Associação Brasileira de Lan Houses.

Aí em um determinado momento de 2007, a gente começou um processo de formalização dessa associação. Que assim, a gente tentou recuperar a ABLH, que é associação brasileira de lan house, só que a gente enfrentou muito problema. Por quê? Porque a ABLH era uma estrutura que era o seguinte, era o grande dono de lan house que não queria que o mercado se pulverizasse. Então o cara que tinha cinquenta, sessenta, setenta, cem máquinas, que não queria deixar que o mercado fosse invadido pelo cara com cinco computadores comprados nas Casas Bahia. Até que: cara, não é a nossa filosofia, a gente não é o grande tentando acabar com o pequeno, a gente quer um mercado que seja bom pra todo mundo.

(Entrevista com o presidente da ABCID. 29.06.2009)

No discurso do presidente da associação, podemos perceber a concepção de organização coletiva que prioriza a cooperação, com importante atenção aos donos das lan houses “pequenas”, que, como mostra a pesquisa TIC Lan House 2010, é a característica majoritária desses empreendimentos no Brasil. Mas, de onde teria surgido a ideia da associação?

Retomemos, rapidamente, os problemas com legislações apresentados em nosso segundo capítulo ou, ainda, as dificuldades de acesso à internet banda larga, questão que acabamos de

<sup>95</sup>Disponível em [http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=569&id=12294&option=com\\_content&view=article](http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=569&id=12294&option=com_content&view=article). Acesso em 21.01.2013.

<sup>96</sup>Disponível em <http://certific.mec.gov.br/>. Acesso em 21.01.2013.

<sup>97</sup>Disponível em <http://www.ifrj.edu.br/proex/acoes>. Acesso em 21.01.2013.

<sup>98</sup>Estatuto e informações disponíveis em [www.abcid.org.br](http://www.abcid.org.br). Acesso em 22.01.2013.

relatar. Entraves que permeavam os donos de lan em diferentes regiões fizeram com que eles percebessem que tinham algo em comum.

E teve um encontro em 2005, em São Paulo, que a gente encontrou vários donos de lan de São Paulo, Minas, Goiás, etc e tal, e a gente acabou descobrindo que o que eu passava no Rio, o cara de São Paulo também passava. O cara do Paraná também vivia, o cara de Minas também vivia. E era uma postura quase nacional com relação à lan , pela dificuldade de criar leis adequadas ao âmbito novo. Então a gente começou a ver a necessidade do seguinte: ‘olha, eu lutando sozinho contra isso, a minha chance de sucesso é mínima, mas se eu juntar com o cara que tá lá, o outro que tá acolá, e etc, as minhas chances vão aumentando.

(Entrevista com o presidente da ABCID. 06.2009)

Como aponta Thompson (1981), a experiência modificada proporciona novas questões, e os sujeitos nelas envolvidos constroem estratégias que buscam dar respostas a essas novas demandas. É numa conjuntura como essa que compreendemos o nascimento da ABCID.

Buscando compreender a dinâmica de funcionamento da associação, questionamos sobre os custos de filiação para os associados, ao que o presidente responde:

Não, custo não. Tipo, se ele quiser fazer, agora, por incrível que pareça, a gente tem um link pra doação, há oito meses, e a gente recebeu, nesses oito meses, noventa reais até agora. Então tipo, tudo que existe de doação é feito pelos próprios diretores, a gente custeia, manutenção do site, tipo, tem mais ou menos vinte pessoas que bancam tudo e o resto que acessa a tudo de graça. Você não paga pra participar da comunidade, você não paga pra participar dos eventos que a gente promove, porque eles não são eventos voltados pro associado da ABCID.

(Entrevista com o presidente da ABCID. 29.06.2009)

A informação dada pelo presidente é conflitante com o estatuto da ABCID, que, ao distinguir três modalidades de membros, pressupõe para os membros regulares o pagamento de mensalidades, isentando os membros honorários de tais taxas.

**Art. 08** - A ABCID possui três tipos de membros:

**I - Fundadores:** aqueles membros da Associação que por ocasião de sua fundação, contribuíram de modo significativo no processo de formação da ABCID.

**II - Regulares:** aqueles que aceitaram a oferta de afiliação, e pagam regularmente as mensalidades e não estão sujeitos a nenhuma sanção imposta pela Associação.

**III - Honorários:** aqueles que são convidados a participar da Associação sem quaisquer ônus devido a serviços relevantes prestados à mesma em caráter extraordinário.

(Disponível em <http://www.abcid.org.br/estatuto>. Acesso em 22.01.2013.)

A afirmação da necessidade do pagamento de taxa de associação fica mais explícita no artigo 15, que regulamenta “*É dever do associado pagar as mensalidades conforme prefixadas ou modificadas periodicamente pela Associação*”<sup>99</sup>. Em nossa hipótese, não se trata de uma mentira do presidente da ABCID, mas de uma não compreensão de nossa pergunta, ou ainda de uma confusão entre o que é de fato ser associado da ABCID e acessar o site e conteúdos da associação, pois, lembrando sua afirmação,

“(...) tudo que existe de doação é feito pelos próprios diretores, a gente custeia, manutenção do site, tipo, tem mais ou menos vinte pessoas que bancam tudo e o resto que acessa a tudo de graça. Você não paga pra participar da comunidade, você não paga pra participar dos eventos (...)

(Entrevista com o presidente da ABCID. 29.06.2009)

Em nossa compreensão as “vinte pessoas que bancam tudo” atuam como os membros associados da ABCID, que cumprem com o artigo 15, pagando regularmente suas taxas. No entanto, nosso objetivo não é realizar um estudo sobre a Associação Brasileira de Centros de Inclusão Digital, mas sim, a partir dela, conhecer um pouco mais do cotidiano das lan houses. Nesse sentido, um elemento importante é a dificuldade de organização coletiva, mesmo que seja uma demanda dos donos de lan house. A esse respeito o presidente da ABCID desabafa:

Cara, dono de lan house corre de cadastro como o diabo foge da cruz. Por quê? Porque se o cara aparecer em qualquer estado, no dia seguinte é policia fiscal atrás dele querendo cobrar algum dinheiro. Essa abordagem tinha que ser diferente. A gente tinha que construir uma imagem positiva, desmistificar que lan house é esse ambiente escuro só pra jogo que desconstrói que serve pra matar aula e começar a pontuar que lan house nada mais é do que um ponto de presença de acesso à internet nas comunidades. Sejam elas, ricas ou pobres. Claro que a gente começa a fixar essa ideia na cabeça das pessoas, e claro que a gente começa a abrir, até pro próprio dono de lan o que que significa isso dentro de um universo de possibilidades. E aí gera uma possibilidade de eles melhorarem o negócio deles, de eles diversificarem a oferta de produtos e serviços, de eles começarem a ter uma percepção um pouco mais positiva do que que significa o próprio negócio deles.

(Entrevista com o presidente da ABCID. 29.06.2009)

É interessante o relato do presidente da ABCID; indica que a visão de lan house limitada a jogos, e sendo compreendida exclusivamente de forma negativa, é algo que não está apenas fora

---

<sup>99</sup>Disponível em <http://www.abcid.org.br/estatuto>. Acesso em 22.01.2013.

das lan houses: nas reportagens, leis ou mesmo opiniões daqueles que nunca adentraram num empreendimento como esse, mas também no imaginário dos próprios donos de lan. Apresenta-se não apenas o desafio de convencer o dono de lan house de cadastrar-se, associar-se não tendo receio de se expor, mas também de ampliar sua visão sobre o que é uma lan house, passando ele próprio a valorizar mais e vislumbrar outras possibilidades em seu estabelecimento.

Sabemos que o imaginário é algo construído socialmente, e que nele habitam visões de mundo em disputa. Nesse sentido, a afirmação da lan house como um espaço para além de acesso à internet focado em jogos e redes sociais é um desafio, assim como a problematização sobre a suposta “inutilidade” dos jogos e das redes sociais. A nosso ver, a ABCID vem desempenhando importante papel no que tange ao primeiro aspecto por nós destacado – “a afirmação da lan house como um espaço para além de acesso à internet focado em jogos e redes sociais”, relegando a segundo plano, ou mesmo silenciando, no que tange à “problematização sobre a suposta ‘inutilidade’ dos jogos e das redes sociais”.

Tal movimentação, como destacou Olívia Carvalho (2010), deve ser compreendida no contexto de tentativa de aproximação do discurso de inclusão digital, em voga no país nos últimos anos. Porém, apesar de dialogar com o discurso governamental, percebemos tanto nas falas de Freitas e Wagner, como nas colocações do presidente da ABCID, um descrédito com as Políticas Públicas.

Só que a gente tá num país que o governo libera 160.000.000 pra um projeto de inclusão digital, e lá na ponta só aparece três. A gente vive uma realidade, que foi o que o cara falou que eu não esqueço ate hoje, os planos de fomento do nordeste tinham se alguém chegasse no helicóptero e jogasse o dinheiro da janela, o dinheiro chegava mais nos pobres do que da forma como as coisas eram arrumadas. Porque ‘ah, um projeto ia levar cisterna pra todo mundo’. Libera milhões e lá na ponta acaba indo duas ou três cisternas, quando, porra, na prática, eram cem mil.... Então assim, o sistema é perverso. (...)Eu tava achando engraçado hoje o cara falando no jornal, tão fazendo agora um projeto pra colocar chip nos bois da Amazônia, pra poder controlar os processos de devastação. Eu sou contra colocar chip? Não, não sou contra colocar chip, mas qual o sentido de eu ter transporte alternativo pirata rodando Kombi toda caindo aos pedaços aí em tudo que e canto, pagando pra milícia, governo dizendo que não tem condição de ter controle sobre isso, e ele querendo controlar boi da Amazônia? Onde vai pastar ou deixar de pastar? Não faz sentido na minha cabeça.

(Entrevista com o presidente da ABCID. 29.06.2009)

A denúncia de ineficácia das Políticas Públicas, que se perdem entre suas formulações e aplicações práticas, é acompanhada da crítica às orientações das mesmas, que, na visão do entrevistado, estão muito distantes de sua realidade concreta. O governo é então percebido como

distante e incapaz de compreender as demandas específicas dos donos de lan house, pois, como detalha, o

Governo nunca se meteu com lan house. Nunca. E aí a gente pegou a partir desse encontro, começou a se reunir virtualmente, e identificamos que um dos primeiros principais problemas que a gente tinha era o seguinte: a gente não conseguir nem ninguém pra nos ouvir com relação a essa problemática, porque as pessoas tinha a ideia pré-formada de que a lan house era caldeirão de ferver criancinha. Então, uma das primeiras ações que a gente decidiu fazer no final de 2005 foi criar uma comunidade pra disseminar boas práticas. Pra fazer com que pessoas que quisessem ser espaços bacanas, do bem, que não compactuassem com pirataria, que não fossem a favor da pornografia, que tivessem, quisessem melhorar o seu negócio, ganhar dinheiro, mas de uma maneira clean, tivessem um espaço e uma oportunidade de encontrar pares. E saber que havia gente em outros cantos, lutando pelas mesmas coisas. Pra melhorar o ramo, moralizar as coisas, etc. Porque tudo que a gente tinha visto até agora, a nível de comunidade, eram comunidade querendo trocar, ‘ah, como é que eu quebro a proteção do programa tal’ ‘como é que eu copio o windows’ ‘ah, não sei o que, não sei o que lá’. A gente viu que isso não era bom.

(Entrevista com o presidente da ABCID. 29.06.2009)

Desconstruir a ideia de que “lan house era caldeirão de ferver criancinha” é apresentada como um passo fundamental para se fazer ouvido, assim, fica patente o direcionamento dado pela ABCID, no que tange ao que ela própria denominou de “moralizar as coisas”. No caminho da “disseminação de boas práticas”, o governo e as Políticas Públicas, como de costume, demoraram bem mais que a iniciativa privada para dialogar com esses setores. E nesse contexto surge o projeto CDI Lan.

Realizado pela ONG Comitê para Democratização da Informação (CDI), que desde 1995 atua na área de informática em regiões populares e declara optar por não receber apoios governamentais, fixando sua captação na iniciativa privada, o Projeto CDI Lan apresenta como visão “*Transformar LAN Houses e centros de acesso compartilhados em centros de conveniência, convivência e serviços nas comunidades.*”<sup>100</sup>

A dimensão “transformadora” do projeto, a nosso ver, anula a realidade já existente, qual seja: as lan houses, como comprova o TIC Lan House 2010 e nosso trabalho de campo, já apresentam, bem antes do CDI Lan, as características de conveniência, convivência e prestação de serviços nas comunidades.

Longe de estabelecer uma reflexão aprofundada sobre o referido projeto, desejamos apresentar esse primeiro “ouvido” que acolheu as demandas da ABCID, contribuindo na

<sup>100</sup>Disponível em <http://cdilan.com.br/page/cdilan>. Acesso em 22.01.2013.



desconstrução da imagem da “lan house como caldeirão de ferver criancinha”. Porém, trabalhamos com a ideia de que essa desconstrução via CDI Lan implicou na moralização da lan house, abdicando de discussões importantes sobre o que seria aprendido, educação e cultura, questões que aprofundaremos em nosso último capítulo. Outro aspecto que identificamos no projeto é a incorporação das lan houses à lógica do mercado, fator que ficará mais claro ao final deste capítulo.

No entanto, não podemos ignorar o fato de que a entrevista que nos foi concedida pelo presidente da ABCID em junho de 2009, tenha sido realizada nas dependências do CDI, local onde a associação vinha tendo um espaço garantido. Tampouco silenciar sobre a informação de que neste período o projeto CDI Lan ganhou enorme visibilidade nacional, ao ter como madrinha a apresentadora Global Regina Casé, que conjuntamente com a emissora apoiavam o projeto.

O que chamamos a atenção aqui é para o fato de que, diferentemente dos governos e suas Políticas Públicas, o capital, cujo interesse financeiro serve para aguçar o faro, não tardou em enxergar as possibilidades de mercado das lan houses. Nesse contexto, a dimensão de “inclusão social”, divulgada pelo projeto CDI Lan e que encontra ressonância em muitos donos de lan house e também nas Políticas Públicas, assume outras características, aspecto que abordaremos em no item 3.4.

### **3.2 Lan house é coisa de família? Dos funcionários e das atribuições**

De acordo com os dados do TIC Lan House 2010, 80% das lan houses entrevistadas declararam ser um negócio familiar; além disso, 97% afirmaram ter até 3 funcionários (TIC Lan House, 2010, p.19). Novamente, a realidade macro apresentada pelo relatório do Comitê Gestor da Internet no Brasil coincide com a acompanhada por nós na lan house do Freitas e do Wagner.

O estabelecimento de Acari tinha seu funcionamento garantido por Freitas, com a ajuda de Márcia, sua sobrinha, e de sua filha Tatiana, que, após Márcia ter ido para o Sul morar com outra tia, passou a assumir de maneira mais intensa a atribuição de cuidar da lan house na ausência do pai. Sobre seus estudos e o cotidiano na lan house, Tatiana responde:

T – É, só que eu tranquei... Por que era Informática e não tava dando muito certo numa matéria, que era lógica e eu tranquei, porque senão, não adiantava ficar repetindo direto... Aí também era o CEFET, aí, tipo, se você repete duas vezes, você é jubilado, e eu já tinha repetido uma, então não ia adiantar se eu repetisse de novo... Aí, eu saí.

P – Mas você gosta dessa área de Informática?

T – Não. É por que lá, os cursos que ofereciam, nenhum assim, eu me interessei. Aí, eu escolhi informática mesmo.

P – Entendi. Bom, aqui na lan house, eu vejo sempre a Márcia ajudando, às vezes o Iuri, mas no geral, eu vejo sempre mesmo, é o seu pai, né? Mas eu queria saber se você ajuda de vez em quando o seu pai na lan house e com que frequência?

T – Ah, eu fico mais tempo aqui. Acho que eu fico até mais do que ele... Por que às vezes ele sai pra pagar conta, assim, aí ele fica mais quando eu tô estudando.

P – Tem algum horário fixo?

T – Não...

P – Assim, tipo: “Ah, toda tarde você fica e tal...”.

T – Não, assim não. Quando ele não tá, eu fico, que ele vai pagar conta, essas coisas que ele tem que sair e resolver.

(Entrevista com Tatiana. Acari. 16.08.2010)

Como ressalta Tatiana, o horário de trabalho não é fixo, no entanto, destaca que quando ela está estudando o pai fica em seu lugar. No caso de Acari, onde a lan house é uma extensão da casa, sendo o estabelecimento a antiga sala da casa e sua entrada, as questões familiares também se misturam mais. O filho mais novo da família, Iuri, foi um dos integrantes das oficinas e praticamente todas as vezes que fomos a Acari ele estava na lan house.

Atentas a essa questão, quando entrevistamos Cátia, esposa do Freitas, perguntamos:

P – E você acha que o fato de ter a lan house deixou ele mais esperto pra algumas coisas?

C – Ficou. Tá até mais ativo. Tá elétrico até demais. Agora mesmo, ele tá assim, e ele não pára, entendeu?

P – Aham...

C – Faz uma coisa, faz outra, brinca... aí vem pra cá, daqui a pouco, ele sobe de novo... Ele ficou assim, mais... mais ativo, né? Mais comunicativo, também. Não tem vergonha de nada, ele conversa, ele brinca...

P – E ele mexe bem, na Internet?

C – É. Ele sabe. É, ele sabe um bocado de coisas, eu é que não sei quase nada. (risos)

(Entrevista com Cátia. Acari. 16.08.2010)

Cátia, diferentemente dos filhos e da sobrinha, apesar de ter incentivado a abertura da lan house, nunca se envolveu diretamente com ela, sabendo mal ligar o computador, como ela própria afirmou em entrevista conosco. Devido à viagem inesperada de Márcia, não foi possível entrevistá-la, mas a partir de nossas observações participantes, que geraram anotações em nosso diário de campo e da entrevista com Tatiana, foi possível perceber que não existia uma remuneração em relação ao trabalho delas na lan house. O que se observava é que Freitas

“pagava as coisas para elas” como cursos, compras de roupa, ou eventualmente poderia dar algum dinheiro para sair ou comprar algo.

A realidade do Santa Marta, apesar de apresentar o diferencial da lan house não ser uma extensão da casa do Wagner, o estabelecimento fica a cerca de 500 metros da sua residência, traz semelhanças no que tange ao cotidiano da favela que pesquisamos na zona norte, como aponta a entrevista com seu filho.

Pâmella – Você costuma ajudar seu pai na lan house com que frequência? Porque eu já vim aqui algumas vezes e você tava ali, né, no servidor, organizando, vendo, botando o nome das pessoas e tal. Com que frequência você costuma fazer isso?

Marcos César – Às vezes, mesmo assim, 2 vezes na semana, 3. Assim, é pra cuidar aqui pra ele às vezes, ele vai pra academia às vezes, tem alguma coisa pra resolver, pagar conta.

P – Mas é pré-definido? Tipo assim, terça e quinta é a vez do Marcos, ou não, quando ele precisa?

MC – Não, não. Só às vezes mesmo. Só quando ele pedir.

P – Aí quando você fica pra ele, ele te paga algum valor específico ou é o normal que ele já te dê sempre? Enfim.

MC – Não, não, não. Não dá nada não. Só vou fazer um favor pro meu pai mesmo.

(Entrevista com Marcos César. Santa Marta. 17.08.2010)

Assim como em Acari, o filho de Wagner, Marco César, de 15 anos, também colabora no trabalho na lan house. A não remuneração e ausência de horário fixo também aproximam as experiências das lan's que acompanhamos, indicando que os donos assumem o papel principal de atendentes nesses espaços, sendo os “outros funcionários” necessários apenas “quando eles precisam sair para pagar conta, ir à academia, fazer compras ou coisa assim. Também no caso do Santa Marta, não observamos a inserção da esposa do Wagner nesse ramo da economia familiar, apesar de sabermos, desde a primeira entrevista, que ela “trabalha fora, de carteira assinada e também vende roupas”.

Diferentemente de Acari, onde observamos apenas pessoas do núcleo familiar de Freitas trabalhando na lan house, no caso do Santa Marta, por três ou quatro vezes, quem estava trabalhando no estabelecimento no momento em que chegamos era João Carlos<sup>101</sup>, um dos frequentadores da lan e que também participou das oficinas. Em entrevista posteriormente realizada com ele, o menino de 14 anos explica.

---

<sup>101</sup>Pseudônimo.

Pâmella – Eu vejo que você, de vez em quando, costuma ajudar ali o Wagner na lan house tomando conta, e tal. Como é que funciona isso? Tem algum horário pré-combinado ou é quando ele precisa?

JC – Quando ele precisa. Aí eu fico em casa e depois eu desço.

P – Aí ele te chama e pede pra você ficar ali pra ele?

JC – É. Quando ele vai levar o Marcos pra jogar bola. Ele treina, assim, de jogador.

P – Quando você fica, ele te paga alguma coisa? Ou tem algum tempo que você ganha na lan house? Como é que é?

JC – Não faço por interesse não. Só vou só pra ajudar mesmo. Como eu não tenho nada pra fazer em casa. Quanto tem dever da escola, eu não vou não, fico em casa.

P – Entendi. Aí você fica lá dentro, naquela parte onde tem o servidor, né? E aí você pode ficar jogando, mexendo no MSN, essas coisas?

JC – Fico entrando no blog, no Orkut, Msn, só esses três mesmo.

(Entrevista com João Carlos. Santa Marta. 17.08.2010)

O dono da lan house do Santa Marta incorpora à dinâmica de funcionamento da lan house seus usuários. Falamos no plural, pois, cabe ressaltar que na última oficina realizada no Santa Marta, que aconteceu num domingo pela manhã, quando chegamos, Ramon, outro frequentador do estabelecimento e participante da oficina, estava terminando de limpar tudo e ligar os computadores. Ou seja, ele estava encarregado de abrir a lan house para a atividade. Não dizemos com isso que a lan do Santa Marta não possui um caráter familiar, o que pode ser percebido pela colaboração de Marcos no funcionamento do estabelecimento e na não contratação de outro funcionário, apenas chamamos atenção para o fato de, no Santa Marta, alguns frequentadores possuírem um *status* de confiança que os coloca como “atendentes”, mesmo que esporádicos, da lan house.

E, quais seriam as atribuições de um atendente de lan house? Deve ter uma idade mínima? São necessários conhecimentos específicos? Tatiana, em sua entrevista, nos informa sobre a realidade de Acari:

T – Acho que a maioria das pessoas que trabalham aqui em lan house são mais ou menos assim, da minha idade.

P – E fizeram algum curso técnico em informática?

T – Não sei. Acho que não. Por que não precisa de muito não. Só, se for fazer tipo, outros trabalhos. Se for currículo, ou alguma coisa assim, já tem que mexer com o Word.

(Entrevista com Tatiana. Acari.16.08.2010)

Na visão de Tatiana não é necessário ter muito conhecimento de informática para trabalhar na lan house. No entanto, o que observamos é que, muito além do conhecimento técnico no campo da informática ou sobre internet, um dos aspectos mais recorrentes nas

atribuições dos atendentes de lan house é sua capacidade didática de ensinar de maneira paciente procedimentos que podem parecer muito fáceis para aqueles que já estão alfabetizados na era digital. A esse respeito, Freitas relata:

F – (...) eu explico, tipo assim, que as pessoas colocam currículos assim, as vezes no profile do Orkut. Sendo que não é isso. Eu explico que não é assim, eu vou lá e falo, que aquilo lá, o [www.hotmail.com](http://www.hotmail.com), aquilo lá é que é uma caixa de mensagem, assim como é a sua caixa de correio na sua casa, aquela lá é uma caixa de correio só que eletrônica. Que as pessoas deixam mensagens pra você ali. Então se você quiser mandar mensagem pra alguém desse tipo de coisa, você não manda uma mensagem pessoal pra alguém pelo Orkut, você manda, porque assim, ali, todas as pessoas que estão na rede podem ver, você manda um email, porque aí as pessoas não têm acesso. Outro dia eu vi um rapaz, ele, imprimindo direto do email, todos os dados pessoais dele, do currículo dele. Aí eu vi na hora e expliquei pra ele, que tem que jogar primeiro pro Word, onde ele tem que colocar os dados pessoais dele.

(Entrevista com Freitas. Acari. 08.06.2009)

A atenção dispensada ao cliente, mesmo quando ele não solicita diretamente a ajuda, e a linguagem usada demonstram o que, a nosso ver, é um elemento da educação popular. Em sua pesquisa sobre lan houses em duas favelas cariocas, Carla Barros também vislumbra o caráter educativo dos atendentes de lan house, afirmando que *“são personagens-chave nos ambientes públicos de acesso à internet, intermediando o contato com o universo digital para os que não se sentem à vontade ou não sabem como circular por esse mundo.”* (Barros, 2011, p.111).

Confirmando a afirmação da pesquisadora, estão os momentos por nós presenciados nas lan's de Freitas e Wagner. Quando entrevistado a esse respeito, o dono da lan house do Santa Marta responde:

P – E você costuma tirar muita dúvida quando você tá trabalhando? Ensinar a mandar e-mail?

W – Sim, fazer e-mails, fazer e mandar e-mail, coisas como imprimir uma coisa, ou qual é a ferramenta adequada para navegar, fazer os tipos de pesquisa, essas coisas assim...

P – E essas coisas você aprendeu sozinho? Você fez algum curso pra isso, ou você foi mexendo?

W – É, fui mexendo, fui aprimorando. Porque a internet, computador em si, quanto mais você mexer mais você acaba descobrindo. Sim, eu fiz um curso, mas o básico há bastante tempo e ficou o básico mesmo, só pra ter noção mesmo de computador.

(Entrevista com Wagner. Santa Marta. 17.08.2010)

O relato de Wagner indica, assim como apresentado por Tatiana, que as dúvidas apresentadas pelos usuários no cotidiano da lan house não demandam muito conhecimento.

Arriscamos dizer que, como alfabetizadores digitais, esses atendentes de lan house podem não dominar a gramática, no entanto, estão diariamente contribuindo para produção de novos leitores neste mundo interconectado pela internet.

### 3.3 Regras e promoções: organizando o convívio e fixando clientes

Ao contrário do que imaginam os mais críticos das lan houses, sim há regras nesses estabelecimentos, e no geral elas são muitas. Em alguns estabelecimentos, elas estão escritas e penduradas na parede, em outros pairam como um código já acordado pelos usuários. Segundo os donos-atendentes das lan's pesquisadas – passaremos a usar também essa categoria trazida por Barros (2011), visto que Freitas e Wagner desempenham esse duplo papel – eles se preocupam em manter a “ordem” não apenas para preservar seus equipamentos, mas, sobretudo, para cativar seus clientes, objetivo para o qual também recorrem a promoções.

Na lan do Freitas, em Acari, logo ao entrar, já é possível observar o conjunto de regras que estão impressas em cartaz afixado na parede. Nele, se lê:

- Só a pessoa que está na cadeira pode acessar.
- Se a pessoa que estiver na fila ficar debruçada ou segurando a cadeira, vai para o final da fila.
- Não colocar o fone no pescoço.
- Não xingar.
- Não jogar chiclete nas lixeiras de cada computador.
- Não é permitido gritaria.
- Mesmo em Youtube ou Orkut, é proibido acessar conteúdos impróprios: pornografia, pedofilia, etc.

(Cartaz na parede da lan do Freitas. Acari.)

Ao perguntar a Freitas sobre as regras, ele afirmou existir mais uma: “não colocar a mão na tela do computador”, mas ele teria esquecido de escrevê-la no cartaz. Percebemos que as orientações buscam dar conta da realidade prática e cotidiana do espaço, segundo seus proprietários, visando ao bom funcionamento do mesmo.

F – Porque aqui na minha lan house tem uma série de regras, né? Que não tem nas outras, o pessoal até estranha, né? Porque eu impus regras aqui, aqui não pode acessar sites pornográficos, sites que tenham armas, sites que tenham TCP, Comando Vermelho, Terceiro Comando, aqui não tem nada disso. Não pode nem aparecer na tela, TCP, Comando... se aparecer e eu ver, eu peço pra retirar, se a pessoa não retirar, eu dou só três advertências, e devolvo o dinheiro, vejo quanto a pessoa tem e devolvo o dinheiro à pessoa, entendeu? Porque quando a pessoa vem fazer o cadastro na minha lan house, ela é avisada de tudo, de tudo, que não pode comer no computador, nada que tenha farelo pra num cair no teclado, não pode beber, entendeu? Não pode sentar na cadeira se não tiver acessando, que caso alguém abra a porta, né vê a pessoa sentada, vai pensar que tá acessando e não tá, eu perco o cliente, entendeu?

(Entrevista com Freitas. Acari. 08.06.2009)

Em nosso acompanhamento, percebemos a distinção entre os perfis de Freitas e Wagner, ambos extrovertidos e brincalhões. Freitas era bem mais afeito às regras. Elas, além de escritas, eram repetidas todas as vezes que eu visitava o estabelecimento – é bem verdade que minha presença poderia provocar essa reafirmação – no entanto, Wagner poucas vezes nos falou sobre as regras de seu espaço, e tampouco havia cartazes espalhados que abordassem o assunto.

Mesmo com uma aparência mais sisuda, Freitas, assim como Wagner, mantinha um clima de som, filmes e brincadeiras com seus usuários. Em uma de nossas entrevistas, ele chegou a afirmar que tem vários estilos musicais gravados: hip hop, charme, pagode, funk, e que vai colocando quando pedem, para assim “atender o gosto das pessoas”. Retomamos aqui as conclusões de Carla Barros (2011), para quem

O atendente, via de regra, dá o “tom” da lan, especialmente quando o público dominante é infanto-juvenil, estando sempre atento ao comportamento dos freqüentadores e procurando manter o clima do ambiente dentro de uma certa ordem. Atuam como uma espécie de “educadores” informais, podendo até mesmo ter a responsabilidade de “tomar conta” das crianças e jovens que circulam pelo local... (Barros, 2011, p.111)

Como educadores, os atendentes não apenas proibiam seus frequentadores, mas negociavam, explicavam os motivos pelos quais não se poderia “colocar a mão na tela do computador”, ou “jogar chiclete na lixeira do computador”. Numa negociação contínua que em alguns momentos implicava limites como: suspensões e expulsões, os atendentes organizam o convívio dentro da lan, fator que, segundo Wagner, diminui o preconceito contra esses espaços.

W – Antes era uma coisa absurda, a mãe vinha aqui e “Ah, a lan house é coisa, não é lugar que meus filhos deveria ficar”. Ai proibía. Agora não, como eu falei, 90% das crianças que vêm aqui, as mães são cientes, têm meu telefone, ligam, perguntam se

fulano tá aqui na loja. Então graças a Deus. Até aconselham: “Pô, pode ir na lan house do Wagner, porque é certinho, porque não tem bagunça, não tem xingamento, não tem nada”.

P – E eles te respeitam?

W – Muito. Entendeu? Então não admito bagunça, falar muito alto, ficar batendo, essas coisas assim, bateu um no outro, ponho pra fora mesmo. Não tem essa, e a mãe vem, a mãe sabe disso.

(Entrevista com Wagner. Santa Marta. 17.08.2010)

A experiência trazida por Wagner confirma o caráter de “tomar conta” de crianças e jovens, indicado por Barros (2011), em especial no que tange à possibilidade de ligação telefônica para “conferir” a presença do filho no estabelecimento. No contexto dos espaços populares, com ausência de praças e quadras e com pais que trabalham todo dia, somado à febre contemporânea, e não apenas juvenil, de acesso à internet, a lan house na favela assume um papel especial, questão que detalharemos no item 3.5.

Outro ponto que diferencia o “tom” da lan de Acari da lan house do Santa Marta são as inúmeras promoções oferecidas por Freitas. Wagner também realizava promoção de pacote de horas. Como ele próprio nos explicou, quando o cliente comprava mais de 5 horas junto, ao invés de cobrar R\$1.50 (um real e cinquenta centavos), cobrava R\$1.00 (um real) a hora. Quando o cliente pagava 10 horas junto, ele cobrava R\$7.00 (sete reais). Como os clientes procuravam colocar mais horas como crédito para aproveitar a promoção, Wagner fixava sua clientela.

Nesse caminho, Freitas usa toda sua criatividade nas promoções que vão desde a distribuição de bala, toda vez que você coloca uma hora de crédito no seu *login*, passando por bônus de 10 minutos, cada vez que você apresenta um novo cliente, até sorteios de horas, quando a lan house está cheia. Explicando um pouco dessas promoções, Freitas detalha:

E as promoções que têm, né, que a pessoa botou 2 reais, aí é 1 hora e 40, então o que conta pra promoção é só hora agendada que é 1 hora, que ela tá agendando 1 hora, então 30 minutos são bônus e 10 minutos é cortesia que eu dou, né. Então botou 2 reais, quando completar 14 horas eu vou monitorando, cada vez que a pessoa chega, na lan house, eu vou lá e olho o nike da pessoa, porque não tem como eu gravar 800 e poucos nikes, então a pessoa vai chegando, sentou, abriu o nike dela, eu vou lá, acho essa pessoa, vou lá no cadastro dela, e vejo se ela completou as 14, se ela completou as 14 horas, eu jogo e aviso a ela, a pessoa fica até feliz, quando eu aviso né? Você ganhou três horas, completou 14 horas. E é até uma forma de fazer a pessoa ver que é um negócio sério, honesto, né? Que eu poderia muito bem enganar, deixar a pessoa colocando e eu não dar as 14, depois quando ela completasse 20 horas eu falava que ela tinha as 14. Mas aqui eu gosto de agir com honestidade com as pessoas pra que as pessoas também, né, já que eu respeito as pessoas e tal, tenham respeito por mim também, e atendam também as regras aqui da lan house e as pessoas têm atendido.

(Entrevista com Freitas. Acari. 08.06.2009)



Como o dono da lan de Acari ressalta, as promoções visam não apenas conquistar e fixar o cliente, mas construir a ideia de um lugar honesto no qual o proprietário cumpre os combinados, cabendo aos clientes o mesmo comportamento. Entre regras, promoções e muitas outras características, as lan houses, do Freitas, em Acari e do Wagner, no Santa Marta, construíram um público cativo nas favelas onde atuam.

Como anunciamos no capítulo anterior, no final de 2012, Wagner fechou sua lan house no Santa Marta. Quando perguntamos a ele o motivo que o levou a tal decisão, além dos custos e problemas com o morador de baixo da lan house, ele citou um argumento que achamos importante destacar, a falta de paciência que ele vinha tendo com os clientes.

W – É, a paciência era mais com os marmanjos, né? Nem muito as crianças e nem muito pela informação, que era mais fácil eles me ensinar do que eu ensinar a eles. Entendeu? É que pô, é sempre as mesmas pessoas, um adolescente de 16 anos tem que ficar chamando atenção, batendo numa criança de 10 anos, de 12 anos, entendeu? É sempre a mesma coisa, aí acabava o tempo daquele garoto de 15, 16 anos, aí ficava aquela zuação. Aí uma criança menor brincava de uma forma até um pouquinho mais agressiva, se defendendo, ele batia nas crianças e eu sempre falando a mesma coisa, sempre falando a mesma coisa. Então, foi um desgaste maior também foi esse.

(Entrevista com Wagner. Santa Marta. 15.01.2013)

Ao que percebemos, essa não foi a motivação principal, que abordaremos no último item deste capítulo, porém, foi apresentada como um dos fatores para a decisão de encerrar as atividades da lan house. Relembramos aqui a formulação de Carla Barros, para quem o atendente da lan house por vezes *“faz o papel de um professor que procura manter a disciplina da classe, mas que também se diverte com todos.”* (Barros, 2011, p.111).

A comparação trazida por Carla Barros é interessante para pensarmos. Assim como professores se desanimam com a baixa remuneração e o não reconhecimento de sua profissão e as condições de trabalho adversas, Wagner também se viu sem forças para lutar contra o a diminuição do lucro, os aborrecimentos com reclamações sobre o barulho da lan house e ainda contra a falta de recursos para organizar o comportamento dos usuários. Não é apenas a lan house que é multipropósito, mas também seus donos-atendentes que atuam e resistem em diferentes frentes.

### 3.4 Pensando a lan house numa cultura do consumo: reflexões sobre inclusão

Como indicam não apenas as pesquisas no âmbito da tecnologia no país, mas também o próprio discurso da ABCID, as lan houses vêm sendo apontadas como um importante instrumento de inclusão digital. Até aqui, deixamos bastante claro para nosso leitor nossa posição de concordar plenamente com o papel fundamental que a lan house vem desempenhando em nosso país. No entanto, de que inclusão estamos falando?

Problematizando o conceito de inclusão digital em sua pesquisa, Olivia Carvalho discorda da concepção que o compreende como sinônimo de acesso a computadores, internet e softwares básicos (Carvalho, 2012, p.154), indicando a necessidade de ampliação dessa visão. Corroborando tal análise, afirmamos que incluir, a nosso ver, é o ato de pôr ou colocar dentro de algo, sendo esse algo em geral fechado, delimitado. Por exemplo, a inclusão social é urgente, no entanto, ela é apenas o processo de colocar para dentro de uma sociedade hierarquizada e desigual.

Para tentar esclarecer nossa concepção, trazemos as problematizações de Jorge Larrosa sobre o ato de dar a palavra sob uma perspectiva de inclusão ou emancipação social.

No dar a palavra somente aquele que não tem pode dar. Aquele que dá como proprietário das palavras e de seu sentido, aquele que dá como sendo dono daquilo que dá...esse dá, ao mesmo tempo, as palavras e o controle sobre o sentido das palavras e, portanto, não as dá. Dar a palavra é dar sua possibilidade de dizer outra coisa diferente daquilo que já dizem. (Larrosa, 2001, p. 291)

Substituindo o termo palavra por acesso à internet, podemos pensar o “dar acesso à internet” sobre outra perspectiva. Acreditamos que, atualmente, os discursos hegemônicos sobre inclusão digital estão marcados pela forma de dar como proprietária aquela que junto com o acesso à internet pretende dar o sentido e uso desse meio, não o compreendendo como mediação (Martín-Barbero, 2006). É recorrente vermos telecentros e outras iniciativas públicas que restringem o uso da internet, impedindo o acesso a sites de relacionamentos e jogos, dentre outros meios que são categorizados como entretenimento. Nesse contexto, a lan house apresenta-se

como um espaço que não restringe o acesso à internet a sites educativos e ou e-mails, e, assim, mesmo cobrando um valor sobre seu uso, talvez possa de fato “dar acesso à internet”.

A questão que apresentamos acima nos coloca na encruzilhada acerca do que é de fato incluir e democratizar. O que é gratuito democratiza mais do que é pago? As Políticas Públicas têm dialogado com a sociedade tanto quanto o mercado?

A esse respeito, Nestor Canclini (1997) e Jesús Martín-Barbero (2006) têm muito a contribuir ao compreender o consumo também como uso, percebendo nesse uma possível dimensão de resistência. Antes de aprofundarmos a visão desses autores e o diálogo que travamos com nossa pesquisa, identificamos a necessidade de pensar teoricamente o que se denominou de cultura do consumo, na qual estamos imersos.

Primeiramente cabe destacar que o consumo pode ser visto como uma herança do processo histórico da sociedade que, ao longo do tempo e nas diferentes sociedades, assumiu contornos distintos. Importa também compreender que o que hoje denominamos de cultura do consumo é filha de uma ideia de comunicação de massas.

Partindo do princípio de que o consumo é uma prática social que produz sentido e que por isso é inerente a todas as sociedades, delimitamos, aqui, o consumo com o qual dialogamos, qual seja: o consumo na sociedade contemporânea. Buscando entender esse processo, vários estudiosos debruçaram-se sobre o tema, almejando elaborar teorias sobre o consumo e sua cultura. Aqui optamos somente por dar ênfase aos trabalhos sobre consumo que contribuíram em nossa pesquisa, levantando em momentos pontuais a que teorias, eles se opõem ou se aproximam.

Se admitirmos uma intensa ligação entre a comunicação de massas e o que denominamos cultura do consumo, cabe destacar o papel da imprensa na gênese desse processo. É a partir das primeiras prensas e tipografias que se inaugura a produção em série, fator fundamental para posterior consolidação do consumo como cultura. A produção em série, ao gerar mais produtos, produz também a demanda de seus consumidores, impondo assim a necessidade de conquistá-los seja através de guerras imperialistas ou armas do marketing.

Ressaltamos que não acreditamos que foi exclusivamente o avanço tecnológico aplicado às indústrias que gerou o aumento estupendo do consumo, produzindo, assim, uma cultura de massas. Mais que uma conjunção de fatores, dos quais o avanço tecnológico é um elemento fundamental, levaram a essa formação cultural. Assim, com o intuito de investigar esse processo histórico, tomamos como referência a periodização do capitalismo do consumo, defendida por Gilles Lipovetsky (2007).

Ao dividir o capitalismo de consumo em três fases, o autor situa a expressão sociedade de consumo, oriunda dos anos 20, do século XX, ganhando popularidade somente nos anos 1950-60. Segundo tal divisão, a fase I compreende o período que vai de 1880 até o final da Segunda Guerra Mundial, a fase II emerge nesse período e vai até os anos 80, enquanto a fase III tem início no final dos anos 80 e início dos anos 90, indo até os dias atuais.

Tendo início em 1880, a fase I foi marcada por um significativo aumento tecnológico e na infraestrutura de transportes, o que afeta diretamente na produção e circulação de produtos que serão consumidos. No entanto, para além do avanço nas técnicas industriais, o capitalismo de consumo também demandou alterações culturais e sociais.

Como exemplo, podemos citar a substituição dos pequenos mercados locais, nos quais os clientes conheciam o dono e seus trabalhadores que em geral eram familiares, pelos grandes mercados nacionais. Nesse período, surgem as lojas de departamentos, e o consumidor é convencido de uma suposta liberdade de observar as mercadorias sem a obrigação de comprá-las, visto que nesses espaços a figura do vendedor é supostamente abolida.

Dizemos supostamente, pois, em nossa compreensão, o trabalho do vendedor foi incorporado pelo marketing e, sobretudo, pela marca. Nesse momento histórico, a publicidade assume uma nova dimensão, inventando o consumo-sedução e o consumo-distração de que somos fiéis herdeiros. Assim, cabe ao setor de publicidade, em especial ao marketing de massas, criado nesse momento, educar/convencer os consumidores.

A economia do consumo também sofreu alterações. Reduzindo os preços unitários, os empreendedores apostavam todas as fichas no lucro através do aumento na quantidade de vendas. Invertera-se a lógica. O importante era não mais vender um produto com uma alta margem de lucro, mas sim milhares de produtos com uma taxa de lucro bem mais reduzida.

Nessa nova lógica, o marketing assume o papel fundamental de garantir esses novos consumidores. No entanto, Lipovetsky (2007) destaca que essa fase criou um consumo de massas inacabado, pois nele observa-se uma significativa predominância burguesa. Esse obstáculo, as fases seguintes irão tentar transpor.

A fase II começa no período posterior à Segunda Guerra Mundial, por volta dos anos 50, e tem como uma de suas principais características a elevação do nível de produtividade de trabalho, em muito oriunda da extensão da regulação fordista da economia. Nesse período, o poder de compra dos salários é multiplicado por 3 ou 4, realizando um processo de democratização do sonho consumista, esse é o modelo puro da sociedade de massas.

Porém, cabe destacar o papel essencial exercido pela difusão do modelo tayloriano-fordista da organização da produção, na formação da sociedade de consumo de massa. Tal difusão permitiu uma alta excepcional da produtividade bem como a progressão dos salários, refletindo, assim, tanto na redução dos preços unitários quanto no aumento do poder de compra dos salários.

É na fase II que o consumo ganha *status* de cultura, passando a ser visto como principal recurso simbólico das representações sociais. Observa-se a inversão da lógica, a partir desse período, o consumo orienta a produção e não mais o contrário. Essa fase segue até os anos 1980, abrindo as portas para fase III, marcada pelo hiperconsumo.

Dentre os aspectos mais relevantes da fase III, podemos indicar que o consumo para si vem suplantar o consumo para o outro. Segundo Lipovvetsky, na fase III,

O consumo ordena-se cada dia um pouco mais em função de fins, gostos e de critérios individuais. Eis chegada a época do hiperconsumo, fase III da mercantilização moderna das necessidades e orquestrada por uma lógica desinstitucionalizada, subjetiva, emocional. (Lipovetsky, 2007, p. 41)

Para o autor, esse aspecto subjetivo e emocional dialoga intensamente com o fato de a sociedade contemporânea vivenciar um momento de baixa das tradições, religiões e política. Assim, se esses espaços historicamente reconhecidos como produtores de identidades estão esvaziados, cabe ao consumo encarregar-se cada vez mais de uma função identitária.

Sob essa lógica, as campanhas de publicidade na fase III não são mais construídas em cima de benefícios funcionais do produto. Ao contrário, elas buscam difundir valores, sobretudo, das marcas. Assistimos, assim, a um processo de subjetivação em relação às marcas.

Ao destrinchar a terceira fase de sua divisão do capitalismo consumista, o filósofo francês dialoga com teorias muito importantes no campo do consumo, o que não é objeto deste trabalho aprofundar, no entanto, gostaríamos de ao menos pontuar. Detalhando sua análise sobre a sociedade do hiperconsumo, Lipovetsky irá estabelecer duas interlocuções com teorias que acreditamos relevantes: a da emulação social e a do hedonismo.

De maneira sucinta, podemos dizer que a teoria do consumo conspícuo, a partir de Veblen, aponta para um consumo racional que é sempre fruto de uma escolha, que para o autor se dá pela busca do indivíduo de alcançar distinção. Nessa lógica de emulação social, as classes

médias consumiriam para se aproximar das classes mais altas e essas por sua vez consomem para se distinguir.

Apesar de avançar frente às teorias anteriores, a proposta de Veblen é extremamente moralista e coloca toda a carga de análise na questão da classe, sendo insuficiente para compreender a cultura do consumo e principalmente o turboconsumidor individualista e subjetivo da fase III proposta por Lipovetsky.

Buscando dialogar com essa teoria, Lipovetsky afirma que os prazeres elitistas não desapareceram, apenas foram reestruturados pela lógica subjetiva do neo-individualismo, criando prazeres e satisfações mais para si do que para admiração de outrem. Na terceira fase do capitalismo de consumo, adquirem-se produtos das grandes marcas, não por distinção ou emulação, mas por momentos de vontade e prazer que proporcionam ao consumidor.

Mesmo entre os jovens, o imaginário da igualdade democrática fez seu trabalho, levando à recusa de apresentar uma imagem de si maculada de inferioridade desvalorizadora. Sem dúvida, é por isso que a sensibilidade às marcas é exibida tão ostensivamente nos meios desfavorecidos. Por uma marca apreciada, o jovem sai da impessoalidade, pretende mostrar não uma superioridade social, mas sua participação inteira e igual nos jogos da moda, da juventude e do consumo. (Lipovetsky, 2007, p. 50)

A afirmação do autor faz sentido, se pensarmos nos jovens das favelas que acompanhamos em nosso trabalho de campo. Devido à própria organização do sistema capitalista, esses jovens são cerceados de outras formas de constituição de identidades, por vezes vistas com preconceito, como as religiões afro ou neopetencostais, ou repreendidas pela polícia como no caso de manifestações culturais de funk ou Hip Hop.

Para esse setor da juventude, a marca e o consumo tornam-se não somente uma inserção na sociedade, mas também a afirmação de valores, assumindo um caráter identitário. Destacamos, aqui, a concepção de Nestor Canclini (1997), para quem o consumo é uma nova forma de cidadania possível neste momento de declínio da esfera pública.

Apesar de sermos cuidadosos com o que identificamos como um certo otimismo do autor, concordamos quando este identifica que o consumo conseguiu garantir a universalidade que a cidadania não alcançou, por exemplo, abrindo brechas, via consumo, para os movimentos sociais de minorias específicas. Para Canclini (1997), o consumo não é transformador, mas pode abrir espaço para uma resignificação da ideia de cidadania mais universalizada.

Ainda dialogando com outras teorias sobre o consumo, Lipovetsky afirma que o consumo está para além do consolo, da tarefa de suprir o sentimento de falta, na fase III, ele está mais relacionado com a experiência em si. Nesse sentido, o papel cada vez maior desempenhado pelos lazeres viria a ilustrar a dimensão hedonística do consumo. É nesse instante que identificamos a interlocução com as teorias hedonistas.

Campbell será o primeiro teórico do consumo a reservar especial atenção ao prazer, ao desejo e à subjetividade. O autor trabalha com a díade contenção/prazer, identificando duas formas de hedonismo: o tradicional e o moderno. O hedonismo tradicional busca saciar o desejo, enquanto o hedonismo moderno, segundo o autor, viveria uma reconfiguração, visto que estamos num período de baixa das experiências.

No hedonismo moderno, a experiência concreta é substituída por novas tecnologias que simulam e estabilizam a busca do desejo e do gozo. Em nossa leitura de Lipovetsky, identificamos que o autor compreende o próprio consumo como uma forma de experiência possível na sociedade do hiperconsumo e não uma mera simulação, pois, como ele afirma *“Graças a fase III, a civilização do objeto foi substituída por uma economia da experiência, a dos lazeres e do espetáculo, do jogo, do turismo e da distração”* (Lipovetsky, 2007, p. 63).

Na visão de Campbell, o hedonismo moderno é marcado pela não satisfação, momento no qual a experiência é mais emocional que da vida concreta. Em nossa hipótese, a fase III não pode ser explicada exclusivamente pelo hedonismo, ainda que moderno. No entanto, esse assume um papel de destaque na sociedade do hiperconsumo.

Em artigo sobre a relação entre consumo e identidades nas sociedades contemporâneas, Anna Lucia Enne (2006) analisa duas obras que de maneira diferente abordam a questão das identidades sob a lógica contemporânea movida pelo consumo. O documentário *Tiros em Columbine*, de Michael Moore e o livro *Otaku, os filhos do virtual*, de Étienne Barral são objetos do estudo da autora para, a partir deles, pensar como a atitude desses jovens, tanto no Japão quanto nos EUA, podem refletir uma sociedade do turboconsumo.

Nesses dois trabalhos estudados por Enne (2006), podemos observar como sociedades tão distintas acabam produzindo subjetividades muito próximas, na medida em que colocam o consumo como fator primeiro da constituição da identidade social. Sob esse prisma, os *nerds* americanos e os *otaku* japoneses são aqueles que desviam do padrão, inseridos em sociedades que celebram o sucesso e condenam o fracasso.

Pensando ainda no hedonismo moderno e na experiência mais emocional que concreta, podemos perceber os *otaku* como uma geração que se recolhe frente a essas experiências ditas concretas, optando pelo mundo virtual, fazendo disso uma fuga/ resistência ao sistema. Se, como a autora indica, as identidades não se constituem de forma fixa, o campo da cultura torna-se um terreno fundamental na disputa pelos direitos de significar.

Ambos os casos estudados por Enne indicam momentos de radicalização da desesperança, que apresentam como desdobramento tanto a violência, quanto a reclusão no mundo virtual. Em nossa pesquisa, acreditamos que os jovens frequentadores de lan houses em comunidades populares, não estão marcados pela desesperança. Ao contrário, estão sedentos pela possibilidade de ressignificar, encontrando na internet um importante meio para efetivação desse projeto.

Compreendendo ainda o momento atual do capitalismo de consumo, identificamos que, diferentemente do que ocorria nas duas fases anteriores, não é mais o consumidor quem se desloca para consumir, mas o comércio que vai até ele, adequando-se aos seus horários e trajetos. Nessa fase, a esfera comercial se torna hegemônica e as forças do mercado invadem praticamente todos os aspectos da existência humana.

Lipovetsky aponta também o fato de que, apesar de todas as formas de indiferenciação existentes, inclusive na lógica do hiperconsumo, nossas sociedades favorecem mais a identificação com o outrem do que a sua ruína. Para ele “*Sempre receptivo à infelicidade de outrem, sempre desejoso de sentir-se útil aos outros, o ‘coração’ do indivíduo hiperconsumidor não deixou de bater: é ritmado de uma outra maneira.*” (Lipovetsky, 2007, p.147).

Com isso, o autor afirma que sua análise não tem por objetivo inocentar a fase III, ao contrário, ele reconhece a ameaça que essa faz planar sobre a sociedade. No entanto, ele indica que seu objetivo é analisá-las, evitando as facilidades do que denomina de denúncias apocalípticas.

Longe de esgotar o debate sobre cultura do consumo, buscamos tecer alguns comentários que nos subsidiaram para pensar as lan houses em favelas, bem como seus sujeitos: ambos inseridos na fase III do capitalismo de consumo.

Embasados na discussão sobre a Cultura do Consumo, retomamos Nestor Canclini (1997) em suas discussões sobre o papel no consumo e sua relação com a cidadania no mundo contemporâneo. Ao abordar a relação do povo, ou ainda, das massas populares com o poder instituído o autor afirma “*Desiludidos com as burocracias estatais, partidárias e sindicais, o*



*público recorre à rádio e à televisão para conseguir o que as instituições cidadãs não proporcionam: serviços, justiça, reparações ou simples atenção”* (Canclini, 1997, p. 26).

Percebemos na leitura de Canclini, não uma apologia ao consumo, ou mesmo um abandono as ditas instituições cidadãs, mas sim um chamado à apropriação destes meios que hoje são usados hegemonicamente pelo sistema capitalista. Nesse aspecto, sua obra converge com as formulações de Walter Benjamin (1994), Milton Santos (2006) e Jesús Martín-Barbero (2006) no que tange à urgência da apropriação das classes populares dos instrumentos, meios e mediações que vem servindo à exploração e ao capital.

Cabe aqui uma especial atenção ao que Carla Barros denominou de “distinção na rede”. Criticando a visão de Pierre Lévy, que na concepção da autora, enxerga a internet como um espaço utópico, ela apresenta seu estudo sobre a “favelização do Orkut”. Nos materiais por ela elencados, chamamos atenção para o seguinte post:

Grande parte da descaracterização do Orkut, deve-se à tão falada “inclusão digital”. Graças as casas Bahia e Insinuanes da vida, conseguimos comprar PC's por R\$700,00. Em comunidades carentes pipocam lan houses que cobram entre 1 e 2 Reais a hora, Sendo assim, os privados de educação não estão mais privados de tecnologia. Portanto temos o mais novo problema sócio-político-econômico: **A FAVELIZAÇÃO DO ORKUT!** (Apud. Barros, 2011, p.117)

Mesmo se optarmos por adotar a concepção limitada de inclusão digital como acesso à internet, percebemos na manifestação analisada por Barros, que a simples presença das classes populares nas redes sociais, manifestando suas experiências e modo de ser, geraram incômodos que a autora analisa a partir da noção de distinção. O “pipocar de lan houses nas favelas” vem impondo a presença, ainda que restrita ou limitada, de setores populares no mundo virtual, e esta realidade carrega uma importante possibilidade de desembocar em mudanças: culturais, sociais e estéticas.

### 3.5 Bem mais que um ponto de acesso à internet...

Muitas vezes, quando apresentávamos nossa pesquisa no meio acadêmico, tínhamos que explicar o que era “uma lan house”. Por mais detalhada e ampla que fosse nossa apresentação, em geral o entendimento era: “casa de jogos” ou, quando conseguíamos ampliar, “ponto de acesso pago à internet”. Nosso acompanhamento das lan houses do Freitas e do Wagner confirmam essas características do estabelecimento, no entanto, revelam em seu cotidiano muitos outros usos, silenciados e desvalorizados por visões preconceituosas e taxativas desse espaço.

Nesse item, referenciando-nos nas contribuições de Jesús-Martin Barbero (2006) sobre os meios de comunicação e suas mediações, E.P. Thompson (1981) acerca da centralidade do conceito de experiência, e Milton Santos (2006) no que tange as possibilidades da apropriação das classes populares dos instrumentos que antes pertenciam as classes dominantes e que no contexto da globalização – pela própria demanda do capital – foram democratizados, traremos cenas do cotidiano que vivenciamos.

Optamos pela narrativa dos episódios vivenciados ou relatados pelos interlocutores da pesquisa. Fazendo alusão à imagem da rede que trouxemos em nossas considerações iniciais, o que propomos aqui é aportar nosso barco e como pescadores “ir tirando da rede os frutos da pesca”, agregando a esse movimento o contar das histórias do dia, em nosso caso, anos de pesca.

Obviamente, muitas das histórias já foram contadas e analisadas nos capítulos iniciais, e ainda o serão no último capítulo. Mas, aqui, queremos dar especial atenção a cenas que confirmaram nossa hipótese da lan house como bem mais que um ponto de acesso à internet, trazendo de maneira mais explícita o papel social desses estabelecimentos.

Chamamos a primeira cena de “Lan house politizada”. Como informamos anteriormente, a lan house de Freitas nos foi indicada e apresentada por dois militantes de Acari. Logo nos contatos iniciais, percebemos sua visão bastante crítica às desigualdades sociais e ao sistema capitalista. Nos papos antes e após o gravador ser desligado, o dono da lan que investigamos nessa favela da zona norte nos relatava sua participação no movimento de reivindicações dentro da Guarda Municipal da cidade do Rio e sua experiência como candidato a vereador pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Nossas conversas eram sempre marcadas por sua preocupação de que os frequentadores da lan house deveriam ter informação, acompanhar mais a política e se informar sobre seus direitos. Nos seus planos, Freitas dizia

F – Que o meu objetivo aqui, mesmo, mesmo, com o negócio da lan house, era ter um horário pra lan house e um horário pra estudante, né? Os estudantes se tivessem tirando boas notas e tal, entendeu? Mas esse não é, é mais pra frente, quando a minha filha terminar, a gente tentar ensinar informática, né? Ensinar a navegar, ensinar os sites de pesquisa, como é que faz uma pesquisa escolar e tal, tudo isso, entendeu? Mostrar a eles os sites governamentais, como você faz pra mandar um email pro ministro, como você acessa o site da câmara, sei lá, do senado, como que eu mando um recado pra um político, tudo isso.

(Entrevista com Freitas. Acari. 27.06.2009)

A preocupação de Freitas não estava presente apenas em seu discurso. Ao repararmos que nas paredes da lan house havia alguns cartazes sobre votações de projetos por vereadores do município do Rio, perguntamos qual seria seu objetivo colando essas informações. Assim ele respondeu:

F – É justamente isso, né? Porque a partir do momento que o pessoal vai tendo uma informação daquela ali, né, ele já tá sentando já no computador, já tá acessando já a lan house, ele vai, né, porra, muitos vão querer ‘pô, vão ver ser é verdade’ que aí pô ‘Freitas, que é isso aqui?’ ‘ó tá na Internet, hein’. E o objetivo é esse, tentar trazer o pessoal pro campo político também, entendeu? Não é só ganhar dinheiro, não é nada, nada. O pessoal, eu vejo, aqui, eu conheço, que eu tentei atingir as pessoas, né, de outra forma, não deu certo, vou tentar dessa agora.

P – Através da informação? Através da Internet?

F – Através da informação. Uma pessoa bem informada, como eu falo sempre pra minha filha, pro meu filho, né, que informação é fundamental, conhecimento, cara é uma coisa que tu vai carregar pro resto da tua vida, entendeu? Negócio de dinheiro, essas coisas, isso aí acaba, mas a informação nem o burguês não consegue tirar, tá aqui na cabeça, entendeu? Você saber dos seus direitos. A gente tem que endireitar muita coisa aí, e o pessoal não sabe, entendeu?

(Entrevista com Freitas. Acari. 27.06.2009)

Por diversas vezes, em nossas visitas, observamos a televisão da lan house ligada em jornais, enquanto os usuários estavam conectados jogando, conversando nas redes sociais, vendo vídeos ou realizando qualquer outro tipo de ação. Porém, vez por outra, alguém se virava, olhava para a TV, prestando atenção àquilo que, por algum motivo, lhe interessou. A informação nessa lan house está: nas falas constantes do Freitas, nas paredes, na TV ligada e na própria internet acessada pelo usuário.

Com o intuito de conseguir mais informações técnicas sobre a estrutura da lan house, perguntamos a Freitas se os seus programas de computador eram originais. A partir desse *start*, ele dispara:

F– É, isso é caro quando é original, que eu acho que esse daí, eu não sei se é original, também não procurei saber, né? É, inclusive o pessoal da civil teve uma semana aí que teve aqui, até falou ‘pô, cara, tá usando, tem negócio pirata e coisa’. Falei: ‘cara, eu não tenho condições de comprar, tendeu? Agora eu tenho, tô ganhando dinheiro? Tô. Não tô ganhando lá essas coisas, tendeu? Agora eu tenho que levar informação também pro pessoal, cara.’ As pessoas explicando lá na delegacia, eles falaram que teve uma denúncia que o meu computador era roubado, eu levei minha nota fiscal porque eu não compro NADA de viciado, NADA aqui. Tendeu? Incentivar o pessoal a se drogar, essas coisas, porque o objetivo aqui é justamente ao contrário, né? É fazer o contrário que a elite quer fazer com a gente. Que a elite quer isso, né? A época dos Panteras Negras, né? Que até um amigo meu que é professor de história pediu pra eu assistir, ele falou ‘pô, já que você gosta esse negócio de política e tal, você assistia que o pessoal jogava droga lá no gueto e tal, pra tentar manter o pessoal meio que alienado e esquecer, né, esquecer os problemas lá, que o governo impunha pra eles. Aí o que eu tô fazendo é dissidente, tá levando informação e tentar mostrar pra molecada que a gente vence na vida só através do estudo, não tem outra. Não tem outra, entendeu? Não adianta querer parar de estudar pra querer trabalhar e achar que vai ficar rico... não vai não, entendeu? É através do estudo que você vai melhorar de vida. Que aí você vai passar a exigir coisas que você não sabia que tinha direito, essas coisas todas.

(Entrevista com Freitas. Acari. 27.06.2009)

Ligando a questão da pirataria a uma discussão sobre o sistema e aos interesses econômicos das classes sociais, Freitas, indiretamente, aproxima suas ações às do movimento Panteras Negras nos EUA. Revolucionários na década de 1960 lutavam, de maneira violenta inclusive, para garantir os direitos dos negros nos guetos estadunidenses. Talvez compreendendo a informação como arma bastante letal em nosso período histórico, Freitas defende a sua democratização, como podemos observar.

P – Por exemplo, aqui, você falou dessa questão, que é uma questão que tá cada vez mais na mídia, né? A pirataria, uma criminalização, que não discute na verdade uma democratização...

F – Só que esse negócio da pirataria, eu, como guarda, eu não sou tão contra não, cara.

P – Como assim?

F – Eu não sou contra, não. Sabe por quê? Porque eles põem, eles vão fazer um dvd, né, qual o cidadão de comunidade que tem condições de pagar quarenta, cinquenta reais? Então eles já fazem uma coisa já elitizada, tendeu? É justamente pra segregar, mesmo. Não é pra pessoa ter acesso, mesmo. O povão não tem acesso. É tipo a internet, que eu vejo. A internet dentro da comunidade não é viável, porque se você botar internet em todas as comunidades, né, lá no Dona Marta colocaram porque a mídia tá lá agora, direto, presente, entendeu? Então não tem como, eles têm que botar mesmo, lá, né? Porque o povo já tá buscando já informação, eles veem o que tá havendo na comunidade,

né, através dos jornais essas coisas, tá havendo pressão, né, de outros organismos internacionais e tal, né, em cima do governo...

(Entrevista com Freitas. Acari. 27.06.2009)

Não é à toa que, ao emitir sua opinião sobre a pirataria, Freitas o faz conjuntamente com observação “eu como guarda”, visto que a Guarda Municipal carioca nos últimos anos tem se caracterizado pela truculência com os comerciantes informais, muitos deles vendedores de produtos “piratas”. Em nossas conversas, Freitas falava de maneira superficial sobre os problemas que ele enfrentou na corporação, por discordar das condutas que deveriam ser implementadas. Como ele mesmo afirma, ele é um “um pouco revoltado”.

F – Eu sou diferente, eu sou um pouco revoltado com a situação do sistema, já arrumei muita briga.

P – Como assim revoltado?

F – Assim, já arrumei muita briga na Guarda Municipal. Por não concordar com as coisas ali, tá entendendo? Porque as pessoas tão ali, não tão roubando, tão vendendo a mercadoria delas, pagaram imposto por aquela mercadoria... por que eu tenho que ir lá e tirar aquilo do cara?

(Entrevista com Freitas. Acari. 08.06.2009)

Para as teorias conservadoras, Freitas poderia ser visto como um doutrinário que faz do espaço da lan house um palanque político. Algumas leituras de esquerda poderiam interpretá-lo como sectário e um tanto quanto afeito às regras e ordens. Nós, partindo da premissa de que toda ação é política, compreendemos o dono da lan house de Acari como um sujeito político de seu tempo, que percebe e compartilha com aqueles que estão à sua volta (amigos, familiares, usuários da lan, e/ou a “pesquisadora da faculdade”) as contradições e desigualdade que observa no mundo em que vive.

“Quando o tiro come na favela”, esse é o nome de nossa segunda cena que também se passa na lan house em Acari. É importante lembrar ao leitor da Política de Segurança Pública, sobre a qual falamos no segundo capítulo, adotada para regiões não pacificadas e na zona norte, como a favela de Acari. Incursões surpresas marcadas por tiroteios fazem do cotidiano dos moradores do local uma constante insegurança.

Nesse território, Freitas adota regras específicas para tornar as idas à lan house, dentro do possível, mais seguras.

F – Mas quando sai tiro, o que que eu faço ? Ninguém sai, ninguém entra aqui. Eu tranco o portão, entendeu? Aí, algumas mães que têm o telefone daqui ligam, que não são todas,. dá uma ligada e tá, ou vem aqui, né, pra perguntar e vê que o portão tá trancado e se sente até melhor, né? Que eu tranco pra não deixar... e aviso. Igual essa semana, a mãe dele, não foi, Eduardo<sup>102</sup>? A mãe dele ligou pra ele, o tiro comendo lá fora pra eles dois, o irmão dele que tá lá e ele, ir pra casa e eu falei: “Não, negativo cara, fala aí com a tua mãe no telefone aí que tu não vai embora não.”

P – Tá aqui dentro, tá tranquilo?

F – Não vai embora. Aí ele: “O Freitas não tá deixando não e não sei o que...” Aí depois ela veio e eu falei com ela. Eu falei com ela ali, ela veio buscar ele e eu falei com ela. “Me desculpa, mas eu falei com ele que não era pra ir não.” Entendeu? Eu ia, eu ia me sentir culpado depois se acontecesse alguma coisa com eles, né?

(Entrevista com Freitas. Acari.12.10.2012)

Infelizmente Freitas não pode, ao menos diretamente e de imediato, alterar a orientação da polícia carioca. Assim, os tiroteios repentinos continuarão a acontecer em Acari, tornando um simples caminho da lan house para casa um trajeto perigoso, pois, como sabemos, nas entradas policiais nas favelas do Rio, “se atira primeiro e pergunta-se depois”. Nessa conjuntura de insegurança, a lan house é um espaço um pouco mais protegido, sobretudo, com as regras adotadas por Freitas.

“O assistente social, pai e conselheiro” é o título que demos para a terceira cena. Nela, três episódios misturam-se, já que ao nos relatar o primeiro durante uma entrevista realizada na lan house, Freitas nos apresentou os dois personagens das histórias seguintes. A pergunta era sobre as regras da lan house e se ele já havia expulsado alguém do estabelecimento. A isso, o dono da lan de Acari detalha:

F – E a gente, donos de lan house, eu pelo menos, não sei se os outros pensam assim, eu já expulsei até um menino daqui. Que eu corri atrás, né. Com esse menino, descobri que ele não tava estudando, fechei a lan house dois dias, fui lá no Meier, consegui pegar o histórico escolar dele, fui na CRIA<sup>103</sup>. Então, até me surpreendeu quando eu soube o nome do pai dele, que é Freitas! Quando a diretora falou, eu tomei até um susto, né? E avó dele trabalha de camelô aqui em frente ao hospital. Consegui arrumar uma escola pra ele no meio do ano, que é uma coisa difícil. Conversei com o pessoal da CRIA, coloquei lá, que é essa nova escola que foi criada aí pelo Eduardo Paes. aí ganhou camisa, ganhou calça, ganhou...

P – Quantos anos têm o menino?

F – Ganhou tudo! Quatorze anos, treze,treze, quatorze anos. Então eu consegui só que o garoto, descobri que o garoto não foi! Primeiro dia era sexta-feira, fui no conselho tutelar e tudo, né, providenciar certidão de nascimento pra ele, porque a mãe foi embora, né, fugiu com o padrasto, né, que tinha um filho com o padrasto. O pai, ninguém sabia

<sup>102</sup>Pseudônimo. Eduardo também participou das oficinas que realizamos

<sup>103</sup>Não identificamos exatamente qual seria a instituição, mas pela sigla e o contexto apresentado, nos pareceu algo ligado à Infância e Adolescência.

onde tava, que o pai é de um movimento<sup>104</sup>, não sei da onde, entendeu? aí consegui arrumar a escola pro garoto, aí descobri que ele não foi na sexta-feira. Quando eu descobri que ele não foi na sexta-feira, descobri que ele tava online no jogo, eu conversei com ele: “aqui você não entra mais!”. E depois encontrei ele no hospital, junto da vó dele, falei com a vó dele, “eu não quero mais você na minha lan house, a minha lan house não é lan house pra formar bandido nem nada, lá eu quero crianças, né, tudo bem, vai brincar? Vai brincar! Mas que esteja estudando, entendeu? Lá eu não tô preocupado com o dinheiro, eu tô preocupado com o futuro deles, também. Não é só com o dinheiro!”  
(Entrevista com Freitas. Acari. 22.07.2012)

Freitas inicia seu relato com uma generalização em relação aos donos de lan house, indicando que teriam uma preocupação com o estudo de seus frequentadores. Nesse momento relembramos algumas falas do Encontro Estadual com donos de lan house, atividade realizada no Campus Rio de Janeiro do IFRJ, local onde trabalho e desenvolvo a pesquisa juntamente com bolsistas de PIBIC Jr.

O evento, que foi realizado conjuntamente com a Associação Brasileira de Centros de Inclusão Digital (ABCID), o Centro de Tecnologia e Sociedade da FGV Direito Rio e o Instituto Over Mundo, teve como centro a discussão sobre os passos após a revogação da lei que proibia lan houses a menos de 1km de escolas. Ao se manifestarem, grande parte dos donos de lan house presentes falam de como eles se preocupam com o estudo, orientam trabalhos, incentivam o desempenho escolar de seus frequentadores. Declararam “injusta” essa lei que via na lan house algo contra a escola.

#### Cartaz do Encontro com donos de lan

**Encontro com donos de lan houses  
Revogamos a lei de 1km e agora?**

**Lan House**

Inclusão Social (In)Formação  
Diversão Cultura  
Sociabilidades Educação

**Data: 04 de junho  
Horário: 13h**

**Local: Auditório do campus Rio de Janeiro  
Endereço: Rua Senador Furtado, 121, Maracanã**

**Organização:**  
- IFRJ - campus Rio de Janeiro  
- Centro de Tecnologia e Sociedade da Faculdade de Direito da FGV Rio  
- Overmundo  
- Associação Brasileira de Centros de Inclusão Digital

<sup>104</sup>Gíria ligada a envolvimento com tráfico de drogas.

Em nossas observações do seminário, registramos falas que relatavam premiações, com horas de acesso, aos frequentadores com melhor desempenho escolar. Uma dona de lan house afirmou: “Se eles mostrarem o boletim com vários dez e nove, eu dou, assim, uma hora de brinde”. Na cena formulada a partir do relato trazido por Freitas, identificamos não apenas o incentivo, mas toda uma preocupação em acompanhar o passo a passo para que o menino voltasse a estudar, o que implicou inclusive, como ele relata, em dois dias da lan house fechada.

Desempenhando um papel, a nosso ver, de assistente social, que orienta sobre os caminhos a serem dados para conseguir documentos, matrícula etc., o dono da lan de Acari não apenas indicou o caminho do que deveria ser feito, mas fez junto. E, ao não identificar o retorno esperado, expulsou o menino da lan house, a nosso ver, como um pai que castiga o filho. Ao finalizar esse relato, Freitas emendou em outra história, cujo personagem estava presente na lan house na hora da entrevista e foi confirmando o “causo” à medida que Freitas o indagava.

Esse caso tratava de um menino de 15 anos que, ao dizer que iria estudar à noite para trabalhar de dia, foi advertido por Freitas, que, segundo o próprio, se manifestou dizendo:

F – negativo, tu não vai trabalhar à noite, tu tá passando fome? Primeiro ano! aí queria parar de estudar pra poder estudar à noite e trabalhar. Eu falei, “tu não vai conseguir fazer isso! Então, eu falei o seguinte: “teu pai e tua mãe têm a obrigação de te alimentar, cara, então você vai voltar a estudar de dia”. E eu acho que tá, num tá, ô?

(O menino em questão confirma que sim)

F – Continuou, largou esse negócio de trabalho. Eu falei que eu, o que vai manter, o que vai tirar ele da miséria, ele pode até morar na favela, ser um advogado, ser um grande engenheiro, tá morando na favela, mas tem uma condição de vida melhor! Entendeu? E é o estudo que vai fazer isso, não é o trabalho! Ele vai trabalhar, trabalhar, trabalhar! Não é o trabalho! Entendeu? Que faz isso é o estudo! Aí ele me ouviu e tá aí. Então, a intenção é essa, sempre tá orientando.

(Entrevista com Freitas. Acari. 22.07.2012)

Identificamos aqui uma atuação de Freitas como conselheiro ou, como ele mesmo identifica, como “orientador” do frequentador da lan house no que tange a algumas escolhas da sua vida profissional e escolar. Em nosso trabalho de campo, percebemos que sua figura, alto, forte e de voz impositiva, ao mesmo tempo que garantia o respeito dos frequentadores, conquistava a confiança dos mesmos, abrindo espaço para ações como as que acabamos de relatar.

Ainda nessa entrevista, tivemos mais uma surpresa quando Freitas aponta, discretamente, falando mais baixo, para outro usuário e nos conta quase que sussurrando



F – Esse aqui perdeu a mãe hoje, tá sendo velado ali a mãe dele.

P – Morreu de quê?

F – De AVC. Tá aí ó! Tá saindo aí agora no carro, só se foi enterrada já.

P – Nossa!

F – Conversei na segunda-feira; 38 anos.

P – Meu Deus!

F – Conversei na segunda feira, chamei ela pra ir na reunião, falei, quando foi na quarta-feira, a mulher passou mal, quando foi ontem, soube a notícia da morte dela. Fui lá na casa dele...

P – Tá todo mundo no velório e deixaram ele aqui com você?

F – Não, ele quis vim. Ele e o irmão. Conversei com o irmãozinho dele, tem acho que é doze anos, treze anos, falei: “pô, tu que é mais velho, agora ajuda teu irmão”, falei, “o que depender de mim, negócio de internet, pesquisa, imprimir, e o que depender de mim, se precisar de ajuda com os estudos, tu pode contar comigo, que eu quero te ajudar”.

(Entrevista com Freitas. Acari. 22.07.2012)

A solidariedade, característica comum nas comunidades, sobretudo as de baixa renda, pode ser percebida de maneira mais clara nesse momento de dor. Recordo-me de que o menino em questão aparentava menos de 10 anos de idade, e estava ali, conectado na lan house, no momento em que, provavelmente, sua casa estava envolvida num turbilhão de emoções. Freitas não apenas acolheu o menino nesse momento, como se preocupou em afirmar para o irmão mais velho que a lan house e ele próprio estariam disponíveis para ajudar, com destaque especial para os estudos. Essa cena nos emocionou, assim como aquela que relatamos no capítulo um, quando conhecemos Diego e ele nos contou sobre sua vida e a realidade de trabalhar no tráfico. Nesse contexto de luta e resistência na favela, a lan house acessa bem mais que internet e seu dono-atendente. Ela assume funções as quais simples questionários de pesquisas não podem captar. É necessário um mergulho no cotidiano.

O último episódio, “O dono de lan house como proponente de projeto cultural”, busca reconstituir para o leitor o momento em que Freitas submeteu um projeto, conforme o edital 014/2011, à Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro, que selecionava projetos de “Cultura Digital”. Como relatei no segundo capítulo, fui convidada para integrar a banca de seleção de tal edital e, por questões éticas, optei por não dialogar com os donos das lan houses investigadas sobre o projeto que eles poderiam tentar propor. Apenas limitei-me a divulgar o edital.

A dinâmica de avaliação dos projetos tinha como primeira etapa a leitura do mesmo por dois avaliadores, através de um login no site da SEC-RJ. Os avaliadores só tinham acesso aos projetos que foram destinados para sua avaliação, desconhecendo os demais. Assim, para minha surpresa, na reunião presencial na qual a banca apresentava seus pareceres, descobrimos que

Freitas havia submetido um projeto e que nele citava o desenvolvimento de nossa pesquisa em sua lan house, além de ter incorporado à equipe de trabalho a Karina, bolsista de nossa pesquisa e moradora de Acari.

Propondo a realização de um curso em sua lan house, Freitas conseguiu a pontuação necessária para participar da segunda fase da seleção: entrevista presencial com a banca. Apesar de ter se saído bem, seu projeto não conseguiu a pontuação necessária para ficar entre os quinze primeiros contemplados com o financiamento da Secretaria, questão a qual ele, posteriormente, analisa da seguinte maneira:

F – Ali eu já sabia, já tinha comentado até com o Valdir e tudo, dificilmente o projeto passa, porque ali, na realidade, ô Pâmella, sem querer te ofender, nem nada, tudo isso que vem do Estado, tudo é carta marcada, tudo, entendeu? A gente sabe disso, a gente sabe, a gente estuda história, você é professora de história, sabe disso porque tudo ali é carta marcada. Vai quem atende os interesses deles, entende? Pessoa muito polêmica, porque a pesquisa, entendeu? A pesquisa na área social, tipo assim, a gente bota nosso e-mail, eles vão ver nas páginas o que que a gente tá postando. Eu não posto nada de interessante, botei, postei muita coisa contra o governador, tá entendendo?

(Entrevista com Freitas. Acari. 22.07.2012)

Apesar de me eximir das críticas, Freitas deixa bastante claro sua desconfiança em relação ao processo seletivo. Mesmo tendo me ouvido ponderar e explicar um pouco como funcionou o processo de avaliação, ele seguiu desconfiando, chegando a afirmar que não confia no Estado porque é burguês. No entanto, para além da desconfiança, o dono da lan house de Acari e proponente de projeto no edital 014/2011 da SEC-RJ apresentou críticas importantes, que nos fazem refletir sobre como a política cultural vem se dando. Desencantado, ele dispara:

F – É, foi meu primeiro e último projeto! Eu não tô em projeto nenhum.

P – Você não quer mais continuar?

F – Não, quero mais nada!

P – Você ficou chateado porque não ganhou? ou...

F – Eu queria ter certeza só, eu entrei também assim, mais pra ter certeza, entendeu? Pra tipo assim, pô vou entrar, né, pra ver se realmente existe isso. Tanto é que eu comentei com o Valdir, desde o início, cara. Desde o início! Porque as coisas que eles colocam ali pro teu projeto são coisas absurdas, absurdas que pro pessoal de comunidade fica difícil.

P – Como o quê, por exemplo?

F – Você colocar um projeto daquele. É uma série de exigências lá, que eu não lembro mais qual foi, mas uma série de exigências que eu, pô, absurdas!

P – Coisa que muitas vezes, ninguém entendeu.

F – É, ninguém entende também, mas, tem muita coisa ali, que não é pra gente, eles fizeram ali pra ONG's. Aquele projeto ali foi pra ONG's, mais pra ONG's e tal, meia dúzia de gato pingado que vai ali, que eles vão colocar só pra dizer que todo o processo

foi um processo democrático e essa coisa toda mas, na realidade não é, cara. Mas só que eles põem tanta dificuldade, porque quem realmente sabe, né, como criar um projeto desses, são as ONG's, né, que são praticamente uma empresa, ali é uma empresa, pra meter a mão no dinheiro público, né? Então, essas pessoas, eles sabem, porque muitos criadores de ONG, em sua grande maioria são políticos, são pessoas formadas, né, em determinada área, ou direito ou economia, entendeu? Agora tu traz projeto, bota um projeto desse e um cidadão ali, que mal terminou o segundo grau. Então como é que ele vai montar um projeto desse sozinho? Fica difícil, com prazo ainda, pra poder entregar. Porque eu e o Valdir, a gente entregou nos últimos minutos, né, o projeto. A gente pensou que não ia conseguir, nem nada.

(Entrevista com Freitas. Acari. 22.07.2012)

As dificuldades encontradas por Freitas no que tange à elaboração e submissão do projeto são importantíssimas para pensar em que medida as Políticas Públicas que se orientam por editais são justas. Elas demandam projetos escritos com uma estrutura específica, certidões e documentos autenticados, que, além de exigir certo conhecimento dos procedimentos para sua aquisição, também custam valores que nem sempre podem ser pagos. Como afirma nosso interlocutor, isso restringe o universo de propositores, impactando a manutenção de um grupo que submete projetos.

Cabe aqui destacar a experiência que tivemos, coordenando projeto “Periferias em Cena”, curso de formação de agentes culturais populares, realizado no IFRJ, em 2011. Nesse momento, nos deparamos com artistas e educadores populares que, apesar de todo o conhecimento prático, quase nunca recebiam apoio financeiro, sobretudo público, por não dominar a linguagem dos editais e a elaboração de projetos.

Sob esse prisma, diferentemente de Freitas, avaliamos como importante e positiva a submissão de um projeto de uma lan house de Acari, sob um edital da Secretaria de Cultura, em especial quando esse consegue passar para a segunda fase, constando na listagem final de aprovados, mesmo não tendo sido classificado entre os quinze primeiros que receberiam o financiamento. Compreendemos que esse processo de alguma maneira, ainda que limitada, reconhece outras funções da lan house, assim como comprova a capacidade dos donos de lan house, extremamente articulados e criativos.

Algumas outras cenas como: “a formalização de uma lan house”, “dono de lan como correspondente bancário”, e “quando a lan house fecha”, ambas vivenciadas no Santa Marta, também poderiam compor esse item. No entanto, optamos por trabalhá-las de maneira mais aprofundada no item a seguir, no qual poderemos analisá-las a partir de uma visão mais ampla do sistema econômico e do contexto mundial no qual estamos inseridos.

### 3.6 (Forma)lização como fábula, perversidade e possibilidade: reflexões sobre discursos e práticas hegemônicas

Neste item, tomamos cenas do cotidiano acompanhado por nossa pesquisa para, usando a perspectiva do geógrafo Milton Santos (2006), analisar o processo de formalização da lan house a partir de três dimensões: a fábula, a perversidade e a possibilidade. Discutindo o conceito de globalização, o autor identifica a existência de três mundos num só, segundo ele distingue: "*O primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro, o mundo como ele pode ser: uma outra globalização.*" (Santos, 2006, p.18).

Começamos pelo “primeiro mundo”: a formalização como fábula. Como apontam os dados do TIC Lan House 2010, a formalização do estabelecimento é um importante ponto a ser analisado, visto que 49% das lan houses entrevistadas alegaram “ter algum grau de formalidade e pagar impostos” (TIC Lan House, 2010, p.20). Mas o que se entende por formalidade? Seria apenas a inscrição do estabelecimento no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e a aquisição de um alvará de funcionamento? O que esta subjacente à discussão sobre (i)legalidade? A esse respeito, o pesquisador do Centro de Tecnologia e Sociedade da Faculdade de Direito da FGV nos responde:

É, essa é uma questão bastante complicada, né, assim, a gente estudando um pouco essa noção de informalidade. Assim é até uma pesquisa que precisava ser feita com mais cuidado, mais do que eu li a respeito, existem múltiplas definições do que é ser informal, e mesmo que a gente fale, assim, aqui, discutindo sem muita técnica, ainda vai falar “o que é informalidade? Não tá com carteira assinada?”. Então você vai encontrar aqui dentro da FGV, em qualquer empresa, você vai encontrar funcionários que tão numa situação de informalidade. Então o que é informalidade? É a carteira assinada, é o software que usa, é uma situação de informalidade econômica, uma situação de informalidade jurídica, porque tem alguns autores que fazem essa distinção, então informalidade econômica num sentido, ah, é um negócio mais familiar, pequeno. Ele não tá baseado em empréstimo, ele tá baseado em crédito, numa coisa mais impessoal, ele tá baseado muito na relação familiar, então os funcionários não são empregados formais, são pessoas, não são contratados, são na verdade filhos do sujeito que trabalha, o local do estabelecimento não é um local onde ele foi lá e alugou ou ele destina aquele local especificamente para atividade econômica, mas é um local que é um puxadinho no canto da casa dele. Então têm varias coisas que definem a informalidade. Então a gente separou um pouco é essa informalidade econômica, por ser um estabelecimento muito pequeno, com baixo acesso a crédito, basicamente familiares, que, em que as relações de trabalho são familiares, e uma informalidade jurídica, que é a dificuldade de existência

na forma em que o Estado manda que seja. Então ter um CNPJ, ter um alvará, cumprir todas as exigências legais. Não é ilegal, porque a atividade em si, ela não é considerada proibida, prover acesso à internet, alugar computadores não é uma atividade proibida, é diferente de vender drogas. Vender drogas é ilegal, não é só informal. Então tem essa divisão, existe um ambiente de informalidade, porque a atividade, em si, ela é legal, ela é juridicamente possível, não tá proibida por lei, mas ela tá sendo exercida fora daquela forma que o Estado prevê do ponto de vista jurídico.

(Entrevista com o pesquisador da FGV-RJ, em 10.02.2011.)

A fala do jurista nos remete a à necessidade de adequação das lan houses frente às normas do Estado, que, como vimos em nosso segundo capítulo, prima por não compreender a dinâmica específica desses novos setores. Porém, mais preocupado com a inserção econômica, a nosso ver, o mercado vem dialogando cada vez mais com esse setor, incorporando-o a suas fileiras de consumo, deixando a questão da formalidade jurídica como o “braço legal” a ser utilizado, quando a inserção econômica não se fizer presente: começamos a vislumbrar a formalização como perversidade.

Parodiando Milton Santos (2006), as formalizações ‘tal como nos fazem ver a ela ‘ e ‘assim como ela é’ poderão ser percebidas de maneira mais clara na análise do processo vivenciado no Santa Marta. Como relatamos anteriormente, com a entrada da Unidade de Polícia Pacificadora no morro Santa Marta, o “incentivo” à formalização dos empreendimentos foi crescente. Nesse momento, a preponderância não foi a da coerção explícita, mas da fábula do discurso do microempreendedor, fortemente presente no discurso neoliberal.

Em entrevista com o dono da lan house acompanhada por nossa pesquisa, o mesmo inicia afirmando que a formalização como microempresa não gerou muitos impactos financeiros, além de uma taxa que pôde ser incorporada ao orçamento e que, segundo ele, é uma “garantia”, caso lhe aconteça alguma coisa. Outro aspecto ressaltado por ele, quando perguntado, é que, após a criação do CNPJ, sua lan house pôde se tornar um correspondente bancário do Banco Bradesco, efetuando pagamento de contas, consulta de extratos e retirada de dinheiro.

Ao ser questionado se o Bradesco repassa algum valor sobre esses serviços prestados, o dono da lan house afirma:

W – É uma coisa assim, simbólica também, entendeu? Também pensei que seria aquela coisa toda, mas também, botando na ponta do lápis, não foi muito lucrativo pra mim. Mas aí como tem um contrato de um ano e tá pra acabar, eu não vou renovar, eu vou esperar acabar esse um ano, pra não ter mais nenhum vínculo com o Bradesco.

(Entrevista com Wagner. Santa Marta. 11.05.2012)

Quando indagado sobre a segurança e o montante de valor na lan house, após tornar-se um correspondente bancário, ele complementa:

W – Mas todo dia, ou a cada dois dias, eu tenho que ir no banco prestar conta. (...) Mas eu tenho um seguro, eles me dão, quer dizer, do pacote que eu pago, eu pago uma quantia, eu ainda pago pra ter isso (risos), então, o pacote que eu pago todo mês, essa taxa que eles cobram, tá incluído o seguro do estabelecimento, se alguém quebrar o meu vidro, ou derrubar a porta, uma coisa assim, eles, têm um valor simbólico, quer dizer, simbólico não, da indenização.

(Entrevista com Wagner. Santa Marta. 11.05.2012)

Cabe aqui destacar que existe um posto do Bradesco na subida do morro, próximo à entrada do plano inclinado. No entanto, nela existe apenas um caixa eletrônico e um funcionário do banco, que apenas dá orientações gerais. Segundo Wagner, esse posto é também um correspondente bancário e foi dali que o incentivaram a fazer esse convênio com o banco.

Como posteriormente ele próprio esclarece, “as idas ao banco” não podem ser no posto que o Bradesco tem na subida do Santa Marta. O malote com as solicitações de abertura de conta, depósitos etc. devem ser entregues diretamente na agência que fica “no asfalto”, no bairro de Botafogo, inserindo uma nova dinâmica no cotidiano do dono da lan house. Buscando compreender melhor tal situação, detalhamos:

P – Então, na prática, financeiramente não está sendo lucrativo pra você?

W – Não tá sendo, porque eu tenho aquela obrigação de ir, praticamente todo dia, no Bradesco. Todo dia que eu movimentei algum pagamento, depósito.

P – E as pessoas vêm pagar a conta aqui?

W – Bastante.

P – Então na prática você não está tendo lucro financeiro, mas você está prestando um serviço para a comunidade quase que de graça, né?

W – É. É coisa assim, que a cada pagamento é R\$0,20 (vinte centavos), R\$0,25 (vinte e cinco centavos), onde eu ganho mais, que é coisa rara é abrir contas. Nesse quase um ano que eu tô aí, se eu abri umas dez foi muito, entendeu?

(Entrevista com Wagner. Santa Marta. 11.05.2012)

Os relatos de Wagner nos fazem perceber que a correspondência bancária não foi algo lucrativo para ele. ‘O retorno financeiro’ concentra-se no banco que, sem um investimento estrutural numa nova agência com sede e funcionários, aumentou seu número de clientes, incorporando os moradores da favela do Santa Marta, sem falar da propaganda de inclusão social,

já que assim, o Bradesco “está na favela”. A formalização ‘como se fazia ver’ começa a dar sinais de como ela realmente é.

O acesso ao crédito, a garantia da aposentadoria, a possibilidade de ampliação dos negócios ficam presos ao discurso, enquanto a materialidade da formalização se traduz em aumento dos custos. A nosso ver, por ausência de um estudo de viabilidade econômica, significa uma grave ameaça à sobrevivência desses estabelecimentos. Como desabafa o dono da lan house que pesquisamos:

W – Então, tá muito caro pra mim repassar pros meus clientes, pô! Aí tem mês, tem dia aqui que Meu Deus do céu! Eu já até pensei, tô até pensando esse ano aí, fazer outro tipo de prestação de serviço.

P – Mas fechar a lan house ou fazer outro tipo de coisa aqui?

W – Não, fechar. Entendeu? Ou alugar pra residência, ou eu tava pensando esses dias em botar minha esposa com uma lanchonete, uma cantina, porque, pô, as peças do computador são caras, aí vira e mexe é um mouse, um fone, entendeu? Por exemplo, eu tô com duas máquinas quebradas, entendeu? Então, é aquela coisa, o gasto é muito grande e o retorno, é pequeniníssimo.

(Entrevista com Wagner. Santa Marta. 11.05.2012)

A legalização de taxas, como luz e água, o imposto sobre o CNPJ e o pacote com o Bradesco são gastos que, ao serem incorporados sem uma cuidadosa análise de impacto, podem desdobrar-se no fechamento do estabelecimento. Tal fato, como sinalizamos no capítulo 2, ocorreu com Gerson, dono da lan house mais antiga do morro, que se situava na entrada principal da favela. Ele, ao verificar o aumento de seus gastos e diminuição do lucro, optou por fechar a lan house e alugar o espaço para a Coral Tintas, que está realizando um projeto<sup>105</sup> de pintar casas no Santa Marta.

P – Esse projeto deles é o quê?

G – É um projeto que eles fala tudo de cor, né? Que ele, o projeto deles é que eles vão pintar o morro aí. Pretende pintar. Que eu fui no lançamento do projeto, pintar mil e quinhentas casa.

P – De graça?

G – É, de graça.

P – O morador diz se quer pintar, e aí eles pintam?

G – É, ele vai, você escolhe a cor, né, eles te dão uma cartela lá com as cores e as casas que não tiver pintada eles vão pintar. E também o que não tiver emboçada vai emboçar.

P – É, isso que eu ia perguntar. Se era só pintar ou se emboçava também.

G – Mas aí emboçar acho que vai ser com a emop, junto com a emop<sup>106</sup>

<sup>105</sup>Informações sobre o projeto disponíveis em <http://www.tudodecorparavoce.com.br/?p=76>. Acesso em 19.01.2013.

<sup>106</sup>Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro. Maiores informações em <http://www.emop.rj.gov.br>.

P – Que é outra empresa?

G – É a outra empresa pública do governo.

(Entrevista com Gerson. Santa Marta. 11.05.2012)

O que antes era não apenas um espaço de acesso à internet, impressão de trabalhos, documentos e contas, mas, e talvez sobretudo, um ponto de encontro para adolescentes, crianças e jovens do Santa Marta, passa a ser a sede de um projeto de parceria público/privado, que por si só mereceria importantes reflexões acerca do “capitalismo humanitário” e das novas técnicas de marketing das empresas, associando-se a projetos sociais.

Gerson nos conta que mesmo optando por fechar sua lan house no “pé da escada”, como tinha os computadores, decidiu abrir outra lan quase no pico do morro. Na entrevista realizada com ele, quando perguntamos se ele sofreu algum tipo de pressão em relação aos jogos ou aos programas usados, ele responde:

G – Não, nunca ninguém fiscalizou não. Eu até fui na... eu tô acompanhando também, é... uma reunião que tem o fim das lan house, por que que elas tão terminando. Eles tão até ajudando, né, o pessoal do... esqueci o nome agora... CIDlan, tão até ajudando assim. Eles fazem reunião assim, de seis em seis meses. Eu até fui em uma que eles tão oferecendo o software mais em conta, entendeu? Pra lan houses assim, de comunidade que tenha já CNPJ. Aí, aí já melhorou entendeu? Eles ofereceram pelo um preço acessível. Setenta e cinco reais por máquina, por cada software. Eu achei legal, entendeu? Aí como eu, antes de eu fazer isso eu já ia comprar com eles. Falou que, não sei se tá em tempo ainda, mas falou que com o CNPJ a gente poderia formalizar já, já, que a gente já é formalizado, comprar o software mais barato.

P – O pessoal do CDI?

G – É, CDI, junto com a Microsoft. Tá tendo até uma reunião, nos debates lá na cidade. Eles sempre convida a gente pra essas reuniões.

(Entrevista com Gerson. Santa Marta. 11.05.2012)

Deixamos claro que nossa pesquisa de campo nos impossibilita compartilharmos da ideia de “fim das lan houses”, a partir de uma análise que se orienta exclusivamente pela ampliação do poder de compra de computadores e acesso à internet banda larga. Afinal, como vimos demonstrando desde o início deste trabalho, no contexto contemporâneo das comunidades populares, a lan house assume outras funções sociais: tais como ponto de encontro e troca.

Percebemos, no entanto, no relato de Gerson, que o discurso de “fim das lan houses” vem sendo utilizado a favor da incorporação desses estabelecimentos às regras do modelo econômico hegemônico. O projeto CDI Lan, ao estabelecer uma parceria com a Microsoft, possibilita a essa



mega empresa acessar de maneira rápida e efetiva esse lucrativo nicho de clientes predominante da classe C, como aponta o TIC Lan House 2010.

Ainda na discussão sobre softwares nas lan houses, o presidente da ABCID, que no momento da entrevista participava também do projeto CDI Lan, mas que posteriormente nos informou que “por questões de divergência” saiu do projeto”, detalha:

(...)Então a gente sentiu muita demanda de um espaço em que a gente pudesse dizer, cara, não pirateia. Se você não quer pagar, usa software livre. Mas se você não quiser usar o software livre, pague. Você tem alternativa. Compra qualquer uma das alternativas que seja legais. Você não pode é usar o software pago de maneira gratuita e entender isso como vantagem e praticar subpreço. Gerando uma vantagem irreal, porque você na verdade não teve o custo que deveria estar tendo, tipo, se você não registra teu funcionário, porque você não tem CNPJ, você tá pagando pra ele e tá deixando de recolher uma porção de encargos, que o cara que é legal tá pagando. Você não pode internalizar isso no preço e ainda dificultar a vida do outro. E assim, a gente sempre teve uma luta assim, é, historicamente falando, do cara que não pagava luz, que não pagava direito trabalhista, não pagava tributo, não comprava software original, e praticava um preço que não permitia que quem fazia isso tudo pudesse competir com o cara. Criava uma situação de concorrência desleal. E dali por diante, a gente começou a identificar que pregar essas boas práticas, dentro do ramo, tinha mais aderência do que os outros prefácios que não faziam nenhum tipo de cuidado nesse sentido.

(Entrevista com o presidente da ABCID. 29.06.2009)

As questões da competitividade e da concorrência permeiam o discurso, instrumentalizando o presidente da associação em suas justificativas. Porém, cabe ressaltar que o que está por trás dessa concepção de organização econômica são os princípios de uma economia capitalista de livre concorrência, servindo o estado apenas para “controlar”, de maneira bastante discutível, os termos éticos e legais dessa disputa de mercado.

Afirmando o software livre como uma opção, ainda que esse encontre muita resistência não apenas entre os donos de lan house, mas na população como um todo, visto que fomos introduzidos no mundo digital a partir da lógica dos softwares proprietários, o presidente da ABCID demarca sua posição contrária as cópias não autorizadas dos programas. Nesse contexto, a dificuldade de “se acostumar” e dominar as tecnologias livres empurra donos de lan house que desejam introduzir o que o presidente da associação denominou de “boas práticas dentro do ramo” a criar um CNPJ, legalizar suas taxas, adquirir licenças de programas proprietários a um custo mais barato, através de convênios como o CDI Lan e formalizar seus funcionários, dentre outras ações.

No entanto, em que momento se estuda e reflete sobre a viabilidade e os impactos da formalização? A esse respeito, o relatório TIC Lan House 2010 pontua:

Por a maioria ser um negócio familiar e de nível de serviço e atendimento limitado, com baixo potencial de geração de receita e com funcionamento até mesmo em um imóvel de uso residencial, há de se tratar a questão da formalidade com cautela. Sua informalidade foi um dos catalisadores importantes para o seu crescimento e surgimento em locais onde a demanda existe. Assim, um processo de incorporação dessas microempresas ao universo da economia formal que não observe essa realidade poderá “engessar” o responsável pela inclusão digital de uma parcela muito significativa da população brasileira. (TIC Lan House, 2010, p. 31)

Na realidade que vivenciamos no morro Santa Marta, não observamos, por parte do governo, a implementação da cautela indicada pelo relatório do Comitê Gestor da Internet no Brasil. O que vimos foi o fechamento das duas principais lan houses do morro. Sabemos, não apenas a partir de leituras teóricas mais da experiência de acompanhamento de outros trabalhos, que o caminho do “microempreendedor” não é a única alternativa para formalização. Experiências no campo da economia solidária têm logrado êxito através de uma lógica coletiva e cooperativa de economia, propostas e práticas advindas do próprio setor público, como o Ministério do Trabalho e Emprego que possui uma Secretaria Nacional de Economia Solidária.

Assim, nos perguntamos: por que a entrada das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP’S) se deu em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e a Pequenas Empresas (SEBRAE) e não com a Secretaria Nacional de Economia Solidária ou outro órgão qualquer que adotasse uma lógica de economia mais comunitária? Indicamos aqui a necessidade de pensar outras lógicas econômicas não apenas nos setores ligados à agricultura e ao artesanato. As tecnologias demandam, urgentemente, uma disputa de paradigma em suas práticas econômicas.

Encaminhamos o fechamento desse subitem, apresentando a transformação da fábula em perversidade. A lan house do Wagner, acompanhada por nossa pesquisa no Santa Marta, fechou em novembro de 2012, pouco mais de um ano após sua formalização. Em entrevista realizada em maio de 2012, quando também entrevistamos Gerson sobre o fechamento da “lan house do pé da escada”, Wagner já nos apresentava a possibilidade de fechar a lan house, pois, segundo ele, “não estava mais valendo muito a pena”.

Meses depois, Wagner também fecha as portas da “InfoCanuto” e, quando perguntamos sobre os motivos que o levaram a tal decisão, ele explica:

W – E... eu fechei, já respondendo sobre o CNPJ, por exemplo, é, fala que ia trazer benefícios, eu também, o culpado fui eu. Também não corri atrás dos meus direitos, os benefícios, essa coisa toda! Entendeu? E eu fechei por dois motivos, primeiro, tem um senhor aqui embaixo que me botou na justiça, entendeu? Vários, vários obstáculos! É... eu acho que o objetivo dele era fechar, acabou conseguindo. E segundo, igual já, como você acabou de falar do Gerson também não tava tendo retorno. É, três motivos: não tava tendo retorno, tava tendo muita perturbação das crianças e o senhor aqui em baixo. Entendeu? E também, eu tava sem paciência! Eu tava assim, chegava aqui a criança perguntava alguma coisa simples, eu já tava assim no limite da minha paciência, do meu estresse. E foram essas, esses, todos esses motivos que me levaram ao fechamento da lan house.

(Entrevista com Wagner. Santa Marta. 15.01.2013)

Apesar de indicar a decepção frente à formalização, “fala que ia trazer benefícios”, Wagner se culpa por não ter ido atrás dos seus direitos. No entanto, que direitos seriam esses? Compreendemos que, ao incorporar todos os gastos de uma lan house formalizada e sem poder repassar esses custos através do aumento dos preços, já que seus clientes não possuem esse poder aquisitivo, Wagner viu seu lucro diminuir.

P – Você acha que se você tivesse feito um estudo de como seriam esses gastos antes, você não teria aberto o CNPJ ou a mesma coisa?

W – É, se fosse por esse lado também, entendeu? É porque ficou caro ter a lan house! É como eu te falei antes, nas outras entrevistas, é, eu não podia cobrar, é acima de um teto, porque aí eu ia perder clientes, entendeu? E também, um dos fatores também, que eu fechei também, financeiramente, eu não tava tendo mais, não tava quase tirando o que eu tava tirando antes. Como você acabou de falar, com a despesa com luz, com os impostos, com a água também, entendeu? Manutenção com os computadores. Entendeu? Pra botar alguém também pra ficar aqui. Então não tava batendo do jeito que eu queria. Entendeu? Aí botou esse pacote todo. Aí de conta, aí acabei fechando.

(Entrevista com Wagner. Santa Marta. 15.01.2013)

Sendo obrigado a voltar a “trabalhar fora e de carteira assinada”, visto que a lan house não dava mais o lucro de antes, Wagner, além de perceber a fábula do mito do “não ter patrão”, vivenciou a perversidade da jornada dupla de trabalho, já que por alguns meses manteve a lan house, mesmo trabalhando fora. A nosso ver, os aborrecimentos e a falta de paciência relatada por ele foram fatores agregados ao não retorno econômico do empreendimento, levando a conjunção desses elementos ao fechamento da lan house.

Por entender que a lan house não é apenas um espaço de acesso à internet e a jogos, perguntamos a Wagner sobre como ele via o impacto do fechamento da sua lan house, meses depois do fechamento da lan house do Gerson.

W – É, eu escuto muito assim “ah, Wagner, reabre!”, mas é mais crianças que tava aqui praticamente o dia todo, todos os dias. “pô, Wagner, reabre, não sei o quê, sei que lá...” é... “a gente tá sem a lan house”. A princípio, assim, não teve tanto impacto, não foi muito grande. Assim, o impacto maior que eu senti foi mais o serviço de impressão, segunda via de documentos, entendeu? Água, luz, telefone, cartões... e esse tipo aqui na comunidade não tem, é carente. Nenhum estabelecimento tem esse tipo de serviço, entendeu? Até tenho a impressora aqui, mas a minha esposa não vai ter paciência de fazer esse tipo de coisa, procurar na internet, essas coisa toda! Mas o que, acho que o que tá mais carente mesmo é esse tipo de serviço, é impressão, que tem que sair da comunidade pra ir na rua. É pra poder fazer esse tipo de... esse tipo de serviço.

(Entrevista com Wagner. Santa Marta. 15.01.2013)

Orientando suas respostas por questões “objetivas” ou de “serviços”, Wagner, apesar de perceber e inclusive relatar o impacto social do fechamento do estabelecimento, ao reproduzir falas dos antigos frequentadores, vislumbra o impacto no campo do serviço de impressão de documentos. Percebendo tal análise, retomamos a pergunta:

P – É de acesso à internet e de lugar pra se encontrar, porque o que eu reparava era que muitas vezes, principalmente os jovens, crianças e jovens, queriam vir pra lan house pra se encontrar, mesmo tendo internet em casa. Você acha que eles tão sentindo falta ou eles tão se encontrando em outro lugar?

W – Não, eles tão sentindo falta! Porque era um ponto de referência, entendeu? Muitos fala, é, isso também! “Ah, Wagner, e agora?” É, agora eles não têm lugar, esse ponto de referência pra jogos, pra conversar sobre novas técnicas, é... novas novidades.

(Entrevista com Wagner. Santa Marta. 15.01.2013)

A perversidade da imposição de um modelo não apenas de “pacificação”, mas também econômico, na ponta gera efeitos como o fechamento da lan house do Wagner. Para muitas leituras que não conhecem o cotidiano e as demandas objetivas e subjetivas das favelas cariocas, poderiam inocentemente pensar que telecentros iriam suprir tal ausência. Assim como em outras favelas cariocas, a UPP remove casas, praças e conjuntamente suas histórias, identidades e pertencimentos, em prol da “urbanização”. Observamos no fechamento dessas duas lan houses a remoção de um ponto de encontro de crianças, adolescentes e jovens.

Para alguns, a memória e o pertencimento desses frequentadores, em geral meninos que não passam dos 20 anos, podem não ser muito importantes, mas se pensarmos que eles também constituem a identidade e território do STM (sigla usada para falar da comunidade), perceberemos a crueldade implícita nos passos que se desdobram no fechamento das duas lan houses.

Compreendemos que a lan house como possibilidade, terceira análise do Milton Santos (2006), são as invenções feitas no cotidiano, os pequenos relatos das experiências vividas em nosso trabalho de campo, nas cenas que trouxemos nesse capítulo, no próprio consumo das classes populares que geram desconforto em ambientes antes não habitados por esse grupo social, como Barros (2011) anuncia na “favelização do orkut”. O capítulo seguinte, dedicado aos frequentadores da lan house e a explorar a experiência das oficinas que realizamos, refletirá nossa adesão ao princípio otimista, mas também crítico, do Milton Santos, no que tange à sua percepção da globalização como pode ser.

Assim como o geógrafo brasileiro, partimos de experiências concretas, ainda que pontuais, para acreditar como ele na “*emergência de uma cultura popular que se serve dos meios técnicos antes exclusivos da cultura de massas, permitindo-lhe exercer sobre esta última uma verdadeira revanche ou vingança.*” (Santos, 2006, p. 21)

Retomando o título do capítulo: Freitas, Wagner e Gerson, donos das lan houses que conhecemos na pesquisa, “são brasileiros e não desistem nunca”, mesmo que explorados pela lógica do capital. Da mesma maneira que Gerson não desistiu de ter um comércio na comunidade onde nasceu e foi criado, abrindo outra lan house no pico do morro, Wagner também manteve seu negócio familiar, como podemos observar nas fotos abaixo:

Fotos da antiga lan house do Wagner e atual loja de roupas de sua esposa



Segundo Wagner, sua esposa, que vendia roupa em casa e em empresas há 20 anos, viu no fechamento da lan house a oportunidade de abrir uma loja de roupas. Atualmente, ela trabalha

fora e de carteira assinada, mas está pensando na possibilidade de sair do emprego para se dedicar mais ao negócio que acabou de abrir e que atualmente funciona apenas nos horários em que ela não está no trabalho, ou seja: dias de semana das 16h às 22h e sábados, afinal como ele mesmo diz, no domingo “ela tira para descansar”.

Esperamos que nessa nova aposta da economia familiar de Wagner prevaleça a globalização, ou ainda a formalização como possibilidade. Em entrevista, ele afirmou que pretende aproveitar o CNPJ da lan house, readequando-o, para a loja da esposa, assim como percebemos o uso das máquinas de cartão oriundas do convênio com o Bradesco no empreendimento.

Em tempos em que as UPP’s abrem os morros para os grandes negócios como franquias de lojas, no caso do Santa Marta, podemos citar a “Casa & Vídeo”, vislumbramos na loja da esposa do Wagner uma afirmação da economia local e da moda da favela, que dialoga, a sua maneira, com as modas hegemônicas. Afinal, as roupas curtas, coladas, decotados e por vezes coloridas só aparecem nos núcleos pobres e caricaturados das favelas globais.

Nesse contexto, sim, arriscamos ser otimistas como Milton Santos (2006), e desejar que a nova loja da esposa do Wagner seja uma possibilidade, ainda que pequena, de revanche dos debaixo.

## Capítulo 4

### Frequentadores da lan house: experiências e reflexões de um trabalho de campo

#### 4.1 Quem frequenta a lan house? Dos números às pessoas: a opção pelas oficinas

De acordo com a pesquisa TIC Lan House 2010, a maior parte das lan houses entrevistadas (95%) declarou frequência média ou intensa de jovens na faixa etária de 16 a 24 anos e 82% dos estabelecimentos que participaram da pesquisa relataram uma frequência média ou intensa de um público entre 25 e 34 anos (TIC Lan House, 2010.P.24). Jovens, esse é o público majoritário dos frequentadores desses estabelecimentos que se multiplicaram na realidade brasileira.

Da realidade brasileira ao nosso microcosmo em Acari, deparamo-nos com a lan house de Freitas que, segundo informação do próprio, possuía mais de oitocentas pessoas cadastradas, com um fluxo semanal de cerca de cem clientes. No que tange a sexo e faixa etária, o dono do estabelecimento afirmou ser a maioria composta por crianças, adolescentes e jovens, sendo menor a proporção de adultos. Quando perguntamos se seus clientes possuíam computador em casa, ele responde:

P – Essas pessoas que vêm, em geral, não têm computador em casa?

F – Não, muitos têm. Tem gente que tem computador em casa, mas acessam aqui, entendeu? Porque é aquilo, as pessoas que vêm na lan house, ela quer emoção, entendeu? Em casa não tem a mesma emoção como tem na lan house, entendeu? É, interagindo com outras pessoas e tal, então ali a pessoa tá acessando, o outro colega tá do lado, ‘ah lá’ ele tá ali, ele tá acessando, tá perguntando a ela, o outro lá também, aí aquela brincadeira, aquela..., em casa é só ele e o computador, aquele negócio frio ali. Aí muita gente vem pra lan house, mas por causa disso.

(Entrevista com Freitas. Acari. 08.06.2009)

Reforça-se aqui nossa concepção, também apresentada por Pereira (2008), Carvalho (2010) e Barros (2011), de que os clientes vão à lan house não exclusivamente ou simplesmente pelo acesso à internet e/ou aos jogos, mas pela companhia, pelo encontro. No Santa Marta, Wagner estima mais de seiscentos clientes cadastrados, desse total distingue 90% de clientela fixa, da própria comunidade. O restante, segundo ele, é oriundo do asfalto ou de outras comunidades e passou a aparecer após a instalação da UPP.

Porém, mais que números e estatísticas dos clientes das lan houses que pesquisávamos, desejávamos conhecer um pouco mais a fundo seus frequentadores. A pesquisa realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, em nossa visão, já dava conta de apresentar números gerais sobre esses estabelecimentos. Era preciso que os percentuais ganhassem nomes e histórias. Surge então a ideia das oficinas.

Pensada a partir de uma perspectiva de troca de saberes, a realização das oficinas em Acari e posteriormente no Santa Marta funcionou como uma espécie de grupo focal, proporcionando a produção não apenas de um rico material de análise, mas também de aprendizado, sobretudo, para aqueles que ministraram as oficinas. Cabe aqui a sinceridade de informar que o fato de pesquisar lan house em praticamente nada me fez avançar nos meus conhecimentos na rede. Nesse sentido, a participação de amigos e, principalmente, dos bolsistas da pesquisa foi fundamental para a realização das oficinas.<sup>107</sup>

O número de vagas nas oficinas era de acordo com a disponibilidade máxima de computadores da lan house. As inscrições foram feitas no local, diretamente com os donos do estabelecimento. Em ambos os casos, o número de interessados ultrapassou o limite dos computadores. Em Acari, Freitas realizou um sorteio, enquanto Wagner sugeriu a ordem de chegada à primeira oficina.

O acordo que fizemos com os donos das lan houses foi de colocar duas horas de tempo no login de cada participante da oficina. Cada encontro durava uma hora e trinta minutos, período em que o local ficava fechado para outros clientes. O tempo restante, cada usuário poderia usar como e quando quisesse.

Ao todo, foram realizadas seis oficinas, três em cada lan house pesquisada. Esses encontros seguiram as datas e temáticas a seguir:

---

<sup>107</sup> Aqui dedico um agradecimento especial a Danilo George, Camila Marins, Tatiana Gama, Bruno Labanca e Yakini Tavares, pessoas sem as quais as oficinas teriam sido impossíveis.



### Oficinas em Acari

Data	Horário	Tema
12/09/2009 (sábado)	14h	As possibilidades do Orkut e do Youtube
19/09/2009 (sábado)	14h	Como criar um blog
26/09/2009 (sábado)	14h	Jogos online

### Oficinas no Santa Marta

Data	Horário	Tema
07/06/2010 (segunda)	19h	As possibilidades do Orkut e do Youtube
09/06/2010 (quarta)	19h	Como criar um blog
19/06/2010 (domingo)	10h	Como manter um blog e twitter

A experiência em Acari nos fez perceber que uma oficina sobre jogos para frequentadores de lan house, apesar de bastante atrativa, requeria uma alta habilidade que nenhum de nossos colaboradores possuía. Nesse sentido, durante a própria aula, os rumos foram mudando, aparecendo diversas dúvidas sobre a manutenção dos blogs, como criar contas e postar vídeos no youtube e curiosidades sobre o *twitter*. Tal realidade nos fez redimensionar o planejamento das oficinas no Santa Marta.

Semanas, em alguns casos, meses após as oficinas, realizamos entrevistas com quase todos os que participaram dos encontros. Somente não foi possível entrevistar aqueles que se mudaram, ou foram expulsos da lan house, não respondendo mais ao contato pelas redes sociais.

Sem nenhuma participante mulher e formando um público majoritariamente entre 13 e 18 anos, eles viraram os “meninos da lan house”, como eu passei a chamar em minhas idas a campo e em minhas anotações da pesquisa. As tabelas abaixo indicam idade e escolaridade que os participantes das oficinas possuíam no momento da realização dos encontros.

### Participantes das oficinas em Acari

Pseudônimo	Idade	Escolaridade
Eduardo	14	7ª série (8º ano do Ensino Fundamental)
Hugo	13	7ª série (8º ano do Ensino Fundamental)
Danilo	14	5ª série (6º ano do Ensino Fundamental)
Bruno	14	7ª série (8º ano do Ensino Fundamental)
Augusto	43	Parou de estudar no 1º grau (Ensino Fundamental)
Durval	14	7ª série (8º ano do Ensino Fundamental)
Jayme	13	6ª série (7º ano do Ensino Fundamental)
Samuel	17	3ª série do Ensino Médio
Iuri	10	3ª série (4º ano do Ensino Fundamental)

**Participantes das oficinas no Santa Marta**

<b>Pseudônimo</b>	<b>Idade</b>	<b>Escolaridade</b>
Marco Aurélio	14	6ª série (7º ano do Ensino Fundamental)
Marcos Tadeu	15	Parou na 5ª série (6º ano do Ensino Fundamental)
Marcos César	14	6ª série (7º ano do Ensino Fundamental)
João Carlos	14	7ª série (8º ano do Ensino Fundamental)
Ramon	18	1ª série ano do Ensino Médio
Nivaldo	17	Parou na 6ª série (7º ano do Ensino Fundamental)

Somando as duas lan houses, formamos um universo de quinze participantes das oficinas, dos quais onze realizaram entrevistas conosco posteriormente. Tanto em Acari quanto no Santa Marta, ao serem entrevistados, eles unanimemente afirmaram ter gostado do curso, fato que era reforçado em nossas idas ao campo, quando eles perguntavam se teria algum outro curso.

O processo foi desafiador, afinal, falar da multiatenção desses “meninos da lan” é bem distinto de ministrar uma oficina para eles dentro da lan house, com os computadores ligados e conectados. Como professora, e olha que não me julgo entre as tradicionais, tive que me acostumar com as falas ao mesmo tempo, as pesquisas em tempo real, afinal, eu mal terminava um exemplo e eles já o tinha encontrado no Google.

A juventude presente também em nossa equipe de pesquisa, bolsistas entre 17 e 21 anos e colaboradores que não passavam dos 25, em nossa hipótese facilitou o clima descontraído que permeou esses encontros, possibilitando uma troca bastante prazerosa. Nessas oficinas, foi possível não apenas uma avaliação do processo, mas, sobretudo, um conhecimento um pouco maior sobre esses frequentadores “pinçados” em um universo mais amplo.

Como dissemos anteriormente, os números e estatísticas do TIC Lan House ganharam nomes, rostos e histórias. E foi a partir desses encontros que puxamos os fios para as considerações que tecemos neste último capítulo, cuja centralidade colocamos nesse grupo de frequentadores das lan houses estudadas em Acari e no Santa Marta.

#### 4.2 “Os meninos e a lan house”: um local e seus afetos

Como ficou patente nas pesquisas já realizadas, em nossas observações no campo e nas falas dos donos de lan house: o estabelecimento recorrentemente visto como casa de jogos ou sala de acesso à internet assume outras funções na vida de seus frequentadores. Nesse capítulo, são eles que a partir das falas nas oficinas e/ou entrevistas, afirmam direta ou indiretamente que na lan eles se conectam presencialmente e virtualmente com um grupo de amigos.

Na realidade que acompanhamos, mais que acessar ou jogar, importa “encontrar a galera e dar uma zoada”, motivo pelo qual o fato de ter computador em casa não afeta diretamente as idas à lan house como afirma Marcos Tadeu, assíduo frequentador da lan house de Wagner no Santa Marta.

P – Você vem quantas vezes por semana na lan house?

MT – Todo dia.

P – Todo dia? E você todo dia joga ou tem dia que você vai só apoiar os outros?

MT – Normalmente eu só olho mesmo. Porque eu tenho computador em casa, né. Às vezes eu fico enjoado, ninguém pra conversar, aí eu venho na lan house. Eu venho na lan house aqui, zôo, entro, jogo, volto, entro de novo. Todo dia.

P – Você tem computador em casa?

MT – Tenho.

P – Com internet?

MT – É.

(Entrevista com Marcos Tadeu. Santa Marta. 25.09.2010)

A valorização da lan house como espaço de encontro e “zoação” apareceu em praticamente todas as nossas entrevistas, como também destaca Ramon, morador do Santa Marta:

P – Mesmo tendo computador em casa e com internet, você sempre vem pra lan house, eu sempre te encontro aqui! [risos] Por quê?

R – Porque eu gosto. Ficar em casa é muito chato, assim, sozinho, não tem ninguém pra zoar e assim, e na lan fica todo mundo zoando, aí eu gosto de vir pra cá.

(Entrevista com Ramon. Santa Marta. 11.01.2011)

Como afirma Vanessa Pereira (2008), já no título de sua tese de doutorado “Na lan house, porque jogar sozinho não tem graça’: estudos das redes sociais juvenis on e offline”, os

frequentadores de lan house, em sua maioria jovens, criam laços, redes não apenas virtualmente (online), mas também no “mundo real” (offline). Nesse sentido, o espaço da lan é constituído também de afetos: nas broncas dadas pelo dono-atendente, nas paqueras bem ou mal sucedidas, virtualmente ou não, nos ensinamentos compartilhados, seja de maneira educativa ou através de uma “zoação”. O que importa é perceber que, nesses locais, majoritariamente masculino e juvenil, os meninos se sentem bem.

Esse “sentir-se bem na lan” pode desdobrar-se inclusive em abrir mão, em certa dimensão, de um uso individualista da tecnologia. A esse respeito, destacamos o exemplo de Jayme, um dos participantes das oficinas realizadas em Acari.

P – Você tem computador em casa?

J – Tenho, mas só que eu não uso.

P – Por que você não usa?

J – Não gosto de ficar mexendo em casa, prefiro na lan com meus colegas.

P – Mas tem internet na sua casa?

J – Tirei.

P – Tirou, por que você não usava?

J – Uhum (som afirmativo).

(Entrevista com Jayme. Acari. 12.10.2010)

Ainda que atentos ao fato de não idealizar tal exemplo, cabe destacar o diferencial de um menino de 13 anos, imerso na cultura do consumo, abrir mão de uma internet individual em sua residência, apostando no uso coletivo na lan house. É bem verdade que a lan house também possui sua dimensão de consumo, como procuramos aprofundar em nosso terceiro capítulo. No entanto, acreditamos que o que está em jogo nesse exemplo, bem mais que a discussão sobre consumo, é a prática do uso compartilhado das tecnologias, frente ao seu uso individual.

Cabe também destacar que não entramos no detalhamento da opção feita por Jayme em retirar a internet de sua casa., Não sabemos, por exemplo, se houve uma negociação financeira na qual ele decidiria se teria dinheiro para continuar indo à lan house ou se pagava a internet. O que sabemos é que antes ele tinha computador e acesso à internet em sua casa e ainda assim usava a lan house, pois “não gostava de ficar mexendo em casa”, passando posteriormente a cancelar o serviço de acesso à rede.

Por motivo diferente, Augusto, outro participante da oficina em Acari, também não tem internet em sua casa, sendo seu acesso à internet feito através de pontos coletivos, nesse caso,

frequentemente a lan house do Freitas. Destacando-se dos demais participantes da oficina por ter 43 anos, Augusto nos esclarece em sua entrevista:

P – Você tem internet em casa?

A – Não, eu não quis colocar essa internet, net gato, né, que eles chamam?

P – Aham...

A – Eu não concordo não, eu acho que o negócio deveria ser uma coisa legalizada, direitinho.

P – E aqui não tem como ter legalizada?

D – Não tem. Não tem, o Freitas, por que o Freitas consegue? Porque ele bota a antena.

P – É. Ele bota lá do outro lado, pega uma antena... É todo um sacrifício.

A – Você vê que é um investimento, né? Eu até gostaria, mas como a minha casa fica praticamente no meio da comunidade, e nós já fizemos um levantamento, através de uns colegas nossos, falaram: “Olha só, você pode pedir uma pessoa que mora em Irajá, ela põe o nome dela lá no sistema, você põe uma antena, a antena vai captar, aquela coisa toda...” Mas, depende muito da distância, a distância implica também na velocidade. Aí, pra mim não dá. Até porque essa gato net aí não funciona, você baixar um vídeo, você quer ver uma foto, e caramba, é tipo, como se fosse à manivela ainda, entendeu?

(Entrevista com Augusto. Acari. 12.12.2009)

A dificuldade de ter acesso à internet banda larga, de qualidade e legalizada, não era apenas uma realidade do Freitas e das outras lan houses de Acari, como vimos nos capítulos anteriores, e sim dos moradores dessa favela da zona norte no geral. Ao informar que não tem internet em sua casa, Augusto nos relata que suas filhas, mesmo que sem muita frequência, também acessam a internet em lan houses. Mas elas não costumam ir a do Freitas, pois além de ser mais longe de sua casa, ele não deixa que um cliente use o crédito do login do outro, mesmo sendo pai e filho.

Assim, a partir dessas informações trazidas na entrevista, perguntamos se a lan house que suas filhas frequentavam era mais próxima da casa dele.

A – Pra vir da minha casa até aqui, nós passamos por três, quatro lan houses, entendeu? Eu venho aqui, porque eu gosto daqui. As outras é gato net também, um pouquinho melhorada, mas não dá não, eu não gosto não.

P – Além dessa diferença da velocidade da internet, tem outras diferenças da lan house do Freitas pras outras?

A – É mais organizada. Ele é mais rigoroso. Ele é mais rigoroso, entendeu? Ele exige qualidade, ele quer qualidade no serviço dele. Ele não fala assim: “Ah, tá na favela é pra qualquer um, tá bom”. Não, não, ele exige, se torna, chega a se tornar até chato, porque ele, pra quem não conhece ele, fala: “Pô, que cara chato pra caraca...” Não é não, ele tá zelando pelo que é dele, entendeu? Porque, se ele não zelar, quem é que vai zelar? Ele não permite é a pessoa entrar sem camisa, por causa do suor, pra ficar no sofá, ele não

permite que a pessoa coma em cima do teclado. Enfim, então várias regras que ele põe, faz com que a lan house dele se torne a melhor, além da velocidade, né? Então ele ganha muito com isso.

(Entrevista com Augusto. Acari. 12.12.2009)

Interessante observar que mesmo tendo outras opções de lan house perto de sua casa, Augusto atravessa boa parte de Acari para frequentar o estabelecimento que lhe oferece o serviço de melhor qualidade. É importante reparar que ele não destaca apenas a velocidade da conexão, mas a organização e as regras do estabelecimento do Freitas.

Cabe ressaltar que, apesar de ser mais velho que os demais participantes da oficina, Augusto apresentava os mesmos desejos e interesses no que tange aos jogos e às redes sociais. Na entrevista que realizamos, ele nos contou que foi sua filha quem o ensinou a mexer na internet.

P – E aí, ela te ensinou primeiro o quê?

A – Orkut. Orkut, eu acho que pelo menos aqui na comunidade, eu acho que é o primeiro passo que a pessoa dá, é o Orkut, depois vem outras coisas, mas na maioria das vezes, é o Orkut...

P – Por que você acha que o primeiro passo é o Orkut?

D – Por causa do relacionamento, né? Você vai puxar coisas que você gosta, vai falar com pessoas que curte a mesma coisa que você curte.

(Entrevista com Augusto. Acari. 12.12.2009)

Sem se diferenciar dos adolescentes e jovens que compunham o público majoritário da lan, Augusto também iniciou sua “vida online” a partir de uma rede social, nesse caso, o Orkut. Como ele percebe, o interesse, o gosto, o desejo foram elementos fundamentais para aumentar e aprimorar seus domínios na rede. Atento a esses fatores que contribuem no aprendizado, Augusto, diferentemente de muitos educadores e formuladores de políticas educacionais, relata essa inicialização no mundo digital de maneira bastante tranquila.

Buscando dialogar com essa dimensão do desejo e interesse dos participantes de nossas oficinas, aproveitamos a avaliação positiva que eles fizeram sobre nossos encontros, para averiguar como eles viam sua realização na lan house. A esse respeito, Samuel, morador de Acari, opina:

P – E se você assim, se eu te perguntasse: “Ah, Samuel, a gente tá querendo fazer uns cursos pra ensinar coisas de internet, como fazer blog, mexer em twitter, e tal. Tem como fazer esse curso lá na minha escola, que tem o laboratório de informática, ou fazer

esse curso nas lan houses. Que quê você acha que a galera ia gostar mais? Fazer o curso na escola ou na lan house?

S – Na lan house.

P – Na lan house?

S – Já tão acostumado de ir pra lan house todo dia, vão preferir a lan house.

P – Mesmo tendo que ficar quieto como vocês ficaram pra fazer as atividades, prefere a lan house?

S – Prefere a lan house. É onde que já tá todo mundo acostumado.

P – E se conhecem né?

S – É. Vai ser melhor na lan house do que fazer em outro lugar. Pelo menos assim eu acho.

(Entrevista com Samuel. Acari. 15.10.2010)

Sem pestanejar, Samuel responde que prefeririam o curso na lan house. A justificativa apresentada por ele diz respeito ao fato de já estarem acostumados com o local. Compreendemos esse “costume” como um sentir-se à vontade, territorializado, bem como a identificação com um espaço ligado a atividades prazerosas, diferente de como recorrentemente se vislumbra o espaço escolar.

Ponto minha intervenção na entrevista ao falar “mesmo tendo que ficar quietos como vocês ficaram para fazer as atividades”. Nesse momento, cabe enfatizar ao leitor que nos referíamos às oficinas realizadas em Acari, e que, apesar de terem participado intensamente da atividade, também foi um exercício para mim. Enquanto educadora, lidei com uma situação de ensino-pesquisa na qual eles estavam a todo momento conectados à internet, por vezes procurando/executando o que eu estava explicando, antes mesmo que eu terminasse.

A famigerada ideia de troca era colocada à prova, afinal, se eles também estavam me ensinando, não haveria motivos para que ficassem quietos, esperando os meus saberes, dos bolsistas e dos colaboradores. E assim, na prática, vivenciamos que na lan, entre várias vozes e muitos cliques é sim possível aprender. Resgatamos aqui um trecho da oficina no Santa Marta:

R – É, em casa eu tô sozinho, solitário, não tem ninguém pra zoar.

P – Então você vem pra mexer no computador, mas não é só pra mexer no computador?

R – Não.

P – É pra zoar também?

R – Pra zoar também.

P – E quando você tem que fazer um trabalho pra entregar ou alguma coisa séria pra emprego, você costuma fazer em casa ou na lan house?

R – Lá em casa não tem impressora.

P – Mas você faz lá e imprime aqui ou você tem que fazer aqui?

R – Não, faço aqui.

P – Faz aqui? Consegue se concentrar?

JC – Aqui é profissional.

P – O que significa ser profissional? Me conta aí.

JC – É ser bom em algum jogo.

P – Então se você tiver que fazer um trabalho, aí você tá aqui tentando se concentrar, como é que faz?

JC – Eu vou ali e peço pros três falarem baixo, eu vou falando e ele vai digitando. Depois só imprimir.

P – Ah tá, você mesmo não digita? Ele tem que digitar pra você?

JC – Eu sou profissional, minha moral tá em alta.

(Trecho da oficina no Santa Marta.07.06.2010)

O diálogo entre mim, Ramon e João Carlos nos faz perceber que na lan existe espaço de negociação para momentos de “zoação” e “coisa séria”, sendo possível imaginar a ajuda de um ao outro na confecção de um trabalho. Oriundos de uma geração cuja inteligência é multifacetada, esses meninos pesquisam em diversas páginas ao mesmo tempo, escutam música e, por vezes, também mantêm alguma caixa de diálogo aberta em uma rede social, tal como: MSN ou facebook .

Diferente do que nós imaginávamos, Ramon não fazia seu trabalho em casa e ia para a lan house jogar, separando a brincadeira da coisa séria. Ele, em sua atitude simples, nos mostrou que a lan, em sua visão serve perfeitamente para os dois: jogar e fazer trabalho, por mais que o primeiro seja seu uso mais preponderante.

Nesse sentido, nas falas dos participantes das oficinas em nossos encontros, assim como nas entrevistas individuais, o que ficou mais patente foi o afeto que esses “meninos” têm para com o espaço da lan house. Samuel, ao nos dar sua entrevista num feriado, pois tinha começado a trabalhar e estava sem tempo, ressalta que há muito não ia ao estabelecimento.

P – Mas você sente falta da lan house?

S – Sinto. Sinto falta de jogar e do pessoal jogando os jogos. Mó tempão que eu não apareço aqui. Deve ter uns três meses já.

P – Porque tem gente que eu conheço, não só daqui de Acari, mas lá do Santa Marta, que é outro lugar em que eu faço pesquisa, que mesmo tendo computador em casa com internet vai pra lan house porque prefere.

S – É, porque fica mais gente jogando, e é tudo conhecido, aí dá pra jogar tudo na mesma sala. Que é o mesmo time, é como se fosse tipo uma equipe. É o jogo.

(Entrevista com Samuel. Acari. 15.10.2010)

Usando a imagem de equipe e de jogo, Samuel nos dá pistas dos pertencimentos que a lan house pode inscrever num contexto como o de Acari e o do Santa Marta. Assim como as quadras de futebol e as pracinhas significavam um território de encontro, de identidade, de troca e



pertencimento, arriscamos dizer que, na conjuntura globalizada e conectada, a lan house vem também assumindo tais funções.

Sabemos que diversos jogos permitem a interação online, no entanto, o que percebemos nas falas desses jovens que frequentam as lans em Acari e no Santa Marta é que o contato virtual ou online não substitui o encontro físico, o “pescotapa” ou “pedala Robinho”, entre amigos. Aprendemos que jogar sozinho não significa não estar em rede, mas não estar com a rede, como explica um dos participantes da oficina no Santa Marta:

P – E você, quando vem pra lan house, vem mais pra jogar?

N – É, pra jogar. Porque ficar jogando o dia inteiro em casa enjoa. E ainda mais com os amigos aqui juntos. Aí um fala de uma coisa, outro fala de outra, aí outro elogia, o outro fala: “Pô, você é ruim pra caramba”. Ah, é muito bom.

P – Você se diverte jogando e se diverte com os amigos, é isso?

N – É, porque ficar o dia inteiro jogando em casa é muito chato. Ficar lá parado sem fazer nada, você enjoa rapidinho do jogo. Mas se junta uma galera grande assim. “Pô bora jogar 5 e 5?” Que é cinco contra cinco. Cinco daqui, cinco de São Paulo, cinco de outros bairros aí.

P – E você conhece depois pessoalmente essas pessoas com que você joga? Ou já conheceu alguém?

N – Já conheci dois amigos. Amigos não, um amigo e uma amiga. Um é Luigi, que é o Calvin. Ele mora lá em Copacabana. Ele veio aqui pra um dia me visitar aqui na lan house pra jogar um Dota. E o outro foi no jogo. O nome dela é Ayumi, mas o apelido é Drica. Ela veio lá de São Paulo pra namorar com um garoto aqui. O nome dele é Vinícius no jogo também. Aí já que como eu conheço esse moleque mais ou menos nesse negócio de jogo, eu pedi pra ele nos apresentar. Aí ela veio aqui no aniversário dela.

(Entrevista com Nivaldo. Santa Marta. 10.10.2010)

Nivaldo nos esclarece que o prazer está nos elogios e nas críticas que recebe da “rede *na* lan house”, rede essa que se amplia quando entra *em* rede (conexão) com pessoas de outras comunidades, bairros e cidades. Como ele próprio relata, dois de seus contatos virtuais concretizaram-se, além de ter relatado, mesmo que rapidamente, um namoro que teve início no jogo.

Nesses encontros e nas entrevistas, identificamos que a relação entre esses meninos e a lan house era para além de um uso, envolvia afetos, identificação, pertencimento. E foi isso que tentamos apresentar, neste item.

### **4.3 Papos, blogs e entrevistas...mediações no cotidiano sob a égide da indústria cultural**

No primeiro capítulo, apresentamos nossa opção pela pesquisa-intervenção, fato que nos fez compreender todo o campo e, sobretudo, as oficinas, não apenas como um momento de recolhimento de fontes, mas sim como um espaço de troca de saberes. Nesses encontros, eu e os bolsistas tínhamos a chance de compartilhar competências e habilidades que possuíamos com os moradores e frequentadores das lan houses de Acari e do Santa Marta, bem como esses nos ensinariam seus conhecimentos, que se mostraram amplos e diversificados.

E assim, nos papos antes, durante e depois das oficinas, nos blogs e nas entrevistas, conhecemos esses frequentadores, seus usos e mediações das tecnologias no âmbito da lan house. E foi nesse contexto, nessa experiência que nossas leituras sobre indústria cultural fizeram sentido, saindo dos livros para subir o morro e entrar na favela.

Segundo Adorno e Horkheimer, “o poder da Indústria Cultural provém da sua identificação com a necessidade produzida, não da simples oposição a ela. (Adorno & Horkheimer, 1985, p.113). Apesar das críticas que temos ao pensamento pessimista de tais autores, essa frase sintetiza um importante elemento que a Indústria Cultural possui e que as Políticas Públicas em geral, a nosso ver, não conseguiram alcançar o diálogo com as reais demandas e desejos daqueles a quem ela se propõe a atingir.

Retomando a compreensão trazida pela escola de Frankfurt de que a cultura é também um elemento integrante do sistema capitalista, sendo por esse apropriada e transformando-se em Indústria Cultural, refletimos sobre as apropriações ou não dos usos da lan house pelo sistema. Ao nos depararmos com visões que criticam a lan house por suas práticas de entretenimento e diversão, anulando sua atuação cultural, acreditamos que essas formulações bebem nas mesmas fontes das argumentações de Adorno e Horkheimer: o pessimismo cultural.

Em suas análises tais autores apresentam três dimensões da cultura: a unidade do sistema, a degradação da cultura em indústria da diversão e a dessublimação da arte como degradação da cultura (Martín-Barbero, 2006, p.73). Martín-Barbero, apesar de discordar das interpretações pessimistas que Adorno e Horkheimer fazem a partir da premissa de unidade do sistema, reconhece a importância dessa constatação para se pensar que o capitalismo não age apenas

através do econômico. A cultura é fundamental para a dominação ou emancipação de uma sociedade.

Corroborando as formulações de Walter Benjamin (1994), o autor espanhol compreende a Indústria Cultural como uma apropriação da cultura pelo capitalismo, discutindo assim usos e apropriações dos meios, e não suas supostas essências. A esse respeito, Adriana Facina afirma que

a indústria cultural é o ramo da economia que se dedica a produzir bens culturais em larga escala. Bens estes que, segundo Adorno, tem uma função de controle social importante, pois aliena as pessoas, as tornam conformistas, consumistas, incapazes de desejar e fruir outras coisas senão as que lhes são apresentadas pela indústria cultural.

(..)

Essa crítica aos meios de comunicação e entretenimento é importante, mas ela gera uma visão muito pessimista e que não leva em conta que, por mais que a ideologia da indústria cultural possa ser favorável ao conformismo e busque manipular o público, as pessoas não são papéis em branco. Nós sempre comparamos aquilo que vemos na telinha, lemos nos jornais, ouvimos nas rádios com nossas experiências de vida. Então, sempre há mediações, brechas que contradizem os discursos hegemônicos e que abrem espaço para a construção de visões de mundo alternativas. (Facina, 2009)

Como afirma Facina, os “meninos da lan house” não são papéis em branco, a todo tempo fazem mediações num jogo de ir e vir nas tramas do consumo tecnológico. Nas oficinas, esse movimento ficou mais notável. Se por um lado a maior parte dos blogs criados falavam sobre jogos, o que poderia levar os mais pessimistas ou conservadores a chamá-los de alienados, por outro, eles eram extremamente participantes dos debates que emergiam a partir dos dispositivos que levávamos para nossos encontros.

Em nossa primeira oficina no Santa Marta, usamos como um dos dispositivos<sup>108</sup> trechos de uma reportagem divulgada no site de notícias G1 e que se intitulava “*Rússia processará policial que usou YouTube para denunciar corrupção*”. Cabe destacar que mal terminamos a leitura da reportagem, Nivaldo já havia localizado o tal vídeo da denúncia, sendo objeto de negociação que não parássemos para assistir ao vídeo.

Em seguida, indaguei ao grupo sobre o que eles acharam e haviam compreendido da reportagem. A partir disso, Marcos Tadeu explica:

MT – Ele usou o youtube pra denunciar a corrupção.

<sup>108</sup> Os dispositivos utilizados nas oficinas encontram-se nos anexos.

- P – Então tem como usar o youtube como um instrumento de denúncia?  
 MT – Isso.  
 P – E Ele tá sendo processado. Então hoje uma forma de denúncia importante é o youtube, certo?  
 MT – Certo.  
 P – Querendo ou não aqui vocês, todo mundo aqui mora no Santa Marta. Não é isso? Vocês ouviram falar de uma cartilha que foi feita aqui no Santa Marta?  
 MT – Aham.  
 P – Cartilha sobre o quê? Você sabe?  
 MT – Cartilha pra ver o que a gente pode e o que a gente não pode fazer.  
 (Trecho da oficina no Santa Marta. 07.06.2010)

Todos afirmavam conhecer a cartilha, mas foi Marcos Tadeu quem a definiu: “*cartilha pra ver o que a gente pode e o que não pode fazer*”. Além da definição trazida pelo participante da oficina, a publicação intitulada de “Cartilha popular do Santa Marta: Abordagem Policial<sup>109</sup>” busca esclarecer acerca do que pode ou não ser feito pela polícia, tendo como objetivo evitar abusos policiais, bem como orientar os moradores sobre como proceder em determinadas situações.

Com linguagem bastante didática e ilustrações, tal cartilha esclarece os moradores sobre: o que podem ou não fazer os policiais, aspectos da Constituição Federal, procedimentos para busca dentro das casas (com ou sem mandado), busca pessoal, busca no carro, como se portar quando for conduzido à delegacia, assim como telefones e orientações para denúncias. Distribuída gratuitamente e disponível na versão online, essa publicação, que teve a parceria de diversos grupos e entidades dos Direitos Humanos, tornou-se uma referência para a atuação militante nas favelas pacificadas.

Aprofundando a explicação trazida por Marcos Tadeu, afirmei a importância de uma publicação como essa cartilha, bem como dos usos da internet e redes sociais na garantia de nossos direitos. Nesse momento, fui interrompida por Nivaldo, que resolve nos contar o episódio abaixo:

- N – Essa semana agora, ou antes, foi até numa sexta feira, foi sexta. Tinha nada pra nós fazer, ontem à noite, quando a loja (lan house) tava fechada. Nós pegamos uma bola e fomos lá jogar bola.  
 P – Lá em cima?

<sup>109</sup>Disponível em <http://global.org.br/wp-content/uploads/2012/02/Cartilha-popular-do-Santa-Marta-Abordagem-policial-2010.pdf>. Acesso em 02.02.2012.

N – É. Aí lá em cima tinha uma quadra de futebol, de noite, assim. Nós fomos jogar bola, só que tinha um colega que tava bêbado e o outro bom. E esse bom tava brincando com dois colegas dele, dando canelada. Tão brincando. Aí tinha dois policiais ali em cima que gritou: “Para com isso aí!”. Aí os muleques não ouviram e continuaram brincando. Aí depois ele pensou e falou: “Nós tá brincando”. Ele: “Pode parar com isso aí, sai daí!”. Aí quando o muleque tava saindo, o maiorzinho, bonzinho, mandaram ele entrar, ele entrou. Aí o doidão soltou e ficou assim: “Ô, desce aí, UPP é o caralho, vem cá me tirar”. Aí ao invés de só o bêbado apanhar, apanhou os dois. Porque o cara chegou assim: “Você gosta de bater, né?”. Aí falando: “Nova lei”. Botava a mão assim no cara, dois bicos nessa perna, três bicos nessa e três socos na costela.

(Trecho da oficina no Santa Marta. 07.06.2010)

Em nossa hipótese, estimulado pela reportagem que falava de uma denúncia e pela conversa acerca da cartilha sobre abordagem policial, Nivaldo relata um abuso da força policial presenciado por ele no Santa Marta. Além da própria barbaridade do fato, nos chama atenção que a ida dele para a quadra jogar bola com os amigos se deu porque “*Tinha nada pra nós fazer, ontem à noite, quando a loja tava fechada*”. Nesse contexto, a lan house é apresentada como primeira opção de divertimento; no entanto, a segunda, devido à arbitrariedade policial, também se tornou inviável para o momento de lazer da sexta à noite.

O debate seguiu acalorado até o final dessa oficina, no entanto, no encontro seguinte, momento no qual cada participante criou o seu blog, o assunto dos abusos policiais não apareceu novamente. Nesse momento, os jovens do Santa Marta, assim como os de Acari, preferiam falar sobre aquilo que lhes dava prazer: jogos, times de futebol, músicas etc. Tal fato nos remonta à colocação do pesquisador da interface Juventudes e Educação:

Na trajetória de vida desses jovens, a dimensão simbólica e expressiva tem sido cada vez mais utilizada como forma de comunicação de um posicionamento diante de si mesmos e da sociedade. A música, a dança, o vídeo, o corpo e seu visual, dentre outras formas de expressão, têm sido os mediadores que articulam jovens que se agregam para *trocar idéias*, para ouvir um “som”, dançar, dentre outras diferentes formas de lazer. (Dayrell, 2007, p.1109)

No cotidiano acompanhado por nós em Acari e no Santa Marta, a lan house se constitui como o território onde esses jovens: trocam ideias, ouvem um som compartilham suas danças, ainda que por vídeos do youtube. Significam assim esse espaço, visto genericamente em sua dimensão de uso, realizando nele suas mediações.

A criação dos blogs nas oficinas não foi tão fácil, percebemos que muitos deles acreditavam não ter email. Dizemos acreditavam, pois sabemos que para possuir MSN e conta no Orkut é necessário ter uma conta de e-mail, no entanto, esses frequentadores não faziam ideia de seus longin's e senhas. Vivenciando experiência semelhante em seu trabalho de campo, Olívia Carvalho destaca:

O e-mail, como pude observar, não é uma ferramenta que faça parte do cotidiano dessa juventude globalizada e conectada à internet. Raro encontrar um informante que o utilizasse. A maior parte deles não sabia sequer que possuía uma conta de correio eletrônico, pois não associava seu login, as redes sociais e ferramentas de bate-papo a este tipo de serviço. Isso é, inclusive, um motivo de críticas feitas por adultos, por exemplo, os professores, às novas gerações, pois o e-mail está associado a um tipo de comunicação séria, ao mundo do trabalho, características ainda não associadas facilmente às redes sociais. (Carvalho, 2010, p.105)

Para além de pesquisadora que acompanhou o campo de pesquisa nas lan houses do Santa Marta e de Acari, como professora de Ensino Médio, confirmo a afirmação de Carvalho de que as juventudes que hoje estão na rede possuem uma relação de acesso bem mais intensa com suas redes sociais que com o e-mail. Assim, para o desenrolar das oficinas, se fez necessária a criação de outros e-mails, que eram rapidamente esquecidos por seus proprietários.

Outro imprevisto a ser resolvido ocorreu na oficina de criação de blog's no Santa Marta. Nesse momento, o site blogspot, no qual criamos os blog's dos participantes das oficinas em Acari, passara a exigir o cadastro de um número de celular para o qual enviariam o código de liberação da criação da página. O problema: nenhum dos participantes possuía celular.

Após o impacto inicial de estar num grupo de jovens entre 13 e 18 anos no qual nenhum deles tinha celular, tivemos a ideia de cadastrar os nossos, meu e dos dois bolsistas que conduziam a oficina junto comigo. A questão não se resolveu, pois a localização da lan house deixava os celulares de três diferentes operadoras sem cobertura.

Assim, insistindo na proposta da atividade, saí da lan house com os três celulares (meu e dos bolsistas) e fiquei dando voltas no largo do Cantão, local a céu aberto, próximo da lan house do Santa Marta. Depois de alguns minutos, as mensagens chegaram e pudemos dar continuidade ao planejamento.

Almejando exercitar a apropriação da tecnologia pelas camadas populares, assim como aponta Milton Santos (2006), e buscando acentuar a lan house como possibilidade, orientamos os

participantes na criação de seus blogs. As temáticas eram abertas, assim como as postagens. Nos limitamos a ensinar como criar a página, escrever um post, colocar imagens e vídeos, perguntas bastante recorrentes durante as oficinas.

Como destacamos anteriormente, a grande maioria dos blogs criados falavam sobre jogos online e times de futebol. Aqui, discutiremos dois que destoam de tais temáticas e que, por diferentes motivos, nos chamaram atenção, ambos feitos nas oficinas de Acari.

O primeiro é do participante da oficina a quem atribuímos o pseudônimo de Augusto. Seu blog foi batizado por ele de “Didi de Acari”, como é chamado na região, o que indicava que ele não gostaria de esconder sua identidade. Dentre as postagens feitas por ele, destacamos a que se segue:

### Blog feito na oficina em Acari

The image shows a screenshot of a blog post on a dark background. At the top, the name 'DIDI DE ACARI' is displayed in large, white, all-caps letters. Below the name, the date 'QUARTA-FEIRA, 21 DE OUTUBRO DE 2009' is shown. The title of the post is 'Órfãos da Violência' in a green font. The main text of the post discusses the prevalence of firearms in Rio de Janeiro during the 1980s, mentioning the M-16 rifle and its civilian version, the AR-15. It notes that many traffickers desired this weapon for their drug operations. The text also mentions the end of the Soviet Union in December 1991 and how military surplus, including Kalashnikov AK-47 rifles, became available in Brazil. The author expresses concern about the increasing number of deaths and orphans due to violence, and mentions that the situation is expected to worsen during the upcoming World Cup and Olympics.

On the right side of the screenshot, there is a 'SEGUIDORES' (Followers) section with a 'Seguir' (Follow) button and a 'Google Friend Connect' link. Below this, it shows 'Seguidores (1)' with a small profile picture. There is also a link for 'Fazer login' (Log in) for existing members. At the bottom right, there is an 'ARQUIVO DO BLOG' (Blog Archive) section with a dropdown menu for the year '2009 (10)'. Underneath, it shows 'Outubro (4)' with three entries: 'Órfãos da Violência', 'Comunidade exemplar.', and 'O que policiais e bandidos tem em comum'. Below that, it shows 'Setembro (6)' with one entry: 'Só falta vontade política'.

At the bottom left of the post, it says 'POSTADO POR PAINTBALL ÀS 12:25 0 COMENTÁRIOS'.

**Legenda:** Órfãos da Violência- No início da década de 80 o Rio de Janeiro começava a conhecer o fuzil, chegava nas mãos dos traficantes o fuzil m-16, em questão de tempo chegava nas mãos dos traficantes a versão civil do m-16, conhecido como ar-15 que em pouco tempo virou uma coqueluche todos os traficantes desejavam ter esta arma em sua quadrinha. Dezembro de 1991 chega ao fim a União Soviética, assim os militares deste país aproveitarão para

vender todos os tipos de armas que estava ao seu alcance, entre eles o fuzil kalashnikov, mas conhecido como AK 47, a partir desta data o Brasil passou a conhecer o fuzil AK47. Nesta época o Rio de Janeiro entrou definitivamente em estado de guerra, já se passarão mais de 20 anos e nada foi feito, as coisas piorarão. Assim que começou aparecer as primeiras vítimas com tiros de fuzil os médicos perceberão que era necessário aprender medicina de guerra, e o número de óbito iria aumentar mais de 50%. Hoje ao ponto que chegou o confronto é inevitável, sendo assim, o número de mortos aumenta a cada dia, conseqüentemente o número de órfãos aumenta diariamente. Não acredito que a violência vá diminuir, só durante a copa e a olimpíada que nós iremos sentir a diminuição da violência nos lugares próximos ao eventos, então temos que esperar até lá.

Sendo o mais velho entre os participantes da oficina, Augusto, com seus 43 anos, encontrou no blog um espaço para expor sua opinião sobre assuntos da Política Pública dos quais discordava. Nos dias que se seguiram à criação do blog, ele, diferentemente dos outros meninos, fez diversas postagens, todos com tom de denúncia. Nas postagens, assim como durante sua entrevista, percebemos que mesmo se tratando de alguém que não concluiu o Ensino Fundamental, Augusto era extremamente bem informado e gostava de ler e comentar notícias do mundo inteiro, articulando essas informações à sua vida cotidiana em Acari. Como ele evidencia em sua entrevista:

A – Então, com relação a esse valor que foi liberado pra cá, 17 milhões e alguma coisa, eu tô acompanhando de perto. Sempre que eu vou trabalhar, eu olho as ruas que eles tão fazendo, e é aquilo que eu te disse, ainda não tenho certeza, se esse valor vale pro Complexo todo, né, que envolve Acari e Amarelinho... Ou se é só a parte do Acari. Se for, eu não vou te enganar não, vai ter..., porque até agora, eu só vi mexerem em cinco ruas, eu acho, se eu não me engano. E dessas cinco ruas, três, três o Cesar Maia, com aquele “Favela-Bairro” já veio, destruiu algumas casas, desapropriou, coisa e tal, abriu a passagem e deixou por lá mesmo. E agora, eles só tão vindo só pavimentando, fazendo aquelas coisa toda. Então quer dizer, se for 17 milhões pra fazerem só isso aí, É muita coisa, é muito dinheiro, pra pouca obra, entendeu? Então, eu, eu confesso a você que eu tô olhando. Tô atento e se eu ver, eu vou botar no blog. Que se fizer uma auditoria, vai ver que com menos de 50 mil, faz o que eles fizeram... E não precisava de 17 milhões na verdade...

P – Então, pra você o blog virou um instrumento, assim de denúncia, de falar as coisas que estão acontecendo?

A – Isso. De falar aquilo o que eu penso. Tudo aquilo que eu penso, que eu acho, entendeu?

(Entrevista com Augusto. Acari. 12.12.2009)

Augusto, frequentador da lan do Freitas, usuário da internet e de rede social, como Orkut, percebia agora um espaço feito por ele para manifestar sua opinião, expor suas denúncias. Partimos da ideia de que tais recursos e espaços já estavam lá, a oficina apenas possibilitou, a partir da aproximação com a técnica, nesse caso a criação do blog e as orientações sobre postagens, seu uso.



Diversas pesquisas, acadêmicas ou não, vêm abordando a temática do uso da internet ou ainda das chamadas Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTIC's), como expressão política e de exercício da democracia, ainda que de maneira limitada. Podemos citar o projeto “Jovens pobres e os usos das NTIC's na criação de novas esferas públicas democráticas”, realizado em 2012 pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), do qual fomos convidadas a participar como colaboradoras nas etapas de escolhas metodológicas e análise dos resultados.

Como metodologia, a equipe delimitou três estudos de caso que seriam trabalhados com grupos de jovens a partir de entrevistas e pesquisas sobre seus espaços nas redes sociais. Assim, as temáticas: “Identidade favelada, juventude e o uso das NTICs”, “Cultura na Baixada Fluminense e o uso das NTICs” e “Gênero/ Mulheres Jovens e usos das NTICs”, foram investigadas, tendo como objetivo geral, pensar as práticas na internet e nas redes sociais, a partir da possibilidade da criação de novas esferas públicas de participação democrática.

Para o objetivo de nosso trabalho, damos ênfase ao relatório do estudo de caso “Identidade favelada, juventude e o uso das NTICs”. Nele foram mapeados e entrevistados dez blogueiros de várias favelas cariocas, inclusive dois deles moradores do morro Santa Marta, com intuito de compreender a complexidade que está por trás dessas páginas e suas postagens, que por vezes não seguem uma orientação temática, ou política definida.

A seleção dos dez blogs deu-se a partir da visibilidade pública que tais páginas assumiram e das temáticas abordadas. O grupo investigador identificou que os moradores das favelas, sobretudo jovens, têm vindo cada vez mais a público, através de blogs e redes sociais e/ou outros mecanismos de compartilhamento na internet, para falar de suas realidades cotidianas como moradores de favelas<sup>110</sup>.

Aproximando-se do perfil de blog's analisados pela pesquisa do Ibase, a página feita por Augusto, morador de Acari desde 1971, buscava dar visibilidade ao cotidiano por ele vivido todos esses anos na favela. Ao longo da entrevista, percebemos que as denúncias escritas no blog falavam não apenas de uma situação geral de Acari, mas do que ele sentira na própria pele.

---

<sup>110</sup>Informações disponíveis no relatório final, apresentado aos colaboradores da pesquisa e que ainda não foi publicado.

A – Olha, meu filho fica na creche, o Kevin<sup>111</sup>, dois anos. Eu tava trabalhando, mas depois eu soube que a creche, ela fica de frente a Avenida Brasil, né, tem uma rua, que é chamada rua Olaria, tem a Avenida Brasil, aí você entra na rua, e lá em frente você vê a creche, então fica de frente. Aí, disseram que os policiais vieram atirando, atirando, atirando que as professoras e as educadoras, com medo, pegaram as crianças correndo no desespero, e levaram todas pro banheiro, e deitaram no chão. Quer dizer as crianças, com aquele barulho tudo, e fogos e tiros e num sei o que entrou no desespero. Meu filho pra voltar pra creche foi o ó. Como eu sou vascaíno, eu levo ele pro Maracanã, então, lá no Maracanã, ele ouve fogos e ouve aquela festa toda, aí eu falei: “Tá vendo filho, fogos é Vasco, Vasco tá ganhando e coisa e tal...”, aí é que foi amenizando as coisas e coisa e tal... Aí, foi: “É Vasco, pai? É Vasco? Vaaasco...”, Então, quando ele escuta fogos, ele: “É Vasco, Pai? É Vasco...”, aí é que ele começou a voltar pra creche. Porque ele não queria de jeito nenhum. Uma garotinha da sala dele sujava a roupa, não sei se suja ainda, escutava fogos, sujava.

(Entrevista com Augusto. Acari. 12.12.2009)

O episódio relatado nos apresenta estratégias cotidianas de sobrevivência frente à insegurança. Em nossa hipótese, não era apenas o Kevin que estava com medo, mas Augusto e todos os outros pais e mães que têm que sair para trabalhar e deixar seus filhos num local da cidade onde a vida humana vale muito pouco. E a preocupação em “pegar bandidos” é bem maior que a de garantir a vida das pessoas.

Como detalhamos em nosso segundo capítulo, a Política de Segurança Pública no Rio de Janeiro vem sendo marcada por duas principais atuações: as incursões e as ocupações das UPP’s. Em ambos os casos, é necessário acompanhar e avaliar a postura dos agentes do Estado, não nos rendendo às opiniões conservadoras que defendem a suspensão dos Direitos Humanos em nome de uma suposta paz e fim do tráfico.

Para além da própria política de segurança, que possui inúmeros aspectos questionáveis em sua formulação e condução, como procuramos apontar em nosso segundo capítulo, há ainda a má conduta dos agentes do Estado. Tal diferenciação se faz importante, inclusive para destrincharmos os problemas de formulação e os de prática.

A situação relatada por Augusto retrata o cotidiano não apenas de Acari, mas de várias regiões na cidade, na qual a orientação policial é “atirar para matar”. Poderíamos aqui citar inúmeros exemplos, como o da mãe com uma criança que, por ter sido confundida com um suposto bandido, teve seu carro alvejado na região da Tijuca, em 2008<sup>112</sup>. Esse episódio, assim como o descrito por Augusto, é uma importante demonstração de um grave equívoco na formulação e orientação das ações policiais em nossa cidade.

<sup>111</sup> Pseudônimo

<sup>112</sup> Reportagem disponível em [http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL637793-5606,00-CRIANCA\\_+E+BALEA\\_DA\\_+DURANTE+PERSEGUICAO+POLICIAL+NA+TIJUCA.html](http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL637793-5606,00-CRIANCA_+E+BALEA_DA_+DURANTE+PERSEGUICAO+POLICIAL+NA+TIJUCA.html). Acesso em 03.02.2013.

Mas, para além das péssimas formulações e orientações da política de segurança carioca, ainda convivemos com práticas de abuso de poder e corrupção. Assim como Nivaldo, em nossa primeira oficina no Santa Marta, nos relatou um episódio de violência policial, Augusto, em nosso primeiro encontro com o grupo na lan house do Freitas, nos fala do cotidiano de Acari, marcado pela corrupção e abuso de poder dos policiais:

A – É, porque você, por exemplo, aqui você não pode dentro duma comunidade, ter sua casa arrumada, arrumada mesmo. Eu tô dizendo, você trabalha, nasceu aqui, gosta de morar aqui, né? Tem até condições de morar fora, mas como nasceu aqui, gosta de morar aqui, mesmo. E o seu trabalho te permite ter televisão de LCD, um home theater, uma aparelhagem boa, uma casinha arrumada, coisa e tal. Se você tiver sua casa arrumada, com todos esses aparelhos de última geração, se eles (policiais) entrar na tua casa você vai ter problema. Porque pra eles aquele dinheiro vem do tráfico. “Ah, mas eu trabalho.” Eles vão querer nota fiscal, vão querer que você prove que você pagou aquilo ali, entendeu? Cartão, etc. Tem que apresentar. E o que eu tô falando, é porque já aconteceu. Minha casa, por exemplo, na minha rua, é uma das maiores que tem. Toda vez que eles vão naquela rua, eles têm que entrar lá em casa. E toda vez que eles entram, eu minha esposa tem que arrumar um lugar pra colocar o dinheiro, que a gente guarda, né? Pra poder pagar as dívidas, se eles pegarem o dinheiro, levam. Como já levaram. Da última vez eles levaram. E um colega meu, que tem uma locadora de videogame, ele tem na locadora dele duas televisões de LCD de 42 polegadas, o policial pediu a ele, documentação de tudo, o videogame que ele tem é o Play3 e o 360, que é o mais caro atualmente, eles pediram nota fiscal, quiseram que ele mostrasse a fatura, qual a última fatura paga, aí eles falaram: “ó, essa fatura aqui, você tá atrasado, era pra você ter pago” aí ele fala “essa fatura eu não paguei porque eu tava sem o dinheiro, mas esse mês eu pago” “ah, mas”. E de qualquer forma, mesmo apresentando toda documentação, mesmo com tudo em dia, eles ainda queriam levar cinquenta reais dele, entendeu? Então, realmente, a censura é a partir daí. Que tanto as autoridades, como a sociedade, acha que as pessoas que moram em comunidade, tá envolvida direta ou indiretamente com o tráfico. Tem alguma coisa o tráfico.

(Trecho da Oficina em Acari. 12.09.2009)

Aqui, diferentemente do relatado no Santa Marta, a violência assume de maneira mais preponderante sua dimensão simbólica ao justificar as frequentes buscas em determinadas residências, por supor que seus donos teriam envolvimento com o tráfico. Cabe destacar que, como é bastante recorrente nas favelas cariocas, nenhuma dessas buscas possui mandado judicial, tornando sua própria ação ilegal, visto que não se trata de uma situação de perseguição, caso em que o mandado não é necessário. Acrescente-se a isso o roubo/extorsão efetuado pelos agentes do estado, das economias guardadas pelos moradores.

Como aponta a pesquisa realizada pelo ISERJ, sobre a implementação das Unidades de Polícia Pacificadora: se é bem verdade que em comparação com o restante da tropa da Polícia Militar do Rio de Janeiro, os grupamentos das UPP’s têm um grau de controle maior e mais

eficiente, sobretudo nos casos de abuso de poder e corrupção, o que assistimos no contexto carioca é a ausência de mecanismos institucionais neutros e ativos que possam exercer a fiscalização da atividade policial. (ISER nº 67-Ano 31-2012, p.25)

Tanto os “novos policiais” das UPP’s, como os do Santa Marta, quanto os “antigos” PM’s que participam das incursões em Acari fazem parte de uma mesma instituição: a PMERJ -Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e, como tal, precisam ser vistos como facetas distintas de uma mesma moeda, inseridos no mercado capitalista, cuja vida na favela vale menos que um real<sup>113</sup>.

Num constante medo da polícia, seja pelos seus tiros ou “visitas” inesperadas e não autorizadas, os moradores das favelas do Rio de Janeiro, seja na zona sul ou na zona norte, sofrem cotidianamente o estigma das classes perigosas. Num contexto de crescente desemprego, empobrecimento e criminalização da pobreza, os territórios periféricos, no caso carioca, as favelas, são vistos como ameaça à ordem, ou ainda, um perigo iminente. (Coimbra, 2001)

Nos dias atuais, assistimos a uma produção do medo que se dá na esfera discursiva e nas práticas policiais, pois, de fato, não apenas se fala e escreve sobre violência nos meios televisivos, mas praticam-na no cotidiano, como vimos nos episódios trazidos por Nivaldo, Augusto ou mesmo no caso da mãe que teve seu carro alvejado, na zona norte carioca. Como anuncia o escritor moçambicano Mia Couto:

Há muros que separam nações, há muros que dividem pobres e ricos. Mas não há hoje no mundo muro que separe os que têm medo dos que não têm medo. Sob as mesmas nuvens cinzentas vivemos todos nós, do sul e do norte, do ocidente e do oriente...

Citarei Eduardo Galeano acerca disso que é o medo global:

“Os que trabalham têm medo de perder o trabalho. Os que não trabalham têm medo de nunca encontrar trabalho. Quem não têm medo da fome, têm medo da comida. Os civis têm medo dos militares, os militares têm medo da falta de armas, as armas têm medo da falta de guerras.”

E, se calhar, acrescento agora eu, há quem tenha medo que o medo acabe. (Couto, 2011)

Em seu texto intitulado de “Murar o medo”, Mia Couto nos apresenta como a produção do medo tem se feito útil na sociedade contemporânea, movendo economias, justificando guerras e ações. Assim, torna-se urgente murar tal sentimento, averiguar com mais cuidado a produção do

---

<sup>113</sup>Fazemos referência ao poema de Deley de Acari “Um real na favela vale muito”, feito em memória do menino Matheus, assassinado pela polícia, em 2008, na favela da Maré.

pavor e do pânico, sobretudo nas grandes cidades. Nesse sentido, chamamos atenção para o segundo blog que destacamos entre as produções de nossas oficinas.

Samuel, morador de Acari, na época com 17 anos, criou seu blog nomeando-o de “pagofunk das favelas”. Diferentemente do blog de Augusto, a página desse jovem possuía fundo branco, cores e inúmeros vídeos que ele não parava de postar após ter descoberto a técnica de como realizar essa operação.

### Blog feito na oficina em Acari

**pagofunk das favelas**  
este blog esta relacionado com musicas pagode funk no ritmo das favelas

sábado, 19 de setembro de 2009

**Passinho Foda**  
★★★★★

0:00 / 2:48

Postado por pagofunk às 10:53 0 comentários

**Os Hawaianos - Teste Da Cordenação (DVD Top F..**  
★★★★★

**Seguidores**  
Seguir  
Google Friend Connect

Ainda não há seguidores.  
[Seja o primeiro!](#)

Já é um membro? [Fazer login](#)

**Arquivo do blog**  
▼ 2009 (14)  
▼ Setembro (14)  
[pagofunk e mistura de funk com pagode mais no ritm...](#)

**fanatico por pagofunk**  
pagofunk  
desejo mais  
informaçã sobre  
pagofunk  
[Visualizar meu perfil completo](#)

Aos não familiarizados com o estilo musical bastante recorrente nas favelas, o pagofunk é uma atividade que mistura dois dos gêneros musicais mais ouvidos nesses espaços populares: o pagode e o funk. Registramos que a animação de Samuel era tanta, que o jovem não apenas postava os vídeos em seu blog, como falava do pagofunk que acontecia aos domingos na quadra do Favo de Acari (escola de samba local), tendo nos convidado, insistentemente, para ir um dia com ele e “ver como é bom”.

Retomando as considerações que fizemos em nosso primeiro capítulo, cabe confessar ao leitor que o convite quase foi aceito, visto que a despeito de ser doutoranda, professora e mais qualquer pré-conceito ou rótulos que a vida acadêmica ou profissional possa trazer, sou uma amante do pagode e do funk. No entanto, possivelmente pela própria falta de tempo, contentei-me com o blog. Não fui ao pagofunk, fato pelo qual fui cobrada por Samuel na entrevista realizada meses após as oficinas.

Mesmo com apenas três encontros, as oficinas fluíram e foram aproximando a equipe da pesquisa e os frequentadores das lan houses. Os assuntos eram os mais diversos, podendo surgir dos dispositivos levados por nós, dos blogs criados por eles ou espontaneamente, por parte de qualquer um que estava participando do encontro. No tom de descontração que foi se produzindo, apareceram questões que poderiam passar despercebidas.

P – Agora o Samuel, por exemplo, tá namorando uma menina que não é daqui, aí ele vai pra casa da menina, sai com ela, mas quer chegar uma hora da manhã. Como é que faz?

S – Não faz. Não tem condições. Não sai, fica em casa.

B – Só da comunidade.

P – Fica em casa? Ou então convence ela a você dormir lá, né? (risos)

S – A mãe dela não iria deixar. (risos)

P – Então aí vocês têm que “pegar” as meninas da comunidade mesmo, os meninos e as meninas da comunidade mesmo, é isso?

S – Os meninos não, só as meninas. (risos)

(Trecho da oficina em Acari. 12.09.2009)

Os risos e o tom, quase de brincadeira, da conversa trouxeram leveza a uma temática importante, o direito de ir e vir numa favela. Como já apresentamos em outros exemplos ao longo de nosso trabalho, a insegurança das incursões repentinas, “a geral na entrada da favela”, como é chamada popularmente a revista policial, são elementos concretos e cotidianos da vida desses jovens, que acabam por limitar suas atividades culturais e interpessoais ao circuito de Acari.

Encontrando suas maneiras de resistir e re-existir frente a um sistema que os considera “indesejáveis”, os moradores das favelas, e no caso do universo por nós acompanhado, jovens frequentadores das lan houses, vão elaborando e praticando estratégias de afirmação de seus desejos.

Durval, de 14 anos, fez seu blog sobre a série japonesa “Naruto”, seu programa predileto, e que, com ajuda da internet, pode assistir a mais episódios, como relata na oficina:

D – Eu gosto mais dessa comunidade aqui.  
 P – “Naruto dublado, censurado não” Por quê que você gosta?  
 D – Por causa que na televisão, eles cortam muita parte, parte que eu gosto, aí eu não gosto.  
 P – Muito bom isso, então você já tá identificando que a mídia censura várias coisas, o que passa na televisão, nem sempre é o que é.  
 D – É.

(Trecho da oficina em Acari. 12.09.2009)

Utilizando a internet como recurso para assistir aos episódios legendados e não censurados do seriado *Naruto*, Durval, a nosso ver, afirma seu gosto pela referida programação, decidindo o tipo e a qualidade de produto que deseja consumir, por exemplo, escolhendo os episódios com áudio original em detrimento dos dublados. Percebemos aqui, como em vários outros momentos relatados em nossa pesquisa, uma mediação feita por um usuário da lan house, frente aos produtos e tecnologias que se colocam disponíveis para ele na conjuntura globalizada.

Retomando as colocações de Adriana Facina (2009), é exatamente nessas brechas e mediações que as Políticas Públicas que se querem emancipadoras devem atuar. Para tal, é preciso romper com a concepção frankfurtiana de dessublimação da arte como degradação da cultura, lançando outro olhar sobre a diversão e o entretenimento. É necessário compreender, como afirma Walter Benjamin, que o popular não é a negação da cultura, mas sim sua própria experiência de produção. Sintetizando algumas reflexões sobre Indústria Cultural Martín-Barbero afirma:

Adorno pensa que tudo está perdido. Só a arte mais elevada, a mais pura, a mais abstrata poderia escapar da manipulação e da queda no abismo da mercadoria e do magma totalitário. Benjamin, pelo contrário, não aceita que o sentido tenha sido negado, absorvido pelo valor. Já que para ele “o sentido não é algo que cresça como o valor”, não é produzido, e sim transformado, pois depende do processo de produção. E então a experiência pode ter duas faces — um obscurecimento e um empobrecimento profundo —, mas, ao mesmo tempo, sem perder sua capacidade de crítica e de criatividade. (Martín-Barbero, 2006, p. 87)

É na transformação, bem como na experiência de produção, anunciada por Benjamin que pensamos a lan house como um espaço de possibilidades. Nos papos, nos blog's e nas entrevistas, percebemos criatividade, questionamentos, críticas, mediações..., e não papéis em branco que numa postura passiva consomem o que a indústria cultural oferece.

Partindo das ponderações apresentadas por Umberto Eco (2008), em seu livro “Apocalípticos e Integrados”, localizamos nosso trabalho entre esses dois polos que o autor apresenta da seguinte maneira:

...se os apocalípticos sobrevivem confeccionando teorias sobre a decadência, os integrados raramente teorizam e assim, mais facilmente, operam, produzem, emitem as suas mensagens cotidianamente a todos os níveis. O Apocalipse é uma obsessão do *dissenter*, a integração é a realidade concreta dos que não dissentem. (Eco, 2008, p. 9)

Reconhecer que há potencialidades nos usos da internet e das NTI's em geral não nos impede de identificar o processo de alienação produzido pelo capitalismo contemporâneo, e inserido na indústria cultural. Em tempos de apologia da internet e da compreensão da rede como suposta quebra total de barreiras, compartilhamos a afirmação de Umberto Eco: *“É nesses termos que a função dos apocalípticos tem uma validade própria, isto é, ao denunciar que a ideologia otimista dos integrados é profundamente falsa e de má fé.* (Eco, 2008, p.18)

É importante enfatizar, e isso pretendemos possibilitar a partir de nossas reflexões, que a alienação e a reprodução do padrão de consumo não são produzidas apenas no entretenimento. A educação e, sobretudo, suas instituições formais, desempenham um papel importante nesse processo.

Falando de sua realidade cotidiana, o que inclui não apenas violência e denúncias, mas práticas de jogos online, torcidas por times de futebol e gostos musicais, os participantes de nossas oficinas nos deram a oportunidade de compartilhar com eles suas mediações. Assim, ao final do último dia de oficina no Santa Marta, último lugar onde realizamos essa etapa da pesquisa, quando perguntamos aos participantes sobre o que acharam do curso, num rompante de descontração e sinceridade, eles respondem:

JC – Eu achei bem legal...

R – Eu achei maneiro...

N – Eu achei que tinha que ter mais tempo...

P – E vocês estavam imaginando que ia ser assim?

TODOS – Não...

JC – Chato!

P – Vocês pensavam que ia ser como?

JC – Uma mulher falando pra cacete, ensinando tudo o que eu já sei.

MT – “Ah, essa barra é aqui, e essa é aqui...”



N – Igual na FAETEC<sup>114</sup>.  
 TODOS – risos

(Trecho da oficina no Santa Marta. 19.06.2010)

Fazendo referência aos cursos oferecidos pelo poder público, na sede de uma escola pública estadual profissionalizante, aberta na subida do Santa Marta, os participantes dessa oficina falam do descompasso entre o que é ensinado e as suas realidades. Mesmo achando que nossas oficinas seriam chatas, “como os cursos da FAETEC”, eles apostaram, talvez por acontecerem no ambiente da lan house, embora não seja possível mensurar. O que fica, no entanto, é que a última oficina, devido a imprevistos, foi realizada às 10h da manhã de um domingo de sol e com jogo da seleção brasileira à tarde, e, mesmo assim a presença desses meninos significava o desejo de conhecer algo diferente, de aprender, desde que a partir das suas demandas, coisa que infelizmente a instituição escolar não tem feito.

#### **4.4 O que não é escola, nem nunca será! Encontros possíveis entre prazer e aprendizado**

Brincando com os versos de Chico Buarque, na canção *O que será?*, afirmamos nossa visão de que a lan house não é escola nem nunca será, porém, isso não significa que não reconheçamos práticas educativas nesse espaço. Ao contrário, o que propomos nesse item é a discussão sobre os aprendizados que são produzidos e compartilhados nesse estabelecimento, que geralmente é visto como oposto à educação, como podemos observar na reportagem a seguir que foi utilizada por nós como dispositivo nas oficinas.

##### **Lan House... só se for bem longe**

*Extra-* Publicada em 04/04/2009 às 15:05

RIO - Uma lei tem dividido a opinião de estudantes das redes privada e pública. De autoria da vereadora Lucinha (PSDB), a medida proíbe que lan houses e cyber cafés sejam instalados a menos de 300 metros de escolas. A Prefeitura do Rio está questionando a constitucionalidade da legislação.

A professora de educação física da rede municipal Regina Ghidalevich é favorável à lei.

---

<sup>114</sup> Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro.

- Chegávamos a entrar em contato com os pais, porque têm crianças que chegam a faltar até 20 dias. E os próprios colegas contavam que elas estavam na lan house - disse.

O que você acha da lei?

A estudante do Colégio Estadual Amaro Cavalcante Taíza Dantas, de 14 anos, também acredita que as lan houses acabam atraindo os estudantes.

- Seria bom proibir (lan houses perto dos colégios), porque tem muita gente que, em vez de ir para aula, vai para a lan house. Quem quer estudar vai depois da aula - acredita.

A vereadora Lucinha conta que vai pedir que a Procuradoria da Câmara se manifeste contra o pedido de inconstitucionalidade de sua lei.

- A lei foi motivada por pedidos de vários pais e professores preocupados com as crianças, não é inconstitucional - disse.

A Procuradoria Geral do Município informou que está analisando a lei. (Disponível em <http://extra.globo.com/noticias/rio/lan-house-so-se-for-bem-longe-262245.html>. Acesso em 30/01/2012)

Responsabilizada pela evasão dos alunos dos bancos escolares, as lan houses foram colocadas numa oposição à escola e à educação. Ao ler tal reportagem nas oficinas, a reação dos meninos era quase sempre a mesma. Balançavam a cabeça negativamente e apesar de em alguns casos reconhecerem que matavam aula para ir à lan house, diziam, no geral, que a escola era chata e que a proibição não adiantaria.

A reportagem veiculada pelo jornal Extra, de grande circulação no estado do Rio de Janeiro, converge a um dos debates que pretendemos travar neste item, qual seja: os (des)encontros entre escola, educação e lan houses. Ou ainda, a necessidade de superação da fictícia oposição: entretenimento x educação.

A esse respeito, retomamos o trabalho de Carla Barros (2011), que, ao acompanhar lan houses de duas comunidades cariocas, afirma:

No universo estudado, observa-se uma aprendizagem no jogo, através de um forte compartilhamento coletivo. O uso dos computadores na lan chama atenção em um aspecto específico—além dos usuários estarem interagindo com outros jogadores *online*, existe uma grande interação com as outras pessoas que estão no ambiente físico.

(...)

O aprendizado gira em torno de dicas sobre a lógica geral do jogo, seu passo a passo, as melhores estratégias, o significado das palavras em inglês e ainda a melhor forma de manusear o *mouse* e os teclados, a fim de se alcançar uma maior agilidade no jogo. (Barros, 2011, p.110)

Esse aprendizado, fruto do entretenimento, também pode ser percebido em nosso trabalho de campo, que em alguns momentos tomou formas bastante explícitas, como no trecho da transcrição de uma de nossas oficinas na lan house de Acari. Ao indagar os participantes sobre qual o jogo de que eles mais gostavam, Iuri, filho do Freitas, na época com 10 anos, responde:

I – Perfect World.  
 P – O que é o Perfect World?  
 I – Guerra.  
 B – Não é guerra, não!  
 I – É sim! Sobre bárbaros, arqueiros, guerreiros (...) Guerras, upar de level, ficar mais forte...  
 P – O que é upar de level?  
 I – Quê?  
 P – Vocês falaram aí duas palavras que são palavras do inglês, né?  
 I – É pra passar, é ficar mais forte.  
 P – O que é upar? Existe isso? Será em inglês? Ou vocês já aportuguesaram isso? O que é upar de level?  
 I – É upar de level!  
 P – E o que é level?  
 I – É subir, assim. Ficar mais forte.  
 P – Exatamente! Level é nível, né? Ou seja, vocês já tão falando inglês, sem saber que estão falando inglês.  
 I – Isso é inglês?

(Trecho da oficina em Acari. 26.09.2009)

Na conversa que se seguiu a esse episódio, foi possível observar que a habilidade com a língua inglesa que Iuri apresenta ao jogar cotidianamente na lan house é ignorada em suas aulas de inglês na escola. Tal postura não se restringe a essa disciplina, pois como professora de história identifiquei várias temáticas que poderiam ser abordadas a partir dos jogos que foram citados nessa oficina. No entanto, como ratifica Carla Barros, *“De fato, encontra-se amplamente disseminado na sociedade, e em grande parte nas práticas educacionais, um discurso anti-games devido a seus possíveis efeitos “maléficos” no rendimento escolar dos alunos.”* (Barros, 2011, p.113).

E assim, encastelada em seus muros, a escola insiste em separar prazer e aprendizado, diversão e educação, buscando, quando muito, “didatitizar” práticas que extrapolam suas cercas como: jogos, vídeos e músicas, entre outras. Nessa movimentação, não percebem que crianças, adolescentes, jovens e inclusive adultos (Educação de Jovens e Adultos- EJA) evadem não apenas porque o que está lá fora é mais interessante, mas porque o que está dentro da escola não os convoca. Logo, uma nova pedagogia, uma nova relação com o saber é urgente.

No livro intitulado Cibercultura, Pierre Lèvy (1999) dedica um capítulo ao que denomina de nova relação com o saber. Compreendendo que estamos imersos num mundo mediado pela tecnologia, o que implica novos espaços (Ciberespaço) e novas práticas e relações (Cibercultura), o filósofo apresenta ao leitor três constatações importantes – a intensa velocidade das informações, saberes e conhecimento, produz a necessidade de o professor desapegar-se do lugar

de único detentor do saber e do conhecimento. Além disso, as mudanças no campo do trabalho resultam na ideia de que trabalhar cada vez mais implica troca de saberes; e o fato de o ciberespaço suportar tecnologias intelectuais que amplificam/exteriorizam e modificam funções cognitivas humanas. (Lévy, 1999, p. 157)

Dialogando com as mudanças necessárias anunciadas por Lévy, trazemos o relato dos problemas ocorridos com Nivaldo, quando ele realizou um curso de informática na FAETEC .

N – É o curso da Faetec, foi assim, na sala, tinha mais gente mais velha. E eu era um dos mais novos, tinha 16 anos na época, no começo do ano. Aí tinha 16 anos, aí tinha de 40 que parecia que nunca tinha mexido em computador. Mas sendo que eu era o único moreno de lá, assim que a pessoa escrevia no quadro eu pegava no mesmo ritmo do que ela, aí fazia a parada certinha, no mesmo tempo que ela fazia, aí conta assim pra salvar, conta assim pra colar, essas paradas tudo eu já sabia, já botei tudo do alto na frente, mas ela não gostava muito que eu adiantava, eu falava “professora, acabei”, e ela não gostava, não. Teve um dia que ela me acusou até de bandido.

(Entrevista com Nivaldo. Santa Marta. 10.10.2010)

Nivaldo, ao relatar esses episódios ocorridos no curso, sempre destacava o fato de ele ser “moreno”, o que a nosso ver indica sua percepção de racismo da referida professora. Ainda que compreendendo a gravidade de tal preconceito, queremos para objetivo deste trabalho, centrar nossa discussão no incômodo com a rapidez com que o aluno desenvolvia as atividades planejadas, destoando do restante da turma.

Como professora, sei da dificuldade de lidar com uma turma mista, idades e ritmos de aprendizados variados, que bagunçam nossos planejamentos e referenciais, problemática que não deve recair apenas sobre o docente, e sim deve ser pensada e resolvida conjuntamente com o corpo gestor da instituição de ensino. No entanto, o que assistimos recorrentemente nos bancos escolares ou de instituições ligadas ao ensino é a padronização dos ritmos e tempos de aprendizado, sendo rechaçado e patologizado todo e qualquer tipo de diferença, tanto os “mais acelerados” quanto os “mais lentos”<sup>115</sup>.

É disso que nos fala Nivaldo, a partir de sua experiência no curso público realizado em sua comunidade. Impossibilitada de deslocar-se do lugar de saber, ou ainda de lidar com a diferença dentro da sala de aula, a professora do curso de informática, da FAETEC, assim como

---

<sup>115</sup>A esse respeito, ler MONTEIRO, Helena Rego. A medicalização da vida escolar. Dissertação defendida no Programa de Pós Graduação em Educação, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

tantos outros professores, vem afastando da educação formal aqueles que não “entram no ritmo”. Em sua entrevista, Nivaldo continua a relatar...

N – Porque tinha assim, porque no começo que eu entrei, ela falou “cria tua pasta”. O nome da minha pasta, invés de botar meu nome, eu botava Nick, só. Aí enquanto tava chamando “professora, me ajuda aqui”, eu já tinha acabado. Aí ela não gostava do meu modo de acabar assim, aí ela pensou “Que você tá fazendo aqui? Tá fazendo o que aqui, pra se distrair da polícia? Pra falar que tá fazendo alguma “coisa”. Porque a maioria dos moradores hoje em dia como era alguma coisa, rapidinho arrumavam alguma coisa pra se distrair.

P – Ah, entendi. Essa foi uma estratégia. Quando a UPP chegou, quem tava de alguma forma envolvido ia fazer algum curso, ia fazer alguma coisa pra poder disfarçar, é isso?

N – Isso aí mesmo.

P – E ela era daqui do Santa Marta, a professora?

N – Não, não era daqui não. Não sei nem onde ela mora, era meio senhorinha.

(Entrevista com Nivaldo. Santa Marta. 10.10.2010)

Somada à dificuldade de mudança de paradigma na relação professor-aluno, assistimos à dificuldade de se romper com preconceitos, ao propor ações públicas para as favelas cariocas. Ressaltamos que tais ações, em geral, são elaboradas para as favelas e não com esses sujeitos, dificultando seu enraizamento. Agregado a esse fator está a maneira como os responsáveis por essas ações, no caso analisado, os educadores envolvidos nos cursos oferecidos pela instituição pública profissionalizante, enxergam o público-alvo de suas ações.

Enquanto esses forem vistos como ex-bandidos ou bandidos em potencial e não como alunos ou ainda, crianças, jovens e adultos em situação de aprendizado, a troca de saberes encontrará barreiras para se efetivar. O descrédito nos cursos oferecidos pelo poder público dentro do Santa Marta também nos foi relatado numa conversa informal com Gerson, dono da antiga lan house situada no pé da escadaria principal da favela onde nasceu e foi criado. Segundo ele, que é aluno da FAETEC, não tem quase nenhum aluno do Santa Marta lá, a maioria vem de fora para estudar.

A fala de Gerson encontra ressonância com o que Nivaldo nos informa em sua entrevista:

P – E tem curso de inglês aqui no Santa Marta?

N – Tem, mas não cheguei a fazer ainda não.

P – Lá na Faetec?

N – É, mas eu não levo muita fé nesse curso, não. Levo, não.

P – Por quê?

N – Ah, só o básico, ensina o básico. E o básico a pessoa aprende jogando mais ou menos.

P – Você aprende inglês jogando?

N – É, eu aprendo mais ou menos lá (no jogo). Os cara manda assim pra mim eu vou lá, salvo, vejo no Google, rapidinho decora.

(Entrevista com Nivaldo. Santa Marta. 10.10.2010)

Em nossa hipótese, cansado de ser tratado com preconceito, num curso em que já dominava algumas informações e mesmo assim era desvalorizado, Nivaldo, como os outros participantes das oficinas no Santa Marta, nutre um descrédito frente aos cursos oferecidos pela FAETEC. Fica patente a demanda destacada por Pierre Lévy em relação ao reconhecimento das experiências adquiridas, segundo o autor:

Se as pessoas aprendem com suas atividades sociais e profissionais, se a escola e a universidade perdem progressivamente o monopólio da criação e transmissão do conhecimento, os sistemas públicos de educação podem ao menos tomar para si a nova missão de orientar os percursos individuais no saber e de contribuir para o reconhecimento dos conjuntos de saberes pertencentes às pessoas, aí incluídos os saberes não-acadêmicos. (Lévy, 1999, p. 158)

No dilúvio de informações – imagem que Lévy utiliza para falar de nossa era –, que vivemos, a escola se mantém firme na tentativa de ser uma Arca de Noé capaz de sintetizar amostras do social. Nessa movimentação, a instituição escolar não percebe que a Arca de Noé é um mito e que, ainda assim, abarcou apenas o que estava no alcance daquela região. Logo, cabe a nós, educadores, reconhecermos que nossas arcas são sempre provisórias e que assim como a rede de que nos fala Rubens Alves (2007), elas não abarcam o todo.

Além de não abarcar o todo, temos a impressão, como professora e pesquisadora, que a escola vem deixando fora de suas arcas e redes os saberes juvenis. Em nossa hipótese, a instituição escolar tem um grande desafio, a nosso ver não superado, de acolher a diversidade juvenil, buscando não sufocá-la ou mesmo escondê-la. Em seus estudos sobre juventudes e escola, o educador Juarez Dayrell (2007) indica que atualmente vivenciamos um período de reinstitucionalização permanente, caracterizado pela passagem da sociedade disciplinar para sociedade do controle, em que o dentro e o fora estão cada vez mais indissociáveis.

Nessa conjuntura, não somente os jovens devem ser analisados, mas, sobretudo, a escola deve ser problematizada, para atender aos desafios e demandas das juventudes contemporâneas, pois, como destaca o autor, existe no país uma nova condição juvenil, e se é bem verdade que a escola se abriu para novos sujeitos, ela não se redefiniu, mantendo os mesmos modelos, metodologias e pressupostos. Assim, num momento em que os muros da escola estão ruindo e

que a vida juvenil permeia e destrói as fronteiras imaginárias entre o dentro e o fora, novas questões se colocam, como: quais são os espaços de educação, cultura e saber dos jovens cariocas?

No século da informação e da velocidade, a escola foi destronada de seu lugar de saber e sociabilidade, o que não anula a permanência bastante intensa de tais dimensões na instituição escolar. No entanto, os jovens do século XXI, com cada vez mais frequência, aprendem e se socializam para além ou apesar da escola, e a nosso ver um espaço, que, na realidade das favelas cariocas, assume um lugar especial para tais finalidades, é a lan house. Como exemplo, destacamos um trecho da última oficina realizada na lan house do Santa Marta:

P – O que as pessoas falavam dos cursos que têm na Faetec<sup>116</sup>?

JC – São muito chatos. Eles ensinam o que a gente já sabe: Desligar o computador e ligar, essas coisas.

P – Você acha que se fizessemos mais cursos assim na lan house, de ensinar twitter, montar vídeos, criar mesmo vídeos. Você acha que iria ter gente interessada?

JC – Muita, muita gente...

P – E esse tipo de coisa não se ensina nesses cursos que tem na Faetec e na Associação de moradores?

JC – Não, não. Nunca fui para nenhum curso daqui (do Santa Marta) não.

P – Mas tem algum motivo específico? Por quê você nunca foi?

JC – Muito chato. Quando eu fui era pra ligar o computador e desligar. Aí não me envolvi muito não.

(Trecho da oficina no Santa Marta. 19.06.2010)

Tais relatos nos indicam que esses jovens possuem muito desejo de aprender, no entanto, desejam que tais ensinamentos sejam passados de uma forma significativa, conectada à sua realidade de uso. Ao abordarmos redes sociais em nossas oficinas, acabamos por auxiliar na utilização dos e-mails, sites de busca da internet e recursos do pacote Microsoft. No entanto, todos esses aprendizados estavam conectados ao objeto de interesse deles: o Orkut, o youtube, o blog, o twitter.

Cabe ressaltar que, apesar de vislumbramos na lan house um espaço de educação e sociabilidade, não propomos uma escolarização desse espaço, pois como aponta Dayrell:

(...) há o risco de uma escolarização das expressões culturais juvenis, numa formalização e numa artificialização de tais práticas que pouco acrescentam à formação do jovem.

---

<sup>116</sup>Escola Profissionalizante da rede pública, situada dentro do Santa Marta.

Outra tendência que se pode observar nessas propostas é a ampliação excessiva das funções da escola, principalmente naquelas cujos alunos são caracterizados como “jovens em situação de risco”. (Dayrell, 2007, p. 1123)

Nossa proposta é de um encontro entre as práticas escolares e as práticas desses jovens em seu dia a dia, o que inclui as práticas nas lan houses. O objetivo aqui não é a lan house assumir as tarefas e metas de que a instituição escolar não dá mais conta, mas sim, que tais espaços sejam reconhecidos como produtores de saber, cultura e sociabilidades. Criando novas relações com o saber, os frequentadores das lan houses aprendem inglês jogando, manipulam tecnologias baixando música, passando vídeos por bluetooth, entrando e saindo de sites para aprender o que desejam. Assim, eles criam novas formas de aprender a partir de seus desejos e, por consequência, aprendem somente o que para eles importa. Eis um ponto crítico para se pensar as Políticas Públicas.

#### **4.5 “Nem foi tempo perdido. Somos tão jovens”<sup>117</sup>**

Quem nunca ouviu a frase: “para de perder tempo nesse computador!”? O subtítulo escolhido dialoga com essa máxima, recorrentemente, dirigida aos jovens internautas que passam horas a fio conectados à internet. A oposição real X virtual que permeia o olhar dos que não nasceram sob a égide da informática e da internet insiste em caracterizar o tempo online como tempo perdido, em especial quando se trata de jovens navegando em jogos e redes sociais. Mas seria, de fato, esse um tempo perdido?

Para grande parte da juventude contemporânea, estar no mundo é estar conectado. Mas de que juventude estamos falando? O que aproxima e/ou afasta um jovem do Leblon (zona de alto poder aquisitivo no Rio de Janeiro) que apesar de possuir um computador de última geração e internet de alta velocidade em casa, ainda assim, frequenta espaços de usos coletivos da rede, de um jovem da favela de Acari? Podemos falar do ser jovem como algo bem delimitado e definido?

---

<sup>117</sup>Trecho da música “Tempo Perdido”, da banda Legião Urbana.



Essas foram algumas das indagações que estimularam nossas reflexões sobre juventude, pensando-a como um conjunto de práticas e não como uma categoria fechada. O que propomos, após conhecer um pouco mais sobre os frequentadores das lan houses estudadas, é levantar algumas questões que vimos discutindo acerca dessa temática. De início, destacamos que o debate sobre identidade é bastante delicado, visto que parece sempre andar à beira de um penhasco, correndo o grande risco de cair em categorizações simplistas que não dão conta da realidade social, ou mesmo de produzir um generalismo sem tamanho que em nada contribui para as análises dos processos históricos.

Fica patente que tentaremos manter o equilíbrio ao caminhar à beira dessas falésias, o que infelizmente não nos isenta de tombos no percurso. Partimos então da afirmação de Philippe Ariès, para quem

O nome pertence ao mundo da fantasia, enquanto o sobrenome pertence ao mundo da tradição. A idade, quantidade mensurável com uma precisão quase que de horas, é produto de um outro mundo, o da exatidão e do número”. (Ariès, 1981, p.30)

Esses diversos mundos alteráveis e modificados ao longo da história das sociedades comprovam que as categorias não são estáticas, mas sim historicamente criadas e situadas.

De forma pioneira, os estudos de Ariès indicam que: a criança, o jovem, o idoso, a família precisam ser compreendidos dentro de sua sociedade e de seu tempo. Assim, cada época e cada sociedade definem de maneira diferenciada o que é ser jovem. Observamos com isso que os limites e as características de cada uma das “fases da vida” são produtos históricos, invenções socioculturais e não uma cronologia única e atemporal.

Dialogando com essas ponderações, alguns autores optam por utilizar o termo “condição juvenil”, que, segundo Juarez Dayrell,

Refere-se ao modo como uma sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo da vida, no contexto de uma dimensão histórico-geracional, mas também à sua situação, ou seja, o modo como tal condição é vivida a partir dos diversos recortes referidos às diferenças sociais – classe, gênero etnia e etc. (Dayrell, 2007, p. 1108)

Em nossa pesquisa, alguns recortes aparecem demarcados com mais clareza, os jovens que conhecemos nas lan houses estudadas são moradores de favela, inseridos numa condição de classe subalterna, majoritariamente do sexo masculino, negros e pardos num contexto no qual tal

perfil é visto como “ameaça das classes perigosas”. No contexto carioca em que vivemos, a imagem do bandido em potencial, disseminada pelo senso comum, se encaixa nos traços desses jovens que conhecemos nas lan’s de Acari e do Santa Marta, fator que incide diretamente na produção de sua condição juvenil.

Como apontamos, ao pensar a realidade brasileira, sobretudo a carioca, devemos evitar o equívoco de tomar uma parte da juventude como sendo seu todo, imaginando que essa constitui uma unidade social que compartilha naturalmente os mesmos anseios e objetivos. Como afirma Regina Novaes (1998), tal movimentação incorre no risco de pasteurização das juventudes, ignorando as diferenças de cunho: econômico, racial, étnico e de gênero, entre outras. Consta-se com isso uma pluralidade do que se configurou chamar de juventude e dada essa constatação, oriunda não apenas de diferentes experiências, mas também dos multipertencimentos, adotaremos o termo juventudes no plural.

Acreditamos que, mesmo marcado por significativa fluidez, o conceito de idade influencia as reflexões sobre as juventudes, permitindo-nos falar de uma experiência geracional comum que apresenta múltiplos desdobramentos. Se pensarmos nos jovens das favelas por nós estudadas, identificamos desdobramentos/práticas: evangélicas, funkeiras, traficantes, rappers, pagodeiras, de militância social, dentre outras. Ou seja, trata-se de uma experiência geracional compartilhada, que se desdobra em práticas distintas que não estão apartadas, ao contrário, no geral se misturam, produzindo diferentes formas de ser jovem na favela. Porém, a nosso ver, frente à sociedade exterior à favela e ao poder público, essas juventudes são pasteurizadas, julgadas e condenadas a um mesmo tratamento, que se alterna entre a extrema violência e a piedade.

Tal homogeneização pode ser percebida com destaque, quando abordamos a criminalização dos jovens moradores das periferias cariocas. Como aponta Novaes:

(...) via de regra quando se fala em delitos entre os jovens abastados busca-se explicações psicológicas, médicas ou – no máximo – no âmbito da “delinqüência juvenil”. Já os jovens pobres – em situações semelhantes – são imediatamente “emancipados”, retirados da juventude e jogados no mundo adulto, no “mundo do crime”. (Novaes, 1998, p. 07)

Assim, percebemos um conceito de juventude tendenciosamente elástico, que é recorrentemente utilizado pelo senso comum e pelo poder público, alternando entre ampliação e redução da faixa etária, de acordo com a origem social do segmento juvenil em questão. Porém,

se é possível identificar tal distinção, na visão de Novaes, as juventudes cariocas vêm compartilhando uma experiência comum, marcada em dois aspectos: a) insegurança em relação ao trabalho e b) crescimento da violência urbana. A nosso ver, tais aspectos atingem de forma e intensidade diferenciadas as juventudes cariocas, em especial os moradores ou não das favelas e periferias do Rio de Janeiro. Em nossa hipótese, a autora também compartilha de tal ideia, pois é bastante crítica ao questionar o mito da igualdade de oportunidades, principalmente no que tange às avaliações de Políticas Públicas para juventudes, o que ganhou suma importância em nossa pesquisa.

Podemos citar, como exemplo, o próprio acesso à internet, que foi anunciado em rede nacional, como sendo livre e gratuito para todos os moradores do Morro Santa Marta, em Botafogo. As reportagens e entrevistas do período ressaltam uma igualdade de condições, uma oportunidade de emancipação. No entanto, em nosso trabalho de campo, constatamos a ineficiência do serviço, que não se adequou à realidade geográfica do Santa Marta, inviabilizando o acesso, em vários pontos do morro. Além disso, destaca-se a lentidão da conexão, a demanda por possuir computador com tecnologia wireless e, em alguns casos, a instalação de uma antena para conseguir captar o sinal da rede.

O que se configura é que as juventudes cariocas possuem demandas e práticas que as aproximam e afastam, o que obriga o pesquisador que assume tal segmento como objeto de estudo a adotar teorias que deem conta de tal heterogeneidade. Rossana Cruz (s/d) em suas pesquisas propõe uma dupla perspectiva de análise: uma “história cultural da juventude” e uma “análise empírica das identidades juvenis”. Com essa bifurcação teórica, Cruz rompe com as divisões essencialistas, captando as relações de forças presentes nos processos histórico-sociais, focando as interações e configurações que vão assumindo os grupos juvenis, escapando das simplificações que colocam a juventude como algo dado e não constantemente constituído por um conjunto de práticas.

Compartilhamos, assim, a ideia de que as identidades não são monocausais e sim complexas e multidimensionalmente articuladas aos aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais. Emergindo dessa heterogeneidade não só dos frequentadores das lan houses pesquisadas, mas das novas práticas na rede, podemos citar fenômenos recentes que são bem interessantes. No Egito, a mobilização com cerca de 90 mil pessoas que resultou na saída do ex-ditador no poder há 30 anos, foi convocada pelo facebook. Também no Rio de Janeiro, o facebook assumiu uma perspectiva de denúncia e resistência, pois usuários do metrô utilizaram a

rede social para organizar um ato contra o aumento do valor da passagem e protestos de apoio à greve dos bombeiros, dentre outros.

A nosso ver, os exemplos acima nos demonstram que esses internautas não se restringiram ao mundo virtual e foram às ruas protestar. Não se adaptando à “militância de sofá”, como é denominada pejorativamente essa modalidade de protestos que se restringem ao universo online, os atores de tais episódios construíram uma composição entre on e o offline.

A velocidade da informação, bem como sua capacidade de compartilhamento viral nas redes sociais, assume uma importante potencialidade no contexto de resistência, sobretudo, se pensarmos sobre o prisma da denúncia. No entanto, não basta indignação e denúncia com as situações de opressão e desigualdade, esses são requisitos fundamentais e impulsionadores, porém, a alteração do *status quo* demanda organização e enfrentamentos, que, na sociedade na qual vivemos, ainda se dão, majoritariamente, no universo offline.

Como indica Milton Santos (2006), apropriar-se das ferramentas tecnológicas da sociedade da informação é afirmar sua possibilidade de ser de outra maneira e construir, na prática, outra globalização. Para o sociólogo Manuel Castells (2003), a internet tornou-se um meio de expressão e organização desses tipos de manifestações, que coincidem numa dada hora e espaço, provocando impacto através do mundo da mídia, e atuando sobre instituições e organizações, por meio das repercussões de seu impacto sobre a opinião pública. Assim, ao coincidir numa dada hora e espaço tais manifestações, a nosso ver, perpassam as fronteiras do on-offline, amplificando seu raio de atuação.

Mesmo que sem organizar enormes passeatas ou protestos de visibilidade através da internet, procuramos ao longo desse trabalho demonstrar que com suas idas à lan house e com navegações pela internet, os clientes do Freitas e do Wagner iam além de uma inserção no consumo digital. Seus usos e mediações afirmam desejos, escolhas e cotidianos, pois, como afirma Juarez Dayrell, “*Os jovens tendem a transformar os espaços físicos em espaços sociais, pela produção de estruturas particulares de significados.*” (Dayrell, 2007, p.1112).

Significando a lan house para muito além do acesso à internet ou aos jogos online, os frequentadores das lan’s de Acari e do Santa Marta transformam o estabelecimento num *point* jovem da favela. Não podemos esquecer que o contexto dessa pesquisa se deu em duas favelas do Rio de Janeiro, cujas armas, polícias e violências são elementos bastante marcantes no território, influenciando, como vimos, toda a dinâmica local.

Nos versos “*Dizem que bala é perdida, mas quem tá perdido é a gente. Salve-se quem puder porque no Rio o Chumbo é quente*”<sup>118</sup>, os funkeiros Júnior e Leonardo sintetizam a experiência comum de ser jovem numa cidade que assiste ao crescimento da violência urbana, estimulada por uma Política de Segurança Pública ineficaz. As juventudes cariocas, ainda que com intensidades distintas, convivem com a violência. São massificadas por uma mídia que vende a ideia de uma guerra urbana tão sangrenta como as dos jogos eletrônicos, e que apresenta como solução o investimento em armas e operações de policiamento, que se alternam entre o confronto sangrento ou o extremo controle.

Nesse contexto carioca, os muros da escola, das cadeias ou dos condomínios não são mais contenção, tornando patente a falência de um modelo de organização/segregação social. O que tal realidade denuncia é a urgência de novos olhares e práticas para essa sociedade, movimentação que, a nosso ver, deve não só emergir da sociedade civil, mas principalmente dos órgãos do poder público.

Assim, ao adentrar numa favela, o Estado deve se preocupar em oferecer não somente seu braço armado para essas juventudes. Esses jovens precisam ser ouvidos e ter suas demandas e desejos incorporados às políticas que supostamente irão afetá-los, pois, possivelmente haverá distinções entre a visão que esses sujeitos possuem da favela e aquela que orienta os gestores governamentais. Afinal, para esses jovens que conhecemos em Acari e no Santa Marta

...a periferia não se reduz a um espaço de carência de equipamentos públicos básicos ou mesmo da violência, ambos reais. Muito menos aparece apenas como espaço funcional de residência, mas surge como um *lugar* de interações afetivas e simbólicas, carregado de sentidos. (Dayrell, 2007, p. 1112)

E nesse lugar de interações afetivas e simbólicas, na periferia, insere-se a lan house, ou ainda, como preferimos adotar, na favela. Em nossa hipótese, o ambiente da lan house é bastante revelador das novas demandas e práticas juvenis e, por isso, um olhar investigativo sobre ele pode contribuir para um mapeamento dessas juventudes.

É importante notar que a fluidez desses novos tempos, que constitui os jovens de hoje, deve ser visto como elemento positivo, multiplicando, por exemplo, os espaços de saber, tendo a clareza de que a dimensão educativa não se reduz à instituição escolar. A educação não-formal, a

---

<sup>118</sup> Trecho do funk “Rio de Janeiro Chumbo Quente”, de autoria de Mc Júnior e Leonardo.

produção e práticas de saberes e habilidades devem ser identificadas e estimuladas para além do modelo escolarizado. Com essa movimentação, poderemos incorporar as novas práticas educativas, sociais e culturais que emergem dessas juventudes.

Por último, cabe destacar que os jovens de hoje vêm encontrando/inventando novas formas de resistência e manifestação, e a internet assume um papel cada vez mais importante nesse processo. Logo, não podemos incorrer no erro saudosista de comparar os jovens de hoje com a geração 1968, ou mesmo com os “caras pintadas”. Os jovens de hoje são apenas a sua geração, filhos do seu tempo, experimentando ser jovem nesses tempos volúveis.

E assim, retomamos os versos da canção *Tempo Perdido* na qual a banda Legião Urbana afirma “*Nem foi tempo perdido, somos tão jovens!*”, para compartilhar nossa hipótese de que esses jovens que conhecemos em Acari e no Santa Marta, frequentadores das lan houses estudadas, estão cotidianamente declarando em alto e bom som: “*Temos nosso próprio tempo!*”

## Considerações finais

*“Para mim, basta. Nunca mais farei qualquer coisa para alguém de uma faculdade.” Perguntei por que se sentia daquele modo. “Sempre dei meu tempo para eles. Sempre buscava coisas nos arquivos para eles e respondia a todas as questões o melhor possível. Nunca pedi nada em troca, porém dizia a eles: ‘Quando terminar, mande para mim uma cópia do que você escrever, certo?’ Eles sempre diziam que sim, que teriam prazer em fazer isso, mas até hoje nada recebi de volta. ‘Então, quero que vão todos pro inferno.’”*

*(...)*

*Os pesquisadores sociais não perderam nada com a decisão de Frank Luongo de não lhes prestar mais qualquer ajuda, porque poucas semanas depois de nosso encontro ele morreu. Cito suas últimas palavras a mim, na esperança de que futuros pesquisadores façam um pouco mais de esforço para cumprir as promessas feitas às pessoas no campo, mesmo que depois não precisem mais delas.*

(Foote-Whyte, 2005, p. 342/343)

Para quem e para que foi feita esta tese? Quais são os interlocutores de nossa escrita? Qual o lugar de um trabalho sobre e com a favela, que se propõe comprometido? É certo que sempre há um hiato entre os objetivos dos pesquisadores e as demandas dos sujeitos da pesquisa. Além disso, o jogo de forças presente numa investigação, sobretudo, naquelas que se assumem desde o início como pesquisa-intervenção, pode causar crises como a que relatamos em nosso primeiro capítulo.

No entanto, partimos do pressuposto de que garantir uma pesquisa ética é não apagar os envolvimento e conflitos, vistos por muitos como máculas ao purismo acadêmico. Ao contrário, dar visibilidade a esse percurso em nossa escrita é mostrar que não somos melhores do que aqueles que estudamos e que a permanência ou desaparecimento do campo após a conclusão de um trabalho podem falar não apenas de um descaso, mas também de um grande envolvimento.

Nas palavras de William Foote Whyte, em seu célebre estudo realizado na década de 1930, numa área popular de Boston, encontramos o ponto que fecha, provisoriamente, a rede que lançamos nesse mar. Como autor que se tornou um clássico nos estudos da Antropologia urbana e das Ciências Sociais, como um todo, aponta: *“Num certo sentido, o estudo de uma comunidade*

*ou organização não tem um ponto final lógico. Quanto mais você aprende, mais coisas vê para aprender.*" (Whyte, 2005, p. 321).

Cientes do muito que ainda temos para aprender sobre e com os moradores do Santa Marta e Acari, apresentamos nossas considerações finais que estão circunscritas temporal e geograficamente. Assim como uma mesma rede jogada ao mar diversas vezes pesca diferentes espécies e quantidades de peixes, a rede que tecemos também possui tal propriedade.

Primeiramente, como que separando as diferentes espécies de peixes que pescamos com nossas múltiplas tramas, apresentamos alguns balanços, análises e o que vislumbramos como perspectivas futuras de estudos. De início, destacamos as reflexões acerca da produção historiográfica sobre o contemporâneo e a pesquisa social no tempo presente como um todo.

A nosso ver, pesquisar com as pessoas implica um compromisso ético de dar visibilidade não apenas aos resultados finais, mas ao percurso feito pela investigação, o que inclui erros e acertos. Inspirados no clássico de Whyte (2005), que em seu trabalho de Antropologia urbana chega a revelar o ápice de seu envolvimento com o campo de estudo, quando relata ter participado ativamente de uma fraude no processo eleitoral local, procuramos trazer ao longo desse trabalho não apenas o que julgamos positivo, mas também os percalços vivenciados.

Isso é fundamental para manter acesa a crítica à imparcialidade, concepção que, apesar de fortalecida na esfera acadêmica, ainda encontra ressonância como forma de desvalorização dos trabalhos comprometidos com a problematização e alteração do *status quo*. Nesse sentido, analisar os nossos registros de campo, implicações e sobreimplicações como pesquisador é também compreender que estamos imersos numa sociedade midiaticizada, que vende a imagem da favela como local exclusivo de carência e perigo. E assim, mesmo críticos, nós de maneira mais ou menos acentuada levamos esses signos marcados, ainda que em nosso inconsciente, demandando que um trabalho de campo, em especial, nas favelas requeira uma constante problematização das ações e olhares, com vistas a desnaturalizar os preconceitos enraizados em nós.

Outro aspecto a ser destacado, principalmente no intuito de contribuir em pesquisas futuras, é o fato de que é importante ouvir os silenciamentos, na conjuntura da favela, onde o morador aprendeu desde muito cedo que falar demais pode gerar implicações sérias. Além de escutar e compreender os silêncios, é fundamental problematizar os discursos produzidos, analisando seu contexto de produção, em que a grande mídia vende as imagens de: favela perigosa e sua salvação através das UPP's. Nesse sentido, nossa bagagem nos estudos



linguísticos nos indica que a Política de Segurança Pública no Rio de Janeiro, seus impactos e discursos formam hoje um importante campo de investigação para a Análise de Discurso, esmiuçando a força da linguagem, para reforçar ou modificar estruturas de poder.

Com isso, afirmamos a importância da interdisciplinaridade na produção histórica, que, no caso específico de nossa pesquisa, se observou mais intensamente com a Antropologia e a Psicologia Social. A partir desse diálogo, nossa rede de pesca constituiu-se de diversas tramas, podendo pescar bem mais do mar da realidade investigada.

Um aspecto importante que podemos concluir nessa pesquisa é a lan house como sendo um território de afirmação da identidade juvenil no contexto da favela contemporânea. Como já relatado em nosso trabalho, o fato de ter computador com internet em casa não significa que esses jovens deixem de frequentar a lan house. Nesse sentido, destacamos o risco das pesquisas, sobretudo aquelas que recentemente, numa perspectiva integrada ao sistema e buscando garantir a louvação das Políticas Públicas, fazem uma linha direta entre possuir computador e internet em casa e deixar de ir à lan house.

Tais investigações, que, no geral, limitam-se à aplicação de questionários, com perguntas objetivas, esquecendo-se de que as perguntas que fazemos dialogam também com os resultados que queremos, simplesmente não entenderam a complexidade desse espaço da favela e da lan nesse contexto. Revelador de novas demandas e práticas juvenis das classes populares urbanas, vislumbramos a lan house como um importante campo de estudo para quem deseja investigar as juventudes contemporâneas, temática que trabalhamos em nosso último capítulo, mas que, em nossa visão, requer uma investigação específica.

Fica patente a potencialidade de uma pesquisa qualitativa, que prioriza o acompanhamento do cotidiano, podendo revelar informações que passariam despercebidas nas pesquisas quantitativas, que, obviamente, possuem a sua importância, mas apresentam, de maneira inerente, as brechas de um “voou panorâmico”. Com isso, apontamos a necessidade de outras pesquisas que gerem um olhar qualitativo sobre as lan houses no Brasil.

O rico material que vem sendo gerado pelos relatórios do Centro de Estudos sobre Tecnologias da Informação e Comunicação (CETIC) demandam uma análise minuciosa, que a nosso ver pode ser enriquecida quando articulada a trabalhos qualitativos. Como exemplo, no caso das lan houses, identificamos como prioridade de investigação verificar se houve um decréscimo na abertura de lan houses, ou mesmo redução de tais estabelecimentos com o

fechamento dos mesmos, levantando dados que apontem se o fato ocorre porque as pessoas não frequentam mais a lan house, ou porque ela tornou-se inviável economicamente.

Articulando a perspectiva quantitativa e a qualitativa, tal iniciativa, a nosso ver, pode inclusive ser implementada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, já que o relatório TIC Lan House 2010 aponta que as lan houses são majoritariamente empreendimentos familiares, em conjunto com a Associação Brasileira de Centros de Inclusão Digital (ABCID). O desenvolvimento de uma ação como essa, além de levantar importantes dados de pesquisa, pode contribuir diretamente com a elaboração de Políticas Públicas que visem à capacitação na área de viabilidade econômica que destoem da lógica do empreendedorismo individual que marca as iniciativas do SEBRAE.

Cabe destacar que ao longo deste trabalho identificamos inúmeros fios de investigação, que, a nosso ver, seriam temáticas bastante interessantes para o campo de estudos da Administração Pública, Sociologia e Antropologia Urbana, Comunicação e, por que não, assim como nós, a História. Proporcionando não apenas avaliações e indicadores de ações já realizadas, tais estudos poderiam contribuir diretamente com a elaboração de propostas futuras, corrigindo e melhorando aspectos negativos e/ou insuficientes das ações anteriores. Aqui, traremos alguns exemplos.

A realidade por nós acompanhada revela a importância de um estudo sobre o real impacto da implementação dos projetos de internet banda larga gratuita, bem como uma avaliação crítica de como são escolhidos os locais e a sua implementação. Elementos importantes para análise, dizem respeito não apenas à aplicação de questionários, mas à verificação se a implementação da Política Pública contou com oficinas e palestras de esclarecimento sobre a utilização do serviço, se esse demanda a aquisição de aparelhagem específica, como antenas, dentre outros elementos, que por vezes passam despercebidos em análises macro, mas que se revelam como cruciais na efetivação da Política Pública.

A temática da disponibilização de internet banda larga gratuita no Rio de Janeiro também dialógica com outra questão importante: a desigualdade geográfica das Políticas Públicas em nossa cidade. Assim, uma investigação como essa, ao revelar a concentração de investimento nas zonas sul e centro da cidade, incorporando, quando muito, áreas turísticas, como região do Maracanã e da Barra, levantam questionamentos acerca do modelo de cidade implementado pelos governantes do Rio de Janeiro.

Na esteira dessa discussão que em nossa pesquisa apresentou-se de maneira mais intensa no acompanhamento da lan house do Santa Marta, favela dita modelo por ter sido a primeira comunidade pacificada, ressaltamos a importância de análises acadêmicas. É preciso que elas sinalizem, mesmo que de maneira projetiva, através dos dados já existentes, como ficarão as favelas após alguns anos de pacificação, tendo como corte de investigação o final do calendário de mega eventos na cidade com a realização das Olimpíadas de 2016.

De maneira inescrupulosa, sem responsabilidade com a verba pública e com análises críticas sobre o processo vivenciado atualmente na cidade carioca, a prefeitura do Rio de Janeiro, chefiada por Eduardo Paes, antecipou-se na análise da qual falávamos acima. Em parceria com a empresa de brinquedos Estrela, lançou no início de 2013 o jogo “Banco Imobiliário Cidade Olímpica”, que, dentre outros absurdos, naturaliza e positiva a especulação imobiliária vivenciada no Rio de Janeiro<sup>119</sup>.

Cabe destacar que tal jogo teve milhares de exemplares comprados pela prefeitura e serão distribuídos, gratuitamente, nas escolas da rede municipal, numa clara propaganda de governo. Tal exemplo nos demonstra a urgência de pesquisas que avaliem com seriedade o impacto desses grandes eventos no Rio de Janeiro, bem como os desdobramentos das efêmeras ações políticas que visam apenas mascarar problemas estruturais, como: moradia, dependência química, segurança e transporte, dentre outros.

Assim, como responsáveis por um trabalho que pôs a lupa sobre um estabelecimento econômico, a lan house, dentro de uma favela pacificada, apresentamos como imprescindível um estudo crítico e de fôlego sobre os impactos econômicos das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP's), analisando seus desdobramentos sociais, sobretudo, para os moradores das favelas ocupadas. Vislumbramos nessa temática um importante campo de estudo para a História e a Sociologia, com vistas a discutir as novas/velhas estratégias de concentração de renda, aumento do lucro e Parcerias Público Privado (PPP's), característica do sistema neoliberal e que pode ser exemplificada, como no caso entre a EMOP e a Coral Tintas, no Santa Marta.

Outro aspecto fundamental em nossas considerações finais é a constatação de que quando o objeto de estudo não é a Segurança Pública, mas ela se impõe numa pesquisa, esse é um importante sinal do peso que tal aspecto tem na vida cotidiana dos moradores das regiões investigadas. Com um *zoom* que parte não da Segurança Pública, mas da cultura, da

---

<sup>119</sup>A esse respeito, ler reportagem disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,paes-distribui-em-escola-publica-banco-imobiliario-com-marcas-da-propria-gestao,999752,0.htm>. Acesso em 26.02.2013.

sociabilidade, da economia das favelas, através da lan house, e chega à segurança, fica claro a sobreposição de poderes, a onipotência e onipresença desse braço do Estado.

Assim, ao jogarmos outra rede ao mar, pudemos pescar relatos e denúncias de abusos e má conduta nas práticas policiais, uma importante reflexão para aqueles que acreditam que no contexto da favela é possível perguntar diretamente a opinião sobre as UPP's e a Polícia e obter respostas “verdadeiras”. É necessário mergulhar no cotidiano, acompanhar o processo, escutar os olhares, perceber os sorrisos de deboche, participar das conversas e prosas, quando os gravadores e câmeras são desligados e, aí sim, dar ouvido e não voz para as favelas.

O acesso aos financiamentos públicos também foi uma temática que, pelos limites de uma tese de doutorado, não pudemos aprofundar em nossa investigação. Porém, como ressaltamos a partir da experiência da Secretaria de Cultura que apresentou a lan house como público-alvo de um processo de seleção de projetos, a linguagem do edital e seus procedimentos são extremamente restritivos, sobretudo se pensarmos nas classes populares.

A linguagem utilizada não apenas restringe a compreensão das exigências e procedimentos, como também, por vezes, limita os propositores na medida que nem todos dominam o gênero projeto, tendo dificuldades na elaboração do mesmo, como nos apontou Freitas, dono da lan house de Acari. Nesse sentido, acreditamos ser esse um interessante campo de investigação acadêmica, entre as práticas de linguagens e efetivação de Políticas Públicas.

Ainda no campo das Políticas Públicas, vislumbramos como perspectiva futura a realização de pesquisas aplicadas, ou ainda, pesquisa-intervenção, que possam atuar na problemática identificada pelo relatório TIC Lan House e pelo presidente da ABCID, qual seja: a baixa escolaridade e capacitação dos donos e funcionários de lan house. Em nossa hipótese, ações como essas, que articulem parcerias interministeriais, com o Ministério das Comunicações, Ministério da Educação e Ministério do Trabalho, são de grande relevância para as demandas sociais que identificamos em nossa pesquisa.

Nesse sentido, um dos apontamentos importantes de serem levantados a partir de nossos resultados é a necessidade de pesquisas que analisem as Políticas Públicas de acesso à internet, fugindo da díade apocalípticos e integrados. Pensando tais políticas de maneira crítica frente à Indústria Cultural, problematizando a lógica do consumo e da multiplicação de meros reprodutores e não criadores de tecnologia, atuaremos mais efetivamente na democratização da comunicação e suas tecnologias.

Após cartografar de maneira mais explícita algumas análises e perspectivas futuras, retomamos a epígrafe de Whyte (2001) para, buscando cumprir as promessas feitas não apenas no campo, mas também nos objetivos constantemente reformulados, destacamos algumas questões que poderíamos chamar de conclusivas. A primeira é a importância de se explorar, com o devido rigor e consistência acadêmica, temáticas contemporâneas que, recorrentemente, são vistas como desmerecedoras de um “estudo sério”.

Como aponta Adriana Facina num artigo no qual responde às jocosas críticas de historiadores marxistas, por investigar e orientar pesquisas com temáticas vistas como supérfluas, ou como os “críticos” denominaram de perfumaria da história,

...perfumes e essências não são elementos separados e se combinam a partir do trabalho humano coletivo. Na historicidade específica do capitalismo, movida na dinâmica da luta de classes, a “perfumaria” da cultura pode despertar ou entorpecer sentidos e sensibilidades, pode estar a serviço da transformação ou da manutenção do *status quo*. Cabe aos historiadores comprometidos com a transformação da sociedade aguçarem seu olfato. (Facina, 2010, p. 87)

Identificando o moralismo e preconceito presentes em tal crítica que renega ao brega, ao funk, as lan houses, entre outros assuntos, um *status* de temática importante para ser investigada, Facina relembra aos teóricos apaixonados pela crítica ao capitalismo o clássico da perspectiva dialética de Marx, o sistema de dominação no qual estamos inseridos se reorganiza, elaborando e reinventando, velhas/novas estratégias de manutenção de poder.

Sob esse prisma, levamos deste trabalho a certeza de que esta é uma produção historiográfica do tempo presente. Da diáspora negra que se desdobrou em da escravidão, que produziu resistências como os quilombos, até aqueles que impuseram sua presença num morro situado no coração da República brasileira em finais do século XIX, aguardando a “Providência” do Estado e formando a primeira favela carioca, percebemos a longa duração braudeliana da dominação capitalista.

Porém, esse voo panorâmico que cruza séculos de opressão não permite analisar com riqueza de detalhes suas engrenagens, para tal é preciso entrar nelas, assim como fez Chaplin em sua famosa cena do filme *Tempos Modernos*. Nas engrenagens do sistema contemporâneo, optamos pela favela, em especial pela lan house, e a partir desse local, pudemos compreender a lógica da fábrica, seu cotidiano.

Permanecer nesse local de visão privilegiada não foi fácil, por vezes fomos sugados pela máquina. Sobreimplicados, passamos pelos dentes da engrenagem, o que também nos possibilitou sentir, de maneira mais aguda, em nossa carne, a força do sistema. Morar numa favela carioca, seja com a presença policial constante (UPP Santa Marta) ou sendo alvo de violentas incursões periódicas (Acari), é conviver cotidianamente com a realidade de que sua vida, para o sistema capitalista, vale bem menos que as demais.

Mas, diferentemente do que muitas visões simplistas sobre as favelas apontam, o estigma de classes perigosas e a ausência de ações sociais estruturais, e não apenas temporárias, nesses locais, não produziu apenas falta e carência. Reinventando-se, os favelados enriqueceram e enriquecem ainda mais sua cultura.

Confeccionando e instalando antenas de captação de sinal de internet, por exemplo, eles comprovam que não vão esperar que a solução venha do governo, seja para oferecer o serviço, ou cobrar a empresa que deveria oferecê-lo. Porém, ao mesmo tempo afirmam, como fizeram nas entrevistas realizadas, sua indignação com essa lógica, bem como a ciência de quem são os responsáveis por essa problemática. Nesse cotidiano, vivenciado por nós, aprendemos, como afirma o historiador Thompson,

A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas estão famintas: seus sobreviventes têm novos modos de pensar em relação ao mercado. Pessoas são presas: na prisão, pensam de forma diferente sobre as leis. Frente a essas experiências gerais, velhos sistemas conceituais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença. (Thompson, 1981, p. 17).

A reinvenção constante, não apenas do capitalismo, mas também das classes populares nos impuseram um mar agitado para nossa navegação. Dos destroços dos antigos sistemas conceituais que desmoronaram, resgatamos insumos fundamentais para impedir nosso naufrágio, possibilitando a construção de um barco, entre o velho e o novo, que garantisse a continuidade da navegação.

Sobreviventes do que para a imagem deste trabalho podemos chamar de “Tsunami da Paz”, grande onda que atualmente orienta e justifica a Política de Segurança Pública no Rio de Janeiro, sobretudo, na violação dos Direitos Humanos nas favelas cariocas, pudemos perceber através da lan house os impactos sociais, culturais e econômicos de tal fenômeno. Para além do

Estado que se impõe pelas armas, também identificamos aquele que constrói sua hegemonia através de dispositivos legais e discursos massivamente difundidos.

Nesse sentido, o trabalho ora apresentado dá ciência de um estabelecimento que, a despeito da falta de incentivos públicos e da recorrente perseguição e falta de diálogo, por parte dos agentes do estado, ou pela mídia, continua garantindo bem mais que o acesso à internet nas favelas cariocas. Ao acompanhar o cotidiano de duas lan houses em diferentes favelas e superarmos a falsa dicotomia entre educação e entretenimento, foi possível identificar o caráter multipropósito desse espaço.

Enraizadas em suas comunidades, as lan houses do Freitas e do Wagner não só ofereciam acesso à internet, a jogos online ou serviços de impressão. Esse espaço geográfico, marcado pela identidade que seus frequentadores conferiam a ele, constituíu-se como território de sociabilidade juvenil.

Ao identificar esses aspectos, compreendemos que a aquisição de um computador pessoal e a possibilidade de acessar a internet de sua casa não irão suprir o desejo de ir à lan house. Sim, necessidade é diferente de desejo, e os moradores de Acari e do Santa Marta nos ensinaram essa distinção, ao nos comprovar que a ida à lan não era fruto da falta de um computador ou internet e sim da presença do querer estar junto.

Nesse sentido, o que pode ser visto como progresso tecnológico, desdobrando-se em computadores cada vez mais populares e avanço das políticas públicas, com disponibilização de internet gratuita, mas nem sempre livre, encontra senões em sua prática. Ou seja, ter acesso a um determinado bem ou tecnologia não é garantia de um uso emancipatório.

Inserido num contexto brasileiro de crescimento de políticas estatais direcionadas para as classes populares e, na realidade carioca, para as favelas, esperamos que este trabalho proporcione reflexões para elaboração de políticas públicas menos conservadoras e que possam enxergar, no público-alvo de seus projetos, interlocutores e não meros receptores das ações.

A realidade de ser professora e pesquisadora de uma instituição pública de ensino técnico e tecnológico, voltada para a formação profissional, faz emergir a expectativa de que a presente análise possa contribuir com a elaboração de cursos e ações, regulares ou extensionistas com, para e nas favelas cariocas. Retomamos aqui a epígrafe de Whyte (2005) para pensar no retorno possível de nossa investigação e trazemos ao leitor o impacto de um dos retornos parciais da pesquisa.

Ao final de 2011, foi publicado um livro<sup>120</sup> sobre lan houses e Pontos de Cultura, no qual escrevemos um capítulo sobre nossa pesquisa. Nessas páginas, apresentamos algumas reflexões preliminares e agradecemos, nominalmente, a Freitas e Wagner, donos das lan's pesquisadas em Acari e no Santa Marta.

Um exemplar do livro foi dado para cada um deles, acompanhado de um agradecimento verbal pela possibilidade da pesquisa e do nosso pedido de uma leitura crítica do capítulo que escrevemos. Meses depois, ao ser perguntado sobre o que achou do livro e o que esperava de nossa pesquisa, que estava se encerrando, Freitas, dono da lan house da Acari, nos responde:

F - Eu achei assim, legal cara, achei legal a iniciativa, né, falar. É, espero que não seja igual os outros, que eu falei com você, né, porque tem muita gente que vem em comunidade, pesquisar mas, não é com aquele intuito de mudar alguma coisa. (...) Porque você sabe que todo mundo tem acesso a essas informações, principalmente quem nos controla, que é a burguesia, né. E a burguesia se utiliza desse tipo de coisa, né, pra tentar ver os erros dela e o que que nós erramos aqui na questão do controle social, tá entendendo? (...) Tem muita gente que não gosta de se expor muito, falar muita coisa, né, porque sabe que mais na frente vai, pode se prejudicar. Mas eu achei bom o trabalho e coisa, se é pra melhorar, né, as condições, das pessoas que estão aqui... (Entrevista com Freitas. Acari. 22.07.2012)

Nas palavras de Freitas, percebemos que ele compreendeu nossa opção pela pesquisa-intervenção. Sem conhecer os autores e matrizes teóricas que usamos, o dono da lan de Acari nos diferenciou daquelas pesquisas que vão às comunidades, mas não querem mudar nada. Sim, queremos mudar muitas coisas, como anunciamos desde o início desta investigação, porém, não queremos mudar pela favela, mas com a favela.

Todos aqueles que no Santa Marta e em Acari contribuíram direta ou indiretamente nesta pesquisa se expuseram, compartilharam suas experiências para que eu agora pudesse sintetizá-las nas páginas de uma tese. Como constata Rubem Alves, muitas coisas ficaram de fora desta rede, afinal não é possível pescar toda a realidade...

Respondendo ao Freitas, que, infelizmente, talvez nem leia toda esta tese, espero que não apenas a burguesia tenha acesso à minha pesquisa e a análise, fazendo dela uma arma de reformulação de suas estratégias de controle e dominação. Espero que alguns acadêmicos

---

<sup>120</sup>FERRAZ, Joana Varon & LEMOS, Ronaldo. *Pontos de Cultura e lan houses: estruturas para a inovação na base da pirâmide social*. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2011.



militantes, que, assim como eu, acreditam numa sociedade mais justa e igualitária, façam uso deste trabalho para a efetivação de um outro mundo.

A frase de Whyte “... *Cito suas últimas palavras a mim, na esperança de que futuros pesquisadores façam um pouco mais de esforço para cumprir as promessas feitas às pessoas no campo, mesmo que depois não precisem mais delas!*” (Whyte, 2005, p. 343) ecoam em nossos ouvidos e nos fazem perceber que terminar a pesquisa não significa que não precisaremos mais dessas pessoas.

Nos becos e vielas de Acari e do Santa Marta, fortaleci amizades, distanciei algumas e ganhei outras. Nesse percurso, o cotidiano que vivi deu sentido ao meu fazer acadêmico e à atuação como professora de uma instituição pública. Por isso, esse ponto é apenas provisório, afinal, seguindo o exemplo dos moradores que se expuseram para contribuir com a minha pesquisa, corro o risco de me expor academicamente, para afirmar na gíria da favela: “Tamo junto e misturado!”

## Bibliografia

ADORNO, Theodor W & HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Tradução, Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

ALMEIDA, Maria Isabel Mendes & EUGENIO, Fernanda (Orgs.). *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

ALVAREZ, Johnny & PASSOS, Eduardo. *Cartografar é habitar um território existencial*. In: *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividades*. ESCÓSSIA, Liliana, KASTRUP, Virgínia & PASSOS, Eduardo (Orgs.). Porto Alegre: Sulina, 2009.

ALVES, Rubem. *O que é científico?* São Paulo: Edições Loyola, 2007.

ALVITO, Marcos. *As cores de Acari: uma favela carioca*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento. O contexto de François Rabelais*. Trad. Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2004.

BARROS, Carla. *Reflexões sobre entretenimento, educação e distinção em contextos de “inclusão digital”*. In: FERRAZ, Joana Varon & LEMOS, Ronaldo. *Pontos de Cultura e lan houses: estruturas para a inovação na base da pirâmide social*. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2011.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994. – Obras escolhidas volume 1.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da História, ou, O Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CAMPBELL, C. *A ética romântica e o espírito do consumismo moderno*. Rio de Janeiro, Rocco, 2001.

CAMPOS, Andreilino. *Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CANCLINI, N. *Consumidores e cidadãos. Conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

CANDAU, Vera Maria (Org.). *Educação intercultural e cotidiano escolar*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

CARVALHO, Olívia. B. de M. *Lan Houses-Interfaces possíveis entre o entretenimento e a inclusão digital*. Anais do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Natal, 2008.

\_\_\_\_\_. *Jogar, encontrar ou espalhar o currículo por aí: uma etnografia na lan house e no telecentro*. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.

\_\_\_\_\_. *Entretenimento, sociabilidade e mobilidade social: reflexões sobre políticas de inclusão digital a partir de uma etnografia na lan house e no telecentro*. In: FERRAZ, Joana Varon & LEMOS, Ronaldo. *Pontos de Cultura e lan houses: estruturas para a inovação na base da pirâmide social*. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2011.

CASTELLS, Manuel. *A Galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

CERTEAU, Michael de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CHAUVENEAU, Agnès. *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

COIMBRA, Cecília. *Operação Rio: o mito das classes perigosas*. Rio de Janeiro: Oficina do autor; Niterói: Intertexto, 2001.

\_\_\_\_\_. & NASCIMENTO, Maria Lívia. (2007). *Sobreimplicação: práticas de esvaziamento político?* In: ARANTES, Esther Maria M; NASCIMENTO, Maria Lívia do & FONSECA, Tania Mara Galli (Orgs.). *Práticas PSI tentando a vida*. Niterói. EdUFF, 2007.

CRUZ, Rossana. *Emergências de culturas juvenis*. Colombia: Norma, s/d.

DAYRELL, Juarez. *A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil*. In: Ed. Social, Campinas, Vol.28, n.100 — Especial, p.1105-1128. Out. 2007.

\_\_\_\_\_. [LEAO, Geraldo & REIS, Juliana Batista dos](#). *Jovens olhares sobre a escola do ensino médio*. Cadernos CEDES (Impresso), v. 31, p. 253-273, 2011.

DUPAS, Gilberto. *O mito do progresso*. São Paulo: Unesp, 2006.

ENNE, A. L. “*À perplexidade, a complexidade: caminhos para pensar a relação entre consumo e identidade nas sociedades contemporâneas*”. *Comunicação, mídia e consumo*. São Paulo, v.3, p.11-28, 2006.

FACINA, Adriana. *O que é Cultura*. Disponível em [www.culturanauff.blogspot.com](http://www.culturanauff.blogspot.com). Acesso em 28.01.2012.

\_\_\_\_\_. *Acari Cultural: mapeamento da produção cultural em uma favela da Zona Norte do Rio de Janeiro*. 2012. MIMÉO.

FLORES, Valdir do Nascimento & TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à Linguística da Enunciação*. São Paulo: Cortez, 2005.

FUGANTI, Luiz. *Saúde, desejo e pensamento*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild. Ed.: Linha de fuga, 2008.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado moderno*. Trad. de Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

GUATTARI, Félix & ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

HOUAISS, Antônio & Villar, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KASTRUP, V. *O método da cartografia e os quatro níveis da pesquisa-intervenção*. In: *Pesquisa-intervenção na infância e juventude*. Rio de Janeiro: Trarepa/Faperj, 2008.

LARROSA, Jorge & SKLIAR, Carlos (Orgs.). *Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença*. Belo Horizonte, Autêntica, 2001.

LEMOS, Renato. *Introdução-Farol Digital: Pontos de Cultura e Lan houses como Centros de Inclusão Digital*. In: FERRAZ, Joana Varon & LEMOS, Ronaldo. *Pontos de Cultura e lan houses: estruturas para a inovação na base da pirâmide social*. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2011.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999.

\_\_\_\_\_. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. Trad. Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

LIPOVETSKY, Gilles. *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LOPES, Adriana de Carvalho. *Funke-se quem quiser: no batidão negro da cidade carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto: FAPERJ, 2011.

LORAU, René. *Implication et surimplication*. Revue Du MAUSS, nº.10, 4º trimestre, 1990. Tradução Ana Paula Jesus de Melo.

\_\_\_\_\_. *Análise Institucional e Práticas de Pesquisa*. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

LÖWY, Michael. *Ideologia e Ciência Social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

MACHADO, Leila Domingues. *O desafio ético da escrita*. Revista Psicologia & Sociedade, vol.16, nº1. Porto Alegre, 2004.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Ofício de cartógrafo. Travessias latino-americanas da comunicação na cultura*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Trad. de Ronald Polito e Sérgio Alcides. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2006.

MARX, Karl & ENGELS, Friederich. *A ideologia Alemã*. Trad. Luís Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MONTEIRO, Helena Rego. *A medicalização da vida escolar*. Dissertação defendida no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

NOVAES, Regina. *Juventude: conflito e solidariedade*. In: *Comunicações do ISER*, nº50, ano 17, 1998.

PASSOS, Eduardo & BARROS, Regina Benevides de. *A cartografia como método de pesquisa-intervenção*. In: *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividades*. ESCÓSSIA, Liliana, KASTRUP, Virgínia & PASSOS, Eduardo (Orgs.). Porto Alegre: Sulina, 2009.

PEREIRA, Vanessa Andrade. *Na Lan House, “porque jogar sozinho não tem graça”*: estudos das redes sociais juvenis on e off line. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

POLLACK, Michael. *Memória e identidade Social*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992, p. 200-212.

PONZIO, Augusto. *A revolução bakhtiniana. O pensamento de Bakhtin e a ideologia contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2008.

PORTELLI, Alessandro. *A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais*. Revista Tempo, Rio de Janeiro, vol.1, nº 2, 1996, p.59-72.

RIBEIRO JÚNIOR, Amaury. *A privatária tucana*. São Paulo: Geração Editorial, 2011.

ROCHA, Adair. *Cidade Cerzida: a costura da cidadania no Morro Santa Marta*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Pallas, 2012.

ROCHA, Lia. *Uma favela sem tráfico? Os limites da ação e da opressão do tráfico*. In: MACHADO DA SILVA, Luis Antonio. *Vida sob o cerco: violência e rotina nas favelas do Rio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

ROCHA, Marisa Lopes. & AGUIAR, Katia Faria de. *Micropolítica e o exercício da pesquisa-intervenção: referências e dispositivos em análise*. In: *Psicologia, Ciência e Religião*, 2007, 27(4), p.648-663.

RODRIGUES, André & SIQUEIRA, Raíza. *As Unidades de Polícia Pacificadora e a Segurança Pública no Rio de Janeiro*. In: *Comunicações do ISER*, nº 67, ano 31-2012.

SAID, Edward. *Fora do Lugar*. SP: Cia das Letras, 2004.

SANTOS. Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI: no loop na montanha-russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SOUZA, Taiguara Libano Soares. *Constituição, Segurança Pública e Estado de Exceção Permanente: A Biopolítica dos Autos de Resistência*. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito, 2010.

\_\_\_\_\_. *“Direito penal de exceção”: a seletividade penal na implementação das unidades de polícia pacificadora (upps)*. Comunicação apresentada no X Congresso Internacional de Salud Mental y Derechos Humanos. Buenos Aires, 2011. (Mimeo).

TAVARES, Orlando Mendes. *A Era das redes e a África: internet, seus usos e perspectivas em Cabo Verde*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005.

THOMPSON, Edward. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

\_\_\_\_\_. *A formação da classe operária*. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3v.

\_\_\_\_\_. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Organizadores: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

VASCONCELOS, Michele de Freitas Faria de. *Loucos e homossexuais: consumidores como outros quaisquer. Um estudo sobre modos de subjetivação de relações homoeróticas em um*

CAPS de Aracaju-SE. Dissertação de mestrado defendida no Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2008.

VELHO, Gilberto. *Epílogo- Juventudes, projetos e trajetórias na sociedade contemporânea*. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes & EUGENIO, Fernanda (Orgs.). *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

WACQUANT, LOÏC. *Os condenados da cidade: estudo sobre a marginalidade avançada*. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2005.

WHYTE, William Foote. *Sociedade de Esquina: a estrutura de uma área urbana pobre e degradada*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2005.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2006.

ZALUAR, Alba & ALVITO, Marcos (Orgs). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ZOURABICHVILI, François. *O Vocabulário de Deleuze*. Trad. André Telles. Digitalização e disponibilização da versão eletrônica pelo Centro Interdisciplinar de Estudos em Novas Tecnologias da Informação da Unicamp, 2004. Disponível em [http://www.ufrgs.br/corpo\\_arte\\_clinica/obra/voca.prn.pdf](http://www.ufrgs.br/corpo_arte_clinica/obra/voca.prn.pdf). Acesso em 02/02/2012.

# **ANEXOS**



## Anexo 1 – Questionário aplicado nas lan houses



### Informações gerais

Nome da Lan house: \_\_\_\_\_.

Endereço oficial: \_\_\_\_\_.

Onde fica? \_\_\_\_\_.

Nome do entrevistado: \_\_\_\_\_.

Idade do entrevistado: \_\_\_\_\_ Escolaridade do entrevistado: \_\_\_\_\_.

Quando começou a lan house? \_\_\_\_\_.

Quantos computadores têm na lan house? \_\_\_\_\_.

1. De que horas a que horas a lan house fica aberta? \_\_\_\_\_.

2. Quantas pessoas trabalham/ajudam na lan house?

a) 1 a 2

b) 2 a 3

c) mais de 4

Obs: \_\_\_\_\_.

3. Qual a função desses funcionários, o que eles fazem na lan house?

a) Suporte técnico (manutenção das máquinas e instalação de programas);

b) Recebem os pagamentos, organizam a lan house e auxiliam os frequentadores;

c) Somente recebem os pagamentos e organizam a lan house.

Obs: \_\_\_\_\_.

4. Acontece algum tipo de atividade/evento na lan house?

a) Encontro de jogos (viradão)

b) Cursos e oficinas

c) Outros: \_\_\_\_\_.

Obs: \_\_\_\_\_.

5. Quantos usuários cadastrados você tem na lan house? \_\_\_\_\_.

6. Em média, quantos são seus clientes fixos? \_\_\_\_\_.

7. A maior parte dos seus clientes tem que idade?

- a) Até 12 anos;
- b) De 12 a 18 anos;
- c) De 18 a 30 anos;
- d) Mais de 30 anos;

Obs: \_\_\_\_\_.

8. Quais são as atividades mais comuns entre seus frequentadores? Responder em ordem crescente (1 para o mais usado e 5 para o menos usado).

- a) msn, Orkut, Facebook e sites de relacionamento no geral ( )
- b) jogos ( )
- c) Escolares: pesquisas, trabalhos, estudo à distância ( )
- d) Trabalho: preparação e envio de currículos, procura de empregos e cursos ( )
- e) Impressão de 2ª via de contas, boletos, consultas em geral;

Obs: \_\_\_\_\_.

9. Quais são as dúvidas mais frequentemente apresentadas pelos clientes da lan house? Responder em ordem crescente (1 para a dúvida mais comum e 5 para a dúvida menos comum).

- a) Uso do e-mail: enviar mensagens, anexar e baixar arquivo etc; ( )
- b) Como baixar e gravar músicas e vídeos?; ( )
- c) Como usar o word para fazer trabalhos e currículos? ( )
- d) Como criar e mexer no: Orkut, MSN e Facebook; ( )
- e) Sobre jogos; ( )

Obs: \_\_\_\_\_.

10. A lan house é aberta para eventos que não sejam relacionados à internet ou informática?

- a) Sim. Quais: \_\_\_\_\_.
- b) Não. Por quê? \_\_\_\_\_.

Obs: \_\_\_\_\_.

11. Quem faz a manutenção técnica dos computadores?

- a) O próprio dono;
- b) Alguém que já trabalha na lan house;
- c) Um técnico (prestador de serviços) que é chamado periodicamente.

12. Como funciona a sua internet banda larga?

- a) Ponto direto da Velox;
  - b) Velox da casa de algum vizinho;
  - c) Virtua;
  - d) Internet a Rádio;
  - e) Outros: \_\_\_\_\_.
- Obs: \_\_\_\_\_.

13. Quanto em média você paga, mensalmente, pela internet? \_\_\_\_\_.

14. Quanto em média você paga de luz por mês? \_\_\_\_\_.

15. Quais são as regras na sua lan house?

- a) Proibido acessar sites de pedofilia;
- b) Proibido acessar sites de armas;
- c) Proibido acessar sites pornográficos;
- d) Proibido entrar com uniforme escolar;
- e) Outras proibições: \_\_\_\_\_.

16. No geral, os frequentadores da lan house possuem computador em casa?

- a) Sim
- b) Não

17. Grupos de amigos frequentam a lan house juntos?

- a) Sim
- b) Não

18. Caso a resposta anterior seja sim, que tipo de atividade eles desenvolvem?

- a) Jogos;
  - b) Acesso a sites de relacionamentos: MSN, Orkut, Facebook;
  - c) Trabalhos em grupo;
  - d) Outros: \_\_\_\_\_.
- Obs: \_\_\_\_\_.

19. Você acha que outras atividades, além das atuais, poderiam ser desenvolvidas em sua lan house?

- a) Sim. Quais? \_\_\_\_\_.
- b) Não. Porque \_\_\_\_\_.

20. Você gostaria que houvesse algum tipo de curso voltado para as pessoas que trabalham em lan houses?

- a) Sim
- b) Não

21. Caso houvesse esse curso, que aprendizados ele deveria ensinar: (pode marcar várias opções)

- a) Noções básicas para manutenção de computadores;
- b) Noções básicas para instalação e execução de programas;
- c) Noções básicas de navegação na internet;
- d) Noções de administração e legislação sobre lan houses;
- e) Outros: \_\_\_\_\_

De forma geral, qual a importância da lan house em sua vida? \_\_\_\_\_

---

---

---

---

---

---

---

---

Observações gerais sobre a aplicação do questionário: \_\_\_\_\_

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

**LEI Nº 4.782, DE 23 DE JUNHO DE 2006.**

**PROÍBE A ABERTURA DE CASAS DE JOGOS DE COMPUTADORES, TAMBÉM CONHECIDAS COMO “LAN HOUSES”, A UMA DISTÂNCIA MENOR QUE 1 (HUM) MIL METROS DAS UNIDADES DE ENSINO DE 1º E 2º GRAUS, NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.**

**A Governadora do Estado do Rio de Janeiro,**

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art 1º** - Fica proibida a abertura de estabelecimentos comerciais voltados para a locação de máquinas de jogos de computador, denominados “lan houses”, a uma distância menor que 1 (um) mil metros das unidades de ensino de 1º e 2º graus, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

**Art. 2º** - A não observância da presente Lei implicará no fechamento imediato do estabelecimento comercial.

**Art. 3º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 26 de junho de 2006.

**ROSINHA GAROTINHO**

**Governadora**

**Anexo 3 – Lei nº 5.132/07****LEI Nº 5132, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2007.****OBRIGA AS EMPRESAS DE LOCAÇÃO DE TERMINAIS DE COMPUTADORES A MANTEREM CADASTRO DE SEUS USUÁRIOS.****O Governador do Estado do Rio de Janeiro,**

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Ficam obrigados todos os estabelecimentos comerciais que locam terminais de computadores para acesso à Internet, a terceiros (público em geral), no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, a exigir identidade dos usuários de quando das locações e a manter livro, com data, hora e identificação do usuário, bem como do terminal utilizado.

**Parágrafo único** - Estão inseridas no presente artigo todas as empresas que, de forma promocional ou não, cederem acesso à Internet ao público, excetuando-se os sistemas do tipo Intranet.

**Art. 2º** - Na hipótese de inobservância das disposições acima, será aplicada ao infrator multa de 100 a 1.000 UFIR-RJ, independente de qualquer outra sanção aplicável.

**Art. 3º** - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a destinar à Secretaria de Estado de Segurança Pública, como órgão competente, a aplicação da multa preceituada no artigo anterior e destinar a totalidade do valor arrecadado com as multas ao fundo especial da Secretaria de Segurança Pública.

**Art. 4º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 2007.

**SÉRGIO CABRAL**

**Governador**

**Anexo 4 – Lei nº 5.885/11****LEI Nº 5885, DE 14 DE JANEIRO DE 2011.**

**O Governador do Estado do Rio de Janeiro,**

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Revogue-se a Lei nº 4782, de 23 de junho de 2006, que proíbe a abertura de casas de jogos de computadores, também conhecidas como “lan houses”, a uma distância menor que 1 (hum) mil metros das unidades de ensino de 1º e 2º graus, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, em 14 de janeiro de 2011.

**SÉRGIO CABRAL**  
**GOVERNADOR**

**Anexo 5 – Lei nº 6.235/12****LEI Nº 6235, DE 07 DE MAIO DE 2012.****DEFINE OS CENTROS DE INCLUSÃO DIGITAL - CID (LAN HOUSES), RECONHECENDO-OS COMO DE ESPECIAL INTERESSE SOCIAL PARA UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO À REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES-INTERNET, OS DEFINE COMO ENTIDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS MULTIPROPÓSITOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.****O Governador do Estado do Rio de Janeiro,**

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Os Centros de Inclusão Digital CID (lan houses) passam a ser reconhecidos como entidades de especial interesse social para universalização do acesso à rede mundial de computadores - internet - para fins de garantir o exercício da cidadania, sendo também reconhecidos como entidades prestadoras de serviços multipropósitos.

**Parágrafo único.** São regidos por esta Lei os estabelecimentos comerciais instalados no Estado do Rio de Janeiro que ofertam a locação de computadores e máquinas para acesso à internet, utilização de programas e de jogos eletrônicos, abrangendo, mas não limitados, aos designados como "lan houses", cibercafés e "cyber offices", os quais oferecem os denominados serviços multipropósitos, que efetivamente:

**I** - estimulam o desenvolvimento educacional e cultural do cidadão, mediante a disponibilização de programas ou equipamentos que permitam o acesso à pesquisa e ao estudo;

**II** - possibilitam o acesso para fins sociais, profissionais, de entretenimento, bem como a conexão com instituições públicas para cumprimento das obrigações legais, sociais e o exercício da cidadania.

**Art. 2º** Para os efeitos desta Lei, entender-se-á como inclusão digital a democratização do acesso às tecnologias da informação, de forma a permitir a inserção de todos na sociedade da informação.

**Parágrafo único.** Competirá ao Estado do Rio de Janeiro apresentar projetos e ações que facilitem o acesso de pessoas de baixa renda, bem como das que possuem dificuldades locomotoras ou outras necessidades especiais, às tecnologias da informação e comunicação,



estimulando também o desenvolvimento de tecnologias que ampliem a acessibilidade para usuários com deficiência, necessidades especiais e cidadãos da terceira idade.

**Art. 3º** Os Centros de Inclusão Digital - CID (lan houses) deverão possuir implementos técnicos, tais como softwares ou hardwares, ou outros, que possibilitem:

**I** - inibir o acesso de menores de 18 (dezoito) anos à conteúdos inapropriados para a sua faixa etária, respeitando a classificação indicativa do Ministério da Justiça;

**II** - garantir a inviolabilidade dos dados pessoais do usuário, bem como do conteúdo acessado, salvo na hipótese de ordem judicial para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

**§1º** Aos usuários dos Centros de Inclusão Digital - CID (lan houses) é assegurado, em seu interior e na tela inicial de cada computador, o direito à informação sobre as diretrizes estabelecidas nesta Lei e, aos proprietários e gestores, o dever de implementá-las.

**§2º** O descumprimento deste artigo implica no descredenciamento automático do Centro de Inclusão Digital - CID (lan house) dos programas de apoio público e na perda dos benefícios concedidos por leis e projetos promovidos por órgãos públicos, sem prejuízo de outras penalidades legais.

**Art. 4º** Os estabelecimentos de que trata esta lei deverão:

**I** - adotar medidas e utilizar meios de propaganda, inclusive quando disponibilizada por instituições públicas, que estimulem o desenvolvimento educacional e cultural do cidadão, facilitando e orientando a disponibilização de programas que permitam o acesso à pesquisa e ao estudo;

**II** - estimular o acesso à internet para fins sociais, profissionais, de entretenimento, bem como a conexão com instituições públicas para cumprimento das obrigações legais e exercício da cidadania;

**III** - implementar soluções que facilitem o acesso a portadores de necessidades especiais.

**Art. 5º** O Estado do Rio de Janeiro e os seus municípios poderão implantar parcerias com os estabelecimentos disciplinados por esta Lei para desenvolvimento de atividades educacionais, culturais, de utilidade pública, de interesse do cidadão e da Administração, com vistas à universalização do acesso à internet, podendo, inclusive, buscar a União para propiciar apoio institucional.

**Parágrafo único.** As parcerias de que trata o caput deste artigo poderão ser estabelecidas visando a expansão dos serviços às periferias e zonas rurais dos municípios, possibilitando o amplo acesso dessas populações à rede internet.

**Art. 6º** Os municípios, organizações e associações representativas dos Centros de Inclusão Digital - CID (lan houses), bem como o Estado do Rio de Janeiro poderão criar selos de qualificação para os Centros de Inclusão Digital - CID (lan houses), a serem conferidos àqueles que cumprirem os propósitos desta Lei ou que se caracterizem como de promoção de bem estar social.

**Art. 7º** Os órgãos da Administração Pública, em suas atividades regulares, observarão a classificação de atividade econômica definida nesta Lei para qualquer fim ou efeito.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, em 07 de maio de 2012.

**SÉRGIO CABRAL**  
GOVERNADOR

## **Anexo 6 – Decreto nº 36.207/2012**

### **DECRETO Nº 36207 DE 12 DE SETEMBRO DE 2012**

Regulamenta, no Município do Rio de Janeiro, o licenciamento e o funcionamento de estabelecimentos destinados ao fornecimento de serviço de acesso à Internet e de outros serviços destinados à utilização e ao ensino dos diversos meios digitais, e à prática de diversões eletrônicas em estabelecimentos denominados “lan house”.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor;

CONSIDERANDO que a oferta de serviços da Informática são negócios em franca expansão no mercado brasileiro, mas que carecem da regulamentação favorável ao desenvolvimento sustentável das empresas que os exploram;

CONSIDERANDO que normas legais adequadas impactam positivamente o crescimento econômico e que as atividades exercidas com o uso da Informática são úteis para a sociedade em vários aspectos;

CONSIDERANDO a necessidade de compatibilizar as normas legais para uso e ocupação do solo em vigor e as atividades econômicas criadas a partir das novas invenções tecnológicas;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente, instituído pela Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990, proíbe a entrada e a permanência de crianças e adolescentes em estabelecimentos comerciais de bilhar, sinuca ou congêneres e em casas de jogos;

CONSIDERANDO a Lei Estadual 2.918, de 20 de abril de 1998, que proíbe a prática de jogos e brinquedos de diversão, para menores de 18 anos, em máquinas de fliperama, jogos de realidade virtual e simuladores que contenham qualquer modalidade de luta ou que estimule a violência;

CONSIDERANDO a Lei Estadual 4.782, de 23 de junho de 2006, que proíbe a abertura de estabelecimentos comerciais voltados para a locação de máquinas de jogos de computador, denominados “lan houses”, a uma distância menor que um mil metros das unidades de ensino de 1º e 2º graus;

CONSIDERANDO a Lei Municipal 1.262, de 15 de junho de 1988, que proíbe o funcionamento das casas de jogos eletrônicos, num raio de 300 m de qualquer escola de primeiro ou segundo grau, no Município;

CONSIDERANDO a Lei Municipal 3.634, de 8 de setembro de 2003, que proíbe a frequência, em qualquer horário ou dia, e o manuseio nas lojas comerciais e shopping centers, por crianças e adolescentes, de programas informatizados e quaisquer espécies de jogos que induzam ou estimulem a violência;

CONSIDERANDO a Portaria 14/2004 da 1ª Vara da Infância e da Juventude da Comarca da Capital que disciplina a entrada e a permanência de crianças e adolescentes em locais de diversão e em eventos públicos, fixando diretrizes para orientação de estabelecimentos comerciais, de ensino e de saúde sobre a proteção dos interesses da pessoa em desenvolvimento;

CONSIDERANDO a necessidade de se distinguirem as atividades desenvolvidas por meio de computadores e pela Internet, visando à identificação dos estabelecimentos que disponibilizam jogos ou outras atividades proibidas aos menores de idades;

DECRETA:

**Art. 1.º** O licenciamento e o funcionamento de estabelecimentos com fornecimento de serviço de acesso à Internet e de outros serviços destinados à utilização e ao ensino dos diversos meios digitais, e à prática de diversões eletrônicas em estabelecimentos denominados “lan house” deverão observar as disposições deste Decreto e demais normas vigentes.

§1º - Para efeito deste Decreto, consideram-se:

**I** – Sala de Acesso à Internet, o estabelecimento que aluga computadores e/ou periféricos conectados a redes de comunicação para acesso à Internet. A atividade pode ser exercida de forma exclusiva ou de forma complementar a outras atividades, como em restaurantes, lanchonetes, bares, cafés, livrarias e outros.

**II** – Escritório Virtual, o estabelecimento que explora serviços de escritório virtual, de comércio eletrônico, de apoio administrativo, reuniões ou conferências à distância, com uso de tecnologias da informação;

**III** – Central de Serviços Digitais, o estabelecimento que explora o acesso à Internet para fins de comunicação, informação ou utilização de serviços de websites governamentais (e-gov), de instituições financeiras (serviços bancários), de empresas públicas ou privadas; os serviços de impressão e digitalização de documentos e imagens, de gravação e reprodução de arquivos digitais, de mensagens eletrônicas, de elaboração e encaminhamento de currículos digitais, de montagem de apresentações digitais, de digitação e diagramação, podendo agregar serviços de fotocópias, encadernação, plastificação e de posto telefônico.

**IV** – Centro de Inclusão Digital, espaço comunitário que proporciona acesso público e gratuito às tecnologias da informação e comunicação, com computadores conectados à Internet e disponíveis para atividades de desenvolvimento local, inclusive acesso aos serviços públicos digitais, produção e compartilhamento de conhecimento coletivo e oficinas de alfabetização digital;

**V** – Curso de informática ou computação, o estabelecimento que explora cursos livres, inclusive à distância;

**VI** – Escola de informática, o estabelecimento de ensino destinado à educação profissional de que tratam os artigos 39 a 42 e 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Federal 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

**VII** – “Lan House”, estabelecimento destinado a diversões eletrônicas, onde as pessoas pagam para usar computadores em jogos na rede local ou internet. A “lan house” é um ambiente confortável, caracterizada, fisicamente, pela existência de vários computadores de última geração conectados em rede, onde os jogadores se divertem com as últimas novidades do ramo de jogos, todos conectados em um único ambiente virtual.

§2º A disponibilização gratuita de pontos de acesso à Internet a clientes no interior dos estabelecimentos independe de licenciamento.

**Art. 2.º** Os estabelecimentos de que trata o artigo 1º deste Decreto, em nenhuma hipótese, poderão:

- I– explorar ou a promover apostas, sorteios ou eventos que envolvam valores ou prêmios;
- II– explorar ou a promover produtos ou serviços eróticos, obscenos ou pornográficos, que façam apologia ao uso de drogas, de bebidas alcoólicas, bem como de quaisquer outras substâncias que possam causar dependência física ou psíquica;
- III – explorar jogos de azar, máquinas de videopôquer, caça-níquel, bilhar ou de sinuca.

**Parágrafo único** – Os estabelecimentos referidos nos incisos I a VI do §1º do artigo 1º deste Decreto não poderão explorar jogos e diversões eletrônicas.

**Art. 3.º** Ficam proibidas a entrada e a permanência de criança ou de adolescente em estabelecimentos que ofertarem qualquer tipo de programas informatizados ou de quaisquer espécies de jogos que induzam ou estimulem a violência, conforme disposto na Lei Estadual 2.918, de 20 de abril de 1998 e na Lei Municipal 3.634, de 8 de setembro de 2003.

§ 1º Os estabelecimentos de que trata este Decreto deverão bloquear os conteúdos ilícitos e restringir o acesso de crianças e adolescentes a textos, imagens, sítios e similares, inadequados ou proibidos para o público infanto-juvenil.

§ 2º A comunicação formal da autoridade competente sobre constatação do descumprimento do disposto neste artigo, imputará ao responsável pelo estabelecimento, sucessivamente:

- I - advertência administrativa;
- II - suspensão do alvará de funcionamento;
- III - cassação do alvará de funcionamento.

**Art. 4.º** Não será concedido alvará a estabelecimentos, destinados a exploração de qualquer tipo de jogo eletrônico, situados a um raio de distância de 1.000 m (mil metros) das unidades de ensino de 1º e 2º graus, conforme determina a Lei Estadual 4.782, de 23 de junho de 2006.

**Art. 5.º** A análise de Consultas Prévias de Local referentes a licenciamento de estabelecimentos descritos no artigo 1º levará em conta o distanciamento previsto no artigo 4º, quando for o caso, e as regras de uso do solo em vigor, aplicando, em cada caso, se necessário, as seguintes similaridades e códigos de atividades:

- I – Sala de acesso à Internet: quando for atividade única, será analisada, para fins de zoneamento, como “estabelecimento de ensino não seriado – curso livre” e receberá o código de atividade “Salas de Acesso à Internet”. Quando for atividade complementar, será analisada, para fins de zoneamento, pela atividade mais restritiva e receberá o código de atividade “Salas de Acesso à Internet”.
- II - Escritório Virtual: será analisado, para fins de zoneamento, como “escritório” e receberá o código de atividade “Serviços de Escritório Virtual”.

**III** – Central de Serviços Digitais: será analisado, para fins de zoneamento, como “processamento de dados” e receberá o código de atividade “Bureau de Serviços e Centro de Processamento de Dados”.

**IV** – Centro de Inclusão Digital: será analisado, para fins de zoneamento, como “instituição filantrópica e associações beneficentes e culturais” e receberá o código de atividade “Associação Beneficente” ou “Associação Cultural” ou “Associação de Amigos de Bairro” e, ainda, um ou mais códigos referentes às atividades digitais, conforme o caso.

**V** – Curso de informática ou computação: será analisado, para fins de zoneamento, como “estabelecimento de ensino não seriado – curso livre” e receberá o código de atividade “Curso de Processamento de Dados”.

**VI** – Escola de informática: será analisado, para fins de zoneamento, como “ensino de 2º grau” e receberá o código de atividade “Ensino Médio”.

**VII** – “Lan House”: será analisado, para fins de zoneamento, como “casa de diversão - tipo clube” e receberá o código de atividade “Diversões Eletrônicas”.

**Parágrafo único** – Excetuados os estabelecimentos que desenvolverem atividades descritas nos incisos VI e VII, os demais poderão solicitar o Alvará Já, conforme disposto no Decreto nº 30568, de 02 de abril de 2009.

**Art. 6.º** Os estabelecimentos abrangidos por este decreto deverão:

**I** - manter, em local visível e de fácil acesso, informações sobre a natureza da sua atividade e a lista de seus serviços;

**II** - manter em boa ordem e guarda os documentos fiscais de aquisição ou de locação dos equipamentos e programas utilizados no exercício de suas atividades, com os respectivos números de identificação ou de registro, e apresentá-los à fiscalização quando solicitado.

**Parágrafo único** - A alienação e o descarte dos aparelhos ou programas também deverão ser comprovados com documentação idônea e adequada ao tipo de operação.

**Art. 7.º** Os estabelecimentos de que trata o presente decreto deverão manter um computador conectado à Internet para acesso gratuito das pessoas idosas.

**Art. 8.º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2012; 448º ano da fundação da Cidade.

**EDUARDO PAES**

## **Anexo 7 – Seleção Pública de Projetos de Cultura Digital Chamada Pública nº 014/2011**

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO RIO DE JANEIRO – SEC, torna pública, para conhecimento dos interessados, a presente chamada de abertura de inscrições para seleção de projetos de cultura digital que estabeleçam parcerias com centros de inclusão digital, ou seja, estabelecimentos privados que alugam ou oferecem ao público computadores conectados à Internet, como *lan houses* e telecentros não governamentais, tendo em vista a concessão de apoio financeiro nas condições estabelecidas no presente instrumento.

A presente Chamada Pública está em conformidade com as finalidades estabelecidas pela SEC, em especial: a) formular e supervisionar a execução da política estadual de cultura, em estreita articulação com os órgãos e entidades a ela vinculados, bem como os demais órgãos públicos e privados envolvidos; b) incentivar a criação artística em todas as suas formas de expressão, bem como a integração cultural, a pesquisa de novas linguagens, a formação e o aprimoramento de pessoal de sua área de atuação.

### **1 – DO OBJETO**

**1.1** – O presente instrumento foi instituído com o objetivo de fornecer apoio financeiro a projetos que promovam ações em cultura digital e sejam desenvolvidos envolvendo uma ou mais *lan house(s)* ou telecentro(s) não governamental(is) do estado do Rio de Janeiro.

**1.1.1** – Serão apoiados prioritariamente projetos com foco em setores da sociedade em situação de invisibilidade social, que tradicionalmente não recebem apoio financeiro do governo para desenvolver projetos culturais e/ou artístico.

**1.1.2** – Os projetos deverão ter duração de no mínimo 6 (seis) meses.

**1.2** – Para efeitos desta chamada pública, define-se cultura digital como propostas que lidem diretamente com as transformações trazidas a tona pelo avanço das novas tecnologias da informação e comunicação, a partir dos seguintes eixos:

- a)** valorização de processos colaborativos, superando a distinção entre produtores e consumidores de informação e cultura;
- b)** criação de espaços na Internet de livre acesso com conteúdos disponibilizados com licenças flexíveis (que permitam a criação de obras derivadas e a livre reprodução, execução e distribuição não-comercial das obras);
- c)** apropriação tecnológica dos meios de comunicação;
- d)** utilização prioritária e preferencial de sistemas, aplicativos e formatos livres e de código aberto (*software livre*).

### **1.3 – OS PROJETOS PODERÃO SE CANDIDATAR NAS SEGUINTE CATEGORIAS:**

**a) Comunicação:** Compreende a criação coletiva de conteúdos em formato livre, tais como: páginas, portais e blogs na Internet; produções de áudio; produções de vídeo em equipamento profissional, celulares ou máquinas fotográficas; animações; zines; publicações em formato eletrônico ou impresso; registro e digitalização de memórias, entre outras.

**b) Expressões artísticas/culturais:** Abrange trabalhos, oficinas, residências em interação com projetos artísticos em geral (design, arquitetura, artesanato, artes visuais, circo, culturas indígenas, dança, literatura, moda, música, intervenções urbanas, teatro, etc) e de arte eletrônica, tais como: netarte; trabalhos com mídias móveis; robótica e *hardwares* livres, narrativas transmídia, cinema ao vivo, realidade aumentada, arte telemática, game arte, bricolagens eletrônica, arte gambiarra, entre outras.

**c) Formação:** Abrange o apoio a cursos, capacitações e interfaces educacionais entre os centros de inclusão digital e espaços ou grupos de educação formal ou não-formal nas seguintes áreas: desenvolvimento e uso de softwares livres; animação em 2D e 3D; sistemas gerenciadores de conteúdo na web; produção multimídia; criação e edições de imagens, vídeos e áudios; utilização de jogos e da Internet como ferramentas de aprendizado; realização de debates, palestras e rodas de prosa sobre cultura digital com transmissão ao vivo ou videoconferências.

**d) Metareciclagem:** Compreende o incentivo às ações em metareciclagem nos centros de inclusão digital, tornando-os polos de inovações baseadas na apropriação das tecnologias, a partir da reutilização de equipamentos eletrônicos para finalidades artísticas, funcionais ou experimentais.

## **2 – OBJETIVOS**

**2.1** – São objetivos da presente Chamada Pública:

**I** – Fortalecer centros de inclusão digital, em especial *lan houses*, como espaços de produção e criação cultural, artística, midiática e educacional, estabelecendo articulações com outras iniciativas do território no qual estão inseridos

**II** – Incentivar o desenvolvimento de projetos de cultura digital em territórios populares urbanos, rurais ou tradicionais

**III** – Difundir o uso e desenvolvimento de sistemas de código aberto (*software* livre) e licenças flexíveis

**IV** – Mobilizar e capacitar grupos sem acesso direto às ferramentas de comunicação digital para organização, discussão e divulgação de suas linguagens, demandas e conteúdos, através dos centros de inclusão digital, especialmente *lan houses*.

**V** – Fomentar ações de empreendedorismo social nos centros de inclusão digital que busquem posicionamentos inovadores destes espaços dentro da cadeia produtiva e criativa da cultura, incentivando novos arranjos de produção/distribuição de conteúdos ou modelos de negócios em economia solidária.

**VI** – Apoiar práticas de Faça-Você-Mesmo na área de cultura digital e experiências integradas com outras formas de expressões culturais e/ou artísticas (artes cênicas, música, artes visuais, audiovisual, literatura, design, fotografia) e saberes (ciências humanas, engenharia, eletrônica, ciência da informação).

## **3 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**3.1** – Poderão participar desta Chamada Pública projetos apresentados por:

**a)** Pessoas jurídicas de direito privado com ou sem fins lucrativos, sediadas no Estado do Rio de Janeiro, que trabalhem com centros de inclusão digital e/ou desenvolvam ações culturais, educacionais ou artísticas com novas mídias.

**b)** Pessoas físicas maiores de 18 anos, residentes no Estado do Rio de Janeiro, que sejam agentes culturais; comunicadores; pesquisadores; educadores; gestores de centros de inclusão digital; midiativistas; artistas; ou ainda representantes de grupos, coletivos ou associações informais que trabalhem com centros de inclusão digital (*lan houses* e telecentros não governamentais) e/ou desenvolvam ações culturais, educacionais ou artísticas com novas mídias.

**3.2** – Para que seja considerada representante de grupos, coletivos ou associações informais, a pessoa física proponente deverá apresentar uma Carta de Apoio onde os representados ratifiquem a adesão à proposta e ao proponente.

**3.3** – Um mesmo proponente poderá apresentar mais de 1 (um) projeto em uma ou mais categorias, mas somente poderá ser contemplado em 1 (um) único projeto, sendo que uma mesma pessoa não poderá ser contemplada, ao mesmo tempo, como candidato pessoa física e como representante legal de instituição candidata.



**3.4** – O proponente deverá apresentar parceria com, no mínimo, 1 (um) centro de inclusão digital, mediante uma Carta de Compromisso assinada por cada gestor responsável pelo espaço escolhido para atuação do projeto.

**3.5** – O descumprimento de quaisquer destas condições implicará a impugnação do projeto em qualquer fase da Seleção.

**3.6** – O proponente compromete-se a disponibilizar gratuitamente todo conteúdo e material derivado do projeto, sob a forma de licenças flexíveis, com atribuições que permitam a criação de obras derivadas. Os materiais devem ser submetidos pelo proponente ao Banco de Cultura do portal Cultura.rj, cujo endereço é: <http://www.cultura.rj.gov.br/banco-de-cultura>

**3.7** – O proponente compromete-se a não realizar nenhum tipo de cobrança financeira do público para participação nas atividades propostas no projeto.

**3.8** – Os centros de inclusão digital participantes dos projetos selecionados podem continuar com suas atividades normais, inclusive oferecendo serviços pagos, como aluguel de computadores, desde que fora dos horários de execução do projeto.

#### **4 – INSCRIÇÃO**

**4.1** – Os projetos, de que trata a presente Chamada Pública, deverão ser inscritos, entre 11 horas do dia 31 de agosto de 2011, e 18 horas do dia 14 de outubro de 2011, através do preenchimento do formulário de inscrição que estará disponível no sítio da Secretaria de Estado de Cultura ([www.cultura.rj.gov.br](http://www.cultura.rj.gov.br)).

**4.2** – O proponente deverá, ainda, fornecer as informações solicitadas nos demais formulários e anexar os seguintes documentos, estando sujeito à desclassificação caso as informações não sejam verídicas:

a) preenchimento correto de todos os campos dos formulários, com informações válidas;

b) apresentação de proposta em consonância com o objetivo da seleção;

c) juntada da documentação, a saber:

c1) Planilha Orçamentária, com todo o detalhamento dos custos do projeto;

c2) Cronograma Físico das Atividades do Projeto, evidenciando as etapas principais do projeto e o tempo necessário à realização;

c3) Declaração de Adimplência, com firma reconhecida;

c4) Carta de compromisso do(s) centro(s) de inclusão digital parceiro(s);

c5) Cópias simples de materiais diversos que ajudem os avaliadores a conhecerem melhor as realizações do proponente, tais como: cartazes, folders, matérias de jornal, portais da internet ou material audiovisual (DVDs, CDs, fotografias etc.);

c6) Nas inscrições realizadas por representante de grupos, coletivos ou associações informais, a pessoa física proponente deverá apresentar uma Carta de Apoio onde os representados ratifiquem a adesão à proposta.

**4.3** – A inscrição será gratuita e aberta à pessoa física e pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos, necessariamente de natureza cultural.

**4.4** – É vedada a inscrição de:

a) Servidores da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro e membros da Comissão de Seleção, bem como de seus respectivos familiares diretos, ascendentes e descendentes;

b) Pessoa jurídica que tenha em seu quadro social servidores da SEC ou membros da Comissão de Seleção e seus respectivos familiares diretos, ascendentes e descendentes.

**4.5** – A inscrição também será vedada às pessoas físicas e jurídicas nas seguintes hipóteses:

a) Não tenham prestado contas de projetos anteriormente apoiados pela Lei de Incentivo Estadual e por quaisquer outros programas estaduais;

b) Estejam com prestação de contas indeferida e não regularizada.

**4.6** – Ao final da inscrição, será gerado automaticamente o número de protocolo, devendo o proponente imprimi-lo juntamente com o formulário preenchido.

**4.7** – Não serão aceitas modificações ou substituições de dados e de anexos ao projeto depois de finalizada a inscrição.

## **5 – TRIAGEM**

**5.1** – A Triagem consiste na verificação das informações e dos documentos exigidos por ocasião da Inscrição (subitem 4.2), e ficará a cargo da Superintendência de Cultura e Sociedade.

**5.2** – Serão aceitos arquivos nas extensões ODT, OGG, OGV, DOC, JPEG, PDF, MP4 e MP3. O somatório dos arquivos não poderá exceder 7MB.

## **6 – SELEÇÃO**

**6.1** – Os projetos inscritos na presente Chamada Pública serão selecionados por uma Comissão de Seleção, cuja função consiste em examinar o conteúdo dos projetos de acordo com os critérios estabelecidos neste Edital.

**6.2** – A Comissão de Seleção será constituída por 3 (três) representantes da sociedade civil, com reconhecida atuação em Cultura Digital, e 2 (dois) representantes da Secretaria de Estado de Cultura, designados por Resolução da Secretaria, e terá como função avaliar o conteúdo dos projetos aprovados na Triagem de acordo com os critérios estabelecidos nesta Chamada Pública.

**6.3** – O processo de seleção do apoio a Projetos de Cultura Digital realizar-se-á em 2 (duas) etapas, a saber:

### **I – Primeira Etapa – Pré-Seleção**

**I.1** – A Comissão de Seleção examinará o conteúdo dos projetos de acordo com os seguintes critérios:

**a)** Articulação territorial e conexões com outras iniciativas culturais ou educacionais do local onde se situam os centros de inclusão digital, ou seja, parcerias dentro da comunidade para o desenvolvimento das ideias e das ações propostas no projeto;

**b)** Valorização da produção coletiva e envolvimento do público como agente ativo de construção do projeto, diferenciando-o de consumidores;

**c)** Planejamento de continuidade das ações após o término do projeto, tornando os centros de inclusão digital escolhidos pólos permanente de produção cultural e atividades educacionais ou artísticas;

**d)** Utilização preferencial de sistemas de código-aberto (*software* livre) e tecnologias livres no projeto.

**I.2** – Após reunião de seus membros, a Comissão de Seleção fornecerá uma listagem, que será publicada no portal [www.cultura.rj.gov.br](http://www.cultura.rj.gov.br), sem ordem de classificação, apontando até 45 (quarenta e cinco) dentre os melhores projetos de Cultura Digital pré-selecionados.

**I.3** – Os proponentes dos projetos pré-selecionados serão convocados pela SEC para participação em um encontro presencial com a Comissão de Seleção na cidade do Rio de Janeiro, para decisão final sobre os 15 (quinze) projetos que serão selecionados para contratação.

### **II – Segunda Etapa – Encontro Presencial com a Comissão de Seleção**

**II.1** – No encontro presencial com a Comissão de Seleção os proponentes dos projetos pré-selecionados terão 10 minutos para apresentar oralmente suas propostas. Após a apresentação, responderão perguntas da comissão de seleção.

**II.2** – Para a decisão final de seleção, a Comissão de Seleção adotará os seguintes critérios de avaliação:

**a)** Articulação territorial do projeto e conexões com outras iniciativas culturais ou educacionais do local onde se situam os centros de inclusão digital;

- b) Valorização da produção coletiva e envolvimento do público como agente ativo de construção do projeto;
- c) Planejamento de continuidade das ações após o término do projeto, tornando os centros de inclusão digital escolhidos pólos permanente de produção cultural e atividades educacionais ou artísticas;
- d) Utilização preferencial de sistemas de código-aberto e tecnologias livres no projeto;
- e) Entrosamento do proponente e o centro de inclusão digital;
- f) Viabilização de realização nos termos deste Regulamento [verba de R\$ 30.000 (trinta mil) e prazo de execução de no mínimo 6 (seis) meses]; e
- g) Comprometimento do proponente com a proposta apresentada.

**6.4** – Após o encontro presencial com a Comissão de Seleção, será publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no portal da Secretaria de Cultura (<http://www.cultura.rj.gov.br>) a listagem final dos projetos selecionados para contratação.

## **7 – HABILITAÇÃO**

**7.1** – A Secretaria de Estado de Cultura somente solicitará documentação, bem como o cumprimento das condições de elegibilidade do proponente aos projetos selecionados para contratação.

**7.2** – Como condição necessária à habilitação, os proponentes dos projetos selecionados deverão apresentar a seguinte documentação:

**a)** Documentação exigida ao Proponente Pessoa Física para contratação:

- a1)** Cópia de RG e CPF;
- a2)** Comprovante de residência;
- a3)** Declaração de adimplência, com firma reconhecida;
- a4)** Termo de Autorização de Uso de Imagem, Voz e Nome;
- a5)** Certidão Negativa Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União;
- a6)** Certidão da Dívida Ativa expedida pela Procuradoria do Estado do Rio de Janeiro;
- a7)** Termo de observância e concordância em relação ao uso de licenças flexíveis.

**b)** Documentação exigida ao Proponente Pessoa Jurídica para contratação:

- b1)** Cópia do Contrato Social ou Estatuto com a última alteração;
- b2)** Comprovante de inscrição e situação cadastral do CNPJ;
- b3)** Certificado de regularidade de situação relativa ao FGTS;
- b4)** Cópia de RG e CPF do dirigente ou representante legal;
- b5)** Certidão Negativa Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União;
- b6)** Certidão da Dívida Ativa expedida pela Procuradoria do Estado do Rio de Janeiro;
- b7)** Certidão Negativa de Imposto s/ Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS);
- b8)** Certidão Negativa de Débito para com o INSS;
- b9)** Termo de observância e concordância em relação ao uso de licenças flexíveis;
- b10)** Termo de Autorização de Uso de Imagem, Voz e Nome.

**7.3** – A documentação descrita no item anterior deverá ser entregue diretamente na SEC ou pelo Correio, via SEDEX com Aviso de Recebimento (A.R.), em volume único etiquetado com a seguinte identificação:

Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro - SEC

Superintendência de Cultura e Sociedade

Chamada Pública nº 014/2011 - Seleção Pública de Projetos de Cultura Digital

Nome do Projeto

Nome do Proponente

Número da Inscrição do Projeto

Endereço: Rua da Ajuda 5 /13º andar – Centro  
Rio de Janeiro, RJ – CEP 20.040-000

**7.4** – Todas as certidões mencionadas deverão estar válidas no ato da contratação. Caso haja certidões com validade vencida deverá ser emitida ou apresentada nova certidão válida, sob pena de a contratação não ser efetivada.

**7.5** – Após a análise da documentação, será publicada a relação dos projetos habilitados/inabilitados no portal [www.cultura.rj.gov.br](http://www.cultura.rj.gov.br) e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro – DOERJ, com a indicação das razões da inabilitação.

**7.6** – O proponente habilitado deverá providenciar a abertura de conta corrente específica, no Banco Itaú, para a movimentação do apoio financeiro, apresentando o respectivo comprovante (extrato com saldo zero).

**7.7** – Serão inabilitados os projetos selecionados para contratação:

**a)** cuja documentação não esteja completa ou com prazo de validade vencido;

**b)** não seja confirmada, pela Superintendência de Cultura e Sociedade, a declaração de adimplência apresentada na inscrição, com referência à prestação de contas de recursos anteriormente concedidos, oriundos do orçamento da SEC, do ICMS ou de Convênios.

**7.8** – Os inabilitados poderão solicitar a prorrogação do prazo para a entrega dos documentos, por mais 3 (três) dias úteis, a partir da divulgação do resultado da Habilitação, visando regularizar ou complementar a documentação exigida no subitem 7.2.

**7.8.1** – Os documentos apresentados pelo inabilitado para regularizar ou complementar a documentação exigida no item 7.2 deverão ser protocolados diretamente na SEC, ou encaminhados via Sedex, conforme estabelecido no item 7.3.

## **8 – PRAZOS**

**8.1** – O Cronograma de Prazos concernente às etapas de avaliação e seleção dos projetos ficará disponível no portal da SEC, com as datas de início e fim de cada etapa, e será acostado ao processo de Chamada Pública, assim como as alterações que se fizerem necessárias, observando-se prazos razoáveis para a execução das respectivas etapas.

## **9 – CONTRATAÇÃO**

**9.1** – A contratação dos projetos habilitados será formalizada através do Termo de Concessão de Apoio Financeiro, após a aprovação e chancela da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado de Cultura.

**9.2** – O proponente responsável pelo projeto deverá devolver à Secretaria de Estado de Cultura o Termo de Concessão assinado com firma reconhecida, em 4 (quatro) vias, no prazo de 48 horas após o recebimento. Caso o Termo não seja devolvido no prazo definido, o projeto poderá ser desclassificado.

**9.3** – O apoio financeiro ao projeto será liberado em parcela única, de acordo com a disponibilidade financeira.

**9.4** – O prazo para a execução dos projetos será de 1 (um) ano a partir da liberação do apoio financeiro, podendo ser prorrogado apenas uma vez por um período de 30 (trinta) dias, desde que solicitado até 30 (trinta) dias antes do final do prazo estabelecido, a exclusivo critério da SEC.

## **10 – DOS RECURSOS FINANCEIROS**

**10.1** – No âmbito desta Chamada Pública serão comprometidos recursos não reembolsáveis no valor de até R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), oriundos do orçamento da Secretaria de Estado de Cultura - SEC.

**10.1.1** – Os recursos serão distribuídos para 15 (quinze) projetos selecionados, no valor máximo de R\$ 30.000 (trinta mil reais).

**10.2** – Os recursos para os projetos apoiados serão liberados em parcela única, desembolsada após a assinatura do contrato.

**10.3** – Os valores poderão estar sujeitos aos impostos da legislação vigente, de acordo com o atendimento às exigências especificadas neste Regulamento.

**10.4** – Os recursos financeiros provenientes da Chamada Pública deverão ser aplicados no mercado financeiro em obediência aos termos da Resolução SEC N.: 236/2009, disponível no portal da SEC.

**10.5** – Cada projeto selecionado deverá obrigatoriamente participar e garantir recursos financeiros de passagem, hospedagem e alimentação ao proponente ou representante a sua escolha para participação em 02 (dois) eventos com a SEC-RJ.

**10.6** – A SEC reserva-se o direito de contemplar maior número de projetos que o estipulado no subitem 10.1.1, dentre os classificados, caso haja disponibilidade financeira superior à especificada no subitem 10.1.

## **11 – ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO**

**11.1** – O acompanhamento técnico e financeiro dos projetos será feito pela Secretaria de Estado de Cultura, podendo ocorrer visitas de acompanhamento, reuniões, ou outras formas de avaliação a critério da SEC.

**11.2** – O proponente pelo projeto apoiado deverá apresentar relatórios técnicos de execução parcial do projeto a cada 60 (sessenta) dias, a partir da liberação da parcela única.

**11.3** – Após a conclusão do projeto, o proponente deverá encaminhar, em até 30 (trinta) dias corridos, o relatório técnico final das atividades realizadas no projeto, respeitando o período limite de execução do Projeto, previsto neste Edital.

**11.4** – Os bens permanentes porventura adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos do edital de chamada pública, deverão ser transferidos para a SEC, após a conclusão ou extinção do projeto, salvo disposição expressa em contrário.

## **12 – PRESTAÇÃO DE CONTAS**

**12.1** – Após a conclusão do projeto, os proponentes contemplados deverão apresentar a prestação de contas do apoio financeiro, observando as disposições contidas na Resolução SEC n.: 205/2008, disponível no portal da SEC

## **13 – DISPOSIÇÕES GERAIS**

**13.1** – A logomarca e a menção ao Governo do Estado do Rio de Janeiro/Secretaria de Estado de Cultura deverão ser inseridas em todas as peças de divulgação, inclusive nos releases distribuídos à imprensa, entrevistas concedidas pelos proponentes e orientadores dos projetos, de forma padronizada previamente estabelecida e definida pela Superintendência de Cultura e Sociedade.

**13.2** – Não serão fornecidas cópias de documentos, certificados ou certidões relativas à seleção do projeto, valendo, para tal fim, os resultados publicados no DOERJ e no portal da SEC.

**13.3** – É de exclusiva responsabilidade do proponente os compromissos e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, comercial, bancária, intelectual (direito autoral, inclusive os conexos, e propriedade industrial), bem como quaisquer outros resultantes da contratação objetivada nesta Chamada Pública, ficando a Secretaria de Estado de Cultura isenta de qualquer responsabilidade dessa índole.

**13.4** – Todo e qualquer ônus por questões de direitos autorais recairão, exclusivamente, sobre o responsável pelo projeto. O proponente se obriga a obter todas as autorizações necessárias, inclusive no que se refere aos direitos autorais, junto aos respectivos autores de todas as obras intelectuais utilizadas no projeto, dos herdeiros legais das mesmas ou eventuais cessionários, na forma da Lei 9.610/98.

**13.5** – A presente Chamada Pública poderá ser revogada ou anulada, no todo ou em parte, a qualquer tempo, por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso implique direito à indenização ou à reclamação de qualquer natureza.

**13.6** – O descumprimento parcial ou total do contrato obrigará a contratada à devolução dos valores já disponibilizados pela Secretaria de Estado de Cultura, acrescidos de juros, correção monetária e multa.

**13.7** – Os casos omissos e as situações não previstas na presente Chamada Pública serão resolvidos pela Secretária de Estado da Cultura.

#### **14 – OUTRAS INFORMAÇÕES**

**14.1** – Esclarecimentos acerca do conteúdo desta Chamada Pública poderão ser obtidos através do e-mail diversidade@cultura.rj.gov.br e dos telefones (21)2333-1392 ou (21)2333-1343.

Rio de Janeiro, 31 de Agosto de 2011.

---

Adriana Scorzelli Rattes

Secretária de Estado de Cultura do Estado do Rio de Janeiro

## Anexo 8 – Dispositivos usados nas oficinas em Acari

### Dispositivo 1



### Dispositivo 2

**Um Orkut para os ricos e famosos. Chega ao Brasil o Elysians, comunidade on-line só para quem pode celebrar a vida em grande estilo**

Fernanda Colavitti

Houve um tempo em que o bacana era colecionar centenas de amigos em redes sociais como Orkut e Facebook – mesmo sem conhecer metade deles. O número de contatos virtuais era um termômetro de popularidade e *status*: quanto mais gente na lista de amigos, mais legal era o dono do perfil. Pois é... Era. Legal, agora, é ser “seletivo” – adjetivo predileto dos endinheirados nos dias que correm. Primeiro, esse conceito dominou festas e casas noturnas. Agora, rompendo o igualitarismo, os ambientes restritos chegaram à internet. Nesta semana, começa a operar no Brasil uma comunidade de luxo on-line chamada Elysians, na qual só entram convidados. É o Orkut dos ricos.

### Dispositivo 3

**Youtube é divertido, mas é também seguro?**

20/04/2009- Postado por Sam Shirashi

O editorial desta semana no Mãe com Filhos trata do [Youtube](#). Este site, um fenômeno mundial que cai no gosto do brasileiro, é uma daquelas facas de dois gumes. Tem um lado bom, mas é fácil cair nas armadilhas de seus videos.

Aqui em casa adoramos o conteúdo, mas eu controlo imensamente seu uso por meus filhos, permitindo que façam buscas lá só se estiverem acompanhados de um adulto da família.

## **Dispositivo 4**

### **Jogos Online violentos proibidos na China**

30/07/2009 criado por Daniel Silvestre

Depois de regular os lançamentos de jogos Online, e restringir horas de jogo dos jogadores em universos como World of Warcraft. O governo chinês voltou a tomar mais uma atitude relacionada com os videojogos, e desta vez, o alvo são os jogos violentos Online.

Segundo o um comunicado do Ministério da Cultura chinesa, “Os jogos violentos promovem o uso de drogas, palavrado, jogo e crimes como o roubo, vandalismo e até a violação. Coisas estas que vão contra a moral e as tradições culturais do país.”

O comunicado continua, defendendo que “Jogos como estes promovem a glorificação da vida mafiosa, sendo uma ameaça real para a sociedade e os seus valores. Estes jogos podem inclusive causar problemas nos jovens mais vulneráveis e como tal, a partir deste momento, este tipo de sites ou jogos estão proibidos.

## **Dispositivo 5**

### **Lan House... só se for bem longe**

*Extra-* Publicada em 04/04/2009 às 15:05

RIO - Uma lei tem dividido a opinião de estudantes das redes privada e pública. De autoria da vereadora Lucinha (PSDB), a medida proíbe que lan houses e cyber cafés sejam instalados a menos de 300 metros de escolas. A Prefeitura do Rio está questionando a constitucionalidade da legislação.

A professora de educação física da rede municipal Regina Ghidalevich é favorável à lei.

- Chegávamos a entrar em contato com os pais, porque têm crianças que chegam a faltar até 20 dias. E os próprios colegas contavam que elas estavam na lan house - disse.

O que você acha da lei?

A estudante do Colégio Estadual Amaro Cavalcante Taíza Dantas, de 14 anos, também acredita que as lan houses acabam atraindo os estudantes.

- Seria bom proibir (lan houses perto dos colégios), porque tem muita gente que, em vez de ir para aula, vai para a lan house. Quem quer estudar vai depois da aula - acredita.

A vereadora Lucinha conta que vai pedir que a Procuradoria da Câmara se manifeste contra o pedido de inconstitucionalidade de sua lei.

- A lei foi motivada por pedidos de vários pais e professores preocupados com as crianças, não é inconstitucional - disse.

A Procuradoria Geral do Município informou que está analisando a lei.



## Anexo 9 – Dispositivos usados nas oficinas no Santa Marta

### Dispositivo 1



### Dispositivo 2

**Um Orkut para os ricos e famosos. Chega ao Brasil o Elysians, comunidade on-line só para quem pode celebrar a vida em grande estilo**

Fernanda Colavitti

Houve um tempo em que o bacana era colecionar centenas de amigos em redes sociais como Orkut e Facebook – mesmo sem conhecer metade deles. O número de contatos virtuais era um termômetro de popularidade e *status*: quanto mais gente na lista de amigos, mais legal era o dono do perfil. Pois é... Era. Legal, agora, é ser “seletivo” – adjetivo predileto dos endinheirados nos dias que correm. Primeiro, esse conceito dominou festas e casas noturnas. Agora, rompendo o igualitarismo, os ambientes restritos chegaram à internet. Nesta semana, começa a operar no Brasil uma comunidade de luxo on-line chamada Elysians, na qual só entram convidados. É o Orkut dos ricos.

### Dispositivo 3

**Rússia processará policial que usou YouTube para denunciar corrupção**

28/12/2009- G1 notícias

Alexei Dymovsky divulgou que a polícia russa acusava inocentes. Vídeo de ex-major foi visto mais de um milhão de vezes.

O ex-major russo Alexei Dymovsky será processado por abuso de cargo por usar o YouTube ao longo de 2009 para apelar ao primeiro-ministro Vadimir Putin que combatesse a corrupção policial naquele país, informaram investigadores russos nesta segunda-feira (28).

Na gravação veiculada no YouTube, o ex-major apelou que Putin tomasse medidas de restrição contra seus chefes. Segundo Dymovsky, os superiores pressionavam subordinados a apresentar falsas acusações contra pessoas inocentes de forma a atingir metas estatísticas. O vídeo foi assistido mais de um milhão de vezes.

#### **Dispositivo 4**

##### **Lan House... só se for bem longe**

*Extra-* Publicada em 04/04/2009 às 15:05

RIO - Uma lei tem dividido a opinião de estudantes das redes privada e pública. De autoria da vereadora Lucinha (PSDB), a medida proíbe que lan houses e cyber cafés sejam instalados a menos de 300 metros de escolas. A Prefeitura do Rio está questionando a constitucionalidade da legislação.

A professora de educação física da rede municipal Regina Ghidalevich é favorável à lei.

- Chegávamos a entrar em contato com os pais, porque têm crianças que chegam a faltar até 20 dias. E os próprios colegas contavam que elas estavam na lan house - disse.

O que você acha da lei?

A estudante do Colégio Estadual Amaro Cavalcante Taíza Dantas, de 14 anos, também acredita que as lan houses acabam atraindo os estudantes.

- Seria bom proibir (lan houses perto dos colégios), porque tem muita gente que, em vez de ir para aula, vai para a lan house. Quem quer estudar vai depois da aula - acredita.

A vereadora Lucinha conta que vai pedir que a Procuradoria da Câmara se manifeste contra o pedido de inconstitucionalidade de sua lei.

- A lei foi motivada por pedidos de vários pais e professores preocupados com as crianças, não é inconstitucional - disse.

A Procuradoria Geral do Município informou que está analisando a lei.

#### **Dispositivo 5**

##### **Michael Jackson morre 45 minutos antes no Twitter**

“Michael Jackson morreu na CNN 45 minutos depois de ter morrido no **Twitter**”. Esse foi o comentário que muitos usuários do microblog faziam na rede social no fim da noite desta quinta-feira (25), após a confirmação da [morte do rei do pop Michael Jackson](#).

A simples frase “**R.I.P. MJ**” (Descanse em paz, Michael Jackson, em inglês) liderou os 140 toques disponíveis que cada usuário pode deixar no Twitter. Após a divulgação de uma parada cardíaca e a possível morte (naquele momento, por volta das 19 horas) do artista, divulgada apenas pelo site de celebridades [TMZ](#), pessoas do mundo todo trocaram mensagens na tentativa de evitar o inevitável. “O rei do pop morreu”, diziam as manchetes dos jornais internacionais às 19h30.

##### **'Webcidadania' avança no Brasil e muda o foco da participação política**

*Ferramentas induzem o cidadão a assumir papel ativo na vida pública.  
Redes sociais e banco de dados ajudam a cobrar e fiscalizar políticos.*

Thiago Guimarães Do G1, em São Paulo 13/06/2010

No momento em que as campanhas eleitorais no Brasil parecem acordar para o potencial da internet, montando estratégias e equipes para fisgar o voto na rede, iniciativas na web sem vínculo partidário ajudam o cidadão a participar da vida pública e fiscalizar a classe política.

(...) Sites e movimentos que promovem a chamada cidadania na web avançam no país e mostram resultados. O G1 apresenta algumas dessas iniciativas.

**Vote na Web ([www.votenaweb.com.br](http://www.votenaweb.com.br))**

No ar desde novembro de 2009, o Vote na Web ajuda o internauta a acompanhar projetos de lei em tramitação no Congresso.

**Excelências([www.excelencias.org.br](http://www.excelencias.org.br))**

O projeto Excelências, da Transparência Brasil, reúne o maior banco de dados sobre parlamentares em exercício no Brasil, nos três níveis de governo (União, Estados e municípios).

**Eleitor 2010(<http://eleitor2010.com/>)**

A ideia do Eleitor 2010 é transformar o cidadão em fiscal do pleito de outubro. Surgiu pela experiência da jornalista Paula Góes, que sentia na pele a dificuldade em checar todas as denúncias feitas pela população em dia da votação.